UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ANA CAROLINA COMIN VARGAS

# A problemática da participação no âmbito institucional das Organizações Não-Governamentais: uma perspectiva psicanalítica de sujeito, grupos e instituições

São Paulo
2012

ANA CAROLINA COMIN VARGAS

# A problemática da participação no âmbito institucional das Organizações Não-Governamentais: uma perspectiva psicanalítica de sujeito, grupos e instituições

(Versão Original)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes

São Paulo
2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na Publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

VARGAS, Ana Carolina Comin.
A problemática da participação no âmbito institucional das Organizações Não-Governamentais: uma perspectiva psicanalítica de sujeito, grupos e instituições / Ana Carolina Comin Vargas; orientação Maria Inês Assumpção Fernandes. -- São Paulo, 2012.
215 f.
Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Participação 2. Organizações Não-Governamentais 3. Psicanálise 4. Instituições 5. Psicologia social I. Título.

HM132

# FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Carolina Comin Vargas

Título: A problemática da participação no âmbito institucional das Organizações Não-Governamentais: uma perspectiva psicanalítica de sujeito, grupos e instituições

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes

Aprovado em:_____

**Banca Examinadora**

**Prof. Dr.** _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

**Prof. Dr.** _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

**Prof. Dr.** _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À minha mãe,
por tudo,
por me ensinar a pensar.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de São Paulo e à sociedade, a possibilidade de uma formação pública e gratuita.

À CAPES e à FAPESP, pelo financiamento do presente trabalho.

À minha orientadora, Maria Inês Assumpção Fernandes, pela orientação, desde a iniciação científica, e pelo respeito paciente às minhas ideias.

Aos colegas do Laboratório de Psicanálise e Psicologia Social (LAPSO), sobretudo ao Robson, que sempre esteve disposto a ajudar.

À Secretaria do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST), especialmente à Nalva e à Rosângela, pela pronta solicitude mesmo em meio à correria do dia a dia.

Aos funcionários e professores do Instituto de Psicologia, figuras importantes e constantes nesta longa jornada desde a graduação.

Às professoras Ângela Alonso e Marlene Guirado, pelas contribuições no exame de qualificação.

A Domenico Uhr, Rogério Silva, Augusto Galery, Marcela Vieira e Tiago Vargas, meu irmão, pelos auxílios, de diferentes naturezas.

Aos entrevistados e às organizações que disponibilizaram seu tempo e atenção para esta pesquisa.

Aos meus colegas de graduação, dos diferentes anos dos quais fiz parte e dos diferentes cursos em que circulei, agradeço as discussões infindáveis e mobilizadoras, prazerosas e angustiantes, revelando-me minhas lacunas, instigando-me sempre a buscar saber mais. Considero serem essas conversas, ontem, hoje e sempre, parte fundamental de minha formação.

Aos colegas do Oimporama Orerekó, pelo aprendizado e pela partilha de angústias e questões que, por caminhos inesperados, resultaram neste trabalho.

Ao Pape Dieng, que, do outro lado do Atlântico, ainda faz reverberar em mim suas questões e reflexões com seu olhar crítico, solitário e sofrido sobre o mundo.

Agradeço aos dois amores da minha vida: ao Caio, o companheirismo, o apoio doce, paciente e confiante às minhas escolhas e o amor que tanto me conforta e me faz feliz; à pequena Luiza, que foi gestada e cresceu junto com este trabalho, dando-me o prazer sublime, inspirador e transformador de ser mãe.

Não poderia deixar de agradecer àqueles que muito me ajudaram no desafio de conciliar a maternidade ao mestrado, dando atenção e carinho para a minha pequena nos

momentos em que, dedicada aos estudos, eu não podia estar presente: vó Heliana, tia Milla, vô Sérgio, Manu, Nita e Maria.

Registro aqui, por fim, um agradecimento especial aos meus pais pelo investimento material e afetivo em minha educação, por sempre respeitarem minhas decisões e minha autonomia, por me ensinarem e demonstrarem que amor é sinônimo de liberdade. Obrigada por sempre garantirem um ninho seguro de volta para meus voos.

# RESUMO

VARGAS, Ana Carolina Comin. **A problemática da participação no âmbito institucional das Organizações Não-Governamentais:** uma perspectiva psicanalítica de sujeito, grupos e instituições. 2012. 215f. (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo aprofundado sobre a problemática da participação no âmbito das Organizações Não-Governamentais, segundo uma perspectiva psicanalítica de sujeito, grupos e instituições. Assentada sobre o pano de fundo da racionalidade analítica em sua dimensão intersubjetiva e tendo como horizonte a articulação psicanalítica entre sujeito e grupo na compreensão dos fenômenos sociais, a problemática da participação é inicialmente abordada por meio da análise das características dos fenômenos, tal como descritos pelos diferentes conceitos de participação na literatura estudada das ciências sociais. Delineados dois fenômenos de naturezas distintas – aquele referido ao ato racional do indivíduo balizado pelo enquadre institucional e outro referido à coletividade, com processos próprios e tendência à "irracionalidade", insurgida às margens do enquadre institucional vigente com o objetivo de transformá-lo – denominados *participação*, propõe-se uma releitura destes, sob uma perspectiva psicanalítica. Partindo-se da premissa de ser a participação, por definição genérica, uma relação intersubjetiva, compreendendo o sujeito em sua articulação mutuamente constitutiva com o grupo, ambos sob regência de uma causalidade inconsciente, os fenômenos denominados *participação* pela literatura estudada são lidos aqui como parte de um mesmo processo intersubjetivo que expressa a dialética *instituinte* versus *instituído*. A partir das definições de *participação instituída* e *participação instituinte* aqui propostas e intrinsecamente relacionadas, aborda-se a problemática da participação no âmbito institucional das ONGs. Por meio de pesquisa sobre os elementos que teriam servido de berço e de fonte de legitimidade para a constituição de tais organizações nos anos 1970 e 1980 no Brasil (Centros de Educação Popular, metodologia participativas de pesquisa, movimentos sociais e associativismo característicos da formação do Terceiro Setor), demonstra-se uma relação de origem destas com uma participação de caráter instituinte (popular, espontânea e transformadora). A problemática da participação delineia-se uma vez que, sustentando-se e legitimando-se na atualidade por meio de ideologias construídas com esses sentidos instituintes de origem (*transformação social* e *proveniência da sociedade civil*), tais organizações estão hoje imersas e amarradas na institucionalidade. Ao estabelecerem relações de dependência e serem atravessadas pelas lógicas provenientes das instituições políticas e econômicas às quais o nome *ONG* ainda sustenta uma negação constitutiva, essas organizações instituídas na cultura em busca da perenidade evidenciam o paradoxo de se afirmarem como agentes de transformação. Trazendo à cena o sujeito psíquico na compreensão dessa dialética *instituído* versus *instituinte* que caracteriza a problemática da participação, abordam-se, sob o prisma psicanalítico, os processos institucionais e as possibilidades de mudança tomando-se as instituições não apenas como formações culturais e sociais, mas como formações psíquicas, enfatizando-se a função que cumprem tanto de regulação das relações sociais, quanto de estruturação do sujeito psíquico. A fim de complementar o estudo teórico sobre essa problemática, com um intuito empírico exploratório, são analisadas três entrevistas realizadas com gestores de ONGs buscando compreender, a partir das falas, de que modo os sujeitos – entendidos aqui como *sujeitos do grupo*, tal como desenvolvido por René Kaës – lidam com os paradoxos de suas práticas participativas uma vez inseridos no âmbito institucional dessas organizações.

Palavras-chave: Participação. Organizações Não-Governamentais. Psicanálise. Instituições. Psicologia social.

# ABSTRACT

VARGAS, Ana Carolina Comin. **Participation and Non-Governmental Organizations in Brazil:** a psychoanalytical perspective. 2012. 215f. (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

The objective of this research is to develop a study of the participation within Non-Governmental Organizations institutional context, using a psychoanalytic perspective of subject, group and institutions. The initial approach of the analyses is based on the evaluation of several descriptions of the phenomena named as participation by the Social Sciences Literatures. Two phenomena of different natures are outlined: one refers to the rational attitude of the individual constrained by the institutional framework; the other refers to the group taken as a process by its own, bordering the established institutional framework and aiming to transform it. A different approach from a psychoanalytical standpoint is proposed in this work. Starting from the premise that participation is an inter-subjective relationship, both natures of the phenomena are here analyzed as part of the same inter-subjective process. Based on psychoanalytical concepts, it is considered that both of them implicate the individual as well as the group on its mutual foundation, and operate under the effect of the subconscious causality. But, one takes place within an institutional framework and the other happens beyond it. Those differences outline the dialectical relationship between the institution and the instituting process. The participation issue in the institutional NGO environment is analyzed based on the definitions of participation here proposed. Based on a research of the social and historical context of the NGOs foundation in Brazil (in the 1970s and 1980s), highlighting its essential elements, it is demonstrated that the most representative NGOs were created to provide support to popular participation. Considered as spontaneously emerged, this participation phenomenon that took place during the Brazilian dictatorship and the democratic transition, appeared as an instituting process aiming transformations of the established institutions of society. Once in a democratic context, the NGOs are believed to be the representatives of the civil society for participation in public matters, as well as the protagonists of a social transformation. However, this belief built by the heritage of its instituting origins, expressed on those ideologies of "social transformation" and "provenance from civil society", counterpoint the current instituted characteristics of those organizations. The NGOs are now well set up in society within the established institutional framework. They are constantly seeking their own survival, tied up to their financial supporters and their interests, which raises the question of what are the real demands that are being responded to and how those organizations could really act as change agents. In this sense, the participation issue within the NGO institutional context expresses a paradox between an instituting meaning of participation as represented by those organizations, and its institutional reality. In addition to the theoretical study of this issue, together with additional exploratory goals, three interviews with NGO Directors are presented in this study. The objective of these interviews is to understand how the subjects, here considered as *subjects within a group* as proposed by Rene Kaës, handle the paradox of their participatory practices once they are inserted into the institutional context of these organizations.

Keywords: Participation. Non-Governmental Organizations. Psychoanalyses. Institutions. Social psychology.

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I – UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA DE SUJEITO, GRUPOS E INSTITUIÇÕES 18

1. A hipótese do inconsciente e a racionalidade analítica 19
   1.1. A intersubjetividade na compreensão freudiana do sujeito 26
2. A psicanálise de grupos entre a psicologia e a sociologia 35
   2.1. Oposição e articulação entre indivíduo e grupo 40
   2.2. Psicanálise de grupos e instituições 44
3. A racionalidade analítica em sua dimensão intersubjetiva 48

CAPÍTULO II – A PROBLEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO: *INSTITUÍDO VERSUS INSTITUINTE* 56

1. Notas sobre o conceito de participação 56
2. Participação instituinte e ONGs: uma relação de origem 72
   2.1. Os Centros de Educação Popular e as metodologias de pesquisa participativas 74
   2.2. Os vários movimentos sociais 80
   2.3. A formação do Terceiro Setor 89
3. O anúncio de uma passagem 97

CAPÍTULO III – O ÂMBITO INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS 99

1. As ONGs: de coadjuvantes a protagonistas do campo social 99
2. A institucionalidade das Organizações Não-Governamentais 109
   2.1. Uma legitimidade instituída 110
   2.2. As ONGs instituídas na cultura 118
3. Instituições como formações sociais, culturais e psíquicas 121

CAPÍTULO IV – O IDEAL DA PARTICIPAÇÃO E A REALIDADE DA PRÁTICA: UMA LEITURA SOBRE NARRATIVAS DE *SUJEITOS DA INSTITUIÇÃO* 133

1. Os caminhos percorridos 134
   1.1. A escuta de um sujeito do grupo 134
   1.2. A escolha e o contato com as Organizações Não-Governamentais 136
2. Uma leitura das narrativas 136
   2.1. João, da ONG A 137
   2.2. Joana e Rita, da ONG A 146
   2.3. Francisco, da ONG B 157

CONSIDERAÇÕES FINAIS 169

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 175

ANEXOS 185

## APRESENTAÇÃO

O estudo ora apresentado é o desdobramento de um inusitado caminho marcado pelo encontro entre questões vivenciadas e um corpo teórico que permitiu a construção de um olhar fecundo sobre elas. A questão da participação foi-se delineando em meu campo de interesses e inquietações a partir do projeto de extensão universitária da USP intitulado *Oimporama Orerekó*, do qual fiz parte entre os anos de 2001 e 2003. Consequência de uma iniciativa estudantil interdisciplinar, o projeto propunha um trabalho participativo com uma comunidade guarani urbana, por meio de diversas frentes de atuação em diferentes disciplinas. Nessa proposta participativa de trabalho com os guarani e no decorrer de seu desenvolvimento, a compreensão sobre os sentidos da participação que *nós* propúnhamos a eles mostrava-se uma incógnita, sendo permeada pelas concepções particulares de cada membro do grupo marcadas pela disciplina de origem de cada um (arquitetura, educação, ciências sociais, psicologia, letras, etc.), bem como pelas diferentes compreensões sobre esse *fazer junto* e suas vicissitudes, baseadas em diferentes referenciais culturais: o nosso *juruá* (não-guarani) e o guarani.

A questão da participação atravessaria novamente meu caminho em outro contexto, recebendo novos contornos. Em 2005, realizei um estágio em uma ONG senegalesa em Ziguinchor-Senegal, inserindo-me em uma pesquisa-ação participativa (*recherche-action participative*) coordenada pela ONG e financiada por uma organização internacional em articulação com o governo senegalês. O objetivo do trabalho era construir, de maneira participativa com os diversos atores implicados, os elementos de regulamentação das escolas corânicas informais, os *daaras.* Estes, juntamente com os *marabouts* – os mestres corânicos – e com os *talibés* – as crianças estudantes do Alcorão –, inserem-se em uma problemática social, cultural, religiosa e econômica complexa, sendo característica da África Ocidental.

Não cabe abordar no momento tal interessante temática, uma vez que isso já foi feito em outras ocasiões (VARGAS, 2005, 2008). Fato aqui relevante é que, naquela circunstância, pude fazer parte da implicação das crianças *talibés* e também de reuniões com outros atores, inquietando-me novamente com a questão da participação presente neste processo de pesquisa. O discurso, cuja significação não estava clara, contrastava com a realidade da prática e das relações entre as diversas partes envolvidas, explicitando atravessamentos das organizações internacionais financiadoras, suas perspectivas culturais e seus interesses específicos, carregados pela ONG local e misturados aos interesses e às perspectivas culturais dos membros senegaleses da própria organização, aos atravessamentos do governo, aos seus

interesses políticos e à sua perspectiva religiosa perante a questão dos *talibés* e dos *marabouts*. A participação mesma dos atores diretamente envolvidos na questão, tendo sido a eles *concedida*, parecia coadjuvante perante o protagonismo dos propositores da pesquisa. A voz era *concedida* ao mesmo tempo em que era escutada de uma maneira específica, tendendo a legitimar conteúdos previamente determinados *como se* fossem dos próprios atores. Não me parecia tratar-se de uma manipulação consciente, mas sim algo que se dava no processo e que ia ajustando-se em meio aos atravessamentos diversos.

Já de volta à graduação, ao cursar, no Instituto de Psicologia, uma disciplina optativa denominada *Grupo e instituição: abordagem psicossocial e psicanalítica*, ministrada pela Profa. Maria Inês Assumpção Fernandes, entrei em contato com um corpo teórico que me permitiu criar sentidos para algumas dimensões do que eu havia experienciado, lançando luz à compreensão da participação como processo grupal em que se articulam sujeito, grupos e instituições. A partir desse profícuo encontro com a psicanálise de grupos e instituições, foi desenvolvida, sob orientação da Profa. Maria Inês, uma iniciação científica acerca da participação no contexto das metodologias de pesquisa participativa, tais como a *pesquisa-ação participativa* proposta pela ONG senegalesa. A intenção era compreender os conceitos existentes de participação e, ao longo do trabalho, deparei-me, na literatura, com toda uma problemática da participação presente naquele contexto. Ao mesmo tempo em que pude perceber a indefinição dos conceitos em contraste com seu uso inflacionado, aventurei-me a tecer uma leitura sobre a pesquisa realizada no Senegal segundo uma perspectiva psicanalítica. Evidenciou-se, no decorrer desse estudo de iniciação científica, o papel fundamental da organização e de seus processos particulares no acontecer da participação a ela articulada, surgindo então a questão da participação em sua relação com a institucionalidade e com os processos grupais e institucionais que a caracterizam. Resultou daí o estudo aqui apresentado, que toma como objeto a especificidade da participação e das ONGs já em contexto brasileiro.

# INTRODUÇÃO

O termo *participação* encontra-se cada vez mais presente na atualidade, multiplicando seus usos e diversificando os contextos em que passa a ser inserido. Utilizado como substantivo (participante), adjetivo (participativo), verbo (participar), gerúndio (participando) ou imperativo (participe!), o termo tem seu uso inflacionado, cabendo-lhe sentidos diversos que abrangem práticas distintas e relacionam-se a variadas noções do que vem a ser, a quem se refere, a quem cabe a participação ou o que ela implica nesses múltiplos contextos. Além de significar o simples ato de participar, o termo *participação* é empregado como um conceito que pode abarcar múltiplos sentidos, utilizado indiscriminadamente e inserido nos discursos como se possuísse um significado já conhecido, autoexplicativo, único e intrínseco ao termo, inspirando, por fim, relações democráticas. Tal concepção pode fazer crer que, *de fato*, está-se participando ou *deve-se* participar, mesmo que não se saiba de quê, nem como, nem por quê.

O termo *participação*, em seu significado genérico fundamental, supõe as ações de "fazer parte de, tomar parte em"; tem origem no termo latino *participatio* e no verbo *participare*, composto por *pars* de "parte" e *capere* de "tomar, pegar, agarrar" (CUNHA, 1982, p. 584). Pode-se supor, portanto, que a parte de algo – uma parte de um todo, de um todo partido em partes – é tomada por um, em meio a partes desse mesmo todo tomadas por outros. Segundo tal compreensão, o sentido do *tomar parte* ou do *fazer parte* constrói-se na suposição de um todo comum, referindo-se a uma parte em meio a outras partes que lhe concedem o sentido de ser parte de alguma coisa.

A *participação*, nesse sentido, supõe uma relação entre as partes em função de um todo comum partido entre elas; supõe, portanto, que a participação de um indivíduo em algo recebe seu sentido efetivo de *participare* quando há partes a serem tomadas por outros indivíduos em relação a esse mesmo algo. A *participação*, assim entendida, relativa a indivíduos e grupos, remete a uma ação que pressupõe uma relação entre *participis*, entre pessoas que participam e que tomam a parte que lhes cabe entre as demais partes referidas ao mesmo todo. Trata-se de relações entre indivíduos, cujas naturezas variam de acordo com os meios pelos quais se pode tomar parte de algo comum, bem como de acordo com as implicações das ações de *tomar parte* e com as características desse algo do qual cada um toma uma parte.

Se a origem da palavra revelada por sua etimologia remete a *participação* à significação de um ato de tomar ou *fazer parte* de algo, *participar* é uma ação que se faz na suposição de praticá-lo com um outro alguém, seja este conhecido ou indeterminado. No

entanto, apesar de supor-se um *tomar parte* com alguém, de alguma maneira, em alguma coisa, não cabe à palavra em si mesma, em seu sentido genérico, definir tais complementos. A delimitação do significado genérico da palavra *participação* fica a cargo de sua utilização com conotação de conceito, supondo-se nela uma significação específica, mesmo que não evidente. A crescente difusão do emprego da palavra *participação* e sua inserção nos discursos mais diversos remetem não ao sentido genérico do *tomar* ou do *fazer parte*, mas à existência de um conceito e de uma significação específica que lhe seria intrínseca. No entanto, o uso crescente e indiscriminado da palavra *participação*, apesar de remeter à existência de uma significação única, abriga sentidos, características e práticas diversas e, por vezes, antagônicas. Tem-se aí um emprego crescente que, ao mesmo tempo em que remete à existência de uma significação específica da palavra, não implica uma compreensão clara e uníssona dessa significação, podendo ser utilizado em contextos variados, abrigar diferentes formas e implicações de se tomar parte de algo, delineando, assim, uma problemática em torno da compreensão da *participação*.

A palavra *participação* ter-se-ia tornado, segundo Pateman (1992), parte do vocabulário popular do final dos anos 1960 no contexto de reivindicações em diversos países. A crescente popularidade do conceito e seu uso generalizado, no entanto, pareciam indicar, segundo a autora, "que qualquer conteúdo preciso ou significativo praticamente desaparecera; 'participação' era empregada por diferentes pessoas para se referirem a uma grande variedade de situações" (PATEMAN, 1992, p. 9). Daí, pode-se considerar que, apesar da ausência de conteúdo específico no emprego crescente da palavra, ela continuava a ser utilizada *como se* nela houvesse uma significação específica, valendo-se ainda de uma conotação de conceito. No Brasil, *participação* tornou-se palavra corrente a partir das décadas de 1970 e 1980, em meio a uma movimentação particular de ideias e da população, tendo como pano de fundo a ditadura e a luta pela democracia. À ideia de participação foram sendo agregados sentidos próprios ao contexto brasileiro, construindo-se uma significação específica que se vinculava, de diferentes maneiras, ao estabelecimento de relações mais democráticas.

Diversas formas de associativismo e de mobilização no Brasil encontraram um rumo de ascendência nessas décadas de 1970 e 1980, o que teria caracterizado a entrada do Brasil numa chamada "era da participação" (GOHN, 2010; BORDENAVE, 1994). Em contraste com o contexto autoritário e repressor, observou-se uma efervescência de relações informais e comunitárias junto a iniciativas com finalidades públicas, caracterizando uma movimentação da população que se articulava em direções variadas. Movimentações estas diversas, indo desde a busca por alternativas e ações que dessem conta das necessidades populares não

satisfeitas por um Estado distanciado, oferecendo serviços sociais (FERNANDES, R. 1994); ou o crescimento de diversos tipos de associações (LANDIM, 1993b); até a mobilização oposicionista, em combate ao regime militar e à atuação subversiva de alguns segmentos sindicais e partidários reprimidos (GOHN, 2010). Havia ainda os movimentos sociais de reivindicação que giravam em torno de carências imediatas no meio urbano (DOIMO, 1995), somando-se aos movimentos sociais que apresentavam atores e temáticas até então sem visibilidade na arena dos conflitos sociais, apresentando questões que se articulavam em torno da cultura (GOHN, 2010; FERNANDES, R., 1994). Foi uma época marcada por uma movimentação particular no seio da sociedade civil, inspirando relações democráticas contrastantes com o regime autoritário e trazendo à tona causas consideradas coletivas que implicavam toda a população. A nomeação dessa movimentação como *participação* supunha não apenas o *fazer parte* de transformações sociais e políticas, mas a busca por "tomar, pegar, agarrar" a parte que cabia à população nos assuntos públicos e nas decisões políticas, parte esta que lhe fora tolhida pelo governo autoritário.

A participação, portanto, supunha a apropriação pela população da parte que lhe cabia no todo da sociedade, de diferentes maneiras, no sentido do estabelecimento de relações democráticas e não autoritárias nos diversos contextos em que ela circulava como ideia de significação específica. Como será visto no decorrer deste trabalho, alguns dos sentidos de *participação* que alimentaram a ascendência desta na sociedade brasileira emergiram do contexto da educação popular, baseada nas ideias de Paulo Freire, bem como nas discussões acadêmicas sobre a participação relacionada à produção de conhecimento e sobre a utilidade deste para a sociedade, apresentando-se articuladas às metodologias de pesquisa participativas. A participação remetia à existência de uma significação específica comum, sendo associada à ruptura de relações desiguais e, portanto, a relações democráticas em que todos poderiam e deveriam fazer parte.

Já em contexto democrático, quando muitas das mudanças anunciadas haviam sido instituídas pelo sistema democrático e pela Constituição de 1988, chama a atenção a atualidade da popularidade da palavra *participação*, difundida pelos meios de comunicação, discursada em diferentes contextos, como se possuísse uma significação específica intrínseca ao termo, estando este vinculado a um sentido necessariamente *positivo* e articulado à suposição de *relações democráticas*. Tal sentido construído sobre a ideia de *participação*, exercendo uma função ideológica que permite sua ampla utilização em contextos diversos e para múltiplos fins – fins até mesmo antagônicos –, acaba encobrindo as diferenças de características das ações de participar e dos complementos que delimitariam essa ação, tais

como: a quem se refere o participar, quem participa de quê, como e para quê; qual a qualidade da participação, qual o nível em que ela se dá, e quais são suas implicações. As respostas a essas questões delimitariam não apenas os contornos do conceito, mas as características específicas das relações entre as partes que o conceito supõe.

Na atualidade, o discurso da participação da população nos assuntos da sociedade, inspirando relações democráticas, expressa-se fortemente articulado às Organizações Não-Governamentais (ONGs), sendo estas, em grande parte, as representantes e porta-vozes desse discurso. Encontrando sua origem como categoria de organizações da sociedade nesse mesmo período histórico brasileiro, tendo nascido com a função de apoio e serviço aos movimentos sociais, tais organizações, com a redemocratização, modificaram suas posições, criando uma identidade própria, tornando-se protagonistas no campo social brasileiro (LANDIM, 1993a). Elas carregam hoje, em si próprias, o ideal de participação da sociedade civil, concedendo contornos particulares à problemática da participação que nelas se inserem.

Segundo Cardoso (1997), as ONGs ganharam visibilidade na transição democrática, sendo consideradas "novos espaços de participação cidadã". Gohn (2003, p. 64) apresenta as ONGs como "formas modernas" de participação na sociedade brasileira, constituídas como "espaços coletivos de participação da sociedade civil, a partir de interesses de grupos determinados, tendo como referência movimentos e organizações sociais". Alguns dos olhares existentes sobre as ONGs são ainda apresentados por Landim (1998a), dentre eles, aquele que as considera como "micro-organismos do processo democrático", como "modelo institucional alternativo de representatividade", ou aquele que as compreende como "canal de participação da sociedade civil na esfera pública", com capacidade de convocação, articulando interesses e demandas populares.

A participação da população nas questões que dizem respeito à sociedade passa a ser mediada, articulada, fomentada ou vinculada de diferentes maneiras, como discurso e como prática, às Organizações Não-Governamentais. Estas, tidas como meios importantes e particulares de participação da sociedade civil, são então consideradas portadoras de suas demandas e causas, bem como agentes de transformação da sociedade; ao mesmo tempo, tornam-se uma categoria cada vez mais complexa de organizações, em face de seus múltiplos meios, fins, usos e funções sociais, estabelecendo relações ambíguas com lógicas perante as quais seu nome se estabelece por negação: *não-governamental* e *sem fins lucrativos*. Tais relações são marcadas por uma ambiguidade entre autonomia, contraposição e dependência; tornando-se a dependência financeira, tanto de governos como de empresas, uma saída comum no sentido da manutenção e da sobrevivência das ONGs. A *participação* que

representam insere-se, assim, num conjunto bastante complexo de relações entre grupos, organizações e instituições.

A participação, como discurso vinculado às ONGs, além de ter seu emprego inflacionado, remete a uma conotação de conceito que não implica uma clareza sobre suas significações específicas, abarcando, sob um discurso uníssono, diferentes sentidos e práticas possíveis. A própria realidade da prática dessas organizações, em suas funções de mediação, representação, articulação e fomentação da participação da sociedade civil, está atravessada pela institucionalidade que hoje as caracteriza, sendo permeada tanto por aquela do Estado que as legitima por força de lei, por aquela das organizações financiadoras das quais dependem e perante as quais se afirmam por negação, quanto pela institucionalidade própria das ONGs, como organizações instituídas na sociedade que buscam, acima de tudo, a perenidade. A participação insere-se, assim, num emaranhado de regras, normas, valores, interesses, lógicas e demandas provenientes das organizações financiadoras, com suas institucionalidades específicas (governo, empresas, organizações internacionais, etc.), e das próprias ONGs; emaranhado este no qual os interesses e as demandas efetivamente provenientes da população tornam-se apenas mais um elemento. A problemática da participação se apresenta, então, no âmbito institucional das ONGs, delineando sua especificidade e apontando para um campo fecundo e instigante de investigação.

Se, por um lado, tal problemática apresenta uma dimensão conceitual, referente às ideias e aos sentidos que a ela se agregam, podendo, com frequência, encontrar um emprego ideológico, por outro, inserem-se nela a concretude e as vicissitudes do fenômeno social a que se denomina *participação*, fenômeno este remetido aos processos sociais que envolvem sujeitos, grupos e instituições. A difusão da palavra *participação*, supondo-se um sentido único a partir do qual se alienam seus sentidos múltiplos que, por vezes, são antagônicos e contraditórios, pode fazer perder de vista o que define primordialmente a participação quando atribuída aos indivíduos. Ou seja, pode-se perder de vista justamente a suposição de uma relação fundamental entre sujeitos, mesmo que de diferentes naturezas, caracterizando a participação como processo social do qual os próprios sentidos e ideologias fazem parte como construções intersubjetivas.

Abstraindo-se as diferenças de significações possíveis e retomando o sentido fundamental que deu origem à palavra, a participação, como ação de *tomar* ou *fazer parte*, só recebe seu sentido em meio às partes cabidas e tomadas pelos demais, implicando uma relação necessária, direta ou indireta, entre essas partes. A compreensão fundante da participação como expressão de uma relação intersubjetiva, apresentando-se como processo

grupal que abarca sujeitos e grupos, acaba por torná-la, junto à sua problemática, objeto passível de estudo segundo conceitos psicanalíticos voltados à compreensão da especificidade dos processos sociais e das articulações entre sujeito e o grupo. É nesse sentido que o presente trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo aprofundado sobre a problemática da participação no âmbito institucional das Organizações Não-Governamentais sob uma perspectiva psicanalítica de sujeito, grupos e instituições.

O primeiro capítulo foi elaborado buscando justamente explicitar e fundamentar a perspectiva psicanalítica em que este estudo se baseia e se constrói. Tal seção dedica-se a assentar o pano de fundo da racionalidade analítica em sua dimensão intersubjetiva, demonstrando o papel da intersubjetividade na compreensão psicanalítica de sujeito e apresentando o desenvolvimento, conforme elaborado por psicanalistas como José Bleger e René Kaës, entre outros, dos fundamentos freudianos no sentido da superação da oposição entre sujeito e grupo, concedendo subsídios conceituais para a leitura de processos sociais sem perder de vista a articulação entre um e outro.

O segundo capítulo aborda, inicialmente, a problemática da participação por meio da análise das características dos fenômenos, tal como descritos pelos diferentes conceitos de participação na literatura das ciências sociais estudada. Delineados dois fenômenos de naturezas distintas – aquela referida ao ato racional do indivíduo balizado pelo enquadre institucional, e outra referida à coletividade, com processos próprios e tendência à *"irracionalidade*", insurgida às margens do enquadre institucional vigente com o objetivo de transformá-lo – denominados *participação*, propõe-se uma releitura sob perspectiva psicanalítica. Partindo-se da premissa de que a *participação*, por definição genérica, consiste em uma relação intersubjetiva, compreendendo o sujeito em sua articulação mutuamente constitutiva com o grupo, ambos sob regência de uma causalidade inconsciente, os fenômenos denominados *participação* pela literatura estudada são lidos aqui como parte de um mesmo processo intersubjetivo que expressa a dialética *instituinte* versus *instituído*. A partir das definições de *participação instituída* e *participação instituinte* propostas, e intrinsecamente relacionadas, aborda-se a problemática da participação no âmbito institucional das ONGs. Por meio de pesquisa sobre os elementos que teriam servido de berço e de fonte de legitimidade para a constituição destas organizações nos anos 1970 e 1980 (Centros de Educação Popular, metodologias de pesquisa participativa, movimentos sociais e associativismo característicos da formação do Terceiro Setor), demonstra-se uma relação entre a origem de tais organizações e uma participação de caráter instituinte (popular, espontânea e transformadora).

O terceiro capítulo apresenta um estudo sobre a problemática da participação no

âmbito institucional das ONGs. Sustentando-se e legitimando-se, na atualidade, por meio de ideologias construídas com esses sentidos instituintes de origem (*transformação social* e *proveniência da sociedade civil*), tais organizações estão imersas e amarradas na institucionalidade. Ao estabelecerem relações de dependência e sendo atravessadas pelas lógicas provenientes das instituições políticas e econômicas às quais o nome *ONG* ainda sustenta uma negação constitutiva, essas organizações, instituídas na cultura em busca da perenidade, evidenciam o paradoxo de se afirmarem como agentes de transformação. O presente trabalho traz à cena o sujeito psíquico na compreensão da dialética *instituído* versus *instituinte* que caracteriza a problemática da participação, bem como aborda, sob o prisma psicanalítico, os processos institucionais e as possibilidades de mudança. Para tanto, considera-se aqui as instituições não apenas como formações culturais e sociais, mas como formações psíquicas, enfatizando-se a função que cumprem não apenas de regulação das relações sociais, mas de estruturação do sujeito psíquico.

O quarto capítulo, por fim, complementando o estudo teórico sobre essa problemática e com o intuito empírico exploratório, apresenta a análise de três entrevistas realizadas com gestores de ONGs, buscando compreender, a partir das falas apresentadas, os modos pelos quais os sujeitos – aqui entendidos como *sujeitos do grupo*, tal como proposto por René Kaës – lidam com os paradoxos de suas práticas participativas, uma vez inseridos no âmbito institucional dessas organizações.

# CAPÍTULO I – UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA DE SUJEITO, GRUPOS E INSTITUIÇÕES

A palavra *participação* pressupõe um ato que, embora em última instância individual, remete, por definição da língua portuguesa, a uma relação intersubjetiva. Participar é (1) "comunicar, fazer saber, informar"; (2) "ter ou tomar parte em"; (3) "associar-se pelo pensamento ou pelo sentimento; solidarizar-se"; (4) "ter natureza ou qualidades de, comunicar-se com" (MICHAELIS, 2000). Ou seja, *participar* refere-se a um ato que necessariamente implica um alguém – comunicar algo a alguém, ter ou tomar parte de algo com alguém, associar-se a alguém, solidarizar-se com alguém, ter a qualidade de alguém, recebendo aí seu sentido de participação como "ato ou efeito de participar".

Apenas pela retomada do sentido literal da palavra portuguesa de uso comum, sem conotação de conceito, pode-se observar que a participação envolve, portanto, um sujeito que age ao mesmo tempo em que sua ação remete necessariamente à intersubjetividade, em função da qual aquele agir acontece, adquirindo então o sentido atribuído pelo substantivo. Nesse sentido genérico do termo, *participar* refere-se a um conjunto de ações passíveis de serem assim denominadas, independentemente do sujeito ou dos objetos que acompanham a ação definida pelo verbo.

A conotação de conceito historicamente atribuída à palavra *participação*, no entanto, busca, de diferentes maneiras, dar conta de um conjunto específico de fenômenos aos quais se denomina *participação*, envolvendo ações, sujeitos e implicações específicas, apresentando características particulares com ênfases distintas aos diferentes elementos do ato de participar de um sujeito individual ou remetido a um grupo. Apesar das diferenças fundamentais entre as variadas compreensões da *participação*, diferenças que serão apresentadas no decorrer deste trabalho, pode-se inicialmente partir do pressuposto expresso pela definição da palavra em si de que esta se refere a uma ação, a um sujeito da ação (seja ele singular ou plural) e a relações intersubjetivas.

Como relação intersubjetiva por definição, a compreensão da *participação* implica uma concepção de sujeito, dos determinantes de seu pensamento e ação, em relação a uma concepção de grupo e de seus processos específicos. É nesse sentido que se propõe aqui o estudo da problemática da participação sob a perspectiva psicanalítica do sujeito, dos grupos e das instituições. O corpo teórico psicanalítico apresenta concepções de um sujeito regido não pela razão cartesiana plena e soberana, mas por uma causalidade outra, inconsciente, que

determina seu pensamento e ação. Essa racionalidade analítica desenvolvida pela psicanálise na compreensão do sujeito mostra-se, por sua vez, fundamental à compreensão dos processos e formações específicas aos conjuntos intersubjetivos. Ao mesmo tempo, a própria intersubjetividade apresentará os fundamentos da constituição do sujeito psíquico e dessa racionalidade que o caracteriza.

Sustentando a contribuição freudiana ao rompimento de uma histórica antinomia entre indivíduo e grupo na compreensão do sujeito, por um lado, e dos fenômenos sociais, por outro, a perspectiva psicanalítica apresentada neste capítulo enfatiza a articulação entre as concepções de sujeito e grupo, realidade psíquica individual e realidade psíquica grupal. Por meio da apresentação de um sujeito tido como *sujeito do grupo*, constituinte do grupo ao mesmo tempo em que é por ele constituído, fundamenta-se uma abordagem psicanalítica da problemática da participação, tida como processo tanto social como psíquico, propondo-se aqui caminhos para a reflexão.

## 1. A hipótese do inconsciente e a racionalidade analítica

A concepção de Homem e de razão esteve historicamente relacionada ao processo de construção do conhecimento filosófico-científico que implicava um incessante repensar-se em termos ontológicos, metodológicos e epistemológicos. Construir um conhecimento supunha a reflexão sobre a natureza disso que se conhece, como se conhece o que se está a conhecer e quem é esse que conhece. Nesse processo incessante de construção de conhecimento, a passagem do pensamento medieval para o pensamento moderno no século XVII significou mudanças fundamentais na forma de conhecer o mundo e de compreender o Homem. As sociedades ocidentais modernas teriam passado de um obscurantismo próprio à época medieval, marcado pelo misticismo da religião e pela explicação teocêntrica do mundo, a um mundo claro, regido e conhecido por meio da razão, centrado no homem consciente. A noção de consciência e de racionalidade que aí se desenvolveria iria consolidar uma visão de homem moderno, com sua razão pura e soberana, que influenciaria e caracterizaria profundamente toda a cultura moderna.

Essa transição para o período moderno, como se sabe, foi marcada por transformações econômicas, políticas, sociais e religiosas, e também por mudanças fundamentais nas concepções de mundo, do Homem e de Deus; como contam a história da filosofia e das sociedades humanas ocidentais, as certezas, até então ditadas, sustentadas e defendidas por instituições vinculadas ao poder econômico, social, político e religioso, foram questionadas.

A modernidade anunciava o novo em ruptura com a tradição, trazia o sentido da mudança e da transformação. O rompimento com os dogmas e as verdades até então inquestionáveis levou ao mergulho num universo de incertezas e questionamentos cuja emersão se daria por meio da certeza fundada na razão do homem. Assim, em contraposição às verdades da tradição, à autoridade da fé e das instituições típicas do pensamento feudal, agora consideradas deturpadoras do conhecimento, o pensamento moderno anuncia o indivíduo, em sua consciência e razão, como o lugar da certeza e da verdade (MARCONDES, 1997). A real e verdadeira possibilidade de conhecimento estaria no interior do próprio homem, sendo alcançável por meio de sua racionalidade.

Essa noção de racionalidade é caracterizada pelo pensamento cartesiano que será um dos principais representantes da tentativa de responder às preocupações epistemológicas e metodológicas sobre a construção do conhecimento, tomando a razão como central, tanto na compreensão do indivíduo, quanto na fundamentação da ciência (PACHECO, 2000a). O mundo dar-se-ia a conhecer por meio da racionalidade humana que, norteada pelo método científico, apreenderia a verdade, sendo este considerado o único e verdadeiro meio de se conhecer o mundo. No entanto, tal como afirma Figueiredo (1996, p. 16), se por um lado o homem moderno se percebe como "senhor de direito de todas as coisas", tendo centralizada em sua consciência e razão a possibilidade de acesso à verdade e à certeza, por outro, se reconhece como "fonte primordial de seus próprios erros e desatinos", tendo que se impor a autodisciplina de um método para ter acesso ao conhecimento plenamente objetivo. Assim, segundo esse autor, o método e a autodisciplina ter-se-iam constituído como meios de excluir do sujeito aquilo que não o torna confiável, concebendo um sujeito conhecedor pleno e neutro, senhor absoluto de sua consciência e vontade, como meio de acesso a um conhecimento verdadeiro, invariável e universal.

Tal busca, através do método, pelo autocontrole e pela autocorreção do sujeito que conhece teria, tal como demonstra Figueiredo (1991, 1996), dado origem a um projeto de psicologia como ciência natural do subjetivo, atendendo à proposta de cientificidade das ciências naturais ao buscar apreender a natureza interna do homem, considerada hostil à disciplina do método, tendo como pretensão sua neutralização.[1] Este autor apresenta a psicologia como nascida na contradição entre ser um projeto de ciência sobre o subjetivo, tratando-o como um objeto das ciências naturais, ao mesmo tempo em que esse objeto, ou

[1] Em *Matrizes do pensamento psicológico* (1991) Figueiredo demonstra como a diversidade teórica e metodológica da psicologia é reflexo das variadas formas de articulação com esse projeto de cientificidade e com a tentativa de fazer da psicologia uma ciência independente daquela que lhe dera origem.

seja, a natureza subjetiva que se pretende desvendar, é o próprio meio de acesso a esse conhecimento sobre o subjetivo. Surgindo assim para conhecer o sujeito que conhece, a psicologia acabou tendo que lidar justamente com o avesso do sujeito pleno da modernidade centralizado na razão. A inevitável consequência é que tal projeto de autocontrole do sujeito apresenta, em sua busca, sua impossibilidade: "inevitavelmente, quanto mais avança, mais a razão descobre motivos para duvidar de sua própria integridade e autossuficiência, mais ela detecta em si os sinais do inimigo" (FIGUEIREDO, 1991, p. 19).

Aquilo mesmo do sujeito que se pretendia ver banido pelo método por meio do conhecimento sobre a natureza subjetiva, teria se tornado, segundo Figueiredo (1991, 1996), o território de todas as psicologias. Em meio à diversidade de práticas e saberes que se constituíram no campo psicológico, e também a outros saberes contemporâneos, a psicanálise teria expressado melhor e com maior profundidade justamente

> a falência do sujeito da modernidade com suas pretensões de autonomia, reflexividade e autocentramento. Nenhum sistema teórico foi mais longe que a psicanálise no descrédito de autodomínio, no descentramento e na dissolução da unidade do sujeito, na impugnação da suposta transparência de sua consciência, na contestação da força de sua vontade, etc. (FIGUEIREDO, 1996, p. 21)

Com a "descoberta" do inconsciente, o sujeito até então compreendido a partir de sua razão plena é destronado de sua soberania sobre si mesmo. Como diz Freud (1917/1996), a partir do pensamento psicanalítico, o homem deixa de ser "senhor em sua própria casa", apontando para algo a ele próprio mantido encoberto, desconhecido de sua consciência. Algo ignorado de si que determina, segundo uma causalidade própria, seu pensamento e ação. Este algo inconsciente passa a ser central na compreensão de homem e de razão instaurada pela psicanálise, rompendo com a racionalidade cartesiana tão marcante na concepção de homem da sociedade ocidental moderna.

Vale ressaltar, no entanto, que a psicanálise, desde a sua origem, estabeleceu relações ambivalentes com a cientificidade caracterizada pela lógica cartesiana, desta se aproximando e se afastando ao longo de sua história. O próprio Freud, médico de formação e inserido no universo da ciência médica e da neurologia, tinha a convicção de que a psicanálise era uma ciência do psíquico, considerando, segundo Pacheco (2000b), que o método psicanalítico poderia finalmente desvincular a investigação dos fenômenos psíquicos do domínio exclusivo da filosofia, o que lhe permitiria buscar um desenvolvimento sistemático e progressivo equivalente ao de outras disciplinas científicas, inserindo sua *ciência do psíquico* no âmbito

das ciências naturais. A tentativa da psicanálise de se aproximar da cientificidade caminhou ao lado de momentos em que o afastamento da mesma era necessário para que a psicanálise pudesse manter sua especificidade. Um movimento que caracterizaria, tal como demonstra Souza (2000), as diferenças entre as variadas linhas psicanalíticas com maiores ou menores pretensões de cientificidade. Para Figueiredo (1991, 1996), no entanto, a busca da psicanálise pelo reconhecimento como ciência faz menos sentido do que a necessidade desta de afirmar justamente sua contraposição à compreensão de sujeito pleno e consciente característico da cientificidade moderna que foi paradoxalmente tão almejada por Freud e alguns psicanalistas.

O debate sobre a cientificidade, presente e fundamental também na psicologia, é histórico e extenso, tendo cabido aqui apenas apontá-lo. O fato inegável é que a psicanálise instaura uma nova compreensão sobre a racionalidade e a consciência, apresentando uma causalidade outra dos fenômenos psíquicos. Se na racionalidade cartesiana a razão era considerada sinônimo de consciência, na racionalidade analítica freudiana, a dimensão inconsciente adquire centralidade na compreensão do sujeito, sendo a consciência considerada apenas uma superfície de uma extensa e profunda inconsciência. Uma nova compreensão de sujeito surge: o sujeito do inconsciente.

A psicanálise, tal como lembra Pacheco (2000a), inaugura-se justamente na tentativa de explicação de fenômenos deixados de lado pela ciência e relegados ao campo do misticismo e da superstição. A histeria, a hipnose, a sugestão, os sonhos, os atos falhos, entre outros, tornam-se objetos de investigação freudiana "elevados" ao status de objetos científicos, encontrando na hipótese do inconsciente sua possibilidade de compreensão. Essa hipótese passará a articular toda a teoria psicanalítica sobre a determinação do fato psíquico, descrevendo as leis de seu funcionamento, tornando-se o inconsciente o objeto epistêmico primordial e fundante da psicanálise.

A psicanálise tem início com a investigação da histeria[2] e dos sonhos[3] a partir de um

---

[2] Freud, inicialmente, intriga-se com as histéricas, a sugestão e a hipnose, lançando, junto com Breuer num primeiro momento, um esboço de uma hipótese de causalidade inconsciente dos processos psíquicos subjacentes aos fenômenos observados em pacientes histéricas. Em *Estudos sobre a histeria* (1893-1895/1996), Freud busca jogar alguma luz à causação e ao significado dos sintomas histéricos, realizando uma distinção inicial entre o consciente e o inconsciente, abrindo a possibilidade, na época surpreendente, de se compreender o sintoma expresso no corpo como algo de origem psíquica e não física. Ele supunha que os sintomas histéricos se refeririam a fatos da vida do paciente carregados de afeto, sendo o produto do represamento destes afetos. A catarse, baseada na hipnose, é então apresentada como método para a descarga dessa cota de afeto mantenedora do sintoma, tendo posteriormente, tal como relata Freud (1925/1996), sido descartada para dar lugar ao método psicanalítico.

[3] Os sonhos, por sua vez, serão também um objeto fundamental de investigação freudiana, considerados uma manifestação da vida mental normal e a via régia de acesso aos conteúdos inconscientes e à análise de seus processos de formação. Em *Interpretação dos sonhos* (1900/1999), Freud demonstra que os conteúdos manifestos nas imagens oníricas seriam uma fachada ou um simulacro de conteúdos latentes, um meio

método específico e interpretativo, tendo como eixo explicativo a hipótese do inconsciente cujos efeitos são seu meio de acesso: além dos sintomas e dos sonhos, os atos falhos, os chistes, etc. Para Freud (1925/1996), o método psicanalítico teria tornado possível demonstrar que os sonhos possuem um significado e uma função para o psiquismo. Da mesma maneira, permitiu-lhe compreender os sentidos e origens dos sintomas histéricos e neuróticos cujo eixo de explicação será o papel desempenhado pela sexualidade e pela repressão, observando em sua clínica e na vida cotidiana as diversas formas em que o inconsciente, como conteúdo reprimido à consciência, expressa-se, dando-se a conhecer.

Nesse sentido, a psicanálise não se caracteriza apenas por suas teorias e leis do funcionamento psíquico, tornando seu objeto fenômenos inexplicáveis, trazendo o inconsciente ao centro da compreensão do sujeito psíquico, mas se volta à construção de métodos para investigação e modos de intervenção. A formulação de um meio de acesso aos processos inconscientes e de intervenção clínica é intrínseca à construção do conhecimento sobre o inconsciente e sobre o sujeito psíquico. Assim, o lugar, por excelência, de construção do conhecimento psicanalítico e de acesso aos processos inconscientes é o dispositivo clínico sofá-divã, caracterizado pelo objetivo terapêutico; pela proposta de associação livre que se estabelece como regra fundamental da psicanálise, cujo objetivo é permitir a expressão do conteúdo inconsciente em sua relação com a repressão; pela atuação interpretativa do analista sobre esse conteúdo; pelo enquadre, com variáveis fixadas, dentro do qual uma relação específica se dá, ou seja, a relação transferencial considerada fundamental para o processo de análise.

O método psicanalítico é assim originado a partir dessa situação paradigmática da cura individual de um adulto neurótico, com objetivo terapêutico e ao mesmo tempo investigativo dos fenômenos psíquicos, com regras específicas que regulam a relação intersubjetiva particular que ali se dá, propondo ao paciente a livre associação e cabendo ao analista a interpretação (KAËS, 2011). Apesar de surgida a partir da investigação sobre o funcionamento psíquico do sujeito, caracterizada pelo enquadre clínico marcado pela relação sofá-divã, a psicanálise não se limitara em seu desenvolvimento a essa situação característica que lhe dera origem, expandindo-se e transformando-se em variadas direções, com distintas implicações.

Mesmo tendo a psicanálise constituído seu campo de objetos teóricos e práticos a

---

disfarçado de realizar um desejo inconsciente que fora reprimido. Alcança, por meio do método interpretativo, descrever os processos e mecanismos de formação dos sonhos cuja elaboração seria um exemplo do funcionamento psíquico inconsciente.

partir de um dispositivo metodológico específico que é o da cura individual de adultos neuróticos, Kaës (2011) enfatiza que esta não teria se restringido à prática da cura, vide as especulações freudianas que não se limitam a esta prática. O próprio Freud não teria se limitado ao estudo exclusivo da psique individual, "aplicando" suas concepções na compreensão de objetos mais amplos e de saberes constituídos em outras disciplinas como a biologia, a linguística, a etnologia e a psicologia social (KAËS, 2011). O desenvolvimento teórico elaborado por Freud sofreria transformações, modificando-se e complexificando-se ao longo de suas investigações. Como será aqui abordado, a ênfase a certos elementos na explicação do funcionamento psíquico alterar-se-ia também, extrapolando as interpretações do campo da clínica e do funcionamento psíquico individual balizados pelo enquadre específico da relação terapêutica dual, para os fenômenos sociais e para a consideração cada vez mais densa e complexa da dimensão intersubjetiva da constituição do sujeito psíquico, do inconsciente e da racionalidade analítica que pressupõe. Lançando-se, assim, as bases para o desenvolvimento de uma abordagem psicanalítica dos grupos e das instituições.

Além disso, Freud afirmava que a utilização da análise para a terapia das neuroses seria apenas uma de suas aplicações (FREUD apud KAËS, 2011), abrindo brechas para que outras utilizações pudessem ser feitas no futuro. Nessa esteira ter-se-iam desenvolvido a clínica da psicose, a infantil e o método psicanalítico de grupos, em todas as suas variantes. Kaës (2011) considera serem todas estas parte de uma clínica psicanalítica estendida, apresentando outros dispositivos, aprofundando o conhecimento psicanalítico e os esboços deixados por Freud, investigando outros processos e formações inconscientes para além da situação paradigmática da cura individual de um adulto neurótico, permitindo o aprofundamento do conhecimento sobre o inconsciente, sobre o sujeito e sobre o grupo.

Segundo Kaës (2011, p. 53), um autor que, como veremos, dedica-se a uma abordagem psicanalítica de grupos, a "extensão das práticas da psicanálise, sob a condição de que seja controlada, é um efeito da infinitude de nosso conhecimento do inconsciente". Ou seja, segundo esse autor, as condições de conhecimento do inconsciente não estão definidas e acabadas, devendo ser constantemente repensados seu objeto teórico e os meios de acesso a ele. O conhecimento do inconsciente vai se modificando e se ampliando junto com as mudanças ocorridas na pratica da psicanálise e do desenvolvimento de outros dispositivos metodológicos. Nesse sentido, Kaës (2011) considera que restringir o conhecimento sobre o inconsciente à situação que dera origem à psicanálise seria limitar a possibilidade de acesso ao conhecimento do inconsciente que pode ser considerado como infinito.

Para além das quatro paredes da clínica individual e da chamada clínica estendida,

portanto, a hipótese do inconsciente, fundadora de uma nova concepção de razão e de homem, expande-se de variadas maneiras. Do ponto de vista da própria construção teórica e metodológica, a psicanálise parte da compreensão da psicopatologia do indivíduo na clínica para a formulação de uma concepção geral de sujeito psíquico e dos fenômenos psíquicos normais, influenciando a concepção de sujeito e razão da sociedade ocidental, difundindo-se na cultura e na compreensão mais íntima dos sujeitos sobre si mesmos.[4] Por sua vez, as transformações e os próprios acontecimentos culturais e sociais impactaram o desenvolvimento do corpo teórico e metodológico psicanalítico.[5]

As guerras mundiais, por exemplo, impactaram a psicanálise de maneira fundamental na direção da problemática da intersubjetividade. Por um lado, em função das demandas clínicas decorrentes de traumas pós-guerra, exigiu-se dos sucessores de Freud, por questões econômicas, a elaboração de dispositivos grupais que dessem conta da quantidade e da especificidade das demandas (em sua dimensão clínica, social e econômica) que uma clínica individual não conseguiria cumprir. Ao mesmo tempo, as guerras e o fascismo teriam inquietado o próprio Freud, levando-o à busca da compreensão da psicologia de massas, grupos e instituições, apresentando elementos à ideia de uma realidade psíquica específica aos grupos e modificando aspectos importantes de sua teoria sobre o sujeito psíquico, considerando com cada vez mais relevância a dimensão intersubjetiva da constituição do

---

[4] O pensamento psicanalítico, ao ser absorvido pela cultura de diversas e, por vezes, antagônicas maneiras pôde, tal como discute Kehl (2002), firmar-se, como a prática da dúvida, apontando justamente para o desconhecido inapreensível de nós mesmos, influindo na compreensão que fazemos de nós, de nossos afetos e ações. Por outro lado, ele também pôde difundir-se como fonte explicadora e redutora de tudo aquilo que não encontra explicação racional, bem expressa pela frase "Freud explica", preenchendo de sentidos as lacunas inerentes aos sujeitos. A difusão do conhecimento psicanalítico, no entanto, retorna à clínica ao criar demandas de análise, trazendo sujeitos em busca de um "auto-conhecimento" a eles ofertado pelo método psicanalítico difundido menos como prática da dúvida do que como explicação reveladora em que, justamente, "Freud tudo explica". Santos (2001), ao investigar a difusão do saber psicanalítico no Brasil e a decorrente produção de demanda de análise, observa que o sujeito, ao perceber-se desconhecido de si mesmo, encontra na oferta da psicanálise uma possibilidade de resposta a essa demanda de desvendamento. No entanto, a demanda de autoconhecimento e a oferta de acesso à verdade ao falar sobre si, por meio de uma psicanálise difundida como sendo explicativa, é uma busca fracassada desde início, dada a própria estrutura psíquica inconsciente que supõe um não-saber inerente ao ser. Nessa via de duas mãos, o conhecimento psicanalítico, quando transborda para fora da clínica, também retorna para dentro dela, de diferentes maneiras.

[5] A psicanálise, nesse sentido, não está restrita ao universo da clínica e ao dispositivo freudiano originário, relacionando-se intrinsecamente com o mundo social e cultural em que está inserida e sobre o qual exerce influência, como forma de pensamento, e do qual também sofre influência, transformando-se. O que surge na clínica como demanda diz sobre o mundo social mais amplo, como sintomas dos acontecimentos e das transformações sociais e culturais de uma época. Por exemplo, se a histeria era a expressão incômoda de uma época marcada pela repressão sexual, sendo o sintoma predominante do sofrimento psíquico no final do século XIX, tendo fundado o interesse psicanalítico, hoje a depressão se torna, tal como demonstra Kehl (2009), a expressão crescente e "inconveniente" característica de um sintoma social contemporâneo, denunciando o avesso do que a sociedade atual postula como ideal, não havendo neste ideal espaço de aceitação da angústia, da falta e do conflito constitutivo do sujeito. O que surge na clínica, fruto das novas realidades culturais e sociais, afeta os rumos das investigações psicanalíticas e das ênfases em seu campo de objetos e corpo teórico.

sujeito psíquico.

A racionalidade analítica passa a ser apresentada não apenas na compreensão do sujeito, mas nos processos sociais e grupais, apontando para uma dimensão inconsciente dos fenômenos sociais ao mesmo tempo em que ressalta a dimensão intersubjetiva dos processos psíquicos.

A psicanálise difundiu uma concepção de sujeito que rompeu com a racionalidade cartesiana, apontando para um desconhecimento inerente ao ser, constitutivo do sujeito. Um desconhecimento inevitável e intrínseco ao ato de conhecer o mundo e a si mesmo, fundamental à vida em sociedade e sustentáculo da razão. A racionalidade analítica, instaurada pela psicanálise, será determinante não apenas na compreensão do sujeito, de si mesmo, na clínica e na cultura, mas far-se-á presente na compreensão dos processos sociais, do funcionamento dos grupos e das instituições. A hipótese do inconsciente faz-se presente não apenas na compreensão do sujeito psíquico, de seu pensamento e ação, mas na compreensão dos fenômenos sociais protagonizados por sujeitos compreendidos como constituídos e sustentados, em seus psiquismos, pela intersubjetividade.

## 1.1. A intersubjetividade na compreensão freudiana do sujeito

O caminho percorrido por Freud no desenvolvimento de sua teoria expressa uma expansão da psicanálise das quatro paredes da clínica, lugar por excelência da investigação freudiana, valendo-se de sua concepção de sujeito psíquico para compreender os fenômenos sociais ao mesmo tempo em que a constitui e a desenvolve influenciado por seu entendimento destes fenômenos. O processo de construção do pensamento freudiano é marcado pela passagem de uma preocupação exclusiva com o funcionamento intrapsíquico, no caso das histéricas, para uma preocupação cada vez mais considerável com a dimensão intersubjetiva na constituição do sujeito psíquico, tecendo a compreensão de uma realidade psíquica específica aos grupos articulada com a hipótese do inconsciente. A noção de uma realidade psíquica específica aos grupos será fundamental ao desenvolvimento de toda a psicologia de grupos e da psicanálise voltada à compreensão de grupos e instituições.

Freud, a partir de especulações acerca dos fenômenos de massa que marcavam sua época, foi o primeiro a considerar o grupo como o lugar de uma realidade psíquica específica (KAËS, 1997, 2000, 2011). A realidade psíquica do conjunto intersubjetivo elaborada por Freud pressupõe, segundo Kaës (1997, 2000, 2011), que os fenômenos de grupo são irredutíveis aos fenômenos individuais dos sujeitos que o compõe, supondo formações e

processos específicos ao grupo, cuja consistência e organização dependem do conjunto como tal. Considera-se, portanto, haver algo em acontecimento nos grupos que transcende a soma dos indivíduos, devendo ser compreendido como fenômeno específico que tece articulações com os fenômenos individuais. A questão dos grupos intersubjetivos, tal como apresentada por Freud, propiciaria à psicanálise um "eixo de pesquisa sobre o fundamento da realidade psíquica individual nos conjuntos intersubjetivos, mais precisamente sobre a realidade psíquica que se forma, circula, se transforma nos conjuntos e que constitui um dos suportes do sujeito do inconsciente" (KAËS, 1997, p. 36).

Muitos foram os textos freudianos considerados *especulativos* ou de *psicanálise aplicada* ou denominados *sociais* ou compreendidos como *estudos sociológicos*. Na verdade, alguns, mesmo não sendo considerados *sociais* apresentam concepções fundamentais para a compreensão do papel da intersubjetividade na constituição do sujeito psíquico, o que torna essa divisão entre seus trabalhos pouco relevante, dado que seus textos e ênfases foram articulando as compreensões entre sujeito e sociedade, alimentando-se mutuamente. Em *À guisa de introdução ao narcisismo* (1914), por exemplo, um texto fundamental para a compreensão do sujeito psicanalítico, Freud apresenta o indivíduo como levando uma dupla existência, sendo o fim para si próprio em seu narcisismo, ao mesmo tempo em que é elo, beneficiário, servidor e herdeiro da cadeia intersubjetiva em que nasceu imerso (KAËS, 1997, 2011). Ou seja, ao afirmar que o narcisismo da criança está apoiado nos sonhos de desejos não realizados pelos pais, Freud, segundo Kaës (2011), apresenta um sujeito submetido a uma ordem intersubjetiva que o constitui formada pelos desejos inconscientes daqueles que o precederam. A vida psíquica do sujeito estaria determinada por uma dimensão interna e outra externa, relativa ao conjunto dentro do qual se constitui nasce imerso. Essa concepção de um sujeito duplamente determinado poderia ser considerada, segundo Kaës (2011), um dos caminhos freudianos de superação da oposição entre individuo e grupo. Apesar da existência de outros textos que caminham nesse sentido, para o propósito do presente trabalho serão apresentados brevemente três dos estudos freudianos que expressam com maior ênfase a tentativa de compreensão da realidade psíquica dos grupos em articulação com as psiques individuais, concedendo as bases para a compreensão de um sujeito do grupo e da instituição.

Os trabalhos *Totem e tabu* (1913)*, Psicologia de grupo e análise do ego* (1921) *e Mal-estar na civilização* (1930) seriam, segundo Kaës (1997, 2000) os três modelos teóricos freudianos que explicariam as formações e os processos da realidade psíquica que se estabelece na passagem do indivíduo à série e da série ao conjunto intersubjetivo organizado. São modelos de agrupamentos que investigariam os processos e formações postos nessa

passagem da pluralidade como mera soma de indivíduos à constituição de um grupo intersubjetivo organizado, marcado pela formação de vínculos, com estruturas, organizações e processos psíquicos próprios.

O primeiro dos modelos freudianos de passagem da série ao grupo, tal como definido por Kaës (1997), é *Totem e tabu* (1913). Este trabalho é reconhecidamente inaugural e marcante na contribuição freudiana ao pensamento sobre os grupos, apresentando a instauração da lei como organizadora da estrutura psíquica e dos vínculos (KAËS, 1997). Com o assassinato do pai tirano e repressor pelos irmãos, estabelece-se uma luta de todos contra todos, fazendo-se necessária a instauração de uma lei organizadora do grupo. Nessa passagem, da horda selvagem, onde todos estão submetidos a uma lei exterior do pai tirano, para um grupo organizado pela instauração da lei autoimposta, alguns processos fundamentais à compreensão do funcionamento dos grupos em relação ao psiquismo do sujeito são apresentados, trazendo uma compreensão sobre o funcionamento psíquico em sua estruturação e sustentação intersubjetiva.

A hipótese freudiana em *Totem e tabu*[6] (1913/1996) considera que na horda paternal, ao assassinarem o pai e devorá-lo, os irmãos, ao mesmo tempo em que realizam seu ódio podem se identificar com o pai, vivenciando um sentimento ambivalente, marcado pela satisfação de realização do ódio e pelo remorso e sentimento de culpa fruto da afeição descoberta pelo pai. Em meio aos sentimentos ambivalentes e à luta de todos contra todos numa horda sem pai, acabam impondo restrições a si mesmos, restringindo a satisfação de seus instintos agressivos em função da vida em sociedade e da proteção que esta concederia. O sacrifício dos instintos acaba por não deixar ninguém à mercê da força bruta, havendo, portanto, uma substituição do poder do indivíduo mais forte pelo poder de uma comunidade,

---

[6] Em *Totem e tabu* (1913/1996), Freud especula que originalmente os homens viviam numa horda selvagem sob a ordem de um pai tirano que mantinha para si todo o poder e a possibilidade de satisfação sexual com as mulheres. Os irmãos todos, submetidos ao seu poder e à restrição sexual por ele imposta, o temiam, o odiavam ao mesmo tempo em que o invejavam. Os irmãos decidem, então, juntos, matar o pai tirano, devorando-o e colocando fim à horda patriarcal. Ao devorá-lo, segundo Freud, os irmãos se identificam com o pai, adquirindo cada um uma parte da força do pai que temiam e invejavam. No entanto, após o assassinato do pai, os irmãos, embebidos por sentimentos ambivalentes de ódio e amor, satisfeitos, por um lado, pela realização do ódio e por terem posto em prática os desejos de se identificarem com ele ao devorá-lo, experimentam a afeição pelo pai que havia sido recalcada, sendo expressa pela forma do remorso e sentimento de culpa. Por um lado, esse sentimento ambivalente teria levado os irmãos a proibirem o que antes o próprio pai proibia, tornando esse mais forte morto do que vivo. Os irmãos, que eram rivais e queriam todos o poder do pai e as mulheres que antes lhes eram proibidas, terminariam, nessa nova organização, sem o pai e ninguém com força para substituí-lo, instaurando uma luta de todos contra todos. Os irmãos acabam assim anulando o próprio ato, proibindo a morte do animal totêmico que representa o pai, reprimindo o desejo de matá-lo e abrindo mão das mulheres do mesmo clã, instaurando a lei do incesto. Nasceria aí uma comunidade de irmãos fundada sobre os princípios do totemismo, garantindo a não repetição do acontecido em relação ao pai, estabelecendo a renúncia às mulheres do mesmo clã, sendo-lhes permitidas somente aquelas que não pertenciam ao grupo. Da horda selvagem passa-se à comunidade de irmãos.

o que pode ser considerado, segundo Freud, o passo decisivo para a civilização (KAËS, 1997).

Essas restrições impostas entre si pelos irmãos articulam-se em torno do tabu relativo ao animal totêmico cujo morte é proibida, sendo representante do pai morto, recuperando assim as interdições então feitas pelo pai: é interditado aos homens as mulheres do mesmo clã totêmico. Tal como ressalta Enriquez (1983), a origem de constituição de um tabu está na renuncia à satisfação de um desejo. Por um lado, o animal, representante do pai morto, ao mesmo tempo em que nega o ato agressivo do assassinato fundador, reprime o desejo de matá-lo. Essa negação conjunta do assassinato do pai e a repressão do desejo de matá-lo representada pelo tabu em torno do animal totêmico, dar-se-ia no nível intrapsíquico mas, tal como pontua Kaës (2000), é *sustentado pelo conjunto*, para a *manutenção do conjunto*. Por outro lado, a interdição às mulheres do mesmo clã totêmico supõe a renúncia ao desejo de possuí-las, instaurando a exogamia e a lei do incesto. Dessa maneira, a lei totêmica, como restrição à mulher do mesmo clã totêmico, teria sido uma primeira lei ou direito ao restringir a escolha incestuosa de objetos, abrindo precedente para outras restrições que possibilitariam a vida em sociedade. (KAËS, 1997). Segundo essa compreensão, tem-se que tal interdição se dá no nível intrapsíquico, mas seu suporte está na intersubjetividade da qual o sujeito faz parte, sendo uma e outra inextrincáveis.

A hipótese freudiana, demonstrada em *Totem e tabu* (1913/1996), que apresenta como fundante da civilização o desejo reprimido de assassinar o pai e o desejo interditado de possuir certas mulheres, aborda o Complexo de Édipo para além de seu papel na estruturação da psique do sujeito. Segundo Enriquez (1983), em *Totem e tabu*, Freud revela que o desejo do incesto far-se-ia presente em todas as sociedades, sendo esta interdição organizadora da vida social, elemento estrutural não apenas do psiquismo do sujeito, mas da civilização. Nesse sentido, a dimensão intersubjetiva do Complexo do Édipo, tal como apresentado neste trabalho de Freud, fala de uma estruturação psíquica individual que é sustentada pela intersubjetividade.

Essa obra, segundo Enriquez (1983), inauguraria a teoria freudiana sobre o fundamento da vida social, da cultura e da possibilidade de simbolização. O recalcamento se dá no nível intrapsíquico mas se constitui em relação com o nível intersubjetivo da realidade psíquica grupal que lhe concede suporte e fundação. Para esse autor, não haveria como existir um corpo social, instituições e organizações, sem a instauração de um sistema de recalcamento coletivo do desejo, articulando a dimensão intrapsíquica com a intersubjetiva, uma como possibilidade da outra.

Se os sonhos seriam a via régia para a compreensão do inconsciente, a compreensão dos fenômenos do tabu e do totemismo seriam, tal como afirma Enriquez (1983), a via régia para a compreensão do vínculo social. Ao abordar a passagem da horda para o grupo intersubjetivo instituído na cultura, Freud (1913/1996) apresenta a instauração da lei como fundamental a esse processo de constituição do grupo e de vinculação entre os sujeitos, estabelecendo pactos inconscientes que organizam tanto o psiquismo individual quanto os grupos e os vínculos que o caracterizam. Segundo Kaës (1997, 2000), esse primeiro modelo de agrupamento freudiano considera a lei como organizadora tanto da estrutura psíquica dos indivíduos quanto dos vínculos entre os sujeitos agrupados, constituindo-se aí uma realidade psíquica intersubjetiva que se articula de maneira fundamental com a realidade psíquica individual. A realidade psíquica específica aos grupos se expressa, assim, a partir de uma primeira ideia de uma *psique de grupo*, descrevendo "tanto uma realidade psíquica específica, quanto um *continuum* com a psique dos indivíduos que compõe o grupo" (KAËS, 2011, p. 26). A realidade psíquica dos grupos, caracterizada pela noção de psique de grupo, supõe, segundo Kaës, a existência de formações e processos psíquicos inerentes e específicos aos conjuntos intersubjetivos tributários do inconsciente.

Se em *Totem e tabu* (1913/1996) Freud apresenta o fundamento da vida social, possibilitando um olhar sobre a gênese das instituições que se fundam em torno da instauração da lei como organizadora da estrutura psíquica do sujeito e da vida em sociedade, seu trabalho posterior *Psicologia de grupos e análise do ego* (1921/1976), mergulha na vida das instituições, voltando-se para os mecanismos de funcionamento da vida social (ENRIQUEZ, 1983). Segundo Kaës (1997), este trabalho apresentaria um segundo modelo de agrupamento, expandindo a hipótese freudiana elaborada em *Totem e tabu* (1913/1996), ampliando a compreensão iniciada neste último e concedendo uma explicação teórica acerca da estrutura dos vínculos libidinais dos grupos na passagem da horda ao agrupamento, concedendo ao processo de identificação um papel fundamental na ordenação da estrutura libidinal dos vínculos intersubjetivos. Essa obra é marcante no processo investigativo freudiano, pois, ao mesmo tempo em que se propõe a tratar da psicologia de grupo, Freud se aprofunda numa análise do ego, desenvolvendo conceitos fundamentais à psicanálise e à sua concepção de sujeito, como o conceito de identificação.

Logo no início desse trabalho, Freud (1921/1976) faz uma afirmação frequentemente citada em trabalhos de psicologia social, na qual afirma não haver uma separação clara entre a psicologia individual e a psicologia social, uma vez que a primeira não poderia desprezar as relações do indivíduo com os outros:

> O contraste entre a psicologia individual e psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (FREUD, 1921/1976, p. 91)

Explicita, pois, com clareza, que a psicologia individual está inserida na psicologia social. Segundo Kaës (2011), esse trabalho de Freud pode ser considerado um dos enunciados fundadores de uma abordagem intersubjetiva do sujeito. Nele, Freud introduziria à psicanálise a problemática da intersubjetividade, apresentando a estrutura libidinal entre vários sujeitos, a natureza e o papel da identificação, a função dos ideais, todos articulados com a formação do eu (KAËS, 2000).

O conceito de libido, fundamental à economia e dinâmica da psique do sujeito, é apresentada por Freud (1921/1976) como fundamental à compreensão do vínculo intersubjetivo, utilizando-o para jogar luz à psicologia de grupo. A libido é definida por Freud como a "energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daqueles instintos que tem a ver com tudo o que poder ser abrangido sob a palavra 'amor'" (FREUD, 1921/1976, p. 115-116). A significação dada por Freud ao amor seria sexual, "com a união sexual como objetivo" e o vínculo se constituiria por meio da libido inibida em sua finalidade sexual.

A partir dessa concepção de libido, Freud (1921/1976) formula a hipótese de que os vínculos libidinais constituem a essência da psique de grupo e que a necessidade psíquica de manutenção desses vínculos poderia explicar as alterações vividas pelos sujeitos uma vez em grupo. Considera que o abandono da distintividade do indivíduo num grupo, por exemplo, remeteria à impressão de que há uma necessidade de estar de acordo, em harmonia com os demais, de preferência a estar em oposição a eles. A falta de liberdade do indivíduo num grupo, considerado por Freud o principal fenômeno na psicologia de grupo, poderia ser explicada pelos vínculos libidinais estabelecidos entre os sujeitos, cuja desintegração pode ser desorganizadora do psiquismo do sujeito.

Para demonstrar sua hipótese sobre a essência da psique de grupo, Freud tece uma análise da estrutura libidinal de dois grupos altamente organizados, permanentes e artificiais:

a Igreja e o Exército. Considera que, nessas instituições, o sujeito estaria ligado por um lado ao líder (no caso da Igreja, à Cristo e, no caso do Exército, ao comandante chefe) e por outro lado aos demais membros do grupo que se identificariam entre si em relação ao mesmo líder-ideal. Esta dupla vinculação, marcada por laços extremamente fortes, poderia explicar, segundo Freud (1921/1976), as alterações da personalidade do sujeito uma vez em grupo para com ele se manter em harmonia. A crise no grupo, servindo sempre de objeto de investigação fundamental para explicitar as vinculações e os processos psíquicos específicos aos conjuntos intersubjetivos, é apresentada por Freud (1921/1976) como exemplo das consequências da desintegração dos vínculos libidinais entre os membros de um grupo. O pânico coletivo que o grupo militar pode experimentar quando o comandante-chefe morre, explicitaria que algo particular se fazia presente entre os sujeitos unidos em torno da figura do líder que, sem ele, deixara de existir. Sem o líder e, portanto, desfeitos/afrouxados os vínculos, haveria uma retomada das preocupações individuais, desencadeando um medo insano, menos relacionado ao perigo eminente no campo de batalha do que ao relaxamento da estrutura libidinal que mantinham todos unidos numa realidade psíquica compartilhada. Tal como considera Freud (1921/1976), uma vez sozinho, o perigo parece maior ao indivíduo do que seria se este estivesse unido ao grupo, pois, o grupo lhe conferia a inserção e o partilhamento de uma outra realidade psíquica.

O vínculo intersubjetivo entre os membros do grupo supõe, para Freud, a identificação entre os sujeitos em relação a uma figura comum idealizada como o líder. Líder este considerado indispensável à essência e à união do grupo, podendo corresponder a uma pessoa, uma ideia, uma abstração, um desejo, um sentimento. Cada um vinculado ao líder e todos vinculados entre si, identificados em sua vinculação com o mesmo líder-ideal. A identificação, portanto, além de constituir a forma original de vínculo emocional com um objeto e ser a expressão de um vínculo emocional com outra pessoa, fazendo-se presente nos processos da vida psíquica do sujeito singular e na formação do eu, está no fundamento libidinal da vida psíquica dos conjuntos (KAËS, 1997). Um grupo seria, assim, caracterizado por Freud a partir dos vínculos libidinais possibilitados pela identificação.

Esse vínculo libidinal possibilitado pela identificação pressupõe, por sua vez, a renúncia dos sujeitos à realização direta dos fins pulsionais, sendo esta renúncia considerada fundamental tanto à estruturação do psiquismo do sujeito quanto à possibilidade de vida em sociedade. As consequências desta renúncia será tratada em *Mal-estar na civilização* (1930), o terceiro texto freudiano que, segundo Kaës (1997), apresentaria um último modelo de agrupamento. Nesse trabalho, Freud (1930/1997) considera que a renúncia mútua dos sujeitos

à realização direta de seus fins pulsionais em troca do direito de proteção, possibilitaria o amor e o desenvolvimento da cultura, resultando num mal-estar inerente à formação da civilização.

Freud descreve a civilização como "a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos" (FREUD, 1930/1997, p. 41-42). Dentre as exigências, os indicadores e as características da civilização está "a maneira pela qual os relacionamentos mútuos dos homens, seus relacionamentos sociais, são regulados" (FREUD, 1930/1997, p. 48). Nestes relacionamentos, considerados por Freud a mais penosa das fontes de sofrimento do homem, está uma renúncia mútua à satisfação direta dos fins pulsionais, levando à possibilidade de vinculação entre os homens e à produção da cultura por meio da sublimação. Há sacrifícios que são exigidos pela sociedade, como reguladores dos relacionamentos humanos, causando um mal-estar em troca de segurança.

Por um lado, temos a pulsão[7] de vida, relacionada à libido e aos processos de ligação. O vínculo seria basicamente mantido por meio do papel fundamental do amor à civilização, amor originalmente sexual, porém, inibido em sua finalidade e possibilitador do vínculo. Estendendo-se esse amor da família à sociedade, por meio de identificações entre os membros da comunidade, convoca-se a libido inibida em sua finalidade, fortalecendo o vínculo comunal. Por outro lado, há a pulsão de morte que, para além apenas da sexualidade, com sua alta dose de agressividade, leva um indivíduo a considerar o outro não apenas como um objeto sexual, mas como alguém que o tenta a satisfazer sobre um outro sua agressividade. Essa inclinação para a agressão perturbaria a relação do homem com o próximo e em função dessa mútua hostilidade primária entre os seres humanos, a sociedade civilizada estaria em permanente ameaça de desintegração.

Para que não haja tal desintegração, a sociedade estabelece, segundo Freud (1930/1997) limites a esses instintos agressivos, mantendo suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas: estimulando identificações e relacionamentos amorosos inibidos em sua finalidade, restringindo, para tanto, a vida sexual e pregando como mandamento o "amor ao próximo", o que iria "contra a natureza original do homem". Contudo, a inclinação para a agressão segundo esse ponto de vista constitui o homem,

[7] A noção de pulsão compreende um processo dinâmico de uma pressão ou força que faria o organismo tender para um objetivo: teria uma fonte de excitação corporal geradora de tensão, uma meta que se relaciona aos caminhos traçados para a satisfação e, finalmente, um objeto que virá satisfazê-la (Laplanche, J e Pontalis, 2001).

havendo uma disposição instintiva originária e autossubsistente, sendo a agressividade, nesta visão, o maior impedimento à civilização.

Nesse conflito e luta entre o amor, proveniente da pulsão de vida, que reúne os homens, libidinalmente ligados uns aos outros, e a agressividade, como derivada da pulsão de morte e ameaçadora da civilização, estaria, segundo Freud (1930/1997), o significado da evolução da civilização: como luta do homem pela vida. Assim, a passagem da horda para o agrupamento teria restringido a liberdade do homem, retirando uma parcela de sua felicidade ao restringir suas satisfações instintuais e conduzir ao sentimento de culpa (caracterizado pela ambivalência de sentimentos e pelo superego), possibilitando a formação do vínculo intersubjetivo e a vida em sociedade (KAËS, 1997, 2000). Por outro lado, o homem encontra satisfações substitutivas, medidas paliativas para dar conta do sofrimento e do mal-estar que a vida em sociedade resulta, possibilitando, além do vínculo, a criação de cultura que caracteriza a civilização.

Os três textos aqui apresentados de maneira sucinta revelam a consideração freudiana de uma realidade psíquica específica aos conjuntos intersubjetivos em articulação com o psiquismo individual. O conjunto intersubjetivo é apresentado como aquele que concede suporte ao psiquismo, exigindo um pensar sobre o sujeito e sua constituição psíquica como entrelaçada ao conjunto intersubjetivo do qual faz parte e a partir do qual se constitui. Tem-se, portanto, que o olhar freudiano para o sujeito encontra relações intrínsecas e mutuamente fundantes com a intersubjetividade. Por um lado, a racionalidade analítica, tendo como eixo a hipótese do inconsciente, apresenta-se como a chave não apenas da compreensão do sujeito psicanalítico, mas dos processos sociais. Por outro lado, a própria intersubjetividade se mostra uma dimensão fundamental à racionalidade analítica, como será abordado no decorrer deste capítulo.

Apesar de Freud ser reconhecido como o primeiro a considerar uma realidade psíquica específica aos grupos (KAËS, 1997, 2000, 2011) e a elaborar uma articulação entre sujeito e grupo até então inexistente nas ciências humanas (FARR, 1996; KAËS, 2000, 2011), a antinomia histórica entre indivíduo e grupo anterior à Freud manter-se-á depois dele, caracterizando o campo da psicanálise de grupos e instituições em sua relação com a psicologia, com a sociologia, com a psicologia social, com a psicologia de grupos e com a própria psicanálise.

## 2. A psicanálise de grupos entre a psicologia e a sociologia

Apesar de a modernidade ser caracterizada pela centralidade no indivíduo em sua razão plena e soberana, o Homem recebeu alguns golpes fundamentais ao seu descentramento, entre os quais aquele causado pelo pensamento psicanalítico. Três teriam sido, tal como retoma Marcondes (1997), as rupturas com a centralidade atribuída ao Homem a partir de um conceito de natureza humana dotada de consciência autônoma, de uma racionalidade cognitiva e ética, de direitos naturais. O primeiro golpe rumo ao descentramento do Homem teria sido a constatação do heliocentrismo com Copérnico, posteriormente enfatizado por Galileu, retirando o Homem de sua centralidade no cosmos; um segundo golpe derrubaria o Homem de sua centralidade e soberania no reino animal ao ser apresentada cientificamente sua parentalidade com os macacos, passando a ser compreendido, com Darwin, como fruto da evolução; o terceiro golpe teria vindo com a psicanálise, a partir da "descoberta" do inconsciente freudiano que teria destronado o Homem em sua consciência e razão. Do ponto de vista de Freud (1917/1996), estas teriam sido as três feridas narcísicas do Homem, sendo a terceira delas, instaurada por sua hipótese do inconsciente, aquela que o havia descentrado de sua razão até então considerada cartesianamente soberana e plena, apresentando um Homem que não era mais "senhor em sua própria casa".

Esta racionalidade e causalidade inconsciente inaugurada pela psicanálise estaria, no entanto, tal como já abordado, na base não apenas dos acontecimentos psíquicos, mas se fariam presentes nos acontecimentos sociais protagonizados por sujeitos que, por estarem em conjunto, participam e experimentam uma realidade psíquica específica ao grupo, estando nela implicada e nela se constituindo como sujeito. Teria sido a partir dessa compreensão de que *o grupo é uma entidade específica*, com processos próprios, não se reduzindo à soma dos indivíduos que o compõe, mas dizendo-lhes respeito e tendo-os como sujeitos ali implicados, que parte da psicologia de grupos se constituiria no século XX. Toda ela, no entanto, se articulará em torno dessa concepção de uma realidade particular aos grupos, apresentando formas distintas de relacionar o indivíduo ao grupo, resultando num campo bastante heterogêneo.

Essa distinção na forma de compreender o indivíduo e o grupo reproduz uma oposição histórica intrínseca à sociedade moderna e característica das ciências humanas, nascidas justamente para compreender essa sociedade em transformação. Uma oposição que se expressa na distinção entre a psicologia e a sociologia como áreas do conhecimento fronteiriças, mas delimitadas por suas posições consideradas opostas nessa antinomia entre

indivíduo e sociedade. Uma oposição que, por sua vez, expressar-se-á na constituição da psicologia social como disciplina que se estabelece na dualidade entre uma forma mais psicológica e outra mais sociológica; refletindo na própria psicologia de grupos, tal como inserida na psicologia social, apresentando tendências tanto na direção de tomar o grupo como uma individualização do social, tratando-o como agregado de indivíduos, quanto socializando o individual, tomando o grupo somente a partir da mentalidade grupal que lhe é específica, perdendo de vista a singularidade dos sujeitos. Uma oposição que, por fim, atravessará de diferentes maneiras a própria psicanálise de grupos, tecendo esta também alternativas para superá-la.

Se nos primórdios de constituição de ambas disciplinas havia autores de uma e outra área do conhecimento escrito tanto sobre o indivíduo como sobre a cultura e a sociedade, não se evidenciando uma distinção clara entre uma e outra, no decorrer de suas histórias de consolidação elas foram se distinguindo e se diferenciando de maneira mais contundente (FARR, 1996). Na história de constituição e consolidação da psicologia e da sociologia, pensar o indivíduo tornou-se prioritariamente matéria da primeira e pensar os fenômenos sociais tornou-se a especificidade da segunda.

Como já visto aqui a partir de Figueiredo (1991, 1996), a psicologia encontra sua origem na proposta de cientificidade das ciências naturais, sendo convocada para realizar essa proposta ao conhecer e desvendar a natureza interna do homem, podendo assim levar a cabo a possibilidade de controle e neutralização dessa "inconveniente" subjetividade no processo de conhecer o mundo por meio do método e da razão. A psicologia se volta, assim, em sua origem, para o sujeito, buscando desvendá-lo. A psicanálise, por sua vez, surge da tentativa freudiana de constituir uma ciência do psíquico, também dentro da proposta de cientificidade moderna, vindo a apontar justamente o negativo do sujeito centralizado na razão.

Também imersa nas questões da cientificidade em consolidação no mundo moderno, a sociologia, baseando-se principalmente na proposta positivista de Comte (1798-1857), busca construir uma ciência da sociedade, considerando a possibilidade de estabelecer leis do mundo social tão precisas quanto as das ciências naturais (GUIDDENS, 2012). O mundo em transformação, com mudanças aceleradas, marcado por novas relações sociais, tornava-se um instigante objeto de reflexão e a ciência, com seu método racional e lógico, era considerado o único meio possível de acesso a esse conhecimento verdadeiro sobre a sociedade e sobre os fenômenos sociais que se apresentavam. No processo de sistematização e institucionalização da sociologia, no entanto, foi sendo constatada a impossibilidade de unidade do método científico entre as ciências naturais e sociais, buscando esta última, a partir do dissenso de

teorias explicativas e de divergências fundamentais que a caracterizam, outro ideal de cientificidade (GUIDDENS, 2012). Nesse contexto de construção, de consolidação e de legitimação de uma nova ciência perante a comunidade científica, é buscada a especificidade do conhecimento sociológico, dedicando-se à compreensão dos fenômenos sociais por excelência,[8] buscando isolá-los de outros fatores relativos ao indivíduo, como a psique da psicologia e o orgânico/fisiológico da biologia.[9]

Tal distinção de objetos entre áreas do conhecimento, de um lado o psíquico e de outro os fenômenos sociais, supõe uma separação de olhares sobre o indivíduo, considerado como uma unidade a ser compreendida em si mesma, e sobre o grupo. Uma separação expressa dentro da própria sociologia cujo objeto de estudo fundante era um mundo em transformação, marcado tanto pela emergência da multidão e da massificação, quanto pela emergência do indivíduo e da individualização. Essa oposição no âmbito das ciências e a dificuldade de articulação entre um polo e outro, poderia ser considerada reflexo da própria tensão da sociedade moderna que se pretendia explicar por meio do método científico. Tal como bem aponta Farr (1996), a criação de uma antítese, como essa entre indivíduo e sociedade, possibilitava a compreensão e apreensão dos objetos de estudo de determinada época a partir da diferenciação entre eles tornada clara pela antítese. No entanto, a criação de uma antítese por determinado período histórico relega a encargo do período seguinte sua resolução.

Havia, pois, por um lado, uma preocupação com as massas e os grupos, por outro, a

---

[8] Segundo Florestan Fernandes (1970), não bastaria dizer apenas que *a sociologia é a disciplina que estuda os fenômenos sociais*, uma vez que este não é objeto exclusivo das ciências sociais (estudado também pela psicologia social, entre outras áreas do conhecimento). Ao explorar qual seria a especificidade e a singularidade da sociologia em relação àquelas disciplinas que também estudam os fenômenos sociais, este sociólogo, o principal expoente da consolidação da sociologia como ciência no Brasil, considera que a sociologia *estuda os fenômenos sociais em si mesmos*, por excelência, e não de maneira secundária como as demais disciplinas. A sociologia assim se definiria como "a ciência que tem por objeto estudar a interação social dos seres vivos nos diferentes níveis de organização da vida" (FERNANDES, F., 1970, p. 31). O objeto das ciências sociais, segundo Florestan Fernandes, seria o social considerado como supraindividual, como algo que estaria para além do organismo e, portanto, do indivíduo.

[9] Durkheim foi um expoente fundamental da busca pela consolidação da sociologia como ciência e da definição de sua especificidade, apresentando a noção de fato social como objeto de estudo específico da sociologia. Os fatos sociais são gerais numa dada sociedade, constituídos por crenças, tendências, práticas do grupo tomadas coletivamente, expressando uma pressão coletiva que se constitui como um estado do grupo que se impõe aos indivíduos, apresentando vida própria e independente dos indivíduos, sendo considerados exteriores às suas consciências individuais. Nas palavras de Durkheim (1963, p. 3), os fatos sociais "consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõe. Por conseguinte, não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, pois consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, que não existem senão na consciência individual e por meio dela". Sendo-lhes, assim, atribuída a qualificação de sociais, não estando seu substrato no indivíduo mas sim na sociedade. Neste sentido, torna-se possível isolar o fato social de outros elementos referentes ao indivíduo como o orgânico e o psicológico.

afirmação das ideologias individualistas. Nesse sentido, para Kaës (2011, p. 25) "os efeitos introduzidos pela modernidade nas continuidades entre o grupo, a sociedade global e os indivíduos se traduziram essencialmente numa oposição do indivíduo à massa, às instituições e ao grupo". Uma oposição que, como visto, se refletiria no próprio pensar da ciência sobre o mundo, opondo a psicologia à sociologia em relação aos objetos que lhes teriam dado origem: o social/grupos e o indivíduo, respectivamente. Essa antinomia entre indivíduo e sociedade, segundo Fernández (2006), reflete-se nas posições opostas que, de um lado, consideram ser o indivíduo uma realidade em si mesmo e o grupo uma generalização teórica, uma soma de indivíduos compreensível apenas a partir do indivíduo; por outro lado, o indivíduo enquanto tal, independente dos demais, é considerado uma entidade lógica, sendo reais apenas os grupos, o coletivo e a sociedade, a instância individual seria possível apenas a partir dessa realidade social. O indivíduo seria, assim, fruto de seu meio ambiente e das relações pessoais. Tal como ressalta Fernández (2006), tanto em uma posição tendendo ao psicologismo, quanto na outra tendendo ao sociologismo, a resolução da problemática da relação entre indivíduo e sociedade se dá por meio da escolha de um critério antagônico, escolhendo um dos polos para resolver a questão, não solucionando, de fato, a tensão entre o singular e coletivo, mantendo-os como um par de contrários.

A historiografia da psicologia social moderna, tal como investigada por Farr (1996), expressa com clareza essa divisão entre áreas do conhecimento distintas, construídas em torno de objetos distintos, tendo a psicologia social nascido e traçado um caminho próprio justamente na fronteira entre a psicologia/indivíduo e a sociologia/grupo, dividindo-se historicamente entre as formas tidas como mais psicológicas e aquelas tidas como as mais sociológicas. Ambas formas se apoiaram nas respectivas disciplinas-mães, expressando a oposição que se foi construindo na explicação da vida humana, estabelecendo pouca ou nenhuma relação entre si. Vale ressaltar que, segundo Farr (1996), a psicologia social teria nascido da vertente estadunidense psicológica e individualizada, considerando-se ser a psicologia social uma subdisciplina da psicologia. Pode-se observar, como exemplo desta antinomia expressa entre as formas distintas de psicologia social, uma oposição do pensamento sobre a psicologia a partir da inversão freudiana, aqui já apresentada, afirmada no texto *Psicologia de grupos e análise do ego* (1921/1976), que considera ser toda psicologia uma psicologia social. A psicologia individual para Freud faria, assim, parte da psicologia social, e não o inverso, como supunha a vertente psicológica americana, apresentando uma compreensão outra da relação entre individual e social.

Essa oposição entre indivíduo e sociedade, expressa na separação entre a psicologia e

sociologia, bem como, na constituição da psicologia social, pode ser observada no desenvolvimento da própria psicologia de grupos, que terá como diferencial a proposta do dispositivo grupal como meio de intervenção e de investigação dos processos grupais. Segundo Fernández (2006), as primeiras tentativas de compreensão acerca da problemática dos grupos no campo da psicologia deram-se a partir de uma abordagem individualista, considerando o grupo como multiplicidade de processos individuais. Em resposta e contraposição a essas teses individualistas, construíram-se teses que compreendiam o grupo como mentalidade, apresentando fenômenos que seguiam suas próprias leis não redutíveis aos indivíduos. A primeira seria regida pela "ficção do indivíduo" que impediria qualquer "a mais grupal" e a segunda seria regida pela "ficção do grupo como intencionalidade", considerando o "a mais grupal" como uma unidade que possui intenções, desejos ou sentimentos próprios. Ambas as teses, para Fernández (2006), expressariam a dificuldade de compreender a articulação entre os indivíduos e os grupos.

Por mais que, segundo Farr (1996), tenha havido autores das ciências humanas que abordavam tanto o individual como o coletivo, havia muita dificuldade em estabelecer seu interrelacionamento. Sabia-se o suficiente para separar os dois objetos, tomando o individuo ou o coletivo para estudo, mas não se conseguia demonstrar como estes estavam interrelacionados. Para esse autor, um dos pensadores que teriam alcançado uma solução para esta oposição teria sido Freud, que partira do estudo sobre os indivíduos para a consideração dos fenômenos de massa na compreensão de seu sujeito psíquico. Neste sentido, na compreensão de Farr (1996), apesar das pretensões iniciais de Freud terem sido colocar sua psicanálise nas ciências naturais, sua obra pertenceria às ciências sociais.

Mesmo tendo sido Freud um dos pensadores a romper com essa compreensão dicotômica entre indivíduo e sociedade, o próprio desenvolvimento da psicanálise também retoma e expressa esta oposição. A psicanálise se funda na prática clínica com o indivíduo, tratando o inconsciente a partir de sua dimensão intrapsíquica. Há, no entanto, uma tentativa de expansão dessa clínica e de, baseando-se nos pressupostos freudianos de uma realidade psíquica específica aos grupos, desenvolver uma psicanálise de grupos. Há aí a tendência da psicanálise tradicional em se posicionar ao lado do indivíduo e daquela voltada aos grupos se posicionar do lado oposto; ambas perdendo de vista, nessa antinomia, a articulação entre elas. É inegável, no entanto, que Freud abriu o caminho para a passagem, entre o grupo e o sujeito singular, que se desenvolveria com os dispositivos grupais como método de intervenção terapêutico e de acesso aos processos inconscientes específicos aos grupos.

A psicanálise de grupos e instituições, encontrando na clínica sua legitimidade e

identidade original como corpo teórico voltado à compreensão do indivíduo e do funcionamento intrapsíquico, ao mesmo tempo em que busca a compreensão dos indivíduos e dos fenômenos sociais a partir da concepção de uma realidade psíquica específica aos grupos, pode ser considerada um bom exemplo dessa fronteira entre o indivíduo e o grupo, por vezes controversa, por mergulhar em áreas marcadas por seus lugares opostos na oposição entre indivíduo e grupo. Segundo Rodrigues (1991), a psicanálise de grupos constituir-se-ia entre duas interdições: de um lado estaria a sociologia que interdita a explicação de fatos sociais por causas psicológicas; de outro, estaria a psicanálise cuja interdição se refere à utilização dos conceitos psicanalíticos fora do *setting*. Esta autora ressalta, no entanto, que não se trata nem de psicologizar o social, nem de sociologizar o psicológico. A proposta da psicanálise de grupos é elaborar conceitos psicanalíticos específicos aos processos que se dão coletivamente, não referentes apenas ao individual, mas sem perdê-lo de vista.

## 2.1. Oposição e articulação entre indivíduo e grupo

O interesse pelo grupo e pelo indivíduo, que viriam se tornar objeto de reflexão das ciências sociais e do psíquico, insere-se na história moderna. O pensamento sobre o grupo e sobre indivíduo, surgidos juntos, tomados como objeto de reflexão, vem responder a demandas culturais e sociais fruto das transformações vividas pela modernidade. O próprio vocábulo *grupo* se produz, tal como demonstra Fernández (2006), no momento histórico em que sua representação no mundo social se faz necessária, tornando visíveis certos processos ou formas de sociabilidades em pequenos grupos que antes não eram colocadas à luz. Essa autora afirma que, se no período feudal, o ser social do feudalismo não concedia espaço para o conceito de indivíduo uma vez imerso em grandes redes de sociabilidade, não havendo necessidade de uma representação sobre o indivíduo, na modernidade, o sujeito se torna objeto de reflexão das ciências humanas envolto na questão sobre o que seria, afinal, o Homem, construindo-se junto à noção de indivíduo, razão e subjetividade, tornando fundamental a constituição do pensamento sobre seu par de oposição: o grupo.

No início do século XX, em meio às transformações na indústria, às mudanças e aos acontecimentos sociais, os fenômenos sociais ganham força como objetos de reflexão, pesquisa e teorizações sobre a sociedade, os grupos e suas relações com o indivíduo. A psicologia de grupos surge nesse contexto, respondendo a demandas econômicas, sociais e políticas, tanto da industrialização, quanto das guerras mundiais. O interesse pelo conhecimento acerca dos grupos humanos e de seu funcionamento teria como um de seus

pontos de origem principais, segundo Fernández (2006), uma forte demanda proveniente da prática social empresarial na década de 1920 dos EUA. No contexto do taylorismo e da ênfase à racionalização do trabalho com sua organização científica, a dimensão humana nessa nova forma de produção e os efeitos das trocas informais afetivas no lugar de trabalho, antes deixadas em segundo plano, passam a se destacar por seu impacto no processo produtivo. A investigação sobre os fenômenos de grupo e meios de intervenção passou a interessar não apenas aos investigadores sociais, mas aos empresários e homens de Estado.

A conexão entre as relações sociais dos trabalhadores e o rendimento no trabalho passa, assim, a ser objeto de observação e pesquisa, tendo como meta o objetivo econômico do aumento de produtividade. A partir dessas demandas econômicas, Mayo e Lewin elaboram a teoria da *dinâmica de grupos* baseada na Gestalt, buscando compreender os efeitos particulares aos grupos, pretendendo conhecer a estrutura desse funcionamento que pudesse explicar o acontecer grupal para nele poder intervir. A *dinâmica de grupos* aprofundada por Lewin (1948/1970) instituiria o dispositivo grupal como meio de pesquisa sobre o funcionamento dos grupos, ao mesmo tempo em que proporia uma intervenção direcionada à mudança. Se Freud lançara a ideia de uma realidade psíquica específica aos grupos a partir de especulações sobre os fenômenos sociais que observava, foi Lewin quem instituiu o dispositivo grupal como técnica construída junto com uma teorização do acontecer grupal, fundando a psicologia de grupos como área do conhecimento e de intervenção, abarcando tanto a busca pela compreensão dos processos específicos aos grupos, quanto meio de nele intervir, direcionado para a mudança. Segundo Fernández (2006), a teoria de Kurt Lewin teria sido um marco de fundação dos dispositivos de grupo, diferenciando os fenômenos grupais dos individuais, ao mesmo tempo em que os mantém relacionados, iniciando uma teorização sobre o grupo, podendo ser considerado o primeiro momento epistêmico na "constituição de saberes e fazeres grupais".

Kurt Lewin teria sido responsável, segundo Cartwright no prefácio de *Teoria de campo em ciência social* de Lewin (1965), por uma mudança fundamental no curso de desenvolvimento das ciências sociais. Lewin debruçara-se, de maneira inédita, em 1938, no estudo de um método de pesquisa social que pudesse, por meio de experimentações, averiguar e compreender certos fenômenos sociais de grupo. Numa constante tentativa de diálogo entre a sociologia e a psicologia, compreende que a experimentação com pequenos grupos permitiria a compreensão das propriedades dinâmicas de um grupo maior, sendo possível analisar nos pequenos grupos as leis que governam a vida social. Ou seja, considera que a partir das propriedades dinâmicas do todo observadas em unidades pequenas, como num

grupo experimental, poder-se-ia pressupor a estrutura de unidades sociais maiores que de outra maneira estariam, a seu ver, fora do alcance científico: seria a chamada microssociologia.[10]

Tal teoria, pretendendo-se um veículo prático de pesquisa social, enfoca os aspectos dinâmicos dos acontecimentos, compreendendo a situação como um todo cujas propriedades se caracterizam pelas relações entre as partes e não pelas partes ou elementos em si (LEWIN, 1948/1970, 1965). Ou seja, baseado na *Gestalttheory*, considera que "o todo é diferente da soma das partes", o todo do grupo é irredutível aos indivíduos e elementos que o constituem, compreendendo-se o indivíduo apenas a partir de suas relações com todas as outras partes. O "a mais grupal" é reconhecido como diferente da somatória dos indivíduos, focalizando a teoria nas leis próprias ao acontecer grupal.

A investigação em grupos e de fenômenos sociais são inicialmente desenvolvidos por Lewin segundo os interesses de empresários, no sentido do rendimento do trabalhador e da produção no contexto industrial, mas a compreensão dos fatos e conflitos sociais, bem como, os meios de intervenção e resolução de problemas da sociedade passa a ser também seu objeto de interesse. Em ambas as situações, foi apresentada por Lewin uma primeira ideia da importância da participação dos indivíduos, apresentando o grupo como meio possível de mudança; seja no contexto industrial, apresentando o grupo como meio de intervir e modificar no sentido do rendimento do trabalhador, seja no contexto sócio-cultural mais amplo da época.

No artigo *Reconstrução cultural*, Lewin (1948/1970) discute como seria possível uma reconstrução cultural democrática na Alemanha no pós-guerra, inculcando a participação democrática num povo cuja cultura "não sabia o que era a democracia", considerando que a mudança possível e permanente nesse sentido cultural não se daria no indivíduo, mas no grupo. O trabalho com o grupo, portanto, possibilitaria uma mudança eficaz. Em *Conduta, conhecimento e aceitação de novos valores*, Lewin (1948/1970) considera que um grupo em que os membros teriam a consciência de a ele pertencer poderia ser um meio de aprendizado de novos valores, num processo em que os membros participariam juntos, por meio de discussões, da descoberta e entendimento dos fatos. Lewin aponta a importância de incluir as

[10] A partir dessa compreensão de que o todo tem propriedades particulares em relação às partes, Lewin justifica a possibilidade de transposição da dinâmica de unidades pequenas de experimentação para unidades maiores: "Se o ponto de vista de teoria de campo é correto, há uma boa perspectiva de abordar experimentalmente um grande número de problemas que pareciam fora de alcance. Se o padrão do campo total é geralmente mais importante do que, por exemplo, tamanho, torna-se possível estudar constelações sociais fundamentais experimentalmente 'transpondo-as' num grupo de tamanho apropriado" (LEWIN, 1948/1970, p. 185).

pessoas no processo de pesquisa sobre determinado fato, como treinamento, pois, ao participarem do processo, as pessoas se apropriariam da compreensão e da resolução a ser tomada frente à situação pesquisada, uma ideia que seria aprofundada no texto *Pesquisa ação e problemas de minoria* (1948/1970), texto considerado essencial para o desenvolvimento da pesquisa-ação participativa. Ou seja, o autor considera que tanto a atuação em grupo é mais eficaz do que trabalhar com indivíduos, como considera que a participação é uma forma de aprendizado e que a ação decorrente da pesquisa é mais bem aceita quando as partes participam de sua decisão, possibilitando a mudança.

Segundo a perspectiva de Lewin (1948/1970), portanto, há algo que acontece nos grupos que é específico aos grupos. O próprio estar em grupo gera efeitos específicos nos indivíduos, ainda que o enfoque maior seja concedido por Lewin às leis que regem o todo do grupo, perdendo de vista parte da articulação entre indivíduo e grupo (KAËS, 2000). O dispositivo grupal, instaurado por Lewin, volta-se portanto, à intervenção para a mudança, bem como à compreensão do acontecer grupal e à extrapolação das leis e conceitos observados nos grupos experimentais para a compreensão dos fenômenos sociais mais amplos e não experimentáveis.

Baseando-se na ideia freudiana de uma realidade psíquica específica aos grupos e na instauração lewiniana de um dispositivo grupal como espaço de intervenção e acesso aos processos grupais, o campo da psicologia de grupos aliou o desenvolvimento de uma metodologia de conhecimento dos processos específicos aos grupos e de intervenção. Somado a esses dois elementos, observou-se um efeito terapêutico específico do estar em grupo que seria desenvolvido pela psicoterapia de grupos encabeçada pelo psicodrama de Moreno. Segundo Saidon (1983), o psicodrama, considerado um dos três alicerces da psicologia de grupos ao lado da psicanálise freudiana e da microssociologia lewiniana, teria sido o precursor do conceito de terapia de grupos, propondo um trabalho terapêutico em grupo por meio do teatro, da catarse e da dramatização de conflitos psicológicos. Segundo Barus-Michel (2004), o psicodrama, ao traçar um caminho direcionado à clínica, firmara no campo dos grupos e das relações uma nova tendência clínica; ao mesmo tempo em que aborda em situação as relações interpessoais, desenvolve noções para compreender os processos do grupo e, a partir da intervenção nesses processos, obter efeitos de mudança terapêutica.

A noção de uma realidade psíquica específica aos grupos, o dispositivo grupal e o efeito terapêutico do estar em grupo caracterizariam o início da psicologia de grupos. Segundo Saidon (1983), as teorias que deram origem a essas noções se expressam entrelaçadas de maneira eclética nas teorias de grupo que se desenvolveram, apresentando-se

como um campo vasto e recortado. Em sentido semelhante, Fernández (2006) considera que este "algo a mais" transformador e terapêutico dos grupos foi sendo teorizado e compreendido de diferentes maneiras, o que teria resultado em variadas teorias, cada qual buscando dar conta de diferentes aspectos dos processos observados a depender de seus objetivos. O universo teórico sobre os grupos, portanto, caracteriza-se justamente como uma grande Torre de Babel, não havendo um corpo teórico e técnico sistematizado do grupal (FERNÁNDEZ, 2006). Em meio também à expressa dificuldade de articulação entre indivíduo e grupo das teorias grupais, com ênfases em um ou outro desses polos, com maneiras distintas de ensaiar uma articulação possível na compreensão dos processos psíquicos e sociais, encontra-se a psicanálise de grupos como uma das vertentes desta Torre de Babel, em si mesma também heterogênea.

## 2.2. Psicanálise de grupos e instituições

Os primórdios dos trabalhos psicanalíticos com grupos teriam concedido a estes uma importância funcional à terapia individual, adquirindo com o tempo uma especificidade como método terapêutico e de conhecimento das manifestações inconscientes próprias aos conjuntos intersubjetivos. Segundo Kaës (2000), teria sido apenas na década de 1940 que o dispositivo de grupo[11] passou a ser pensado como método em si terapêutico, partindo da ideia do grupo como entidade específica. A partir daí, ter-se-iam desenvolvido dispositivos grupais específicos para o tratamento psicanalítico, instaurando uma nova situação psicanalítica que estaria no fundamento de uma teoria de grupos em psicanálise.

A instauração desses dispositivos grupais para o tratamento psicanalítico também surge em resposta às demandas sociais e culturais do século XX, difundindo-se, inicialmente, assim como as demais práticas grupais, como alternativa econômica à prática terapêutica individual (SAIDON, 1983). No início dos anos 1940, na Inglaterra, Wilfred Bion desenvolve os dispositivos grupais como uma alternativa econômica para lidar com situações de urgências e neuroses traumáticas decorrentes da guerra apresentando demandas de tratamento (KAËS, 2000, 2011). O grupo, como dispositivo terapêutico, surgido como alternativa

[11] O dispositivo, segundo Kaës (2011, p. 66) é "um aparelho de trabalho construído com um certo objetivo". É, pois, ainda segundo esse autor, um artifício construído que possibilita determinada prática, tornando discernível a manifestação de certa ordem da realidade psíquica, o conhecimento desta e de sua transformação. Em relação ao dispositivo psicanalítico de grupo especificamente, é um método que permite ao sujeito experimentar o efeito produzido por ele e nele no encontro de seu inconsciente com o de outro, de mais de um outro numa configuração de vínculo como a do grupo. Esse dispositivo possibilita o acesso a uma organização da realidade psíquica inacessível de outro modo, a do grupo enquanto tal" (KAËS, 2011, p. 75).

econômica à clínica individual tradicional, teria aos poucos mostrado sua eficácia e particularidade, desenvolvendo-se a ideia de uma mentalidade específica aos grupos que exigia a elaboração de conceitos específicos. Nesse sentido, Bion (1969) compreende que os fenômenos em acontecimento num grupo adulto envolve a regressão a mecanismos típicos das fases primitivas da vida mental (baseado nas teorias de Klein), expressa nos chamados pressupostos básicos[12] (dependência, acasalamento, ataque-fuga). Caracterizados por emoções específicas que regem o funcionamento dos grupos, os pressupostos são considerados inerentes às formações grupais, surgindo fundamentalmente em função das angústias primitivas suscitadas pelo estar em grupo e ligadas à execução da tarefa a que o grupo se propõe.

Na mesma época, Foulkes, também na Inglaterra, desenvolveu um trabalho com grupos, valendo-se do dispositivo grupal como alternativa terapêutica diante dos fracassos da cura individual com certos pacientes psiquiátricos, apresentando uma eficácia diferenciada para esses pacientes (KAËS, 2000, 2011). Propõe, junto com outros psicanalistas, a grupanálise, trabalhando com as propriedades terapêuticas específicas do grupo. Baseando-se em alguns conceitos psicanalíticos fundamentais e construindo outros particulares aos grupos tomados como entidades específicas, a grupanálise se apresenta como "uma técnica de psicoterapia de grupo e um dispositivo de experiência psicanalítica do inconsciente em situação de grupo" (KAËS, 2011, p. 35).

As primeiras teorias psicanalíticas sobre o grupo (sendo aquelas desenvolvidas por Bion e Foulkes, consideradas as mais expressivas na Europa da época), buscavam, por meio dos dispositivos de grupo, tornar inteligível os fenômenos que ali se apresentavam, fundamentando "a hipótese de que o grupo é uma entidade relativamente independente dos indivíduos que o constituem, deixando claro que ele é uma organização e um lugar de produção de uma realidade psíquica que lhe é própria" (KAËS, 2011, p. 37-38). O grupo é, então, compreendido como uma entidade psíquica específica, assumindo-se que o grupo

[12] Bion (1969) apresenta três pressupostos básicos caracterizados por emoções distintas: o primeiro pressuposto descrito é o de *dependência*, em que se pressupõe que "o grupo se reuniu a fim de ser sustentado por um líder, do qual depende para nutrimento material e espiritual, e para proteção" (BION, 1969, p. 168), predominando a emoção do amor e depressiva. O segundo seria o pressuposto básico de *acasalamento*, caracterizado pelo sentimento de esperança e pelo otimismo, o que leva o grupo acasalado a situar-se no polo oposto dos sentimentos de ódio, destrutividade e desespero. Como alimento de tal sentimento de esperança, é necessário que o *líder* não tenha nascido, pois o líder messias que salvará o grupo, cabendo ao grupo esperá-lo numa paralisia mental. O terceiro pressuposto, por fim, é do *ataque e fuga*, pressupondo que o grupo se reunira para lutar contra alguma coisa ou fugir dela. O líder aceito de um grupo nesse estado mental seria aquele cujas exigências ao grupo são pelos membros sentidas como possibilidades de fuga e de agressão. A emoção predominante é de medo, ódio e persecutoriedade, marcado por objetos persecutórios exteriores, o inimigo é externo, por isso deve ser atacado e deve-se dele fugir quando é invisível.

possui uma organização específica passível de ser observada e analisada.

Apesar das primeiras teorias considerarem que o grupo é uma entidade específica que deve ser conhecida, constituindo-se como dispositivo terapêutico, estes primeiros autores teriam deixado de lado, segundo Kaës (2011), o sujeito do inconsciente e aquilo que o singulariza, não aprofundando a natureza dos vínculos que se estabelecem entre os sujeitos reunidos no grupo. Essa valoração do grupo como entidade específica, inegavelmente fundamental ao desenvolvimento de toda a psicologia de grupos, teria deixado escapar, portanto, num primeiro momento, a importância da singularidade dos sujeitos, mantendo a antinomia na compreensão entre o singular e o coletivo, sem enfatizar a articulação entre eles.

Uma tentativa de introdução do sujeito na compreensão dos processos e formações específicos aos grupos teria sido conduzida, segundo Kaës (2011), por Pichon-Rivière na Argentina, sendo melhor desenvolvida posteriormente por José Bleger. Pichon-Rivière, baseando-se na microssociologia lewiniana, na psicanálise e no materialismo histórico (além da teoria dos papéis de George Mead), tem sua originalidade reconhecida pelos autores da psicologia de grupos (SAIDON, 1983). Insere em sua teoria e proposta de dispositivo grupal uma dimensão política e de mudança social, também reflexo do contexto social e político autoritário da Argentina em que vivia, fundando e influenciando toda uma linha da psicologia social (FERNÁNDEZ, 2006; SAIDON, 1983).

Pichon-Rivière teria fundamentado a definição da psicologia como social a partir de sua concepção de sujeito em articulação com o grupo do qual emerge. Tal concepção, segundo Quiroga (1978), considera o sujeito como social e historicamente determinado, emergindo como sujeito da trama de vínculos e relações sociais. Considerando que, para se compreender o vínculo, faz-se necessário um olhar para o indivíduo, o grupo e a instituição, Pichon-Rivière (1986) articula essas três dimensões para criar um dispositivo grupal terapêutico, de intervenção e transformação: o grupo-operativo.[13] Apresenta, assim, um instrumento terapêutico adequado tanto para a abordagem da doença, quanto para utilização

[13] O *grupo operativo* é centrado explicitamente numa tarefa a ser executada pelo grupo. Subjacente a essa tarefa, há uma tarefa implícita a ela relacionada, relativa ao trabalho com as ansiedades decorrentes da execução da tarefa que tendem à imobilização do grupo e à resistência à mudança, entendida como aprendizagem. Tal tarefa implícita consiste em trabalhar, por meio de um processo de esclarecimento e da interpretação que vai do implícito para o explícito, as duas ansiedades básicas coexistentes e cooperantes: a depressiva (o medo da perda das estruturas já existentes) e a paranóide (medo da nova situação decorrente das mudanças ainda não consolidada). O trabalho da tarefa implícita, operada nas dimensões verticais (relativa aos indivíduos) em articulação com as horizontais (relativa ao que circula no grupo), é pressuposto da possibilidade de trabalhar a tarefa explícita, no sentido do aprendizado e da mudança que a execução da tarefa supõe (PICHON-RIVIÈRE, 1986).

em contextos mais vastos nas áreas da educação, saúde e intervenções comunitárias.

José Bleger, com uma formação ligada à Pichon-Rivière, ao mesmo tempo em que recupera nos processos grupais a dimensão institucional e política, relaciona o grupo à estruturação da personalidade do sujeito (GUIRADO, 2004). Bleger articula de maneira inextrincável indivíduo, grupo e instituição, concebendo uma noção de sujeito que emerge de um fundo comum indiferenciado (sociabilidade sincrética), mantenedor do vínculo entre sujeitos e fundamento da possibilidade de diferenciação. O grupo se sustenta por esse fundo comum indiferenciado, cabendo ao enquadre, compreendido como instituição, com suas variáveis fixadas, regras e normas, reger não apenas as relações entre os sujeitos mas, antes, servir de depositário do indiferenciado, possibilitando a estruturação da personalidade do sujeito. Ou seja, na concepção de Bleger (1977, 1991), o enquadre mantém a clivagem entre os estratos mais indiferenciados dos sujeitos, nele depositados, e aqueles mais diferenciados, cumprindo uma função estruturante ao psiquismo do sujeito.

Nesse sentido, além de considerar que o sujeito, antes de ser sujeito, é grupo, compreende que os grupos e as instituições fazem parte da personalidade dos sujeitos. Na palavras de Bleger (1991, p. 69),

> nas nossas teorias e nas nossas categorias conceituais, opomos indivíduo a grupo e organização a grupo, na medida que supomos que os indivíduos existem isoladamente e que eles se reúnem para formar grupos e organizações. Nada disso é correto, sendo apenas uma herança de concepções associacionistas e mecanicistas. O ser humano antes de ser uma pessoa é sempre um grupo, não no sentido de pertencer a um grupo mas no sentido de que sua personalidade é um grupo.

José Bleger é um pensador fundamental à teoria psicanalítica dos grupos e ao pensamento sobre as instituições, enfatizando a dimensão do sujeito psíquico em sua relação fundante e estruturante com o conjunto intersubjetivo do qual emerge.

As investigações contemporâneas, segundo Kaës (2011), voltariam sua atenção às diferentes modalidades de articulação do espaço psíquico do grupo com os sujeitos que o constituem, assim como de suas relações de fundação recíproca: o grupo no sujeito e o sujeito no grupo. Ainda de acordo com Kaës (2011), a França foi o país de origem das principais teorias em psicanálise de grupo que buscaram articular o sujeito ao grupo, tendo como expoente fundamental Didier Anzieu na década de 1960. Partindo da ideia de que nos grupos, como entidades específicas, operam-se processos inconscientes, Anzieu descreve o grupo como meio de realização imaginária de desejos inconscientes, tal como o é o sonho. O que acontece nos grupos, tal como no sonho, refere-se a conteúdos manifestos derivados de

conteúdos latentes, produzidos por meio dos processos característicos das produções oníricas: deslocamento, condensação, figuração simbólica e retorno em seu contrário (KAËS, 2011).

Apesar dos processos psíquicos do grupo obedecerem a mecanismos próprios de toda produção inconsciente, Anzieu considera haver alguns específicos à situação de grupo, passíveis de observação e conceitualização. Para sustentar a ideia de ser o grupo o lugar de uma realidade psíquica própria, com processos específicos que exigiriam um repensar dos conceitos psicanalíticos relacionados aos grupos, Anzieu buscou estabelecer condições metodológicas, clínicas e teóricas para tanto (KAËS, 2011). Ao lado dele nessa empreitada, René Kaës, seguindo essa esteira, dedicou-se ao desenvolvimento de uma metapsicologia da intersubjetividade e uma teoria do sujeito do inconsciente como sujeito do grupo, enfatizando a busca por uma compreensão da articulação entre sujeito e grupo, ressaltando a dimensão intersubjetiva da racionalidade analítica.

## 3. A racionalidade analítica em sua dimensão intersubjetiva

A psicanálise de grupos compreende que o grupo mobiliza processos e formações psíquicas específicos, apresentando a ideia de uma realidade psíquica própria ao grupo, tributária do inconsciente, realidade essa irredutível à justaposição ou interação das realidades individuais. O dispositivo grupal foi criado não apenas como método terapêutico, mas como meio de acesso a esses processos e formações inconscientes particulares aos conjuntos intersubjetivos. O grupo, portanto, possibilitaria a observação de efeitos do inconsciente diferentes daqueles observados na psicanálise tradicional, sendo todos, no entanto, relativos ao mesmo objeto epistêmico fundador da psicanálise. Ou seja, ambos os dispositivos, tanto os grupais quanto aquele caracterizado pela relação bipessoal entre analista e analisando, buscam a compreensão das manifestações e dos processos de transformação de um mesmo objeto: o inconsciente. No entanto, cada um desses dispositivos, dadas suas características particulares, possibilitam a manifestação e o acesso a formações e processos inconscientes específicos. A unidade epistêmica do inconsciente como objeto de estudo fundador da psicanálise é, assim, mantida, propondo-se, com a extensão da psicanálise aos dispositivos grupais, a ampliação do conhecimento sobre este objeto e suas manifestações.

René Kaës, psicanalista francês, como já foi apontado, é um pensador que se debruça na elaboração de uma metapsicologia dos conjuntos intersubjetivos e no desenvolvimento metodológico do dispositivo grupal, buscando construir bases sólidas à investigação e compreensão das articulações entre sujeito e grupo. A partir do pressuposto de uma realidade

psíquica grupal, o autor traz ênfase à dimensão do singular na formação dessa realidade particular aos grupos, tentando esclarecer como se enlaçam as formações inconscientes entre os espaços intrapsíquicos e intersubjetivos. Busca não apenas observar e compreender os processos específicos aos grupos, mas entender "como se forma, se transforma ou se aliena a psique do sujeito singular através das diversas modalidades de vínculos intersubjetivos que o precedem, que ele estabelece e que finalmente o constituem, de maneira decisiva, como sujeito do inconsciente" (KAËS, 2011, p. 17). Sua hipótese é que o inconsciente se manifesta no sujeito, no vínculo intersubjetivo e no grupo, todos atravessados pela realidade psíquica grupal.

A compreensão Kaësiana sobre o sujeito se apresenta como inseparável à concepção de intersubjetividade, desenvolvendo uma noção de sujeito como *sujeito do grupo*. Em sua concepção do inconsciente, o espaço psíquico individual deixa de ser concebido como lugar exclusivo do inconsciente, enfatizando o papel da realidade psíquica grupal na constituição do sujeito, ao mesmo tempo em que considera que o sujeito, em sua singularidade, faz parte da constituição dessa realidade psíquica grupal que o sustenta e da qual emerge.

Compreende-se, assim, o sujeito não apenas em sua dimensão intrapsíquica, sendo regido e organizando-se a partir de uma realidade psíquica interna e individual, mas também e principalmente em sua dimensão intersubjetiva constitutiva e fundamental à sua estruturação intrapsíquica. Nas palavras de Kaës (2011, p. 51):

> Utilizo aqui a noção de sujeito para descrever um modo de existência do individuo na medida em que se encontra sob o efeito de uma ordem da realidade que o governa e o organiza: suas pulsões, suas fantasias, seus desejos e seus conflitos inconscientes. O sujeito não é dividido somente a partir de dentro, pelo efeito *Spaltung* criada pelo inconsciente. Divide-se também entre a realização de seu próprio fim e o lugar que ele deve assumir nos vínculos que o constituíram. Essa segunda divisão é, também ela, estrutural e exerce um efeito decisivo sobre a formação do inconsciente.

O sujeito se constitui na intersubjetividade, para si mesmo e para o outro do vínculo que o funda e o sustenta. Uma intersubjetividade experimentada pelo sujeito, formada por ele e pelos vínculos dos quais participa, sendo determinante para sua emergência como sujeito. Na concepção de Kaës (2011, p. 24), a intersubjetividade seria

> […] a estrutura dinâmica do espaço psíquico entre dois ou vários sujeitos. Esse espaço compreende processos, formações e experiências específicos, cujos efeitos infletem o advento dos sujeitos do inconsciente e de seu futuro Eu no seio de um Nós.

A intersubjetividade é, pois, considerada como condição mesma da vida psíquica do sujeito do inconsciente. Ao mesmo tempo em que se constrói como espaço psíquico próprio a cada configuração de vínculos, a intersubjetividade supõe um trabalho de articulação entre espaços psíquicos parcialmente heterogêneos e regidos por lógicas próprias (KAËS, 2011). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que há a realidade psíquica específica aos conjuntos, há a singularidade das realidades psíquicas individuais que constituem os conjuntos e contribuem em sua singularidade para sua formação. Por outro lado, essa singularidade que caracteriza a realidade psíquica individual e que faz parte da realidade psíquica dos conjuntos, constitui-se ela mesma na intersubjetividade.

O que Kaës propõe, portanto, é o reconhecimento e desenvolvimento teórico acerca do papel de constituição e de suporte da intersubjetividade para a formação do sujeito do inconsciente, bem como o papel deste na formação da realidade psíquica específica aos vínculos intersubjetivos. Para dar conta dessa articulação entre a realidade psíquica individual e a grupal, expressa na noção de sujeito como *sujeito do grupo*, Kaës (1987) desenvolve o modelo de *aparelho psíquico grupal*. Este modelo permitiria a compreensão da realidade psíquica grupal, concedendo inteligibilidade à complexidade da relação sujeito-grupo, informando sobre as relações de cossustentação e de estruturação recíproca do aparelho psíquico individual e do aparelho psíquico grupal, apresentando a afetação de um pelo outro (KAËS, 2011).

O *aparelho psíquico grupal* produziria, conteria, transformaria e administraria a realidade específica ao grupo, constituindo-se por meio do aparelhamento das psiques individuais, marcado por formações e processos do inconsciente. Trata-se não de uma somatória de psiques individuais, mas de uma *combinação* destas, sendo esse aparelhamento de psiques o produtor de formações e processos específicos ao grupo, definindo a realidade psíquica do grupo. Os organizadores inconscientes desse aparelhamento de psiques individuais, formador da realidade psíquica grupal, seriam, principalmente, as formações intrapsíquicas dos sujeitos singulares, os chamados *grupos internos*. Os *grupos internos* são compreendidos por Kaës (1997, 2011) como formações e processos intrapsíquicos que se fariam presentes e ativos tanto no espaço interno dos sujeitos, em seu funcionamento intrapsíquico, quanto nos grupos.

Os próprios *grupos internos*, ou seja, o grupo de elementos intrapsíquicos, seriam regidos pelos processos característicos da grupalidade que se estabelece no próprio intrapsiquismo entre os diversos elementos que o constituem. Essa *grupalidade psíquica*, compreendida por Kaës (2011, p. 102) como o conjunto de características específicas dos

*grupos internos*, designaria

> formações intrapsíquicas dotadas de uma estrutura e de funções de ligação entre as pulsões, os objetos, as representações e as instâncias do aparelho psíquico, na medida e sob o aspecto em que eles formam um sistema de relação que liga seus elementos constituintes uns aos outros.

Seria, portanto, como organização grupal que os grupos internos desempenham "um papel decisivo enquanto esquemas organizadores inconscientes do processo grupal, da realidade psíquica inconsciente do grupo e dos vínculos de grupo" (KAËS, 2011, p. 102). O grupo é assim apresentado como organização intrapsíquica, bem como organização de vínculos intersubjetivos, estabelecendo-se uma relação articulada entre eles, tal como apresentada pelo modelo de aparelho psíquico grupal.

O aparelho psíquico grupal, como construção psíquica comum de um conjunto intersubjetivo, estabelece uma relação entre o espaço psíquico interno e o espaço psíquico externo. A realidade psíquica própria ao grupo, definida como o espaço psíquico comum e partilhado construído por meio de processos e formações específicos seria, segundo Kaës (2011), determinada pela estrutura do grupo, pelas contribuições dos sujeitos com sua singular grupalidade psíquica e com suas formações e processos eletivamente mobilizados naquele grupo, bem como pelos vínculos estabelecidos entre os membros. Existem processos próprios e específicos ao grupo, ao mesmo tempo em que existem formações e processos intrapsíquicos que só aparecem e se transformam em situação de grupo.

Ao mesmo tempo em que o *aparelho psíquico grupal* se apóia sobre as formações grupais do psiquismo de cada um dos participantes, ele faz parte da constituição mesma do sujeito singular, sendo apresentado como lugar de formação de uma parte da realidade dos sujeitos singulares. Há, assim, uma articulação entre a dimensão da realidade intrapsíquica e a da realidade psíquica grupal, compreendendo-se uma reciprocidade de implicações entre o conjunto e os sujeitos do conjunto, havendo também uma realidade intrapsíquica que se forma a partir das exigências impostas pelo grupo (FERNANDES, M., 2005). O cumprimento dessas exigências são fundamentais à manutenção do vínculo que, por sua vez, são fundamentais tanto à intersubjetividade quanto à organização intrapsíquica do sujeito.

Nesse sentido, um desenvolvimento ainda mais específico de intersubjetividade é apresentado por Kaës (2011, p. 22):

> [a intersubjetividade seria] aquilo que partilham esses sujeitos formados e ligados entre si por suas sujeições recíprocas – estruturantes ou alienantes – aos mecanismos constitutivos do inconsciente: os recalques e as negações

> em comum, as fantasias e os significantes partilhados, os desejos inconscientes e as proibições fundamentais que os organizam.

Compreendendo o sujeito não somente como sujeito do inconsciente, mas como um *sujeito do grupo*, a intersubjetividade seria condição à formação do sujeito do inconsciente. Esse conceito de intersubjetividade, que pressupõe a imposição de exigências entre os sujeitos para a constituição do vínculo, essencial para a vida psíquica e social, encontra sua matéria principal, de acordo com a concepção de Kaës (2011), na noção de *aliança inconsciente*. As alianças inconscientes organizariam o vínculo intersubjetivo e o inconsciente de seus sujeitos, situando-se no ponto de ligação entre a estrutura individual do inconsciente e aquela intersubjetiva.

As alianças seriam acordos inconscientes entre os sujeitos que assim se constituem para manter certas representações inconscientes segundo o interesse do conjunto, sendo mutuamente garantido inconsciente pelo conjunto, selando o vínculo (KAËS, 2011). Segundo Kaës, as alianças fundariam o vínculo e estruturariam o psiquismo individual:

> elas asseguram funções especificas na formação do espaço intrapsíquico, e especialmente em suas dimensões inconscientes, ao mesmo tempo em que sustentam a formação e os processos dos vínculos intersubjetivos, que, por sua vez, acomodam formações e processos intrapsíquicos. (KAËS, 2011, p. 209)

Ao mesmo tempo em que fabricam parte do inconsciente e da realidade psíquica de cada sujeito, elas são o "cimento", que ligam um aos outros seja num casal, numa família, num grupo ou num conjunto institucional (KAËS, 2011). As alianças seriam interesses mútuos de desconhecimento, sustentado pelo conjunto, exigindo sacrifícios aos sujeitos e trazendo-lhes benefícios. Satisfazem, por um lado, os interesses dos sujeitos, compreendidos em sua singularidade e, por outro, as exigências próprias à manutenção da ligação, do "vínculo que esses sujeitos contratam e que o associam nos conjuntos" (FERNANDES, M., 2005, p. 130). Nesse sentido, as alianças inconscientes, além de determinarem a modalidade de ligação que se estabelece entre os sujeitos singulares e o espaço psíquico grupal, implica uma ideia de obrigação e de sujeição do sujeito, correcalcando aquilo que ameaça as condições psíquicas da vinculação cuja negação torna possível o vínculo.

> […] para que a aliança se constitua não há somente a exigência da identificação com um objeto comum: espera-se também *que não se dê atenção* a certas coisas. Do ponto de vista psíquico, múltiplos são os mecanismos utilizados para mergulhar os indivíduos nos equívocos do

> desconhecimento como a *identificação* que permite a cada pessoa sentir-se membro de um grupo e por conta disso se assegurar; *o recalque* o qual produz a retirada de representações que possam gerar rupturas; a *repressão*, forma mais dura para a retirada de circulação do indesejado; a *negação*, elemento essencial de toda a regulação social e fundador da realidade humana e social. (ENRIQUEZ apud FERNANDES, 2005, p. 131, grifo do autor)

As alianças inconscientes cumpririam, assim, a função de desconhecimento sobre o qual se assenta o vínculo. Ao mesmo tempo, a ideia de aliança implica a de uma obrigação e de um submetimento, possuindo uma função de preservação dos vínculos e obrigando os sujeitos a mantê-la, pelo grupo. As alianças inconscientes garantem a estabilidade do conjunto, bem como a estabilidade psíquica de cada um (KAËS, 2005).

Haveria, assim, uma necessidade da psique de produzir o recalque a fim de efetuar seu trabalho de ligação. Uma operação psíquica que é exigida pelo grupal, devido à economia que é própria ao grupo e para a economia própria de seus membros. O trabalho de negativo, suposto no recalque, não encontraria apenas uma função de organização da psique; ele seria de alguma forma exigido pelo grupo para que o vínculo se sustente. Nesse sentido, Kaës (1997) apresenta o recalcamento como operação psíquica não apenas fundamental para a constituição do sujeito do inconsciente, mas aponta que este estaria na base do vínculo intersubjetivo, elaborando uma hipótese acerca da função correcalcante no grupo. Supõe com ela uma produção grupal de um recalque com uma função de ligação, acentuando, ao mesmo tempo, as condições intersubjetivas do próprio recalque. O conceito de aliança inconsciente daria conta da compreensão dessa produção como formação específica aos conjuntos intersubjetivos, assegurando tanto as funções específicas no espaço intrapsíquico, como sustentando a formação e os processos dos vínculos intersubjetivos que, por sua vez, fortalecem as formações e processos intrapsíquicos (KAËS, 1997).

Segundo essa concepção, o vínculo não se organiza apenas positivamente, sobre investimentos mútuos com organizações comuns com base na identificação, mas, também, negativamente "sobre uma comunidade de renúncias e sacrifícios, sobre apagamentos, rejeições e recalques, sobre um deixar de lado e sobre restos" (KAËS, 2005, p. 131). Nesse sentido, o desconhecimento não se limitaria apenas ao eu e ao inconsciente em sua dimensão intrapsíquica, mas se faria presente na constituição e consolidação dos grupos, estando na base da construção do vínculo. Ainda, o desconhecimento do eu e o desconhecimento de algo que possibilitaria o vínculo intersubjetivo estariam articulados, havendo uma reciprocidade de implicações entre o conjunto e os sujeitos do conjunto, entre o intrapsíquico e o

intersubjetivo: não existe sujeito sem grupo, nem grupo sem sujeito (KAËS, 2005).

Essa negatividade, referente àquilo que se mantém encoberto, escondido, negado, recalcado, caracteriza a racionalidade analítica que apresenta esse desconhecimento do eu ao próprio sujeito. A psicanálise freudiana, como visto anteriormente, rompe com a racionalidade cartesiana, deslocando a centralidade da razão soberana na compreensão do sujeito, apresentando um não-saber constitutivo ao sujeito em sua dimensão intrapsíquica. Evidencia, a partir da leitura dos processos psíquicos permitida pelo método psicanalítico tradicional, que existe uma determinação outra do pensamento e da ação do sujeito submetida à causalidade própria do inconsciente. No entanto, ao se afirmar que a condição de formação e de sustentação desse sujeito do inconsciente está na intersubjetividade, insere-se uma dimensão intersubjetiva fundante na racionalidade analítica (FERNANDES, M., 2004). A racionalidade analítica passa a ser a chave não apenas de compreensão do sujeito psíquico, mas pode ser fundamental à compreensão dos fenômenos manifestados pelos conjuntos intersubjetivos.

A partir da concepção de Kaës acima exposta, concepção esta que compreende uma constituição intersubjetiva do sujeito do inconsciente, o Homem, como já visto, é não apenas destronado de sua razão no rompimento com o racionalismo cartesiano mas, também, retirado de seu próprio intrapsiquismo, reconsiderando-se uma concepção de inconsciente segundo uma dimensão apenas intrapsíquica. Do ponto de vista de Kaës (1997), esta poderia ser considerada uma quarta ferida narcísica do Homem, descentrando-o de seu intrapsiquismo que passa a ser compreendido como constituído e apoiado na intersubjetividade. A partir dessa visão, pode-se dizer que Kaës desmontaria a soberania do sujeito no que diz respeito ao indivíduo, ao intrapsíquico, deslocando uma centralidade do olhar sobre a formação do inconsciente em direção ao intersubjetivo.

Essa implicação mutuamente constitutiva entre sujeito e grupo impossibilita um olhar dicotômico, apontando para a função do desconhecimento inerente tanto ao sujeito quanto ao conjunto intersubjetivo e à vinculação. Da mesma maneira que se olha para a constituição psíquica do Homem a partir da racionalidade analítica, abordando a concepção de razão por meio de uma dimensão inconsciente determinante e de um desconhecimento do eu fundante e inevitável, o olhar sobre o grupo e os fenômenos sociais percorreria um caminho semelhante. Esse desconhecer constitui tanto o sujeito quanto o grupo, encontrando uma função de regulação não apenas da vida intrapsíquica, mas também da vida social.

A ação e o pensamento do sujeito, portanto, são regidos por uma causalidade inconsciente que diz respeito não apenas ao funcionamento intrapsíquico, mas, dada a

constituição e sustentação intersubjetiva do inconsciente, estão atravessadas de maneira fundamental pela intersubjetividade. Ao mesmo tempo, a própria intersubjetividade, com seus processos específicos, está atravessada de maneira fundamental pela singularidade dos sujeitos. Segundo tal perspectiva, pode-se afirmar que compreender a ação de um sujeito apenas do ponto de vista de sua razão plena consciente e de sua individualidade é tão equivocado quanto compreender a ação de um grupo, com seus processos específicos, sem considerar a dimensão das singularidades que o constituem.

A relação intersubjetiva, como pressuposto básico ao fenômeno da participação, pode ser problematizada, segundo a perspectiva aqui apresentada, por meio destas concepções que buscam enfatizar a articulação entre a dimensão do sujeito e a dimensão intersubjetiva, sob o prisma da racionalidade analítica. Supondo sujeitos cuja ação de participar, por definição, encontra sentido somente em meio à intersubjetividade, a participação, como fenômeno, pode então ser pensada em função dos processos inconscientes que articulam sujeitos, grupos e instituições.

# CAPÍTULO II – A PROBLEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO: *INSTITUÍDO VERSUS INSTITUINTE*

A concepção psicanalítica de sujeito, tendo como eixo a hipótese do inconsciente, influenciou toda a cultura ocidental. Para além do contexto clínico, a concepção freudiana mergulhou na cultura e abriu caminhos para a leitura que os sujeitos fazem de si mesmos, de seus pensamentos e ações, trazendo subsídios para pensar o humano. Mas não apenas. Freud concedeu subsídios para pensar o humano em sua relação intrínseca com aquilo que o faz sujeito, ou seja, em sua relação com a sociedade dentro da qual nasce, emerge e se sustenta como sujeito. Um olhar que se esforça na articulação entre o sujeito e o grupo, caminhando em sentido contrário à antinomia historicamente construída na compreensão de um e outro, pode trazer elementos pertinentes à elaboração de leituras sobre os fenômenos sociais.

Assentando-se sobre o pano de fundo da racionalidade analítica e tendo como horizonte a articulação entre sujeito e grupo na compreensão dos fenômenos sociais, (horizonte esse por definição sempre inalcançável e fugidio mas que concede direção à busca), é que o presente trabalho se constrói. Uma vez lançadas, no primeiro capítulo, as bases de sustentação desse trabalho, explicitando o prisma que orientará o estudo ora proposto, será agora delineada a problemática da participação construindo-se, inicialmente, uma leitura dos fenômenos tal como descritos pelos diferentes conceitos de participação na literatura estudada. Não bastando mais aqui a definição genérica da palavra em língua portuguesa, tomada apenas segundo a relação intersubjetiva nela suposta, as diferentes definições conceituais, abarcando diferentes conjuntos de fenômenos com características específicas, apresentarão uma dimensão fundamental da problemática da participação segundo a perspectiva aqui adotada. Uma vez delineada em termos conceituais, essa problemática será ilustrada e evidenciada quando inserida na história das Organizações Não-Governamentais no Brasil.

## 1. Notas sobre o conceito de participação

O substantivo *participação*, supondo uma ação em sua forma de verbo, começa, em seu uso geral e mais comum, por significar a mera integração entre indivíduos que tomam parte de algo em conjunto com um outro alguém. Tal substantivo, no entanto, pode ser encontrado inserido nos mais diversos campos e contextos, do senso comum à academia,

expressando uma multiplicidade de sentidos, referindo-se a fenômenos com características substancialmente distintas. Quando referido a um conjunto delimitado de fenômenos, com características e implicações específicas, restringindo sua significação genérica, a participação passa a receber conotação de conceito.

Apesar de empregada como conceito, no sentido de ser utilizada para nomear certos fenômenos com características específicas, circunscrevendo sua aplicação genérica, seu uso crescente e recorrente, na maioria das vezes, não expressa uma compreensão clara sobre o que se está a denominar *participação*. Em meio às variadas características e implicações possíveis (e, por vezes, antagônicas) da ação de participar, o uso crescente da palavra em campos diversos tende a ignorar diferenças fundamentais, reduzindo a variedade de características, de sentido e implicações da participação a um sentido único ideologicamente definido como "bom", normalmente associado à ideia de democracia, supondo relações democráticas.

É nesse sentido, da popularidade de um termo tão vasto, que autores como Pateman (1992) consideram justificada uma atenção a ele. Apesar de seu emprego recorrente como conceito, tanto no senso comum quanto na academia, supondo-se uma referência a um fenômeno com características e significados específicos, poucos autores se debruçam especificamente sobre sua definição conceitual. Na literatura estudada, a participação se insere em campos diversos, recebendo conotações e conceituações diversas por se referirem a fenômenos com características diversas. Faz-se presente nas ciências políticas, atrelada à discussão sobre o sistema democrático representativo e/ou participativo; faz-se presente na sociologia, referindo-se aos movimentos sociais; faz-se presente na educação relacionada à função educativa e conscientizadora da participação, considerada como meio e objetivo final do processo educativo; faz-se presente nas discussões sobre os processos de pesquisa, como parte de uma metodologia de pesquisa desde a observação participante do pesquisador típica da antropologia pós-Malinowski até a participação popular numa pesquisa voltada para a ação e para a transformação social. O substantivo *participação* circula entre universos distintos e relacionados entre si, recebendo conotações diversas em função do contexto em que são utilizados.

Em meio a um universo vasto do emprego da palavra referida a diferentes contextos e fenômenos, considera-se possível um início de abordagem do conceito por meio de seu eixo principal, a partir do qual as demais compreensões derivam, ou seja, aquela participação denominada como social e/ou política. Tendo como principal preocupação um olhar sobre as características do sujeito referido na ação de participar, a articulação estabelecida ou não entre sujeito e grupo na relação intersubjetiva nela suposta e as especificidades das implicações

dessa ação, pretende-se delinear, nessas notas, algumas diferenças entre os principais fenômenos descritos pelos diferentes conceitos de participação social e política na literatura estudada.

No contexto social e político, a participação teria se tornado, segundo Pateman (1992), parte do vocabulário popular nos anos 1960, emergindo com força em meio a reivindicações de abertura de novas áreas de participação e da implementação de direitos. Adquire seu sentido em questionamento ao poder estabelecido, à ordem vigente e à sua forma de distribuição, buscando a transformação das relações de poder da instituição do Estado. No entanto, no mesmo sentido traçado por outros autores que tratam do tema, a palavra viu-se banalizada, tendo seu uso generalizado e diversificado, podendo se referir a uma grande variedade de situações, vendo desaparecer seu conteúdo. Em contexto brasileiro, a utilização da palavra *participação* fruiu de uma ascendência muito grande nos anos 1970 em meio à ditadura e à luta pela redemocratização. Se, tal como demonstra Carvalho J. (2012), a participação, historicamente, não esteve na ordem do dia da vida social e política brasileira, em meio a essa movimentação participativa histórica da sociedade civil, alguns autores como Bordenave (1994) e Gohn (2010) teriam afirmado que o Brasil entrava, então, numa "era da participação". Também apresentando um espírito democrático e transformador, em meio a lutas pela redemocratização e pela ampliação dos canais de participação num Estado autoritário controlado pelos militares, a palavra foi ganhando novos significados apesar de pouco definida, inserindo-se numa problemática cada vez mais complexa.

Rousseau pode ser considerado, tal como afirma Pateman (1992) o teórico por excelência da participação. Como é sabido, Rousseau é o teórico clássico da democracia, sendo sua noção de participação intrínseca àquela. A participação, na concepção de Rousseau, acontece na tomada de decisões, constituindo-se como um modo de proteger os interesses privados e de assegurar um bom governo (PATEMAN, 1992). Ou seja, todos os indivíduos deveriam participar diretamente da tomada de decisão enquanto indivíduos (num contexto idealizado de uma Cidade-Estado). Apesar do enfoque da compreensão sobre a participação se dar sobre o ato do indivíduo, Rousseau se refere a outra dimensão relativa à articulação entre o ato de participar do indivíduo na tomada de decisão, o efeito psicológico gerado por esse participar e o funcionamento das instituições. Segundo Pateman,

> toda a teoria política de Rousseau apóia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e, em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o

> funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas. (PATEMAN, 1992, p. 35)

Nesse sentido, Rousseau, ao pensar a democracia, considerava o impacto psicológico das instituições sociais e políticas, tal como estruturadas, no desenvolvimento da capacidade e habilidade do indivíduo em participar na tomada de decisão nos assuntos públicos. Ou seja, interrelacionando a estrutura de autoridade das instituições com as orientações psicológicas dos indivíduos, considerava que uma instituição participativa e democrática tinha um efeito sobre o indivíduo no sentido de torná-lo cada vez mais habilitado e capaz de participar, apresentando a função educativa da participação em sentido mais amplo (PATEMAN, 1992). Quanto mais os cidadãos participam dos processos políticos de tomada de decisão, possibilitados pelas estruturas das instituições, mais capazes serão de participar.

A concepção primeira de participação, no entanto, apesar de ser atribuído um papel às instituições na compreensão da participação do indivíduo, refere-a ao ato de um indivíduo na tomada de uma decisão, pautada em sua vontade e interesse. Partindo de uma ideia de igualdade entre os indivíduos, todos teriam igual poder de decisão direta sobre um assunto público, sendo a decisão tomada a partir da somatória dos atos individuais de participar. Apesar do reconhecido papel da assembleia e da discussão entre os indivíduos, anterior à decisão, a participação é compreendida em acontecimento na tomada de decisão, no ato de cada indivíduo que, por meio de sua participação, expressa sua vontade e interesse.

Tal concepção de participação como ato do indivíduo que acontece na tomada de decisão pode encontrar, longe do ideal de *democracia direta* de Rousseau, construído em outro contexto histórico e político (século XVIII), nuances possíveis num mundo contemporâneo caracterizado por sistemas democráticos representativos. Recuperando elementos da perspectiva de Rousseau sobre a democracia e a participação, Pateman (1992) desenvolve uma discussão sobre as possibilidades contemporâneas de uma democracia participativa que conserve como ponto central essa noção de participação como tomada direta de decisão. Ao analisar a participação no contexto industrial (partindo da ideia de Rousseau de que a democratização das estruturas de autoridade nas instituições da sociedade – a começar por aquelas do local de trabalho – contribuiria para a formação de indivíduos participativos, possibilitando o desenvolvimento de uma democracia participativa na atualidade), Pateman (1992) discute a participação em função dos diferentes graus de decisão que o ato de participar implica. Considera que um primeiro tipo seria a *pseudoparticipação*, utilizada apenas para persuadir os indivíduos a aceitarem decisões que já foram tomadas pelo topo da hierarquia institucional, legitimando-as. Já no que denomina *participação parcial*, as

partes se influenciam reciprocamente, cabendo a apenas uma a tomada de decisão. E, por fim, na *participação plena*, cada grupo ou membro tem igual poder de determinar o resultado final das decisões. A participação é, portanto, definida pela autora em função dos diferentes graus de participação dos indivíduos, tal como definidos pela estrutura organizacional dentro da qual o ato de participar se insere. Pode-se compreender que, apesar das diferenças entre as implicações de cada tipo de participação descritas pela autora, todas elas estão determinadas previamente pela estrutura organizacional.

Em sentido semelhante, outros autores também abordam a participação em função do grau de decisão que essa implica. Bordenave (1994), aventurando-se a discorrer de maneira didática sobre a pergunta *O que é participação?*, aborda os graus e os níveis de participação, no sentido do grau de controle sobre as decisões e de quão importantes são as decisões de que se pode participar. Em sentido e contexto semelhante de abordagem do tema, Dallari (2004), ao falar de participação política, diferencia entre aquela formal e a real, compreendendo a primeira como a prática de formalidades, como uma possibilidade concedida formalmente de participar de atividades secundárias que não afetam o poder de decisão do grupo dominante, negando à população o direito de participar das decisões que seriam de fato importantes, produzindo um engodo conveniente aos que detêm o poder. Já a participação chamada *real*, influiria de algum modo nas decisões políticas fundamentais.

Observa-se que a preocupação referente à definição do que seja participação se expressa, entre essas definições, em função dos diferentes graus de decisão, previamente estabelecidos, que o ato de participar implica. Tais diferenças, no entanto, encontram um traço comum ao passo que são todas compreendidas como ato do indivíduo em relação à tomada de decisão, apresentando-se inseridas num conjunto de regras postas que determinam o lugar desse ato do indivíduo na estrutura organizacional instituída. Pode-se supor, com isso, que em função do grau de decisão da participação previamente determinado, o nível de consequência à estrutura organizacional é relativamente previsto pelo regramento que determina os limites daquela participação, seja este um grau decisório baixo ou elevado. Ou seja, estando previsto na hierarquia de poder, o grau de decisão que aquela participação instituída pode implicar, as mudanças possíveis decorrentes dessa participação, seja esta mais ou menos elevada, estão relativamente previstas.

Em sentido diferente desse, esboçando um primeiro contraste entre os fenômenos denominados *participação* pela literatura estudada, Bordenave (1994) refere-se a uma luta pela participação que se daria na busca por níveis cada vez mais altos de participação decisória, uma subida conseguida "através de árduas lutas contra o *establishment*". Apresenta,

pois, uma participação não referida ao ato do indivíduo na tomada de decisão segundo as regras postas, mas refere-se a um movimento de luta, não previsto pela organização e nem regido por suas regras e normas, compreendido como luta contra o poder vigente. Uma *participação que luta pela participação*, questionando e buscando transformar as relações de poder tal como instituídas, pretendendo inserir no quadro organizacional um novo regramento que garanta uma participação de nível decisório mais elevado. Essa ideia de *luta*, por sua vez, que será adiante abordada, irá compor um tipo de fenômeno descrito com participação diferente daquele atribuído ao indivíduo no ato da tomada de decisão.

No contexto político das instituições democráticas contemporâneas, essa participação dita *direta* na tomada de decisão apresenta-se pouco viável, passando a participação a ser compreendida dentro de um sistema democrático representativo. Afastando-se ainda mais do ideal da democracia direta de Rousseau, o voto aqui não mais se refere a uma determinada decisão sobre um assunto público numa participação dita *direta*, mas refere-se à escolha de um representante que irá decidir pelo indivíduo que nele vota. Nas ciências políticas contemporâneas, segundo Pateman (1992), a questão da participação é assim colocada num lugar secundário, referindo-se basicamente à participação pelo voto no representante, cabendo ao representante tomar a decisão sobre o assunto público em debate.

Para os autores que consideram as teorias clássicas como utópicas e não praticáveis no contexto do Estado democrático moderno (SCHUMPETER et al. apud PATEMAN, 1992), a participação desejada seria aquela da eleição do representante pelo voto eleitoral e não pela tomada de decisão ou pela participação direta da população nos assuntos públicos. A participação da maioria, nesse sentido, diz respeito à *participação na escolha daqueles que tomam as decisões*. O controle da população sobre a decisão se limita, assim, à sanção aplicada na eleição seguinte ao candidato que não satisfez os interesses do eleitor, levando-o à perda de mandato. Segundo Pateman (1992), a concepção de participação desses autores considera que o nível de participação da maioria não deveria crescer acima do nível mínimo necessário a fim de manter o método democrático e a máquina eleitoral em funcionamento. Nesse sentido, o aumento de participação dos apáticos enfraqueceria o consenso quanto às normas do método democrático sendo, aliás, segundo essa autora, a ampla participação popular em política para esses autores considerada perigosa pelo seu potencial gerador de instabilidade ao sistema democrático.

Esse receio de instabilidade como fruto da intensa participação popular teria tido origem, segundo Pateman (1992), com o fenômeno dos estados totalitários na Europa do século XX, caracterizados pela participação nas ruas de grandes massas fascistas, resultando

no estabelecimento de uma relação, nesse caso, menos da participação com a democracia do que com o totalitarismo. Pode-se observar, a partir dessa colocação da autora, o esboço de uma referência, mesmo que secundária no contexto das teorias políticas, a um outro tipo de fenômeno também denominado *participação,* que descreve não o ato do indivíduo que toma parte numa decisão ou que vota em seu representante segundo as regras instituídas, mas que se apresenta relativa a uma *massa*. O sujeito da ação de participar é remetido não ao indivíduo mas a um coletivo. Fala-se de uma *participação da massa* ou *participação popular*, de um conjunto ameaçador ao sistema democrático instituído. Há a referência a uma participação apresentada como se possuísse vida própria exterior ou paralela às organizações e às instituições estabelecidas. De um lado, parece se delinear uma concepção de participação atribuída ao ato racional de escolha de um indivíduo, seja na tomada de decisão, seja na escolha de um representante; de outro, delineia-se uma concepção de participação atribuída ao coletivo, com alguma tendência a caminhar por meio de uma lógica própria diferente daquela da razão individual.

Ao definirem sucintamente o conceito de *participação política* em *Dicionário de política*, Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010), com enfoque no adjetivo que acompanha o termo principal, consideram-na também como tomada de decisão, seja direta ou indireta. Os autores ressaltam a ampla possibilidade de interpretações possíveis sobre a expressão *participação política*, relativa tanto ao contexto social e político em que ela se constrói, quanto ao que ela se refere, não sendo o sentido de atividade política uníssona ao mesmo tempo em que se pode tomar parte de alguma coisa de maneiras bem diferentes, desde na condição de mero espectador até na de protagonista de destaque. Nesse sentido, apresentam uma compreensão de participação política definida em função da contribuição que esta implica uma decisão política, apresentando três de suas formas ou níveis possíveis. A primeira seria aquela designada pelo termo *presença*, menos intensa e mais passiva e receptiva, não supondo contribuições pessoais ativas. A segunda, designam de *ativação*, referindo-se a sujeitos que desenvolvem atividades, dentro ou fora de organizações políticas, como manifestações e campanhas, supondo uma participação mais ativa. Por fim, o termo *participação*, "tomado em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o individuo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 888). A contribuição direta ou indireta refere-se, respectivamente, à tomada de decisão sobre certo assunto e ao voto no representante que decidirá sobre o assunto.

A participação, portanto, assim denominada, descreve uma ação dentro de um sistema

instituído que lhe concede um lugar balizado. Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010), ao abordarem os fatores que condicionam, positiva ou negativamente, a participação política afirma que um deles seria

> constituído por aquilo que poderíamos chamar de estruturas ou ocasiões de Participação política, amplamente determinadas pelo ambiente em que o individuo se move. Não se exclui evidentemente que o indivíduo se faça promotor de novas formas, mas esses são casos bastante raros. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 890)

As estruturas variam de sistema para sistema determinando, portanto, o alcance daquela participação e das possibilidades de movimentação do indivíduo dentro da estrutura estabelecida. Outros fenômenos sociais distintos e caracterizados pela coletividade (associações, participação em partidos políticos, as marchas, manifestações e ocupações de prédios, etc.), apesar de apresentados por esses autores de maneira secundária e menos importantes ao sistema democrático, são citadas como existentes e denominados como formas de participação.

Não pertence à alçada desse trabalho abordar as diferentes definições de democracia e de sistemas democráticos, como esses estão estruturados ou como definem as características da participação política. Interessa sim delinear as características dos fenômenos da realidade descritos pelas diferentes compreensões de participação na literatura estudada. Por um lado, a participação se refere ao ato do indivíduo pelo voto direto ou indireto, tal como prevista e regulamentada pelas organizações da sociedade ou pelo próprio sistema democrático. As regras e normas que regulam as relações definem como deve se dar a participação, quem participa de quê, qual o grau de relevância da decisão participada, etc., balizando os caminhos em que ela pode se dar e prevendo minimamente seu potencial de transformar o que já está estabelecido. Por outro lado, no que aparenta ser um outro extremo, constata-se uma concepção de participação relativa a uma coletividade, referida a uma participação de massas e de grupos, surgindo às margens do sistema tal como instituído.

Ao abordar o conceito de *participação democrática*, Gohn (2001) inclui dois tipos de fenômenos nessa mesma denominação. Apresenta uma participação instituída, tal como a anteriormente referida à ação do indivíduo, relativa às instituições formais políticas caracterizada pela institucionalidade do voto para representante. Por outro lado, apresenta uma participação também tida como democrática, relativa à sociedade civil, em especial aos movimentos sociais e às organizações autônomas da sociedade, caracterizando a participação como luta, seja pela democracia seja pela expansão de direitos, etc. Ambas, com suas

naturezas distintas no sentido que vem sendo demonstrado, comporiam uma participação denominada *democrática*.

Apesar da participação atribuída ao ato do indivíduo na tomada de decisão direta ou indireta poder aparentemente ser denominada *participação política*, e a segunda, referida à uma coletividade e a movimentos sociais, poder ser denominada *participação social*, estabelecendo-se aí as diferenças entre os dois fenômenos que vêm sendo delineados, a delimitação conceitual entre onde termina o social, começa o político e vice-versa, não frui de consenso. Relacionados à participação política, por exemplo, poderiam ser incluídos os movimentos político-partidários, mas estes, como movimentos, não poderiam, por sua vez, deixar de se caracterizarem como participação social, tornando pouco clara a divisão entre o que poderia ser incluída numa e noutra categoria de participação. Importa aqui menos a diferenciação entre o que seja político ou social (não sendo da competência deste trabalho estabelecer os limites) do que as características essenciais dos fenômenos que as diferentes definições de participação descrevem.

Além da *participação democrática*, por um lado instituída e, por outro, tida como movimento autônomo no seio da sociedade civil, Gohn (2001) apresenta três outras concepções teóricas existentes sobre a participação. A concepção *liberal* de participação, tendo sempre como norte a liberdade individual, teria como objetivo o fortalecimento da sociedade civil, visando evitar as ingerências do Estado e seu controle e interferência na vida dos indivíduos. Com acesso à ampla informação para formulação de preferências, evitando os obstáculos burocráticos à participação e desestimulando a intervenção governamental, os indivíduos participariam espontaneamente como meio de satisfazerem suas próprias necessidades e interesses.

Dentro dessa perspectiva liberal mencionada, a autora apresenta dois tipos de participação. Uma delas, a *corporativa*, é norteada menos pelos interesses individuais do que por um "bem comum", que articula os indivíduos em termos identitários. Essa concepção corporativa, segundo Gohn (2001), articula processos participativos à existência de organizações no seio da sociedade civil, supondo-se que as organizações apenas existem quando as pessoas participam. As Organizações Não-Governamentais, apesar de terem uma origem num campo em que se mesclam ideais de transformação social característicos dos movimentos sociais – marcada por uma participação subversiva durante o regime militar – e outros mais liberais vinculados ao associativismo do chamado *Terceiro Setor*, são compreendidas por muitos, como será visto adiante, dentro dessa perspectiva liberal. As ONGs são apresentadas como representantes da participação da sociedade civil e de seus

diversos interesses na coisa pública, sendo também bastante criticadas por se inserirem numa proposta neoliberal de enxugamento das funções do Estado no trato com as questões sociais (MONTAÑO, 2004).

Um segundo tipo de participação liberal, tal como apresentada por Gohn (2001), é a denominada *corporativa comunitária*, que fortaleceria a sociedade civil integrando órgãos representativos, deliberativos e administrativos do Estado, apresentando-se como forma institucionalizada de participação que, com a presença de grupos organizados na sociedade civil na esfera do Estado, fundiria o privado e o público. Um exemplo que se insere nessa proposta seria parte das propostas dos conselhos gestores no Brasil na década de 1980 (GOHN, 2001). Observa-se que, não apenas essa participação *corporativa comunitária* é institucionalizada, estando determinada pela estrutura estatal que a regulamenta, definindo regras para seu acontecimento na estrutura institucional do Estado (vide os conselhos gestores), mas a *participação corporativa*, anteriormente citada, também se estabelece imersa na institucionalidade das organizações da sociedade civil.

Um terceiro conceito possível de participação seria, segundo Gohn (2001), aquela denominada *autoritária*, voltada para a integração e controle social da sociedade e da política. Apesar de frequentemente utilizada como sinônimo de democracia, tendo sua utilização difundida com conotação de conceito iniciada em lutas pela democratização das relações de poder, a participação pode significar um caminho oposto. Um exemplo concedido pela autora refere-se às grandes celebrações em massa dos regimes socialistas e fascistas, no sentido de afirmá-lo e sustentá-lo. Novamente aqui, fala-se de uma outra participação que não a do ato individual. Fala-se de uma *massa*, mesmo que reunida como fruto da intimidação, dessa vez buscando não transformar, mas reafirmar o poder vigente e legitimá-lo.[14] Por outro lado, como visto, uma *massa* considerada análoga, também de cunho autoritário, porém tida como insurgida espontaneamente, já num sistema democrático, pode ser considerada ameaçadora ao poder democrático vigente.

---

[14] Um outro exemplo pertinente a ser aqui levantado sobre uma participação autoritária é a participação na escola na época do regime militar no Brasil, não referida às massas, mas às organizações e ao ato do indivíduo. Na década de 70 no Brasil, por exemplo, a participação dos pais na escola era vista pelo regime autoritário como algo de extrema importância, passando inclusive a ser compulsória e regulamentada por meio de "canais de participação" como a Associação de Pais e Mestres (APM). O interesse do governo pela participação dos pais incluía um enquadre bem definido de como essa participação deveria ocorrer, ou seja, centrava-se basicamente na colaboração nas atividades escolares relacionadas à manutenção das condições materiais da escola. Havia ainda um outro interesse que se voltava a uma ação educativa sobre os pais sob a lógica do controle, da disciplina e do adestramento da mão-de-obra, visando a "formação do 'cidadão' dentro dos estritos limites da tutela e da subordinação social" (SPOSITO, 1989, p. 62). A chamada à participação, nesse contexto, estava, portanto, relacionada à obrigatoriedade e ao controle social, sendo utilizada por setores conservadores, reformistas e autoritários.

Em contraste com essa participação autoritária, apresentada como sendo caracteristicamente de *massas*, utilizada para manter e legitimar o estabelecido tal e qual, haveria, segundo Gohn (2001), um quarto conceito de participação denominada *revolucionária*. Nesta, a participação se estrutura como "coletivos organizados para lutar contra as relações de dominação e pela divisão do poder político" (GOHN, 2001, p. 18). A depender da conjuntura política, essa participação revolucionária pode se dar dentro dos "marcos do ordenamento jurídico em vigor", ou seja, dentro da lei; desenvolver-se por canais paralelos; ou, ainda, valer-se dos canais existentes visando reconstruí-los. Fala-se, portanto, nesse caso de um coletivo, em luta pela transformação das estruturas de poder, tal como estabelecidas na sociedade, seja segundo as leis seja por canais outros, seja um misto dos dois. Já uma interpretação considerada radical sobre a participação fala da inversão do controle do poder para as mãos da população, propondo-se a criação de "contra-instituições e estruturas paralelas, como forma de criar formas de experimentação social, questionar o poder dominante e deslegitimá-lo" (GOHN, 2001, p. 18). Almeja-se, portanto, a transformação radical da sociedade, tendo essa participação um caráter sempre de coletividade.

Esses conceitos de participação apresentados por Gohn (2001) permitem estabelecer, apesar das diferenças, uma linha divisória entre dois fenômenos de naturezas distintas, para além de possíveis delimitações entre o que seja *social* e o que seja *político*. De um lado, tem-se uma *participação democrática* voltada para o sistema político, compreendida como ato individual expresso pelo voto; uma *participação liberal* que se expressa como ato do indivíduo ou de organizações da sociedade civil tidas como unidades representativas de interesses de grupos da sociedade, seja na própria sociedade ou na esfera do Estado; uma *participação autoritária* que, expressando-se como *mobilização de massas*, faz parte da estrutura de manutenção do poder estabelecido. Como característica comum que as unifica, tem-se que todas elas estão regulamentadas e previstas pela institucionalidade e pelo poder vigente. Já a *participação democrática*, compreendida em termos de luta de movimentos sociais, e a *participação revolucionária* implicam a busca por uma mudança nas relações de poder, tal como estruturadas nas instituições da sociedade e do Estado. Estas *não* são apresentadas como atos de indivíduos, grupos ou organizações balizados por regramentos estabelecidos, mas supõem uma coletividade, grupos em movimento próprio, pretendendo ampliar os canais e espaços de participação ou transformar radicalmente a estrutura dominante. Os fenômenos denominados *participação*, nesse caso, diferentemente do fenômeno anteriormente descrito, referem-se necessariamente a uma coletividade, a grupos em movimento, caracterizados por processos próprios, lutando em paralelo à

institucionalidade para modificar as estruturas vigentes em alguma dimensão, seja esta total ou parcial.

Pode-se destacar que, quando analisados os fenômenos aos quais os diferentes conceitos se referem, o potencial de transformação efetivo da participação é conferido à ação de um conjunto com seus processos próprios e não aos atos dos indivíduos em somatória. O grupo fruiria de uma força que não é atribuída ao indivíduo em seu ato individual participativo somado aos dos demais. Ao mesmo tempo em que apresentam uma organização própria como conjuntos, essa forma de participação de *massa*, popular ou de grupos em movimento é apresentada como se surgida espontaneamente, não prevista ou diretamente regulamentada pela ordem vigente, propondo-se justamente a modificá-lo no sentido da institucionalização de outras formas de participação ou de estruturas de poder.

A participação, segundo Gohn (2001), pode ser abordada não apenas em termos conceituais, como os que já foram apresentados, mas pode ser analisada por meio de dois outros níveis básicos. Além do nível *conceitual* que apresenta, segundo a autora, alto grau de ambiguidade e variação segundo o paradigma teórico que o fundamenta, há o nível *político* que é por ela apresentado como estando associado a processos de democratização em curso ou lutas para sua obtenção. Há, nesse sentido, novamente, por um lado, a apresentação de uma participação política prevista pela instituição democrática e, por outro, a participação como movimento de luta pela democratização que pretende garantir a participação política em dado nível na estrutura da instituição democrática. Por fim, considerada como um outro nível de análise possível da participação, a *prática social* é relacionada ao processos sociais propriamente ditos: "tratam-se das ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações para realizar algum intento" (GOHN, 2001, p. 14). A participação, aqui, diz respeito à ação de uma coletividade que luta para realizar um objetivo, objetivo este novamente relacionado à transformação daquilo que já está estabelecido e consolidado.

Na esteira desta última noção de participação como movimento de um conjunto em prol de um objetivo comum de transformação de uma realidade sedimentada e desigual, Pedro Demo (1993) define participação como um processo constante de conquista. Para esse autor, anterior à participação, como tendência histórica, está a dominação. A participação como conquista envolveria, pois, o questionamento e a transformação dos lugares de poder, constituindo-se como uma outra forma de poder que implica uma mudança na estrutura de dominação.

Nesse sentido, Pedro Demo (1993) apresenta a definição de participação como processo de conquista em si mesma, existindo apenas como conquista própria e não como

dádiva. Nas palavras de Demo (1993, p. 18),

> *participação é conquista* para significar que é um *processo*, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.

Participação implica uma luta pelo poder, participar significa redistribuir bens e poder. Nesse sentido, segundo Demo (1993), participação não poderia ser entendida como dádiva, porque assim não seria produto da conquista, nem realizaria a autopromoção; não poderia ser entendida como concessão, pois, assim, seria uma participação tutelada e vigente na "medida das boas graças do doador", que delimita o espaço permitido de participação; e, por fim, não pode ser entendida como algo já preexistente "porque não cai do céu por descuido, nem é passo primeiro".

Compreendida como "processo imorredouro de conquista", nunca suficiente, a institucionalização de canais de participação obtidos por meio de lutas de conquista são, segundo Demo (1993), fundamentais, mas não suficientes. A participação seria compreendida por esse autor como uma luta constante de conquista em contraposição ao poder vigente. Citando Demo (1993, p. 84),

> é preciso entender que os contestadores do poder vigente, se chegarem ao poder, igualmente instalarão uma ordem estabelecida, que não gosta de ser criticada e muito menos de ser superada. Se antes pregavam a participação e faziam dela a utopia motora do movimento social, podem agora senti-la como incômoda, porque significa dividir privilégios. Tomamos a sério esta lógica do poder como ponto de partida de qualquer proposta participativa. Olhando de cima, aparece o horizonte da institucionalização; olhando de baixo, aparece o horizonte da instabilização. Tudo dentro do quadro de tendências típicas, não de determinismos opacos.

Nesse excerto do autor fica evidente a compreensão de que há, por um lado, uma participação tida como movimento de conjuntos com objetivo de transformar as relações de poder. Essa participação, sempre aspirante à institucionalização das causas em função das quais se organiza, uma vez conquistada, expressa, por outro lado, um outro tipo de participação de natureza distinta, ou seja, aquela já instituída. Com as novas estruturas conquistadas, definidas e instituídas, a participação transformadora, caminhando paralela ao regramento institucional, pode ressurgir, inspirando instabilidade ao sistema vigente. Evidencia-se, a partir da abordagem de Pedro Demo (1993) em relação à participação, diferenças de fenômenos menos relativas ao sujeito da participação, referindo-se a um

indivíduo ou a um grupo, do que às implicações destas, relativas à transformação. O fenômeno que caracteriza a participação, tal como por ele definida, é aquele relativo ao da transformação das instituições, como processo constante de conquista, em paralelo e em contraposição ao sistema vigente; fenômeno que se apresenta diferente daquele que expressa uma participação instituída, já conquistada.

Para Demo (1993), nesse sentido, a participação como conquista não deveria se extinguir com sua institucionalização. A institucionalização da participação expressa um fenômeno de natureza também fundamental, porém, distinto. Interessa-lhe, no entanto, aquela participação que se mantém em constante movimento rumo à transformação, de natureza transformadora. A qualidade da participação não depende necessariamente de sua formalização, "pelo contrário, a pressa em formalizar-se, por exemplo, para poder receber recursos, geralmente acarreta queda sensível de qualidade, porque não respeita o ritmo político em profundidade, que sempre leva tempo de maturação" (DEMO, 1993, p. 132). A participação apresentaria, segundo essa concepção de Demo, uma relação paradoxal com uma participação institucionalizada, corroborando para a distinção de dois fenômenos denominados *participação* que expressam naturezas distintas. Com ritmos diferentes, meios e propostas diferentes, pode-se afirmar que se tratam de fenômenos diferentes: a participação que surge espontânea com o objetivo coletivo de transformação e aquela institucionalizada.

A partir do exposto, abstraindo-se as várias diferenças entre os conceitos, evidenciam-se dois entendimentos fundamentais e extremos sobre o fenômeno da participação, entre os quais se encontram mesclas e nuances. Pode-se observar, de um lado extremo, uma participação tida como somatória de atos individuais num processo de tomada de decisão ou de eleição, em seus diferentes graus e qualidades, segundo regras pré-determinadas pelas instituições que preveem e estipulam o lugar desse ato individual. Ou seja, a participação pode variar em função do grau de decisão que implica, se é do tipo direta ou indireta, da significância política e social daquele ato, etc. Mas a característica que interessa aqui, abstraindo-se a importância e relevância das diferentes qualidades sociais e políticas da participação, é seu lugar previsto e regulamentado pelas instituições e pelas organizações diversas que as encarnam. Apesar do enfoque no ato individual (podendo estar referido não apenas ao indivíduo mas a organizações da sociedade, sendo estas também tomadas como unidades), o efeito da participação é inegavelmente coletivo, ganhando o ato individual sentido apenas em meio aos demais, em somatória. Independentemente dos processos sociais anteriores ao ato do indivíduo em si, como a campanha eleitoral ou a discussão em assembleias, por exemplo, o enfoque da participação nesse extremo se refere especialmente

ao ato tomado como unidade, somado aos dos demais, do que ao processo em que este se insere.

A escolha expressa pelo ato, balizado pelas regras que o determinam, é atribuída exclusivamente ao indivíduo, perdendo-se de vista a instituição e o conjunto intersubjetivo dentro do qual o indivíduo, sua escolha e seu ato emergem, atravessando-os. Uma outra característica atribuída à participação descrita como ato individual é aquela que supõe uma escolha tida como racional no sentido da consciência plena nela suposta. Essa concepção de participação se contrasta com uma segunda linha possível de entendimento do fenômeno da participação que, num outro extremo, refere-se à coletividade apresentada como expressão de processos próprios, com lógicas próprias, perdendo-se de vista, deste lado, os indivíduos.

Se por um lado a participação atribuída ao ato do indivíduo pode possibilitar mudanças a depender do lugar mais ou menos qualitativo para ela previsto, podendo-se considerar, por decorrência, que seu potencial de transformação está relativamente previsto segundo as regras instituídas que delimitam aquela participação; por outro lado, a participação atribuída às massas ou à coletividade se caracteriza prioritariamente pela descrição de um movimento espontâneo de um conjunto, com organização e vida própria, às margens do regramento instituído, apesar de com ele se relacionar; movimento este não previsto pela estrutura estabelecida e sendo vivido como ameaça à estabilidade desta, anunciando uma ruptura. Nesse outro extremo, o fenômeno denominado *participação* refere-se não ao ato do indivíduo, mas a um processo referido a uma coletividade que se mobiliza para além da somatória de indivíduos, apresentando-se como processo coletivo de transformação das estruturas vigentes. Não se trata aqui do sentido dessa transformação – apesar da relevância social e política das diferenças entre uma participação coletiva, no sentido da ampliação das relações democráticas no interior das instituições ou no sentido de transformar as instituições democráticas em autoritárias –, mas sim de se caracterizar, por ser uma participação coletiva, espontaneamente insurgida às margens do sistema de regulação social vigente, que se volta para a transformação daquilo que está estabelecido, organizando-se segundo suas própria regras.

Delineados esses dois fenômenos, com características distintas, subjacentes às diferentes definições de participação, explicita-se algumas oposições entre um e outro que trazem a imagem de um posicionamento deles em extremidades opostas, em meio às quais estariam as variações e mesclas entre as características de um e outro. De um lado, está o indivíduo, uma participação como ato individual, baseada na razão plena e na expressão consciente de uma vontade, balizada pelas regras instituídas que determinam os meios e as

implicações daquele ato. De outro lado, está o grupo, um conjunto intersubjetivo apresentado na literatura como massa, grupo ou coletividade, expressando uma mentalidade própria regida por processos próprios e pouco previsíveis, exteriores ou paralelos às regras e normas instituídas frente às quais eles se contrapõem, beirando, com frequência, a ideia ameaçadora de uma "irracionalidade das massas".

Esse delineamento das diferenças entre os principais fenômenos denominados *participação* pela literatura estudada evidenciam uma oposição entre indivíduo e grupo, razão e irracionalidade (segundo diferentes perceptivas), instituição e transformação. O estabelecimento de tais oposições subjacentes à descrição dos fenômenos denominados *participação*, expressão de oposições historicamente construídas na compreensão dos fenômenos sociais, tendem a perder de vista a articulação fundamental entre esses supostos pares de opostos.

Segundo uma perspectiva psicanalítica de sujeito e de grupos, tal como apresentada no primeiro capítulo, esses opostos tecem entre si uma articulação mutuamente constitutiva. Tanto o sujeito, tido como sujeito do grupo, é um sujeito que se constitui, se estrutura e se sustenta na intersubjetividade, sendo seu pensamento e ação determinados por uma causalidade própria do inconsciente; quanto os grupos, com seus processos particulares, estão atravessados pelas singularidades dos sujeitos e também regidos por uma lógica inconsciente. Um inconsciente que não é equivalente à ideia de *irracionalidade*, mas que apresenta uma racionalidade própria; é o sustentáculo da consciência, sendo esta última considerada a camada superficial de uma extensa e profunda inconsciência.

O ato de escolha do sujeito, portanto, segundo tal perspectiva, não está pautado apenas na escolha consciente expressa pelo ato individual, mas existem outros determinantes tributários do inconsciente que trazem em si uma dimensão intersubjetiva. No mesmo sentido, os processos e formações inconscientes próprios e específicos aos grupos estão atravessados pelas realidades psíquicas dos sujeitos, cumprindo o grupo uma função psíquica fundamental para aqueles que o constituem. A função psíquica constitutiva e estruturante que o conjunto intersubjetivo cumpre aos sujeitos insere-se nos processos sociais e institucionais, articulando o psíquico e o social, o individual e o grupal, a consciência e a inconsciência.

Tendo como premissa ser a participação, por definição genérica, uma relação intersubjetiva, compreendendo o sujeito em sua articulação mutuamente constitutiva com o grupo, ambos sob regência de uma causalidade inconsciente, o posicionamento em extremos dos fenômenos denominados *participação* poderia ser substituído por um que os compreenda articulados num mesmo processo, mutuamente implicados. A partir dessas considerações e da

análise dos fenômenos descritos pela literatura estudada, demonstra-se possível sustentar duas definições de participação, intrinsecamente relacionadas, que serão trabalhadas no decorrer deste trabalho, orientando o estudo da problemática da participação no âmbito das Organizações Não-Governamentais: *participação instituída* e *participação instituinte*.

A *participação instituída* é aqui compreendida como um processo intersubjetivo que se desenrola dentro de um enquadre definido que o delimita, segundo regras e normas que fixam as constantes balizadoras desse processo, cumprindo uma função reguladora para o conjunto e estruturante para o sujeito. Faz-se necessário explicitar que a noção de enquadre aqui utilizada refere-se àquela desenvolvida por José Bleger (1977) a ser trabalhada com mais detalhe no decorrer desse trabalho. Por ora, convém especificar simplificadamente que o enquadre, tal como compreendido por Bleger (1977), constitui-se das regras e normas que, como variáveis fixadas, regulam a relação intersubjetiva e balizam os comportamentos, ao mesmo tempo em que cumprem uma função psíquica estruturante aos sujeitos. Essa noção de enquadre traz o sujeito, tido como sujeito que é antes de tudo grupo, à cena na compreensão da dialética *instituído* versus *instituinte* que caracteriza os processos sociais e a problemática da participação ora estudada. É nesse sentido que se propõe aqui uma segunda definição de participação. Estabelecendo uma relação dialética com a participação instituída, regida e determinada pelo enquadre vigente, emerge em paralelo uma *participação instituinte*. Compreende-se aqui a *participação instituinte* como um processo intersubjetivo que insurge às margens ou em paralelo a um enquadre vigente instituído, segundo regras e normas próprias e autodefinidas, tendo como objetivo transformar o enquadre vigente. Ambas estão necessariamente entrelaçadas num mesmo processo: a primeira tende a transformar-se em função da segunda e a segunda visa transformar-se na primeira.

As relações entre os fenômenos que caracterizam uma *participação instituída* e uma *participação instituinte* podem ser encontradas expressas na problemática da participação no âmbito das Organizações Não-Governamentais. Ancorando sua origem e legitimidade nos sentidos instituintes atribuídos à participação característica dos anos 1970 e 1980 no Brasil, as ONGs, uma vez consolidadas como organizações instituídas na sociedade e imersas na institucionalidade, expressam suas contradições.

## 2. *Participação instituinte* e ONGs: uma relação de origem

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) se constituem e se desenvolvem no Brasil imersas num emaranhado de ingredientes ideológicos, políticos, sociais e econômicos

que lhes servem de ninho. Os sentidos de sua formação, existência e consolidação como organizações instituídas na realidade brasileira emergem de elementos múltiplos e interrelacionados, todos inicialmente articulados em torno das características do contexto histórico e político brasileiro dos anos 1970 e 1980, marcados pelo regime militar e pelo processo de redemocratização. Tais elementos, quando analisados, apesar de suas diferenças, expressam em comum uma linha instituinte de contraposição às instituições dominantes, cujas regras e normas regulavam com hegemonia as relações sociais, lutando por transformações: instituição do ensino, acadêmica, religiosa, econômica, política, cultural, etc.

Entre os elementos mais importantes que figuram no surgimento das ONGs no Brasil estão os Centro de Educação Popular, baseados nas ideias de Paulo Freire marcados pela ênfase na ação política; as metodologias participativas de pesquisa, com suas críticas, questões e concepções colocadas para circular; os chamados *novos movimentos sociais* que fizeram ver as múltiplas questões culturais e sociais existentes na sociedade, apresentando atores e temáticas plurais; a Igreja Católica, que permeou, com suas diferentes facetas, quase todas as relações aqui implicadas, desde a noção de filantropia, de assistencialismo e de *servir o outro*, até as ações inovadoras, politizadas, baseadas na teologia da libertação, com cunho de oposição ao regime autoritário; o crescente associativismo, surgindo como fenômeno "inédito", dada sua amplitude, variando entre a prestação de serviços e a contestação política; as ideias e valores que portam as concepções de "surgimento" de um Terceiro Setor na realidade social brasileira.[15] Todos esses elementos se relacionam e se cruzam, formando um emaranhado que servirá de ninho simbólico ao surgimento das Organizações Não-Governamentais no Brasil.

A consideração desses elementos, compondo um todo que os transcende, parece abrir um caminho para uma compreensão do que estava implicado na constituição dessas organizações e dos paradoxos que expressam na atualidade, já dentro de um contexto social, cultural, político e econômico transformado. A seguir, esses elementos específicos serão aprofundados, enfatizando-se os sentidos atribuídos aos fenômenos designados *participação*, apresentando uma literatura da época que explicita as discussões então em pauta, bem como, textos mais atuais que retomam o histórico dessas organizações.

---

[15] É necessário apontar, também, o papel das organizações internacionais que concediam recursos às organizações e movimentos brasileiros, possibilitando a oposição ao governo ao mesmo tempo em que importam lógicas e concepções próprias dos países desenvolvidos.

## 2.1. Os Centros de Educação Popular e as metodologias de pesquisa participativas

Ao traçar o caminho percorrido pelo conjunto de organizações que viriam a se constituir como uma nova categoria social, é exaltado o papel dos Centros de Educação Popular que se multiplicaram a partir do fim da década de 1960. Sem uma identidade definida, estes centros, baseados na concepção de educação popular, ancoravam sua existência no serviço aos setores dominados da população, apresentando-se como instrumentos subordinados aos grupos e movimentos populares que eram considerados os legítimos sujeitos da transformação social (LANDIM, 1993a). Segundo Landim (1993a), teria sido a partir da autonomização dessas organizações de apoio e serviço ao popular, constituindo-se como conjunto de instituições, de organizações e de agentes especializados que se teria formado o campo das ONGs. Nessa mesma direção, Doimo (1995) afirma que o fenômeno das ONGs ter-se-ia instaurado em nome das iniciativas da educação popular.

Em artigos sobre educação popular publicados, na década de 1970, em revistas voltadas para educação,[16] pode-se observar, nas discussões sobre as atividades dos centros, referências ao que já estava sendo denominado "setor não-governamental" (MACCALL, 1981). A educação popular em questão fugia da alçada do Estado, sendo paralela à educação formal e tradicional, propondo a instituição de novas formas de relação no ensino, caracterizando-se por iniciativas da população e de intelectuais envolvidos com a educação para além do Estado. Sendo ainda compreendida como um ato de conhecimento e transformação social, a educação popular teria sido um dos meios encontrados como forma de resistência ao governo autoritário e suas políticas. Essas organizações foram, pois, marcadas por uma prática social que se diferenciava do assistencialismo, inspirando-se nas concepções de Paulo Freire acerca da educação. Segundo Landim (1993a), as características da educação popular de Freire pré-64 proporia um mito fundador para as ONGs.

Como é sabido, Paulo Freire empenhou-se em demonstrar a transcendência da educação para além da alfabetização, expondo sua ênfase política e sua potencialidade transformadora. Com o conceito de educação popular, propunha-se o comprometimento e a participação, tendo como objetivo a conscientização e a formação do sujeito como cidadão (BRANDÃO, 1986; BRANDÃO e ASSUMPÇÃO, 2009). Era considerada um meio de construção da participação popular possibilitando o redirecionamento da vida social, sendo um de seus objetivos aumentar a participação dos cidadãos no desenvolvimento nacional

[16] Revistas como o *Caderno CEDES*, *Cadernos de Pesquisa: revista de estudos e pesquisas em educação*, *Convergence: an international Journal of Adult education.*

(HALL, 1975; BRANDÃO, 1986). Com enfoque político, o incentivo à participação era vinculado ao empoderamento da população envolvida que passaria a se apropriar do conhecimento sobre a própria realidade, possibilitando mudanças no sentido de suas necessidades.

Uma compreensão importante da participação inspiradora dessa prática esteve presente na essência dessas organizações voltadas à educação popular e ao apoio aos movimentos populares. Participação essa que se apresenta como fundamental ao processo educativo e de conscientização, expressando seu potencial transformador da realidade opressora. Nas obras de Paulo Freire,[17] que esteve e ainda se faz muito presente em grande parte das práticas sociais vinculadas às ONGs, observa-se a presença constante da temática da mudança. A preocupação básica da pedagogia de Paulo Freire é a mudança de uma sociedade de oprimidos para uma sociedade de iguais, sendo fundamental, nesse processo de mudança, o papel da educação, compreendida como estando sempre associada à conscientização (GADOTTI, 1979).

Num livro que possui como temática específica as relações entre mudança e educação, Freire (1979) considera ser a realidade dialeticamente permanente e mutável:

> a cristalização de hoje é a mudança que se operou ontem numa outra cristalização. Por isso é que nada de novo nasce de si mesmo, mas sim do velho que antes foi novo. Por isso também tudo o que é novo, ao tomar forma, faz seu 'testamento' ao novo que nascerá dele, quando esgotar e ficar velho. (FREIRE, 1979, p. 47, nota de rodapé).

A educação, nesse sentido, contribuiria para a mudança, mudança esta que implicaria em si mesma uma ruptura da inércia, da estabilidade que tende à cristalização. Enquanto o assistencialismo estaria ao lado da manutenção; a educação que liberta, que se associa à mudança, que leva ao conhecimento sobre a própria realidade, que leva à conscientização, estimulando um olhar crítico, ocasionaria uma ação sobre a realidade. A educação, portanto, ajudaria na emersão da participação do povo, o qual se implicaria como sujeito no processo histórico, agindo em sua própria realidade no sentido da mudança daquilo que está cristalizado.

Teria havido, pois, segundo Landim (1993a), uma passagem, nos centros referidos, do assistencialismo para a preocupação participativa e vinculação com a educação e movimentos populares, adquirindo um caráter político de oposição ao regime militar ou ao sistema

[17] Não faz parte da alçada deste trabalho um aprofundamento na obra de Paulo Freire. Porém, mostra-se necessária a exposição de alguns breves pontos importantes de sua obra relacionados ao tema aqui abordado.

capitalista, comprometendo-se com transformações estruturais da sociedade. Observou-se, assim, nesse contexto, uma passagem da prestação de serviços assistenciais para a ação política, tendo sempre como ênfase a transformação.

Vale ressaltar que a proposta pedagógica de Paulo Freire supõe a modificação das relações tal como determinadas pelas instituições do ensino tradicionais, caracterizadas por valores, normas de conduta e definição dos papéis atribuídos ao professor e ao aluno em relação ao conhecimento e sua transmissão. A participação é apresentada como signo da mudança, não apenas da realidade social, mas das relações de ensino. Em sentido semelhante, a participação será expressa como pivô da mudança social e das relações postas na produção de conhecimento quando inserida no debate sobre as pesquisas participativas.

Fortemente vinculadas ao campo dos Centros de Educação Popular, desenvolveram-se as metodologias participativas de pesquisa e intervenção, tendo em muito contribuído para o pensamento sobre a questão da participação. Aqueles considerados um dos primeiros artigos sobre essa temática da participação na pesquisa social (HALL, 1975; COLLETTA, 1976), datados ainda dos anos 1970, abordam a participação na pesquisa no contexto da educação de adultos. Segundo Doimo (1995), tanto esta quanto a pesquisa participante teriam em comum a abordagem (tipicamente freiriana) da mudança nas relações entre dirigentes-dirigidos, enfatizando o povo como "sujeito ativo" e "sujeito de sua própria história".

As discussões sobre tais metodologias, por sua vez, escapavam do âmbito da educação popular, sendo temática na academia e nas diversas práticas sociais, principalmente nos países então chamados de terceiro mundo (HALL, 1975; COLLETTA, 1976; FALS BORDA, 1983, 1985), explicitando a necessidade de mudanças na produção do conhecimento que deveria implicar uma ação transformadora da realidade social. Foi justamente diante de um contexto autoritário nas sociedades latino-americanas, marcadas por um desenvolvimento excludente, que teriam surgido alternativas para incorporar os setores populares aos processos de produção e comunicação do conhecimento (THIOLLENT, 2005).

Mostra-se necessário, pois, abordar aqui esse universo, dado que muitas das discussões sobre a participação, articuladas ao seu potencial transformador, ocorridas nesse período no meio acadêmico e na prática social, deram-se relacionadas às pesquisas participativas,[18] às suas propostas e práticas alternativas à pesquisa tradicional. Tais concepções se inseriram no universo simbólico que se construía, concedendo sentido aos

[18] O termo *pesquisa participativa* será aqui utilizado para se referir ao conjunto de propostas metodológicas que apresentam a participação como elemento diferenciador da pesquisa tradicional, sem diferenciações específicas. Os termos específicos (pesquisa participante, pesquisa-ação, IAP, etc.) serão utilizados quando se mostrar necessário.

fenômenos que se observavam, e encontrando ressonância com os significados de participação que circulavam entre intelectuais e militantes. Sendo a possibilidade de transformação vinculada à sua proveniência "das bases".

As relações entre o meio acadêmico e o campo da ação social sempre foram ambivalentes. As ONGs teriam nascido mais vinculadas à prática social dos centros e dos movimentos do que às universidades criando, segundo Landim (1993a), sua identidade por contraste à academia. Nesse sentido, a legitimidade das ONGs enquanto campo não estava na academia mas, sim, nas relações com outros campos sociais, muito mais aliados à "intervenção social" e a seus impactos, criando laços e sendo reconhecida pelas "bases" e pelos movimentos sociais. As relações que estabelecem com os intelectuais se dão por outras vias que não a universidade, pois, segundo Doimo (1995), muitos dos intelectuais banidos ou reprimidos na academia durante o regime teriam formado ou procurado centros de pesquisa paralelos à universidade, abrigando-se nessas pequenas organizações de apoio e assessoria aos movimentos populares, produzindo pesquisa e enfatizando a ação. As ideias circulantes nesse *dentro e fora* das universidades teriam feito parte do universo das ONGs em formação, tendendo a se contrapor à instituição acadêmica e a se vincular às alternativas a ela.

O sentido, portanto, que a participação adquiriu nesse contexto relaciona-se tanto à educação popular e às atividades dos centros, quanto às práticas participativas que viriam a caracterizar a atividade de grande parte das ONGs. Essa discussão sobre a participação no contexto das metodologias de pesquisas participativas estão imbricadas, pois, com o sentido que tomaria no âmbito das Organizações Não-Governamentais, sendo essas metodologias muito utilizadas ainda hoje como instrumento para suas práticas, mesmo havendo muita confusão sobre o significado da participação de que se valem para legitimar suas ações, já dentro de um enquadre bem estabelecido.[19]

A pesquisa participante, como uma das variantes das metodologias participativas característica do campo educacional, encontrou-se como tema crescente de interesse no contexto da discussão sobre a educação de adultos na década de 1970 (HALL, 1975; COLLETTA, 1976; TANDON, 1981). Segundo Brandão (1983b),[20] estaria numa exposição

---

[19] O uso das metodologias participativas não pressupõem um conhecimento aprofundado do que significam, podendo levar à manipulação do processo, chegando muitas vezes a resultados determinados de antemão. A maioria dos autores apontam para essa questão, enfatizando a necessidade de explicitar os sentidos atribuídos à participação nesse contexto. Entre eles Bordenave (1994), Bordenave e Carvalho (1980), Brandão (1983b), Demo (2004), Fals Borda (1985), Thiollent (2005), entre outros trabalhos.

[20] Brandão é um autor reconhecido da pesquisa participante, tendo organizado livros (*Pesquisa participante* e *Repensando a pesquisa participante*) com o intuito de reunir as discussões sobre essa temática que se davam

oral de Paulo Freire (1983), datada de 1971, o primeiro esboço de proposta de uma pesquisa participante, enfatizando aí a importância da construção coletiva do conhecimento numa perspectiva libertadora da opressão. A pesquisa participante expandiria sua utilização para além da educação de adultos, voltando-se para a população mais ampla, para o que se denominou "desprivilegiados", adquirindo um cunho cada vez mais político (TANDON, 1981). Outras propostas metodológicas associadas desenvolveram-se em outros campos, todos eles relacionados, não havendo uma única origem teórica e um consenso claro sobre as diferenças e o papel da participação em todas elas (BARBIER, 2004).[21]

Numa visão mais sociológica, sem tanto se distanciar da educação, figura a *Investigacion-accion participativa* (IAP) tal como apresentada por Fals Borda (1985), que exalta a importância do intelectual comprometido com o interesse dos movimentos populares, ampliando o espaço da participação social, voltando-se para a ação política (GAJARDO, 1999). Inclusive abrangendo a IAP, encontra-se a chamada *pesquisa-ação* que apresenta sob a mesma denominação diferentes significados e diversas origens e ênfases teóricas, entre elas a da psicologia social, principalmente aquela cuja origem está em Kurt Lewin (BARBIER, 2004). Tal como já abordado no primeiro capítulo, Lewin (1970) considerava essencial o papel da participação dos indivíduos nas intervenções voltadas para a mudança, propondo a intervenção como aliada à investigação. Independentemente das variadas concepções e nomenclaturas metodológicas, o fio comum fundamental que une todas aquelas relacionadas ao contexto político e histórico aqui tratado é a participação como elemento de destaque e diferenciação.

Nos diversos textos em que são discutidas ainda na época de seu surgimento,[22] na década de 1970, as modalidades participativas de pesquisa são apresentadas num contexto de questionamento sobre o método tradicional positivista de pesquisa social, colocando-se a participação, em suas variadas apresentações, como um elemento central de transformação, seja das próprias ciências sociais, seja da realidade social. Contrapondo-se ao método de pesquisa vigente, os pesquisadores apresentavam o elemento participativo como fundador da alternativa crítica à metodologia dominante. As modalidades participativas caracterizar-se-

---

principalmente por meio de artigos. Além de ter sido organizador das edições do Centro de Estudos da Sociedade, o *Caderno CEDES*, na época aqui referida.

[21] No livro *A pesquisa-ação*, Barbier (2004) traça as diferentes origens da pesquisa-ação, demonstrando haver uma pluralidade de propostas, ênfases e utilizações.

[22] Ambos os livros organizados por Brandão – *Pesquisa participante* e *Repensando a pesquisa participante* – vincula as pesquisas participativas a um questionamento da pesquisa tradicional, considerando as pesquisas participativas como uma nova modalidade de conhecimento coletivo sobre o mundo, as condições de vida das pessoas, grupos e classes populares.

iam por uma conversão epistemológica, uma vez que rompem com o paradigma dominante das ciências sociais, transgredindo a ordem científica tradicional (BARBIER, 2004; EZPELETA, 1986[23]).

Demonstrando a inadequação do método tradicional[24] no investigar e lidar de pesquisadores com a realidade social em que estavam atuando, questionava-se a utilidade do conhecimento até então produzido, considerando estar este, com sua suposição de neutralidade, a serviço dos interesses e das motivações das classes dominantes (BORDENAVE e CARVALHO, 1980; DEMO, 1984, 1988, 2004; FALS BORDA, 1983, 1985; TANDON, 1981). Considerava-se que o conhecimento construído na academia segundo um método que supõe a neutralidade do pesquisador, que concede o lugar de objeto à população pesquisada, apreendendo de maneira estática uma realidade tão complexa como a social, reduzindo seu dinamismo a uma dimensão quantitativa, em nada estaria contribuindo à transformação social. Ao contrário, manteria nas mãos de poucos o poder do conhecimento e o poder de conhecer. Um conhecimento que, ideologicamente, assume-se neutro e que estaria contribuindo para a conservação do poder que o motivou.

Ao tecer uma crítica "satírica" às ciências sociais, apresentando todas essas limitações da pesquisa tradicional também abordada por outros autores, Demo (1988) retoma a relação entre saber e poder, considerando o saber construído pelas ciências sociais um saber que se constrói para não mudar o que está dado. Considera que o conhecimento apenas teórico que se supõe neutro, além de não intervir diretamente na realidade, restando-se na teoria, serviria de "conluio" com a ordem dominante. Já as metodologias alternativas visariam ligar teoria e prática, possuindo o "mérito fundamental de calcar a ligação vital entre conhecer e mudar, dentro de uma estratégia política de ação" (DEMO, 1988, p. 91). A proposta da participação nesse contexto surge, pois, atrelada a um objetivo mais amplo de transformação da realidade social, tornando o processo de conhecer e o próprio conhecimento uma construção coletiva.

Segundo Brandão (1983b), que tece críticas semelhantes, a característica dessa proposta alternativa seria de romper com a díade sujeito-objeto, típica das ciências sociais tradicionais, sendo que os antes "objetos" de pesquisa passariam a buscar conquistar o poder de serem sujeitos tanto do ato de conhecer quanto do ato de transformar o conhecimento e o mundo que os teriam transformado em objetos. A pesquisa participante seria, assim, um

---

[23] Esses dois textos são alguns dos poucos encontrados que discutem a questão da construção do conhecimento destas metodologias alternativas segundo uma perspectiva epistemológica, sendo que a maioria enfatiza os caminhos e princípios destas metodologias.

[24] Refere-se principalmente à pesquisa positivista utilizada nas ciências sociais.

instrumento de reconquista popular, ajudando a população a conhecer a própria realidade, dela apropriando-se para transformá-la no sentido que determinarem. No mesmo sentido, Fals Borda (1983, 1985) considera que a produção de conhecimento pela ciência tradicional encontrar-se-ia orientada no sentido da preservação e no fortalecimento do sistema, sendo a pesquisa participante "uma prática revolucionária", estabelecendo-se a partir de um compromisso com a causa popular. Ainda, para Thiollent (2005) a pesquisa participativa teria o objetivo de uma transformação social por meio também da conscientização, fruto do processo coletivo de pesquisa, maximizando o potencial transformador do conhecimento. Enfim, segundo Barbier (2004, p. 16), "uma pesquisa-ação, mais do que outra pesquisa, suscita mais questões do que as resolve. Ela incomoda quase sempre os poderes estabelecidos".

Como acima exposto, observa-se que a participação nas metodologias alternativas de pesquisa (mesmo sem haver consenso sobre como e em que níveis dar-se-ia essa participação, sendo objeto de inúmeras discussões [25]) apresenta-se como elemento central de questionamento e diferenciação de um paradigma de pesquisa dominante, ao mesmo tempo em que ela, como processo, é compreendida como agente em si de mudança, implicando uma ação transformadora da realidade social.

Os sentidos atribuídos à participação no contexto dos Centros de Educação Popular mesclados com os da pesquisa participativa, vinculam-se a ideias de questionamento e contraposição às relações e valores tal como determinadas pelas instituições de ensino e acadêmicas então dominantes. Os significados ali construídos serviriam de suporte simbólico aos movimentos sociais como expressão do fenômeno social da participação da época.

## 2.2. Os vários movimentos sociais

Os Centros de Educação Popular teceram, nesse mesmo período, relações intrínsecas com muitos movimentos populares, tendo-lhes servido de suporte organizativo, material e simbólico. Nesse sentido, não apenas a noção de educação popular, mas também as concepções que caracterizam a pesquisa participativa (tendo esta concedido subsídios à educação popular aliada aos movimentos) encontram, entre outros elementos, presença

[25] Aborda-se frequentemente, por exemplo, a questão sobre quem participaria de quê: seria o pesquisador quem participaria nos moldes de uma observação participante encabeçando ele mesmo a pesquisa? Seria o pesquisador quem participaria de uma pesquisa encabeçada pela população? Seria a pesquisa quem participaria como instrumento de um processo originado a partir de uma demanda da população? Seria a população convocada a participar das diferentes etapas da pesquisa? Etc.

reconhecida em grande parte dos movimentos emergentes no contexto de surgimento das ONGs, estabelecendo essas todas relações fundamentais com a origem dessas organizações. Os movimentos sociais, no entanto, marcantes nesse contexto, apresentam um campo mais amplo e complexo, para além dos centros, tendo feito circular ideias, valores e compreensões sobre os sentidos da participação, tida como um fenômeno social carregado dos sentidos de ser espontâneo, popular e transformador.

Abordar a temática dos movimentos sociais não é tarefa fácil. É sabida a diversidade de propostas interpretativas e de definições já construídas, oscilando na história sua importância e seus sentidos tanto entre os teóricos, em termos conceituais e explicativos, quanto em meio aos fenômenos da realidade social, como ações coletivas com características específicas observáveis por toda a sociedade. Na época de que aqui estamos tratando (década de 1970-80), no período do regime militar e início da transição democrática, os movimentos sociais figuraram com grande importância, tanto como fenômenos do campo social, quanto na academia como objeto de estudo e reflexão. A academia se dedicava a compreendê-los, dadas suas "novas" características (diferentes daquelas já conhecidas e relacionadas às relações de produção), apresentando "novos" atores e temáticas, exigindo também um "novo" esforço analítico e conceitual (GOHN, 2010). Nesse mesmo sentido, a sociedade podia reconhecer a ascendência de uma movimentação em seu interior, testemunhando o que pareciam ser novas formas de mobilização, distanciadas dos partidos políticos e dos sindicatos (reprimidos e/ou controlados pelo Estado autoritário), vendo surgir novas questões e reivindicações no espaço público. Movimentação esta também relacionada a diferentes formas de associativismos, que teria contribuído para a percepção geral de uma ascendência participativa da sociedade civil marcante nesse período e anunciadora de transformações.

Torna-se, pois, fundamental, aqui, abordar a questão dos movimentos sociais explicitando os sentidos de participação que carregavam, dada sua importância não apenas na origem e consolidação das ONGs, mas, principalmente, na legitimação de seu surgimento como proveniente do popular e a serviço da transformação. Popular esse suposto na mobilização considerada espontânea de uma população ativa e autônoma, vislumbrando algum tipo de mudança da realidade. Há uma compreensão corrente (LANDIM, 1993a; GOHN, 2010) de que as ONGs teriam nascido em apoio e assessoria aos movimentos populares, a princípio como coadjuvantes da cena para posteriormente adquirirem um protagonismo próprio e específico, uma vez imersas num contexto político e social transformado. As ONGs interagiram muito com os movimentos sociais e associações voluntárias (e ainda interagem), servindo como fonte de recursos humanos, pondo-se a

serviço (FERNANDES, R., 1994). Apesar de outras organizações também chamadas de ONGs, mais voltadas à assistência, terem-se constituído nesse campo e contexto, as ONGs nascidas em assessoria e apoio aos movimentos teriam sido, segundo Landim (1993a), aquelas que mais se aproximaram da formação de um conjunto estruturado, compondo um campo que teve maior peso simbólico na construção social dessa categoria.

As décadas de 1960 e 1970 assistiram à emergência, ao redor do mundo, do que a sociologia denomina *ações coletivas* expressas pelos movimentos sociais. Uma nova forma de movimento social parecia surgir com intensidade, marcada pela diversidade de atores e temáticas, demonstrando-se aparentemente diferente daqueles movimentos que marcaram as sociedades industriais caracteristicamente vinculados às relações de produção do sistema capitalista (TOURRAINE, 1985; GOHN, 2010; MELLUCI, 1980, 2001). Para além de uma compreensão marxista, como a que até então encontrava grande repercussão na compreensão dos movimentos vinculados à causa operária e às relações de produção nas sociedade industrializadas, as ações coletivas que pipocavam na época teriam tornado inevitável, para muitos teóricos, o reconhecimento de que outras questões e outros conflitos estavam em jogo na cena pública.

A temática dos movimentos sociais é reconhecidamente uma área de destaque nas ciências sociais, considerada clássica no estudo da sociologia e da política (GOHN, 2010). Na época aqui tratada em especial, essa área do conhecimento teria adquirido intensa visibilidade e interesse ao redor do mundo. Mas teria sido nos países desenvolvidos, em especial alguns europeus e os EUA, que os esforços de teorização se deram de maneira mais densa, influenciando as compreensões que se teciam ao redor desses fenômenos em outras partes do globo. Apesar das especificidades do contexto sociocultural e econômico dentro das quais os movimentos europeus e estadunidenses nasciam imersos, fazendo-se obviamente presente nos contornos das tentativas de teorização desses fenômenos, muitas das concepções lá construídas teriam sido, com maiores ou menores adaptações, utilizadas nos países da América Latina, principalmente no Brasil. Entre elas, segundo Gohn (2010), ganhara grande difusão por aqui o paradigma europeu dos *novos movimentos sociais*, cujo eixo interpretativo estaria na primazia da cultura sobre outros campos e dimensões da realidade social.

Se nos anos 1960 e 1970 a abordagem de peso era aquela vinculada às concepções marxistas sobre os conflitos sociais, nos anos 1970 e 1980, as sociedades avançadas já pós-industriais cujos conflitos antes se davam caracteristicamente em torno das relações de produção, passariam a observar uma centralidade conflitual ao redor de padrões culturais (TOURRAINE, 1985; GOHN, 2010). Apesar da “novidade” efetiva desses movimentos não

ser consenso, acreditando-se que estes já estariam latentes na sociedade, não sendo inteiramente novos;[26] o fato é que frente à realidade dos fenômenos coletivos que surgiam, uma nova compreensão sobre os movimentos mostrou-se necessária para boa parte dos estudiosos do assunto. Para autores como Melucci (1988), um dos que adquiriu forte influência no pensamento brasileiro sobre os movimentos (GOHN, 2010), a característica "novo" se aplicava aos movimentos, uma vez que estes apresentavam formas de ação coletiva desenvolvidas em áreas antes intocadas pelos conflitos sociais, marcadas por novos atores com modelos de organização e com repertórios de ação diferentes daqueles dos movimentos precedentes. Ainda, considerar a importância dos recursos sociais e simbólicos, junto aos conflitos que se davam em torno de modelos culturais, mostrava-se inevitável para viabilizar a compreensão das ações coletivas que se multiplicavam.[27] Em sentido semelhante, Tourraine (1985) considera que os novos movimentos eram caracteristicamente menos sociopolíticos do que socioculturais, estendendo-se para todos os aspectos da vida social e cultural. A cultura e o campo simbólico implicados as ações coletivas passaram, assim, a ocupar um lugar central na compreensão desses fenômenos emergentes.

Nesse sentido, se as formas de participação implicadas nos movimentos eram antes vinculadas às relações de produção, com primazia interpretativa nas relações econômicas, a noção de *novos movimentos sociais* teria, segundo Doimo (1995), possibilitado à categoria dos movimentos sociais adquirir a capacidade de se referir a uma "multiplicidade de novas formas de participação" como se organizados espontaneamente na esfera da cultura, lugar onde agora se formariam as principais contestações e lutas. O paradigma dos *novos movimentos sociais*, atrelado à ideia de ascendência de uma variedade de novas formas de participação inseridas no universo da cultura, retirando da centralidade o movimento operário, teria influenciado o olhar, na América Latina e no Brasil, sobre os movimentos que por aqui emergiam e que iriam justificar o nascimento das ONGs, formadas em suporte a eles.

Os trabalhos produzidos sobre os movimentos sociais após a década de 1970 no Brasil

---

[26] Tilly (1985) é um dos autores que questiona o caráter de "novo" dos movimentos atribuídos pelas teorias dos *novos movimentos sociais*. Em contexto brasileiro, Dias (2007) resgata a história dos movimentos sociais populares na história do Brasil (desde a cabanagem no Pará), demonstrando similaridades entre estes e os chamados *novos movimentos sociais* do século XX. Esses movimentos populares tradicionais teriam sido deixados de lado tanto pelo olhar marxista, uma vez que não apresentavam antagonismos de classe centrados no conflito entre capital e trabalho, quanto pela teoria dos movimentos sociais da década de 70, que retira a análise marxista do centro de referência, ligando-se à redefinição da teoria de democracia e de sociedade civil, porém, deixando também de lado esses movimentos populares tradicionais. Essa análise se insere no questionamento da ideia de que os movimentos sociais na década de 70, para além de antagonismos classistas, é de fato "novo".

[27] Segundo Melluci (1988), mesmo não pressupondo o "novo" que surgia como uma ruptura completa com o antigo, uma abordagem metodológica diferente daquela de leitura dos movimentos sindicais e um esforço epistemológico se mostrava necessário para a compreensão desses fenômenos.

teriam, segundo Gohn (2010), estabelecido algum tipo de diálogo, de maior ou menor intensidade, com as ideias que caracterizaram o paradigma dos novos movimentos sociais na Europa. No entanto, se lá, sociedades já pós-industriais e democráticas, com movimentos conduzidos pela classe média, aqui na América Latina encontravam-se sociedades sob regime militar com movimentos que se construíram fortemente em torno da ideia de *popular*, com demandas "legitimamente vindas da base", fruto de uma mobilização espontânea. Apesar de muitas das compreensões europeias, reconhecidamente mais críticas do que as estadunidenses, terem sido importadas ao Brasil, a realidade sociocultural e política concedeu diferentes contornos aos movimentos que emergiam por aqui, bem como, às compreensões e sentidos que foram sendo tecidos ao redor desses fenômenos sociais.

Os estudos realizados sobre esses movimentos no Brasil revelam uma preocupação mais empírica do que teórica. Segundo Gohn (2010), o enfoque na empiria das pesquisas sobre os movimentos no Brasil se relacionara com a busca por caminhos para a ação. Realizadas em meio à ditadura, dentro da academia e paralela a ela nos momentos mais repressores (levadas a cabo, por exemplo, nos Centros de Educação Popular e centros de pesquisa por intelectuais), essas investigações teriam sido inspiradas pelo contexto repressor e autoritário, utilizadas como forma de resistir, subverter a ordem e encontrar alternativas. Nesse sentido, os próprios movimentos e o conhecimento produzido sobre eles teriam sido considerados, de maneira geral, estratégicos na luta pela redemocratização, vinculando-se à ideia de uma ação social contestadora e transformadora da realidade.

Torna-se inevitável a consideração do contexto autoritário dentro do qual os movimentos surgiram em terras brasileiras e diante do qual, de maneiras distintas, se posicionaram. Os *novos movimentos* brasileiros, com ênfase culturalista, misturavam-se com outros movimentos oposicionistas ou reivindicativos, mais políticos do que culturais, que também acabavam recebendo a alcunha de "novos", tendo esta característica importada de "novidade", segundo Gohn (2010)[28], encontrado diferentes significados por aqui. A pluralidade dos movimentos mostra-se historicamente inegável no Brasil. Desde os chamados movimentos populares urbanos, reivindicativos de serviços públicos e de atuações do Estado,

[28] Segundo Gohn (2010), os *novos movimentos* no Brasil do final dos anos 70 referiam-se aos movimentos sociais urbanos, principalmente aqueles vinculados às práticas da Igreja Católica ligados à teologia da libertação. Os "velhos", nesse caso, diferentemente de como serão considerados nos países desenvolvidos, referiam-se ao modelos clássicos das sociedade amigos de bairros ou associações de moradores. Já nos anos 80, com a mudança da conjuntura política, começou-se a indagar o caráter "novo" dos movimentos populares, observando-se novos atores e temáticas, concedendo uma *nova* concepção ao "novo". As demandas ter-se-iam modificado, não mais se construindo em torno da reivindicação de bens e serviços necessários à sobrevivência, mas de direitos sociais (gênero, raça).

expressando carências de sobrevivência imediata,[29] até aqueles de oposição direta e luta pela redemocratização, passando ainda por aqueles que atendiam caracteristicamente à alcunha de "novos", apresentando atores e temáticas (negros, gênero, etc.) diferentes daqueles sobre os quais o Estado esperava encontrar oposição (sindicais e partidários então reprimidos) (FERNANDES, R., 1994). Estes, por sua vez, não deixavam de expressar conflitos que implicavam alguma forma de antagonismo, mesmo que não político e econômico, mas social e cultural. Muitos desses, sob a inspiração da teologia da libertação, articulando-se com maior ou menor intensidade aos grupos de oposição ao regime, contribuíram decisivamente para a redemocratização e para a conquista de direitos políticos, sociais e civis consolidados na constituição de 88 (GOHN, 2010). Nesse contexto, a ideia de algo novo emergindo na cena política e social surge com força, mesmo sem haver consenso em relação ao real caráter de novidade do fenômeno.

Observa-se, pois, que os sentidos atribuídos aos movimentos sociais na realidade brasileira relacionam-se com o contexto sociopolítico em que emergem, tendo como aspecto fundamental a luta contra o autoritarismo mas, também, a valorização da cultura como campo significativo dos conflitos. A contraposição não se dava apenas, portanto, em relação à instituição política autoritária no sentido da luta pela instituição da democracia, mas a luta se dava pela transformação dos valores da sociedade e das normas e regras que regiam e determinavam as formas desiguais de relação entre homens e mulheres, negros e brancos, heterossexuais e homossexuais, etc., tal como ditadas pelas diversas instituições da sociedade (familiar, religiosa, políticas, sociais, etc.). Os movimentos surgem, portanto, como nova forma de participação numa sociedade em que a participação historicamente não estava na ordem no dia, exaltando-se a aparente espontaneidade da mobilização da população junto à ideia de popular, de autonomia e de contraposição às instituições dominantes, apresentando um projeto político de transformação social. Na luta contra o autoritarismo, os movimentos eram vistos como fontes de poder social, voltados para a mudança social. Segundo Gohn,

> as relações dos movimentos com o Estado eram vistas em termos de antagonismo e oposição. Enfatizava-se o caráter extra institucional das práticas populares – e por isso elas não estavam contaminadas pelos vícios da política oficial –, assim como sua autonomia em face dos partidos e dos aparelhos do Estado em geral. (2010, p. 282)

Considerando que a diversidade das interpretações sobre os movimentos da época

[29] Doimo (1995) descreve os movimentos populares urbanos como, principalmente, o movimento de custo de vida, de moradia, de luta contra o desemprego, de saúde, de transporte coletivo, entre outros.

tinham em comum a caracterização das novas formas de participação expressas como ação-direta, Doimo (1995) denomina essa participação como *movimentalista*. Ou seja, a autora considera a participação *movimentalista* como ação-direta, uma nova forma de participação política na sociedade contemporânea, incluindo uma série de ideias e noções importantes para a compreensão do fenômeno, como a noção de *popular*.

O sentido de *popular* ganhara força nesse período, estando atrelado aos movimentos e às organizações que foram se constituindo ao seu redor. Doimo (1995), ao tecer uma análise sobre o caráter de popular vinculado aos movimentos populares de reivindicação no espaço urbano, ressalta o peso que a concepção de "povo como sujeito de sua própria história" adquirira nas compreensões das mobilizações que estavam ocorrendo. Se antes o popular era "periférico e suspeito", este passa, nos anos 1970 a gozar de grande credibilidade no discurso e na práxis dos movimentos e daqueles relacionados. Assim,

> o sentido de povo é amplamente recuperado e reelaborado; de clientela cativa, passa a ser visto como aquele que não se deixa cooptar e manipular; de massa amorfa, torna-se um coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses; de um ser subordinado ao Estado-nação e às vanguardas políticas, brota o ser autônomo e independente; de mero objeto das instituições de representação política, emerge o sujeito realizador da democracia de base e direta e propositor de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais. (DOIMO, 1995, p. 124)

Nesse sentido, funda-se, segundo a autora, a ideia de ser o tempo da "vez e voz do povo", exaltando-se a autonomia, considerando-se não haver mais lugar para qualquer diretividade externa ao *popular*, devendo o Estado ser negado, as hierarquias quebradas e tudo necessariamente tendo que vir "de baixo para cima". Considerava-se que apenas o povo conseguiria produzir as transformações necessárias na sociedade. "Agora, em nome da diluição da dicotomia dirigente-dirigido, todos deveriam participar integralmente do processo de tomada de decisões" (DOIMO, 1995, p. 24). Apesar do papel fundamental e não explicitado das instituições e de organizações (como a Igreja, os Centros de Educação Popular e inclusive da pesquisa participante) na construção desse sentido de popular, apresentando mais intencionalidades e influências do que se pode supor pelo caráter espontâneo atribuído aos movimentos populares, os movimentos se apresentavam como fenômenos instituintes na sociedade, às margens das instituições consolidadas, insurgindo-se em contraposição a elas[30].

[30] Apesar da sensação então difundida de entrada numa "era da participação" num "novo tempo do popular", Doimo (1995) demonstra as relações complexas em que essa ideia nasce inserida, com mais intencionalidades do que se supõe seu caráter aparentemente espontâneo nascido à margem do controle e influência das instituições.

A concepção de participação desenvolve-se, pois, centrada na "capacidade ativa do povo", tendo a "voz do povo" surgido distante do Estado, das instituições de representação política e de qualquer controle centralizado (DOIMO, 1995).

Essa ideia de *popular*, que conversa com aquela atrelada aos Centros de Educação Popular e às concepções que subjazem às práticas da pesquisa participante aqui já vistas, enfatiza o *povo* como sujeito coletivo, ativo e autônomo, capaz de decidir e de agir na transformação de sua própria realidade. A participação expressa pelos movimentos sociais e vinculada à origem das ONGs, portanto, foi carregada dos sentidos de popular, de reivindicação, oposição, contestação, espontaneidade, pretendendo implicar algum tipo de transformação política e social da sociedade em que os movimentos nascem inseridos e do qual falam. Segundo Gohn (2003, p. 11), acreditava-se, nos anos 1970, que "os movimentos sociais representavam uma força social nova e emergente que transformaria radicalmente a realidade social". A transformação teria sido a grande utopia dos movimentos sociais desta época, recuperando-se, segundo Doimo, o mito de unidade do movimento como grande sujeito da transformação social, sendo esta uma espécie de "condição ontológica do *ser* verdadeiro movimento social" (1995, p. 45).

Nascidas em vinculação aos movimentos populares, as ONGs teriam bebido dessa fonte simbólica, encontrando aí sua legitimidade, consolidando-se sobre os sentidos de uma participação popular, espontânea e autônoma expressa pelos movimentos sociais. Uma origem e legitimidade de ênfase não-institucionalizada que iria se contrastar com a realidade instituída das ONGs em contexto já democrático.

As relações que os movimentos sociais estabelecem com a institucionalidade são ambivalentes e, ao mesmo tempo, fundamentais. O movimento pode ser considerado, entre outras categorias de definição, pela negação da institucionalização: como uma "ação coletiva não-institucionalizada" (MELLUCI, 2001). A institucionalização, portanto, contrasta com a ideia de movimento tido como algo em acontecimento, diferentemente de como se pode compreender uma instituição. No entanto, ao mesmo tempo, estabelece uma relação intrínseca com as instituições imersos todos num mesmo processo social caracterizado pela relação dialética entre transformação e cristalização. Pode-se supor que os movimentos sociais, como

---

Investigando os caminhos pelos quais se construiu essa imagem dos movimentos sociais atrelados à ideia de "povo como sujeito de sua própria história", a autora resgata a complexa interação entre certas instituições, formações e tradições, revelando que esta ideia do popular e da participação fora recuperada antes por atores significativos e articulados aos movimentos como a Igreja Católica, o ecumenismo, segmentos da intelectualidade acadêmica, agrupamentos de esquerda, tendo surgido em meio à institucionalidade. Nesse sentido, a "capacidade ativa do povo" teria sido recuperada mais pelo discurso mobilizador de instituições do que pelo "próprio povo".

fenômenos expressivos de uma participação instituinte, estabelecem-se às margens das instituições, contrapondo-se ao instituído, lutando pela transformação, ao mesmo tempo em que visam, em última instância, a institucionalização, nos diversos âmbitos possíveis (sociais, políticos, culturais), de suas causas e de suas lutas. Uma vez consolidadas e instituídas, novas lutas tendem a emergir, contrapondo-se ao instituído, ao mesmo tempo em que almejam a institucionalização da transformação que anunciam.

Doimo (1995, p. 128) aponta que uma das dimensões paradoxais da participação no Brasil na época em questão e dos movimentos sociais, de uma maneira geral, apresenta-se relativa à institucionalidade. Resumidamente, os movimentos apresentariam, por um lado, segundo a autora, uma face avessa e de recusa à institucionalidade política, apresentando um "*ethos* de negatividade indiscriminada à esfera institucional". Por outro lado, valem-se de uma "linguagem dos direitos", reivindicando-os ao Estado, assentando-se, portanto, em práticas que requerem justamente a institucionalidade política (DOIMO, 1995).

Além dessa relação paradoxal com a institucionalidade, a própria sobrevivência dos movimentos sociais, dadas suas características fragmentárias, pode depender do estabelecimento de relações e articulações com organizações instituídas na sociedade que lhes concedem algum suporte, apoio e um mínimo de estabilidade. Foi o caso, por exemplo, na época em questão, da vinculação aos centros de educação e do surgimento de organizações de apoio e suporte aos movimentos que viriam a ser nomeadas de ONGs. Às organizações, no entanto, era atribuído um papel secundário, a serviço do protagonismo dos movimentos e da participação popular.

Uma "simbiose" inicial com a dinâmica dos movimentos sociais teria, segundo Landim (1993a), contribuído para a multiplicação das pequenas organizações de apoio e a afirmação destas na cena política brasileira. No entanto, essa relação entre ONG e movimento foi apresentando, com a institucionalização dessas organizações já em contexto democrático, uma significativa ambiguidade, expressando uma tensão entre o caráter de organização instituída da primeira e as características do segundo: uma ambiguidade marcada "na auto percepção e na classificação corrente destas entidades, que manipulam ora uma ora outra dessas identificações" (LANDIM, 1993a, p. 46). Segundo a autora, ainda na década de 1990, percebia-se que, quando convinha, um movimento se identificava como ONG, quando não convinha, intitulava-se *movimento*. Essa relação indiscriminada e ambivalente com a institucionalidade das ONGs estende-se à atualidade, complexificando-se, vide o estudo de Gohn (2007b) que buscou mapear os movimentos sociais presentes no II Fórum Social Mundial, revelando uma grande dificuldade de distinção entre quais deles eram movimentos

sociais e quais eram ONGs.

Essa questão expressa com clareza o paradoxo que se estabelece entre uma participação instituinte, espontânea, coletiva e transformadora, característica dos movimentos sociais e dos sentidos atribuídos à participação pela educação popular e pelas pesquisas participativas; e a institucionalização dessa participação, aqui encarnada pelas ONGs, com toda a sua especificidade. Nascidas em apoio ao protagonismo dos movimentos durante o regime autoritário, com a democracia e a valorização da institucionalidade, consolidando-se e instituindo-se muitas das demandas expressas pelos movimentos, as ONGs, como organizações instituídas, representantes, mediadoras e fomentadoras da participação da sociedade civil nos assuntos públicos, passam de coadjuvantes a protagonistas do cenário social e político.

## 2.3. A formação do Terceiro Setor

A palavra-chave que envolve a formação do chamado Terceiro Setor é *associativismo*. A ascensão de um associativismo intenso no período ditatorial compõe juntamente com os movimentos sociais, a ideia de entrada numa "era da participação" em que a população passa a se movimentar espontaneamente de maneira particular. Os sentidos que a ideia de participação adquire no contexto de formação e desenvolvimento do Terceiro Setor são múltiplos, junto com aquela de transformação que adquire diferentes significados e diz respeito a coisas distintas. Serão aqui traçados alguns desses sentidos da participação expressa no associativismo e da transformação anunciada, regidos por ideias e compreensões distintas muitas vezes mescladas e pouco delimitadas.

Diversos e por vezes opostos são os olhares e as compreensões que se tecem ao redor do fenômeno associativo que marcou no Brasil a década de 1970 em diante. Tendo sido assim nomeado por aqui apenas a partir dos anos 1990, com um nome importado e datado dos anos 1970, tal como demonstra Coelho (2005),[31] proveniente dos Estados Unidos, o Terceiro Setor se desenvolveu no Brasil influenciado pelo olhar estadunidense – com sua história de associativismo, voluntarismo e liberalismo – ao mesmo tempo em que encontrou caminho e características próprias na realidade brasileira.

Nos Estados Unidos, o Terceiro Setor se desenvolveu ancorado numa tradição

[31] Neste trabalho, Coelho (2005) traça um panorama comparativo entre a formação do Terceiro Setor no Brasil e nos EUA, apresentando ambas origens, suas diferenças e semelhanças. Apesar da vasta bibliografia encontrada na época sobre o Terceiro Setor nos EUA, afirma haver, em 1994, quando escrita sua tese de doutorado, pouca bibliografia sobre o assunto no Brasil.

associativista e voluntarista, cuja prática é considerada fundamental para a vida social norte-americana e para a formação do Estado e da democracia (COELHO, 2005; LANDIM, 1993b; GOHN, 1999). Numa perspectiva liberal da participação, como aqui já visto com Gohn (2001), a participação exalta a liberdade de associação e de iniciativa dos indivíduos e do mercado, enfatizando-se a redução do controle do Estado. Segundo Coelho (2005), volta-se o olhar para uma alternativa devido, principalmente, à crise do modelo do Welfare State e ao esforço de repensar o papel do Estado, investigando-se novos caminhos para o desenvolvimento social e propondo-se mudança nas funções dos diferentes atores sociais. O termo Terceiro Setor surgia nos EUA, pois, expressando uma alternativa "para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante. Combina a flexibilidade e a eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública" (COELHO, 2005, p. 58).

Em cada região do mundo, o Terceiro Setor se desenvolveu e ganhou significados específicos, dados o contexto histórico, social, político e cultural em que se desenvolve (GOHN, 1999; LANDIM, 1993b). Se nos EUA as entidades seriam consideradas especificamente como "substitutos governamentais na prestação de serviços sociais", no Brasil, desenvolvendo-se em meio à ditadura política, puderam ser consideradas como "agentes da democratização" ou como "catalizadoras de participação e organização populares" no sentido da transformação da realidade social e das relações de poder, mesclando-se com a prestação de serviços sociais sem conotação política (LANDIM, 1993b, p. 5). Tal como demonstra Landim (1993b), o associativismo no Brasil era muito anterior à nomenclatura de Terceiro Setor que lhe foi conferida, mas teria sido durante a ditadura dos anos 1960 e 1970 que crescera a ponto de ser reconhecido como fenômeno em ascensão, surgindo com força a questão das "entidades não-governamentais sem fins lucrativos".

O distanciamento do Estado com a população, marcado pelo rompimento e repressão dos canais de comunicação, participação e produção de cultura antes existentes (mídia, movimentos sindicais, partidos, universidades) teria levado ao aumento do associativismo junto à multiplicação das associações civis (FERNANDES, R., 1994; LANDIM, 1993b). Não vistas, em sua maioria, como uma ameaça política, as associações teriam surgido tanto como um meio de autorresolução das necessidades não satisfeitas pelo Estado, quanto como brecha para a oposição, pouco frontal, ao regime. Dado que os olhos controladores da ditadura não se espalhavam por igual, a saída teria sido, segundo Ruben Fernandes (1994), a ação no plano local, apostando-se assim "nas bases do edifício social" para propiciar a "transformação social". O associativismo e o trabalho comunitário puderam, dessa maneira, encontrar espaço

para se expandir, caracterizando também a imagem de ascendência participativa que marcara os anos 1970 e 1980. O Terceiro Setor brasileiro, portanto, se formou de maneira particular a partir da multiplicação de iniciativas locais com intenções diversas, políticas ou não, diferenciando-se tanto das formas fundamentalmente politizadas e massivas de participação tais como os então movimentos sindicais e partidários reprimidos, bem como das formas exclusivamente assistencialistas e de prestação de serviços sociais.

Ao traçar o histórico das "organizações privadas sem fins lucrativos" no Brasil, Landim (1993b) demonstra a importância da Igreja, desde o período colonial, na constituição do que viria a ser denominado mais especificamente como Terceiro Setor. Originalmente vinculadas a práticas de assistência, como "entidades privadas de serviços", teriam contribuído para a criação de organizações sem fins lucrativos, principalmente nas áreas de assistência social, saúde e educação. Fazendo-se presente seja por meio do assistencialismo, seja por meio de ações inovadoras inspiradas na teologia da libertação, a Igreja encontra sempre um papel de destaque no histórico do Terceiro Setor. O catolicismo e o espiritismo teriam figurado entre seus principais elementos de formação, sendo este um assunto bastante tratado na literatura sobre o Terceiro Setor e sobre as ONGs (LANDIM, 1993b, 1998; FERNADES, R., 1994).

Do lado da Igreja Católica, ter-se-iam formado as comunidades eclesiais de base (CEBs), marcadas por um chamado à participação interna na Igreja e à vida comunitária. Dependentes da iniciativa local, fazendo uso de pessoal leigo, as CEBs "deveriam romper a inércia das estruturas tradicionais", marcando uma renovação eclesial e se destacando na história das associações locais na América Latina (FERNANDES, R., 1994). Novamente, aqui, a participação é considerada como um signo de mudança e de ruptura das relações tal como instituídas, dessa vez, pela Igreja Católica conservadora. Caracterizadas por pequenas reuniões e influenciadas por leituras marxistas e da teologia da libertação, as CEBs teriam posto as "pessoas para falar" possibilitando o encontro para que pudessem pensar juntas em caminhos para lidar com suas faltas: "as CEBs configuraram o cenário do povo oprimido que se reúne em comunidades para prosseguir, sob as mais difíceis circunstâncias, rumo à libertação, numa longa e derradeira caminhada" (FERNANDES, R., 1994, p. 42). Segundo Landim (1993b), as CEBs teriam se multiplicado nos anos mais repressores do autoritarismo, dando origem a lideranças de diversos movimentos e organizações, comprometidos com ideários democráticos e associativistas. Uma *Igreja popular* se constituiu cedendo seu espaço para a gestação de movimentos e organizações das mais variadas (operários, trabalhadores rurais, categorias profissionais, donas de casa, moradores de periferia, jovens, etc.). Nesse

mesmo sentido, para Ruben Fernandes (1994), as CEBs foram as molas propulsoras do movimento comunitário, favorecendo ainda, segundo Novaes (1998), a socialização e resultando na participação da população em outros espaços civis, para além das CEBs que as mobilizavam.

A organização comunitária não teria se limitado, no entanto, apenas ao religioso, tendo-se multiplicado as associações de moradores, chamadas por Ruben Fernandes (1994) de "micro-instituições de natureza civil", também expressando a mescla entre atendimento às necessidades da população e à contestação. Perante um Estado distanciado e imersas em carências múltiplas, tais associações, segundo Ruben Fernandes (1994), que em princípio deveriam cumprir uma função mediadora junto aos órgãos locais de governo, passam a buscar alternativas de atuação, aliando-se a iniciativas não-governamentais e movimentos, convencidas de que poderiam fazer as coisas por si mesmas.

> Em suma, combinadas aos núcleos comunitários eclesiais e a projetos subsidiados por agências estrangeiras as associações de moradores, apresentaram o suporte civil para o aprendizado de uma pequena cultura de ação não-governamental que se formava pela base a despeito dos governos autoritários. (FERNANDES, R., 1994, p. 46)

Não apenas associações de moradores, mas teriam se multiplicado todos os tipos de associações. Já na década 1990, Landim (1993b) realizou um levantamento quantitativo destas, apresentando os diversos tipos que teriam composto o que chama de *boom* de associações: recreativas, culturais, desportivas, beneficentes, comunitárias, profissionais, etc. Apesar da constatação de que muitas não eram politizadas, o termo *associação* era, segundo essa mesma autora, quando utilizado em contextos sociológicos e políticos, carregado de sentido de cidadania, participação, mobilização política e social, ganhando força o sentido de antigoverno durante o regime militar. Teria sido sob a forma de associações "que se organizaram muitos dos grupos ou movimentos sociais que buscavam formas de defender interesses específicos de natureza social e econômica – quer através de iniciativas paralelas ao Estado, quer através de movimentos reivindicatórios dirigidos aos poderes públicos […]." (LANDIM, 1993b, p. 76).

Assim, a formação do que seria chamado de Terceiro Setor no Brasil envolve uma série de atividades associativas, sejam religiosas ou comunitárias, marcadas por ações e trabalhos sociais, formais e informais, politizadas ou não, contestadoras ou assistencialistas, mesclando-se aos movimentos, consolidando-se e fazendo-se ver como um fenômeno

contemporâneo.[32]

Apesar de não se encontrar mais num contexto autoritário, o Terceiro Setor pôde justificar e encontrar sentido para sua contínua expansão perante um Estado já democrático e em profunda crise econômica. Com a redemocratização e a expansão da lógica neoliberal, a função social, a diversidade e complexidade do Terceiro Setor aumentam progressivamente, tendo suas múltiplas e heterogêneas organizações se tornado cada vez mais reconhecidas e valorizadas.

Caracterizado inicialmente pela informalidade das relações e pela sociabilidade cotidiana, tal como demonstra Ruben Fernandes (1994), marcado pela associação espontânea ainda fluida e pouco institucionalizada, o Terceiro Setor, já no contexto democrático, iria se consolidar como conjunto de organizações da sociedade civil, passando a ser compreendido como "sociedade civil organizada". A consolidação da ideia de um Terceiro Setor, compreendido como fruto de um associativismo voluntário, como um terceiro personagem, organizado e independente, para além do mercado e do Estado, é marcado pela ênfase participativa, sendo considerado, segundo Ruben Fernandes (1994), como uma "revolução" que transformaria as relações entre as "três esferas da realidade social", modificando modos de agir e de pensar. Salamon (1997) afirma que a grande efervescência do Terceiro Setor em todo o mundo, com uma intensa multiplicação de atividade organizada, privada e voluntária, significaria uma "revolução associacional global". Neste sentido, as organizações do Terceiro Setor deveriam, segundo o autor, estar equipadas, entre outras coisas, "a mobilizar as energias populares e promover mudança". Para Cardoso (1997), o Terceiro Setor que se apresentava nos anos 1990, surgia como algo novo, com caráter autônomo e inédito, que não se definindo nem como governo nem como empresa, estaria modificando a sociedade, encontrando uma outra lógica para existir diferente daquela do mercado ou a governamental. Em sentido semelhante, é ressaltado por Gohn (1999) o aspecto de novidade do associativismo representado pelo Terceiro Setor, sendo uma "terceira via" que pelo fato de ser denominado *terceiro* já expressaria em si um caminho alternativo ao primeiro e ao segundo, "como um intermediário". Essa autora refere-se ao Terceiro Setor como um espaço para "novos associativismos", caracterizando-o como um tipo de "associativismo filantrópico-empresarial-cidadão".

De uma maneira geral, tal como aponta Coelho (2005) em seus estudos, há uma falta de precisão conceitual demonstrada pela multiplicidade de denominações e pela dificuldade

[32] Apesar de o associativismo e os trabalhos comunitários serem anteriores à época aqui tratada, o crescimento diferenciado de ambos teria marcado a formação da ideia de um Terceiro Setor.

de enquadrar toda a diversidade de organizações em parâmetros comuns[33]. No entanto, o que caracteriza o Terceiro Setor como tal, apesar da diversidade de compreensões sobre o que seja e de como seja composto, é a ideia que carrega, desde sua origem, de ser uma alternativa não-governamental e não-lucrativa, cuja ascendência participativa que supõe anunciaria uma transformação, seja da realidade social, da realidade política ou das relações entre Estado e Mercado. Observa-se, subjacente a essa concepção sobre o Terceiro Setor enfatizado como alternativa às lógicas governamentais e empresariais – e portanto, às instituições políticas e econômicas vigentes –, o anúncio da instituição de uma nova lógica, difundindo valores (solidariedade, filantropia, voluntariado, etc.) e formas de se relacionar.

Visto como uma alternativa, seja no sentido de satisfazer as necessidades não atendidas pelo Estado ou como alternativa à lógica governamental e lucrativa, compreendido como uma mobilização da sociedade civil em busca de seus próprios interesses, a ideia do Terceiro Setor se apresenta embebida por uma esperança de transformação, em seus diversos significados possíveis. Em meio à mescla de sentidos atribuídos ao Terceiro Setor, diferentes também são os sentidos possíveis de participação e de transformação.

O Terceiro Setor pode ser considerado como "prestador de serviços sociais" com atuação voltada para o atendimento das diversas necessidades da população em substituição ao papel do Estado, considerando-se a participação, nesse caso, como meio da população "tomar as rédeas de seu próprio destino", ganhando um sentido de autonomia, ao mesmo tempo em que passa a ter que se haver com suas próprias necessidades. A participação, pois, volta-se ao enfrentamento dos problemas sociais pelas "próprias mãos", sinalizando uma busca por "agarrar o próprio destino". Expressa pela ascendência do Terceiro Setor, a participação vinculada à autonomia pode significar, em sentido amplo, que as pessoas podem ser "capazes de controlar os acontecimentos e os processos que dirigem suas vidas" (KISIL, 1997, p. 150). Enquanto há autores como Rifkin (1997) que veem como processo de "libertação" a passagem da responsabilidade da vida cívica do Estado para as fundações e ao setor não-governamental, estando aí subjacente uma ideia de transformação no sentido de redução do papel do Estado, expressando um olhar liberal; existem outros autores, como Montaño (2007), que consideram esse chamado da população/sociedade à participação em

[33] O conceito de Terceiro Setor é controverso e indefinido, juntamente com a função que adquire na sociedade. Para Montaño (2007), por exemplo, a exacerbação da ideia de um Terceiro Setor estaria contribuindo ideologicamente para o enxugamento das funções do Estado no trato com a questões sociais. A própria definição das características dos elementos que se incluiriam como Terceiro Setor não é evidente na literatura estudada. A partir desta, pode-se supor como traço comum, apesar de insuficiente para se construir uma definição consistente, há a ideia de algo privado (iniciativas/ações/organizações) com fim público (serviços/reivindicação/causas), no meio do caminho entre o privado referente ao mercado e o público referente ao Estado.

torno do *controle social,* afirmando-se a ampliação e o desenvolvimento da democracia e da participação na esfera pública, como uma justificativa ideológica para a transferência da responsabilidade do Estado no trato com as questões sociais.

O Terceiro Setor, para esse autor, seria a denominação ideológica dada a essa transferência de responsabilidades para a sociedade civil, tornando a satisfação das necessidades mais fundamentais da população não mais um *direito*, mas fruto da *boa vontade do próximo*. Tem-se que o Terceiro Setor "estimularia os laços de solidariedade local e voluntária, criando espaços de participação social, estimulando a participação cidadã contra o quietismo e o conformismo derivados da paternalista intervenção estatal" (MONTAÑO, 2007). No entanto, para esse autor, a participação como autorresponsabilização, tal como suporia aquela vinculada ao Terceiro Setor, diferenciar-se-ia da ativa "participação da sociedade civil no controle social do poder estatal e nas lutas pela ampliação dos direitos sociais e trabalhistas e da participação do trabalho nas decisões econômicas", não significando uma substituição da responsabilidade estatal no trato com a questão social (MONTAÑO, 2007, p. 169).

Um outro papel atribuído ao Terceiro Setor considera este como meio de consolidação e fortalecimento da democracia que seria sustentada por uma *sociedade civil organizada*. Para além da participação política instituída no processo eleitoral, o associativismo e a participação que implica seriam o suporte das relações democráticas na sociedade por meio de suas organizações. O Terceiro Setor, com suas organizações instituídas, seria o meio de participação da população nos assuntos públicos. Influenciada pelo olhar estadunidense embasado nas ideias de Tocqueville, o associativismo seria a base da democracia e sua ampliação, nomeada de Terceiro Setor, significaria sua potencialização. Toro (1997, p. 39) aponta para a função da participação e do Terceiro Setor como aquele que garantirá a democracia para além do Estado, sendo "função do terceiro setor contribuir para a construção de um Estado social de direito".

Apesar das ONGs, nascidas imersas nas significações atribuídas ao Terceiro Setor e ao associativismo que o caracteriza (sendo por vezes confundidas como sinônimo de Terceiro Setor), relacionarem-se e cumprirem as funções de prestação de serviços sociais e de fortalecimento da democracia acima descritas, a principal função atrelada ao conjunto de ONGs aqui tratadas e que viriam a caracterizar o campo é a de contestação política. Em 1992, Landim falava que:

> Em resumo, via de regra, sem 'fins lucrativos' no Brasil evoca, então, por

> um lado, valores religiosos, altruísmo, boa vontade, pessoalização (é o mundo das iniciativas de assistência social, creches, asilos, distribuição de alimentos, etc.). Nesse caso, as fronteiras entre esse 'setor' e o universo religioso nem sempre são muito nítidas. E por outro lado, outros 'tipos' de organizações também sem fins lucrativos evocam cidadania, modernidade, construção de sociedade civil (é o mundo de associações comunitárias, de moradores, profissionais, entidades de defesa de direitos civis, etc.). A esse nível, 'sem fins lucrativos', sociedade civil e oposição política tem se confundido, na história recente do país. É quando o não-governamental aparece frequentemente, como antigovernamental. (LANDIM, 1993b, p. 43-44)

O "antigovernamental" esteve bastante vinculado às compreensões que giravam em torno das ONGs. Nesse sentido, há muitos autores que compreendem a formação do Terceiro Setor como estando vinculado a um sentido de contestação e posicionamento político com vistas à transformação da realidade social. Thompson (1997), por exemplo, enfatiza o caráter político de contestação que expressa a ascendência do Terceiro Setor. Cardoso (1987, p. 28) aponta como fundamental o Terceiro Setor no enfrentamento de problemas sociais, tendo sido as diversas maneiras de associação e mobilização da época consideradas "formas autênticas de participação popular, onde a democracia interna garante, tanto a manifestação de uma vontade coletiva, quanto o confronto direto com as políticas públicas autoritárias". Segundo Landim (1993a), as organizações que teriam dado origem às ONGs teriam se diferenciado das organizações sem fins lucrativos de prestação de serviços e trabalhos educativos e assistência, propondo um "anti-assistencialismo em prol da participação e métodos participativos de ação". Inseridas no contexto do associativismo que seria nomeado de Terceiro Setor, as organizações que teriam dado origem à categoria ONG, vincularam-se, portanto, ao sentido de contestação política, sendo elas "antissistema" e "antigoverno".

Os sentidos atribuídos ao Terceiro Setor se transformam com a redemocratização. A ênfase política de contestação perde sua força e o caráter de prestação de serviços sociais se amplia enormemente. Se antes as ONGs ganharam visibilidade aliadas aos movimentos, vinculadas à luta pela democratização e à "reconstrução de uma sociedade civil", seus sentidos se modificaram junto com os do Terceiro Setor. Segundo Gohn (1999, p. 18), as associações do Terceiro Setor estariam passando a ocupar o papel antes desempenhado pelos sindicatos e partidos políticos, não mais encontrando sua identidade e base na política, segundo ideologias da esquerda, não mais atuando via reivindicação de direitos: "o associativismo do terceiro setor é pouco ou nada politizado, na maioria das vezes avesso a ideologias e integrado às políticas neoliberais".

Nesse mesmo sentido, Thompson aponta, em 1996, que já começava a imperar a ideia

de um Terceiro Setor que, não mais visto, como antes, com capacidade de mobilização social e de transformação, demanda e reivindicação, acaba relacionado à profissionalização de serviços sociais enxugando tanto o papel do Estado quanto diminuindo a pressão sobre o Mercado. A percepção funcional dessas organizações teria tomado o lugar de uma percepção político ideológica. Levantar-se-ia, pois, a questão: seriam as organizações do Terceiro Setor provedoras de serviços ou seriam "organizações portadoras de ideias de transformação e de utopias sociais?" (THOMPSON, 1997, p. 46). E as ONGs, especificamente nascidas de uma participação espontânea, popular e transformadora, como viveriam sua passagem de consolidação e instituição no campo social, pertencente já à conjuntura democrática? O processo de institucionalização da participação, consumado junto com a reconquista da democracia, tanto pelas vias eleitorais como pelas organizações da sociedade civil, transformariam o papel das ONGs de coadjuvantes para protagonistas da dita *transformação social*.

## 3. O anúncio de uma passagem

As Organizações Não-Governamentais são organizações que se instituíram na sociedade brasileira encarnando os sentidos instituintes de uma participação tida como transformadora, espontânea e popular. Nasceram sob o signo da mudança e da transformação social, vinculado à contestação e subversão das instituições políticas, religiosas, culturais, do ensino, acadêmicas, etc. então dominantes. São fundadas, como categoria organizacional, a partir de um conjunto de valores e ideias que tinham em comum a contestação das regras e normas características das diversas instituições da sociedade, propondo a transformação destas e a consequente mudança das relações tal como eram por elas regidas e determinadas. Às instituições vigentes, marcadas por relações marcadamente desiguais de poder, contrapunham-se esses sentidos instituintes que tinham como eixo a ideia de participação. Frente às instituições políticas autoritárias, tinha-se movimentos democráticos e de ampliação da participação política e social; frente à instituição católica, tinha-se movimentos da teologia da libertação em prol da conscientização, autonomia e da participação popular; frente às instituições do ensino, os valores da educação popular de Paulo Freire que propunham a transformação das relações aluno-professor-conhecimento; frente à instituição acadêmica, as ideias de uma metodologia participativa de construção do conhecimento que rompia com o paradigma dominante; frente às instituições culturais diversas, os *novos movimentos sociais* lutando por direitos e pela instituição de novos valores na sociedade, pretendendo instaurar

novas formas de relação (negros, mulheres, homossexuais, etc.); frente à instituição econômica e à instituição do Estado, com suas lógicas próprias, impõe-se uma alternativa que se define e se afirma pela negação de ambas: não-governamental e sem fins lucrativos.

Nascidas em contraposição às instituições vigentes, ancorando sua identidade e legitimidade na participação transformadora, espontânea e popular, uma vez consolidadas como organizações já em contexto democrático, tendo muito dos valores instituintes sido absorvidos pelas instituições, transformando-as em parte, as Organizações Não-Governamentais se encontram num novo contexto. Ainda sustentando os sentidos instituintes que lhe concederam origem, organizando-se a partir do discurso da *transformação social* e da *proveniência do popular* (substituído pela ideia de *sociedade civil*), mergulham na institucionalidade, estabelecendo relações de dependência com as organizações que agora encarnam as instituições econômicas e políticas dominantes frente às quais, para levar a cabo a transformação anunciada, deveriam se contrapor. Esse paradoxo em que se encontram hoje as ONGs é reflexo da problemática de uma participação tida como instituinte num âmbito institucional das Organizações Não-Governamentais.

# CAPÍTULO III – O ÂMBITO INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Observa-se, a partir do exposto, que a participação como termo de nomeação para diferentes formas de movimentação da população nas décadas de 1970 e 1980, embebida por diversos sentidos, marcara presença no universo de ideias e compreensões que se constituíram nos diferentes âmbitos aqui já abordados. Caracterizando a compreensão da entrada naquele período numa "era da participação" (BORDENAVE, 1994; GOHN, 2010), os vários sentidos ali construídos teriam servido de berço para a formação das ONGs. Tendo encontrado sua justificativa de existência nesse universo simbólico que se construiu em torno do fenômeno denominado *participação*, vinculadas a um contexto sociopolítico específico, essas pequenas organizações nascidas como coadjuvantes no cenário dos conflitos sociais transformar-se-iam uma vez em contexto democrático, consolidando-se como organizações instituídas na sociedade, protagonistas no campo social. Os elementos apresentados que caracterizam o surgimento das ONGs expressam uma participação compreendida como transformadora, espontânea, referida a um coletivo, ao *popular*, em confronto e oposição às diversas instituições dominantes na regulação de relações sociais: ensino, religião, acadêmica, econômica, política, cultural, etc. Essa participação instituinte, tendo dado origem e legitimidade à constituição dessas organizações, parece conceder os elementos para a construção dos discursos atuais das ONGs articulados em torno da ideia de *transformação* e de sua *identidade com as demandas da sociedade civil*. Tais discursos conferem sentido à vida e ao fazer dessas organizações na atualidade, ao mesmo tempo em que geram incômodos por expressarem, como ideologias, contradições uma vez inseridos no âmbito institucional das ONGs.

## 1. As ONGs: de coadjuvantes a protagonistas do campo social

Como já demonstrado, no âmbito dos Centros de Educação Popular circulavam compreensões, baseadas nas ideias de Paulo Freire, enfatizando-se a dimensão política da educação, compreendendo a participação como objetivo e como meio fundamental rumo à conscientização, à autonomia, à construção de um conhecimento sobre a própria realidade e de caminhos para transformá-la, nela intervindo. A participação expressaria, assim, um potencial de transformação da realidade opressora com relações de poder já cristalizadas e

determinadas tanto pela instituição do ensino, como pelas instituições políticas. A participação apresenta-se como signo da mudança, não apenas como meio de luta coletiva para a transformação das relações sociais tal como ditadas e reguladas pelas instituições dominantes mas, também, como objetivo da luta, visando ampliar o espaço e o poder da participação nessas relações. Se as ideias que caracterizam a educação popular proporia, segundo Landim (1993a), um mito fundador para as ONGs no Brasil, a concepção de participação subjacente à noção de educação freiriana também assentará as bases para o surgimento dessas organizações.

Articuladas em parte aos Centros de Educação Popular, as pesquisas participativas tornaram-se o eixo em torno do qual muitas das discussões, reflexões e os sentidos sobre a participação da época foram construídos, extrapolando os contornos dados pelas metodologias de pesquisa e intervenção. Como já demonstrado, a participação é também apresentada nesse contexto como elemento central de transformação, seja da instituição acadêmica, como signo de questionamento e alternativa às formas instituídas de relação entre sujeito e objeto ditadas pelo método científico vigente, seja em relação ao papel atribuído à participação na transformação da própria realidade social, tida como instrumento de intervenção. Observa-se que a ideia de participação se expressa novamente atrelada à de subversão de uma ordem instituída, ideia que se encontrará também na parte dos movimentos sociais que virão a ser a principal justificativa da necessidade de surgimento das ONGs no Brasil.

Os movimentos sociais, que figuraram com importância no cenário social e político brasileiro nos anos 1970 e 1980, marcados pela multiplicidade e estabelecendo relações com diferentes graus de antagonismo ao governo autoritário, apresentavam novas formas de participação, tidas como espontâneas e populares, anunciando transformações sociais, políticas e culturais. Ao abordar essa fase dos movimentos durante o regime, Cardoso (2004, p. 82) afirma que estes estavam imersos na ideia do espontaneísmo e da autonomia, apresentando-se como uma quebra do sistema político e como algo novo e puro que iria "substituir os instrumentos de participação até então disponíveis como partidos, associações e outros". Considerou-se na época (décadas de 1970-80), segundo a autora, que eles viriam ocupar um lugar que teria sido esvaziado pela ditadura, com a repressão dos canais de representação tradicionais, apresentando uma participação que anunciava uma mudança na cultura política: "ela era, quase fazendo um chavão, uma participação anti-Estado, anti-partido, anti-sistema político em geral, sendo o Estado realmente visto como um inimigo" (CARDOSO, 2004, p. 82).

Não apenas questionando e lutando por transformações nas instituições políticas e nos

meios instituídos de participação, mas os movimentos apresentavam um questionamento de instituições sociais e culturais mais amplas, pretendendo instaurar novos valores que possibilitariam o estabelecimento de novas formas de relação social mais igualitárias em relação aos grupos considerados minoritários (mulheres, os negros, homossexuais, etc.). Os diversos movimentos emergentes na época eram considerados, segundo Gohn (2003, p. 11), "uma força social nova e emergente que transformaria radicalmente a realidade social". As ONGs surgem como organizações de apoio vinculadas principalmente aos movimentos sociais, mergulhados todos na rede simbólica constituída pelos sentidos de uma participação *popular,* contestadora e transformadora, fruto dos sentidos produzidos pelos movimentos sociais, pela educação popular, pelas metodologias participativas e pelo fenômeno do associativismo espontâneo da sociedade civil que viria a constituir o chamado *Terceiro Setor*.

Esse segmento de organizações, nascidas em suporte e apoio aos movimentos, denominadas por Gohn (1999, 2003) de "ONGs cidadãs e militantes", por Schrer-Warren (1998) de "ONGs populares" e, por Landim (1993a, 1998b), de "ONGs a serviço e apoio dos movimentos sociais", teriam tido maior peso na construção do significado do termo ONG circulante no Brasil, mesmo que a maioria das Organizações Não-Governamentais e sem fins lucrativos da época fosse assistencial (LANDIM, 1993a; GOHN, 1999). Se nos anos 1970-80 os movimentos sociais configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais, nos anos 1990 esse espaço teria sido construído por esse "tipo especial de ONGs" (GOHN, 2003), nascidas em vinculação a eles.

A relação original dessas organizações com grupos e movimentos populares lhes teria, segundo Landim (1993a, p. 8), concedido "sua auto-imagem e legitimidade". Por meio dessa vinculação de origem, as ONGs, segundo Gohn (2003), surgidas num momento particular do processo de participação espontânea da sociedade civil no Brasil, em contraste com a restrição autoritária da participação democrática, demarcaram seu papel como agentes democratizadores e de transformação. A proveniência do *popular* que marcara a compreensão construída ao redor dos movimentos da época (guardadas suas diferenças em termos de propósitos e das características dos grupos militantes) iria marcar os sentidos tecidos em torno dessas organizações surgidas com a função de lhes conceder apoio e suporte, restando a serviço das demandas populares.

Nesse sentido, além de surgirem no sentido da subversão, clandestinidade e da contestação, em contraposição às instituições políticas, sociais e culturais vigentes, tendo exercido papel importante na luta pela redemocratização e pela transformação – fortalecendo a ideia de que as ONGs teriam tido inicialmente uma tradição de oposição política "onde o

não-governamental tende a se confundir com o antigovernamental" (LANDIM, 1993a) –, estas organizações surgem atreladas à ideia de nascerem a serviço do *popular*. Como já visto, a ideia de *popular* e de "voz do povo" vinculou-se fortemente ao entendimento acerca dos movimentos sociais que emergiam na época, afirmando o "povo como sujeito ativo" e capaz de transformar sua própria realidade. Tendo o termo *popular* qualificado, entre outras palavras, a palavra *participação*, este teria se tornado, segundo Landim, "marca registrada" do campo das ONGs, como palavra-chave de seu vocabulário: "é adjetivo universalmente utilizado, espécie de passaporte ou de senha que permite a entrada de atividades e acontecimentos em determinado campo, marca que os legitima" (LANDIM, 1993a, p. 158).

> O campo das 'ONGs' parece reivindicar para si o monopólio da autoridade de falar '*do* povo*, ou de falar para (no duplo sentido) o* povo*"* (Bourdieu apud Landim, 1993a) […] "os agentes das 'ONGs' colocam-se como possuidores de uma espécie de direito de precedência sobre o 'popular', transformando o que poderia ser estigma em emblema, quanto a origens, estilos e proximidades ao 'povo'. (LANDIM, 1993a, p. 158)

O *popular*, referido aos Centros de Educação Popular, aos movimentos sociais e às ONGs a eles atreladas, caracterizaria também a ideia de associativismo marcante na formação do Terceiro Setor, sendo paulatinamente, já em contexto democrático, substituído pela ideia de *sociedade civil*. Apesar de hoje encontrar diferentes significados e as entidades que o compõem encontrarem diferentes funções, de início, como aqui já abordado, este Terceiro Setor apresenta-se centrado na ideia do associativismo, nomeando a ascendência da participação da sociedade, marcado inicialmente por relações informais e iniciativas individuais e grupais, numa mescla entre respostas às necessidades da população pela própria população perante um Estado distanciado e à contestação política. Essa movimentação e iniciativa da população da época, este fenômeno associativo e participativo que seriam nomeados como Terceiro Setor, com sentidos mesclados de participação e de mudança, inspirariam a sensação de que algo estava para se transformar. Tinha-se em comum, no entanto, que a efervescência participativa implicaria mudanças das ordens política, social e cultural vigentes. A participação nesse emaranhado de significações surge espontânea, autônoma, alternativa e transformadora, quando não "revolucionária", como meio de conquista e como conquista em si. As ONGs alimentam-se dessa fonte de sentidos, enfatizando-se o potencial de contestação política do fenômeno do associativismo para instituir-se e perpetuar-se no Brasil.

Tem-se, a partir do exposto, que as Organizações Não-Governamentais, como categoria

organizacional, encontram sua origem e legitimidade nas ideias e valores articulados em torno dos sentidos de uma *participação instituinte*, insurgindo espontaneamente, com processos próprios, às margens e em contraposição às instituições estabelecidas e dominantes. Uma participação que, em seu viés coletivo, contestador e transformador, apresenta-se como fundadora dessas organizações, compondo o mito que lhes concede sentido de origem e existência.

Segundo Enriquez (1997) – um dos primeiros pensadores a empregar conceitos psicanalíticos na tentativa de explicar fenômenos sociais e processos organizacionais –, uma das instâncias de análise das organizações, refere-se à instância mítica como narrativa inaugural, fundadora da sociedade, das instituições, das organizações e dos grupos. A sociedade, as instituições que a fundam, as organizações que encarnam as instituições e os grupos que animam as organizações precisam de uma ordem que legitime sua fundação, apresentando uma origem mítica que concede sentido à sua existência:

> Toda sociedade exige, para se instaurar e se perpetuar, se referir a uma *ordem* legitimadora de sua existência. Uma tal ordem, na sua obra de criação de indivíduos sociais, podendo interagir com outras no interior de regras estabilizadas, tentará investir as consciências e reger os inconscientes. Para tanto, ele deve poder desdobrar-se numa *narrativa* suficientemente repetida a fim de poder comportar os efeitos calculados. Não há sociedade sem discurso inaugural e sem a transmissão infinita desse discurso. 'No princípio era o Verbo'. A ausência de *verbo* traduz um mundo entregue apenas de uma relação de forças: o mundo da animalidade e não aquele da civilidade. (ENRIQUEZ, 1997, p. 41)

O mito fala da origem das coisas, concede sentido à instauração e perpetuação de um grupo ou de uma organização, sendo fundamental à sua criação. Segundo Enriquez (1997), a partir de uma dimensão afetiva (possibilitando o vínculo pela identificação) e outra intelectual (levando à partilha de um sistema conceitual pelos membros), o mito unifica pensamentos e comportamentos, evocando e convidando à ação. Em termos afetivos, o mito congrega o conjunto em torno de uma narrativa fundadora, provocando uma identificação entre os membros do conjunto em função da identificação de cada um com os protagonistas míticos da narrativa, neste caso o *povo* heróico, autônomo, subversivo e transformador. O mito, portanto, além de criar o conjunto, manteria os sujeitos vinculados, possibilitando um comum, retirando de cena o diferente que pode trazer a dissonância, a ruptura do vínculo e a mudança. Apesar de considerar ser a dimensão afetiva fundamental para a adesão entre os membros, a dimensão intelectual no mito, segundo Enriquez (1997), também é importante, uma vez que este concede um sistema simbólico e conceitual aos sujeitos, permitindo-lhes pensar o mundo

entre si de maneira coerente e unificada.

A partir do que se veio demonstrando, pode-se considerar que os valores e os sentidos atribuídos à participação instituinte marcante nas décadas de 1970 e 80 no Brasil constituíram a essência do mito que narra a origem das organizações ora estudadas. O mito, já perdido no tempo e no contexto histórico, unifica ao mesmo tempo em que conduz o conjunto a colocar em ação novamente, na vida cotidiana, por excesso ou defeito, a mensagem (ou seu inverso) nele contida (ENRIQUEZ, 1997). A narrativa é repetida e perpetuada, concedendo sentido ao fazer dos membros da organização. Torna-se evidente – a partir de toda a descrição histórica dos sentidos que teriam dado origem às ONGs, articulados em torno das ideias de *transformação* e de *proveniência do popular*, vinculadas ao sentido instituinte de uma participação fundadora – uma relação desses sentidos originários com os discursos que hoje caracterizam o campo das ONGs. As mensagens do mito originário das ONGs parecem se repetir e perpetuar por meio de dois discursos marcantes e hegemônicos no campo: o da *transformação social* e aquele que identifica essas organizações às *demandas legítimas da sociedade civil*, ao mesmo tempo proveniente da sociedade civil e existindo para servi-la.

Esse mito de origem das ONGs, com uma narrativa vinculada à ideia de uma participação instituinte relativa ao seu papel transformador das instituições dominantes, à contestação e subversão dos poderes e dos valores instituídos, juntamente à sua origem vinculada ao *popular* e às suas demandas, expressam-se claramente traduzidos já num contexto completamente distinto, pelos discursos tão repetidos da *transformação social* e da *sociedade civil como vocação natural das ONGs*. Ambos os discursos tendem a unificar o campo profundamente heterogêneo das Organizações Não-Governamentais, escamoteando diferenças fundamentais entre a natureza das organizações, as concepções diversas de transformação e todas as contraditórias demandas em jogo, que deixam de se referir apenas à da dita *sociedade civil*, tal como se assume no discurso.[34] Ou seja, tornam-se ainda mais ideológicas quanto mais distantes da realidade se apresentam, uma realidade caracterizada hoje pela imersão na institucionalidade.

Ainda segundo Enriquez (1997), haveria outra instância analisável das organizações, a social-histórica, que apresenta a ideologia como a herdeira da mitologia na função de "polir o

[34] As ONGs se multiplicaram até a atualidade junto com seus sentidos e funções na realidade social brasileira. A identidade dessas organizações, no entanto, refletindo a diversidade de relações em que nascem imersas, apresentou-se desde seu início multifacetada, fazendo parte de sua história a dificuldade de definição e classificação (LANDIM, 1993a). Nem regulamentações jurídicas (até hoje muito precárias) conseguiriam dar conta da heterogeneidade que caracteriza o campo das ONGs e os sentidos e funções que se constroem ao seu redor, abrangendo organizações das mais variadas.

social" concedendo-lhe a homogeneidade necessária à manutenção do vínculo entre os sujeitos, mantendo o grupo e sustentando a organização. Se nas sociedades arcaicas o mito era dominante na constituição dos grupos, as sociedades modernas e históricas, apesar dos mitos fundadores ainda cumprirem uma função essencial na organização dos grupos, apresentam-se afoitas por construírem a si mesmas e controlarem seu processo histórico, apresentando a ideologia como unificadora, cumprindo a função antes especificamente atribuída ao mito (ENRIQUEZ, 1997). Uma ideologia que apresenta um ideal a ser buscado, sustentando a possibilidade de haver algo diferente do que se é hoje, organizando e unificando o grupo em função desse ideal. Ao mesmo tempo, como ideologia, encobre contradições que são inerentes à relação desse ideal com a realidade.

Apesar, portanto, da força unificadora do mito que lhes concede sentido de origem, observa-se um desdobramento ideológico da mitologia das ONGs, tal como aqui analisadas, condensando-se principalmente nesses dois discursos que se apresentam como duas ideologias unificadoras do campo e legitimadoras do fazer e do existir dessas organizações, a da *transformação social* e a da *proveniência legítima das demandas da sociedade civil*. Ambas ideologias concedem um sentido único e coerente às práticas destas organizações ao deixar de lado suas incoerências e diferenças fundamentais que se evidenciam quando analisadas e contrastadas com a realidade. Como *ideologias* tendem "a encerrar os fatos numa representação única que dá conta do real totalmente e exprime a verdade daquilo que ela revela", expressando e ao mesmo tempo mascarando a realidade junto às contradições entre o enunciado e o fazer (ENRIQUEZ, 1997, p. 59).

Todas as ONGs, segundo Schrer-Warren (1998, p. 173), independentemente de sua origem ou matriz ideológica, compartilhariam de uma "visão de sociedade futura diferente da atual, enquanto espaço possível para a intervenção de uma sociedade civil organizada na transformação social". A autora ressalta que, subjacente à atuação dessas organizações, estaria sempre um objetivo de mudança social a ser realizada a longo termo junto à ideia de haver uma "nova sociedade" a ser reconstruída com a participação dos sujeitos, entre eles, as organizações populares e as ONGs. Landim (1993a), por sua vez, ressalta a associação da figura das ONGs como "especialistas da transformação", seja em relação às transformações sociais que postulam como sendo a própria justificativa de sua existência; seja relacionado ao seu caráter de maleabilidade institucional, vivendo transformações institucionais e de posicionamento no contexto social e político brasileiro, adaptando-se às mudanças, estabelecendo novas vinculações e relações, ao mesmo tempo em que se multiplicam e desenvolvem sua institucionalidade.

Com o objetivo de compreender o papel transformador atribuído às organizações sociais, marcadamente portadoras da promessa de transformação social, Calegare (2005) demonstra as diferentes correntes discursivas e interpretativas presentes no campo dessas organizações. O autor verificou que a tendência a considerar as diferentes ações como semelhantes e de sentido transformador único e linear esconde práticas multifacetadas e diversas. O discurso da transformação, que concede uniformidade às práticas sociais, contribuiria, segundo Calegare (2005), para a manutenção da unidade das organizações da sociedade civil, exercendo, portanto, sua função ideológica.

Pode-se aqui constatar que apesar de seu emprego ideológico supor uma única representação para essa *transformação social* – transportada de outro contexto social, histórico e político –, não apenas as práticas são diversas, mas seus sentidos possíveis apresentam-se múltiplos em meio a um campo de organizações reconhecidamente heterogêneas, podendo variar entre opostos antagônicos abarcados sob essa mesma denominação: de um sentido liberal ao socialista revolucionário. Pode, ainda, sob a mesma representação ideológica que dela se faz, ser a *transformação social* considerada tanto como fruto possível do combate mais ou menos radical frente às instituições vigentes, objetivando mudanças estruturais nas relações de poder, como ser a *transformação social* um fruto almejado por meio de negociações com as diversas instâncias da sociedade, cabendo às ONGs o papel de intermediadoras das negociações entre sociedade civil, Estado e empresas.[35] A *transformação social* pode ainda ser considerada, numa perspectiva liberal, um fruto almejado da substituição crescente das funções do Estado por uma sociedade civil participativa, organizada e autônoma. Pode até ser utilizada como discurso por práticas assistencialistas "rumo a um mundo mais solidário, humanitário e bom", numa mescla cujas contradições inerentes são encobertas pelo emprego ideológico e uníssono da ideia de *transformação*. Apesar de não ser o objetivo do presente trabalho compreender os sentidos subjacentes à ideologia da *transformação social* discursada pelas ONGs na atualidade, talvez um estudo aprofundado sobre estes sentidos trouxesse elementos interessantes à compreensão

[35] Em meio à crescente complexidade do campo social, a interlocução e a negociação entre Estado e a sociedade torna-se fato, sendo inclusive normatizados e institucionalizados esses diálogos (GOHN, 2010). As ONGs, por sua vez, passam a mediar em grande parte essa interlocução. Ganha, assim, força uma concepção que compreende as ONGs a partir de sua função mediadora. Segundo Gohn (2010), essas organizações passam a mediar tanto as relações entre os coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como entre grupos privados e instituições governamentais. Nesse mesmo sentido, haveria, segundo Schrer-Warren (1998), uma tendência articulista na compreensão das ONGs que as colocam no papel de mediadoras entre organizações e movimentos sociais e outros atores sociais, econômicos e políticos, entre eles empresas e Estado, prevendo ainda autonomia em relação a todos com os quais se relacionam. Afirmando-se como pluralistas, apartidárias e menos ideológicas, defensoras da diversidade.

do campo. Interessa especificamente aqui analisar, em função dos sentidos de origem que teriam concedido subsídios para a construção destes dois discursos característicos da atualidade das ONGs, as contradições que estes revelam uma vez inseridos no âmbito institucional em que as ONGs hoje se encontram.

Outra ideia unificadora que caracteriza os discursos das ONGs é aquela relativa ao seu papel como representante e defensora dos interesses e demandas da sociedade civil, independentemente da natureza desta demanda: desde uma demanda de combate aos poderes desiguais tal como instituídos, até uma demanda de atendimento às necessidades mais básicas da população não satisfeitas pelo Estado. O que, em sua origem mítica, se relacionava ao *popular*, passou a se articular, na transição democrática, com a ideia de *sociedade civil*, apresentando-se as ONGs como representantes de suas demandas e como novo canal de participação.

A noção de *popular* dos anos 1970 e 1980, nesse sentido, seria, segundo Landim (1993a) substituída pela de *sociedade civil*, praticamente a substituindo. Com a redemocratização, passa a circular de maneira mais forte a necessidade de fortalecimento de uma sociedade civil brasileira por anos reprimida, tendo as ONGs contribuído enormemente para a reconstrução da ideia de *sociedade civil* em terras brasileiras, figurando nela com importância. Encontrando novos espaços de atuação em contexto democrático e formando novos discursos, as ONGs se consolidam junto à ideia de ser a sociedade civil, segundo Landim (1993a, p. 176) uma "vocação natural das ONGs".

Em artigo de 1994, Schrer-Warren (1994), debatendo o papel das ONGs no processo de reconstrução da sociedade civil da época, afirma que apesar de não possuírem um mesmo sentido "como categorias sociológicas ou noções referenciadas empiricamente", ONGs e sociedade civil apresentavam, segundo o discurso e o imaginário social, algumas convergências de significados. Considerava-se que as Organizações Não-Governamentais no Brasil (e na América Latina) não seriam somente agentes da democratização, mas teriam criado um "significado mais profundo para sua atuação", estando diretamente vinculadas ao fortalecimento da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1998).

Frente às diferentes concepções possíveis de sociedade civil (não havendo uma compreensão unívoca nas ciências sociais[36]) aquelas originárias atribuídas às ONGs, segundo

[36] É sabida a existência de diferentes concepções de *sociedade civil*, interessando no âmbito deste trabalho, tal como apresentado no corpo do texto, os sentidos a ela atribuídos quando vinculados ao campo das Organizações Não-Governamentais. Para se ter uma ideia, apenas citando, entre as concepções existentes, tal como descritas por Bobbio (2010), estão as concepções de sociedade civil dos jusnaturalistas, de Rousseau, de Hegel, de Marx e Gramsci.

Landim (2002), compreendiam-na como espaço de disputas de interesses e de criação de hegemonia num horizonte socialista. No entanto, segundo essa autora, o termo *sociedade civil*, já num contexto democrático, tornar-se-ia moeda corrente e banalizada no campo da política e da ação social, tendo sido apropriado aos poucos por concepções liberais, sendo utilizado em sentidos bem diferentes daqueles a ele atribuídos na origem das ONGs.

> Através de agências multilaterais – do governo, de fundações internacionais (sobretudo norte-americanas) –, a ideia de 'sociedade civil' tornou-se marcada pelas noções de homogeneidade e colaboração, não se excluindo entre seus usos e abusos a funcionalidade em projetos de retração do Estado e a legitimação de políticas meramente compensatórias. (LANDIM, 2002, p. 42)

O sentido que foi sendo construído sobre a sociedade civil nesse contexto, identificada com a ideia de Terceiro Setor acaba, segundo Montaño (2007), homogeneizando os diferentes interesses que a caracterizam, encobrindo conflitos fundamentais e interesses antagônicos, como se todos estivessem atuando em prol de um mesmo bem comum, enfatizando-se novas formas de solidariedade, afirmando uma harmonia entre os diferentes setores que agora estabelecem relações negociadas: a *luta* se dá dentro da ordem, reforçando-a. A ideia, portanto, de *proveniência da sociedade civil*, nesse novo contexto, passa ideologicamente a supor uma ausência de conflitos fundamentais e uma homogeneidade de interesses e demandas. A identidade entre *sociedade civil* e ONG, já presente na vinculação de origem dessas organizações com o *popular*, sustenta, portanto, a identidade de demandas entre uma e outra, sejam as ONGs respondentes ou consideradas representantes das variadas demandas e dos interesses da *sociedade civil*.

Quando lançado um olhar um pouco mais atencioso sobre as demandas em jogo, observa-se que além das demandas ditas da *sociedade civil* poderem apresentar qualidades e implicações bastante distintas – desde a contestação e suporte organizacional às demandas e interesses dos movimentos populares, até a prestação de serviços fundamentais não cumpridos devidamente ao Estado, entre muitas outras –, a proveniência destas demandas também apresenta naturezas múltiplas, para além daquela referida à *sociedade civil*. Uma vez imersas na institucionalidade, regulamentadas pela legislação, mesmo que precariamente, e dependentes dos setores aos quais historicamente constavam em seu leque de contraposições, as ONGs não respondem mais somente às demandas da *sociedade civil* mas, também, de seus financiadores empresariais e estatais, de outras ONGs nacionais e internacionais financiadoras e, principalmente, respondem às demandas que advêm do seu caráter de organização

instituída, priorizando sua própria sobrevivência e perenidade, como será discutido adiante.

A ideologia mascara parte da realidade e das contradições que a colocariam em cheque. As ideologias da *transformação social* e de ser a *sociedade civil uma vocação natural das ONGs*, cujas representações subjacentes encontram sua origem na rede simbólica da narrativa da origem mítica dessas organizações (transformadoras e populares), expressam contradições e paradoxos marcantes uma vez imersas na institucionalidade das instituições políticas e econômicas vigentes além e, principalmente, de serem elas mesmas organizações instituídas na sociedade. É nesse âmbito institucional das ONGs, englobando a inserção dessas organizações na legalidade e na regulamentação estatal, a relação que estabelecem com as instituições econômicas e políticas que as financiam e as atravessam e, principalmente, englobando as características instituídas dessas organizações, que a problemática da participação ora estudada insere-se e delineia-se no contexto deste trabalho.

## 2. A institucionalidade das Organizações Não-Governamentais

A participação instituinte, ancorando a fundação da categoria de organizações denominada *ONGs*, cujos sentidos principais se expressam nas ideologias da *transformação social* e de serem essas organizações *portadoras legítimas das demandas e interesses da sociedade civil*, apresenta sua problemática uma vez inserida no âmbito institucional dessas organizações. Fala-se aqui de *âmbito institucional* das ONGs referindo-se às diferentes dimensões da institucionalidade que atravessam essas organizações e que concedem substância às contradições camufladas por essas duas ideologias. São três as dimensões da institucionalidade que serão aqui analisadas. A primeira se refere ao seu caráter legal, tal como regulamentada, mesmo que precariamente, pelo Estado por força de lei. A segunda alude ao que vai se construindo como uma fonte importante de legitimidade das ONGs referente ao reconhecimento fruto do financiamento por organizações nacionais e internacionais que encarnam instituições estatais e econômicas. A terceira, refere-se à institucionalidade das próprias ONGs como organizações, atravessadas pelas instituições estatais e econômicas, ao mesmo tempo em que perpetuam valores, normas de conduta com uma especificidade bastante própria, apresentando-se como organizações instituídas que apresentam suas próprias demandas no sentido de garantir sua sobrevivência e perpetuação.

## 2.1. Uma legitimidade instituída

Tendo a categoria de Organizações Não-Governamentais emergido da rede simbólica aqui apresentada, com a redemocratização, já na década de 1990, o termo ONG[37] teria se tornado, segundo Landim (1993a) sigla a ser disputada por "novos tipos de organizações" (LANDIM, 1993a). Apropriado por variadas organizações também caracterizadas por seu caráter não-governamental e sem fins lucrativos, cada vez mais voltadas à prestação de serviços sociais, o termo teria sido, segundo a autora, ressemantizado, criando uma nova identidade que abarca um conjunto de entidades mais amplas e diversificadas. Tendo ganhado visibilidade com a ECO-92 (que apresentara com força a causa ambiental), o termo ONG, simbolizando o "espaço de participação da sociedade civil organizada", estaria sendo utilizado como "conceito bastante fluido, permitindo nomear associações de fins diversos, identificadas também como não-governamental e sem fins lucrativos (SCHRER-WARREN, 1998, p. 161). A construção do que seria compreendido como ONG é, assim, segundo Landim (1993a), marcada por ambivalências, agentes diversificados, fronteiras ambíguas, com definições pouco claras e diferentes critérios de legitimidade. Nesse sentido, não apenas a identidade se transforma, mas os critérios de legitimidade dessa categoria de organizações originalmente vinculados à ideia destas estarem a serviço do *popular* e dos movimentos sociais, da participação como mobilização espontânea das bases, portadoras legítimas das demandas da sociedade civil, também se modificam, fortalecendo-se como discursos ideológicos cada vez mais descompassados em relação à realidade instituída dessas organizações.

Em meio à ênfase e valorização das instituições, a legitimidade passa a ser buscada por intermédio de instituições outras que reconhecem, de diferentes maneiras, certas entidades como ONGs, agregando a elas tudo o que esse reconhecimento significa, principalmente o acesso a recursos. Landim (1993a) descreve com clareza a complexa diversidade de critérios

[37] Referindo-se basicamente às mesmas origens, com enfoques diferenciados, alguns autores descrevem o surgimento do termo *ONG*. Segundo Gohn (1999), estando inicialmente associada à ONU, a nomenclatura referia-se a um conjunto de entidades que não representavam governos, mas cuja presença era significativa em várias partes do mundo. Em sentido semelhante, Schrer-Warren (1994) enfatiza que o termo teria sido importado por agências internacionais dos países desenvolvidos para denominar as organizações intermediárias nos países em desenvolvimento que seriam responsáveis pela implementação de projetos junto a organizações de base nesses países. O fato é que, surgida em vinculação com o contexto social, político e econômico dos países desenvolvidos, o termo teria sido resignificado uma vez imerso na conjuntura política e social específica da América Latina, mais especificamente no Brasil. Em contexto político autoritário, essas organizações encontram funções próprias, com processos próprios de desenvolvimento e com campos próprios de atuação (LANDIM, 1993a). Não bastando, a identidade das ONGs no Brasil vai sendo construída e reconstruída incessantemente, tentando dar conta das mudanças políticas, sociais e econômicas das quais fez e faz parte e com as quais se transforma (LANDIM, 2002).

de legitimidade e pertencimento à categoria que, ainda na década de 1990, iam se construindo imersos em relações institucionais, formando uma identidade ambígua em meio a um jogo relacional sujeito a manipulações. Relações que envolvem o Estado e a busca dessas organizações por sua institucionalização e regulamentação legal; as organizações financiadoras nacionais e internacionais cujo ato de financiar determinada organização supunha um reconhecimento desta como ONG; as próprias ONGs entre si, que se autodenominavam como tal e se reconheciam mutuamente; ou, ainda, os encontros e fóruns de organizações cujo convite implicava, necessariamente, reconhecimento do convidado como pertencente ao campo das ONGs; envolviam ainda organizações como a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), que passam a servir como instância legitimadora do caráter de ONG de seus associados (LANDIM, 1993a).

Estando a categoria das ONGs nessa época em formação e consolidação, num contexto social e político diferente daquele que lhe deu origem e sentido, a questão da legitimidade se apresenta fortemente. Por um lado, a legitimidade de organizações denominadas *não-governamentais* e *sem fim lucrativos* é buscada no campo simbólico, pelo seu ser genuíno que lhe legitime, pela sua proveniência legítima, como herdeira legítima: autêntica e genuinamente proveniente da participação transformadora, herdeira do *popular*. Mas não apenas, pois, em novo contexto, novas organizações não necessariamente vinculadas originalmente ao fenômeno participativo instituinte requerem o nome e apropriam-se dos sentidos que deram origem à categoria, enfrentando, no entanto, uma luta pelo reconhecimento e pela inserção nessa categoria, buscando para isso outras fontes de legitimidade num universo cada vez mais institucionalizado.

Vale notar que a própria concepção do que é ser *legítimo*, suposta nesta busca pela legitimidade, aponta para alguns aspectos interessantes do campo. Segundo o dicionário (MICHAELIS, 2000), a legitimidade pressupõe uma qualidade de legítimo, também possivelmente advinda do campo simbólico, mas que encontra seu principal sentido junto àquele de legalidade, *como efeito de lei*. Em contexto democrático, com algumas das transformações reivindicadas já instituídas, o Estado se apresenta como fonte significativa de legitimidade ao inserir essa categoria de organizações – cuja origem era legitimada simbolicamente pelo compromisso com a transformação e com o *popular* –, na legalidade. A legitimidade conferida pela lei a organizações que encontram sua legitimidade simbólica de origem, existência e perpetuação em sentidos de subversão, transformação e exterioridade às instituições estabelecidas apresenta um paradoxo curioso.

O papel do Estado como instituidor *mor* por meio de força de lei pode ser pensado

segundo o prisma psicossociológico exposto por Lapassade (1983), trazendo alguns elementos pertinentes para uma reflexão sobre as relações entre Estado, ONGs, participação instituinte e a possibilidade de transformação. Partindo da concepção de que os grupos, as organizações e as instituições correspondem a três níveis do sistema social, Lapassade (1983) considera que os dois primeiros seriam determinados pelo terceiro, ou seja, pelas instituições que, por sua vez, são determinadas pelo Estado. O grupo seria o nível da base, o da vida cotidiana, onde a instituição se expressaria por meio das normas que regem as relações no grupo, por exemplo, de horários, ritmos, normas, sistemas de controle e de poder, etc. As instituições determinariam não apenas as relações nos grupos, na base da sociedade, como também se expressariam *no grupo dos grupos*, que seriam as organizações. Este segundo nível social, a organização tida como "coletividade instituída com vistas a objetivos definidos" (LAPASSADE, 1983, p. 296), é o lugar dos aparelhos, da transmissão de ordens, da organização burocrática que faria a intermediação entre os grupos do nível de base e o Estado. Segundo esta concepção, pode-se considerar que as ONGs, como organizações instituídas na sociedade, passam a exercer esse papel intermediador, transmitindo aos grupos de base as regras e normas das instituições que as atravessam e as determinam. Instituições estas que comporiam, segundo Lapassade (1983), o terceiro nível social, referente aos níveis jurídicos e políticos, sendo instituídas pelo Estado que lhes confere força de lei, mantendo-se sob seu domínio.

Por um lado, as ONGs são instituídas pelo Estado, compreendendo-se aí instituição, junto como Lapassade (1983), como ato, no sentido de instituir, "fazendo ingressar na cultura". Por outro lado, ainda com Lapassade (1983, p. 287), pode-se compreender instituição como "um sistema de normas que estruturam um grupo social, regulam a sua vida e o seu funcionamento". A partir dessa perspectiva, tem-se que a instituição dessas organizações pelo Estado não significaria apenas inseri-las na legalidade, mas há tanto o sentido de inseri-las na cultura, possibilitando a estabilidade e perpetuação de sua existência; como o sentido de um submetimento dessas ao domínio de um conjunto de regras e normas impostas, pelo Estado e pelas instituições sob seu domínio, que as determinam e estruturam. Como é de se supor, não estaria nem na instituição em si mesma, nem na organização instituída, que se pretende perpetuar como tal na cultura, a possibilidade de transformação, mas sim, nos grupos que insurgem em paralelo às regras e normas por elas estabelecidas.

A possibilidade de transformação, segundo a concepção de Lapassade (1983), não está nos grupos, organizações e instituições regidas pelo domínio do Estado, mas nos grupos informais surgidos espontaneamente às margens da organização oficial, formando relações

semiclandestinas, oposicionistas, como uma "lei bem conhecida na dinâmica das organizações". Ou seja, a possibilidade de transformação estaria às margens do sistema vigente. Para esse autor, os períodos revolucionários seriam aqueles em que a cúpula do Estado deixa de determinar as relações sociais, sendo caracterizados pela soberania coletiva, associações e o fim do Estado e do domínio central, instituindo, de maneira coletiva, novas formas de vida social e de regulação. Sem deixar de considerar a grande diferença entre o que seria um período revolucionário ideal citado por Lapassade (1983) e a realidade do contexto brasileiro dos anos 1970 e 1980 do qual emergiram as ONGs, pode-se observar, no entanto, uma semelhança relativa à descrição de um fenômeno social caracterizado pela movimentação de grupos informais surgida às margens das instituições vigentes no sentido de transformá-las.

Lapassade (1983) ressalta que após uma revolução levada a cabo por grupos informais, instituindo-se a transformação anunciada pela revolução, a sociedade se organiza novamente, as novas instituições conquistadas tendem, assim como as precedentes, a se tornar autônomas e dominantes, a serviço das novas classes dominantes e os homens deixam de participar das decisões essenciais. A relação dialética entre instituído e instituinte aí se expressa: o instituinte tende a ser instituído para ser suplantado por um novo movimento instituinte que pretende realizar seu destino, mesmo que negado, de se tornar instituição.

A alternativa a esse ciclo proposta por Lapassade (1983) é a autogestão compreendida como a participação direta de todos nas decisões, abrindo a possibilidade da espontaneidade criadora dos conjuntos sociais, possibilitando um construir-se permanente da sociedade, evitando a fixação em instituições cristalizadas e separadas do ato de instituir. Lapassade (1983, p. 62) propõe, assim, a autogestão da sociedade em seu conjunto, substituindo o Estado por uma "auto-regulação não burocrática das relações entre os grupos e as organizações que constituem uma sociedade", caracterizando uma revolução permanente. A autogestão, na concepção de Lapassade, expressaria a capacidade instituinte dos grupos, estando nela o contraponto da cristalização do instituído (GUIRADO, 2004).

Uma vez deparando-se com essas considerações idealizadas de Lapassade (1983) sobre os meios possíveis de sustentar uma revolução permanente por meio da autogestão da sociedade pelos grupos, evitando a cristalização no instituído por um Estado centralizado, torna-se inevitável lembrar o papel atribuído às ONGs em sua origem, contrapondo-o à sua realidade atual. Além de serem vistas, tal como afirma Gohn (2003), como um novo espaço organizativo da sociedade civil, sendo mais espontânea e menos burocratizada, enfatizando-se incialmente, segundo Ruben Fernandes (1994), seu tamanho pequeno para que "a

complexidade burocrática pesasse menos", podendo assim falar por si mesmas; as ONGs chegaram a ser vistas como meios possíveis de autogestão da sociedade. Nesse sentido, Carvalho N. (1995) afirma que as ONGs teriam nascido como forma de autogovernabilidade da sociedade civil frente à falta de governabilidade do Estado e de resposta às demandas da população, como alternativas às políticas burocráticas estatais. Colocando-se como antiburocráticas, "as ONGs se caracterizam pela negação, por serem anti-governo, anti-burocracia, anti-lucro" (CARVALHO, 1995, p. 23). Os sentidos de autogoverno não são idênticos aqui ao de Lapassade (1983), mas há uma ideia agregada à existência das ONGs que as compreendem como grupos informais, com uma organização interna própria e às margens do sistema, pouco burocráticos e como meios possíveis de manter um movimento instituinte em andamento segundo uma autoregulação da sociedade em detrimento do controle e do domínio do Estado. Um sentido de origem que novamente se contrasta com a realidade atual instituída dessas organizações.

Uma vez instituídas, regulamentadas em termos jurídicos e políticos, as organizações estão diretamente atravessadas pelo poder do Estado. As ONGs nascidas como subversivas às instituições dominantes, ao governo autoritário e, em parte, à própria ideia de Estado (apresentando-se também como meio de autogestão da sociedade propondo o fim do Estado), uma vez em contexto democrático, inserem-se na legalidade. A existência e perpetuação dessas organizações na sociedade, no entanto, não são buscadas apenas na legitimidade concedida pelo Estado democrático que as abriga em sua legalidade, regulamentando-as, mas passam também a ser legitimadas e garantidas por meio do financiamento do governo, de empresas e de outras organizações da sociedade civil nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo em que se sustentam e se organizam em torno das ideologias da *transformação social* e de ser a *sociedade civil* sua *vocação natural*, construídas a partir dos sentidos de uma participação instituinte originária, as ONGs encontram paradoxalmente sua possibilidade de sobrevivência atrelada às instituições estatais e econômicas frente às quais se constituíram por definição em negação e em contraposição, inserindo-se hoje num jogo de demandas em que aquelas supostamente provenientes da sociedade civil se tornam apenas uma parcela.

Com papel intermediador, tal como atribuído às organizações por Lapassade (1983), as ONGs transmitem aos grupos de base as normas e as regras das instituições que as atravessam e as determinam. Não apenas reguladas pela legalidade do Estado, portanto, estão atravessadas por instituições econômicas e estatais (nacionais e internacionais) que lhes concedem recursos garantidores de sua sobrevivência e seladores de uma relação de dependência. Como organizações instituídas, suas características se contrastam com aquelas

dos movimentos que lhes deram origem, articulando-se fortemente em torno da questão dos recursos de que necessitam para se manterem. Gohn (2003, p. 49), aborda essas diferenças ao tecer uma distinção entre organização e movimento:

> as organizações são institucionalizadas, os movimentos não. Elas podem ter sistemas de relações internas informais, pouco burocratizadas, mas precisam ser, no mínimo, eficientes. Elas têm de se preocupar com a perenidade para sobreviver, e ter um cotidiano contínuo. Os movimentos não; eles têm fluxos e refluxos, não são exatamente estruturas funcionais. São aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuos, pouco adensados, não necessitam compromisso com a eficácia operacional, a não ser algum tipo de resultado para suas bases. Eles não têm de fazer balancetes, prestar contas ou pagar funcionários. As ONGs têm tudo isso no seu cotidiano; seus orçamentos ocupam a maior parte do tempo dos dirigentes.

Os recursos, como é sabido, tornam-se parte fundamental à estabilidade e manutenção das ONGs. Diferentemente do trabalho informal de militantes característico dos movimentos sociais, identificados em torno de uma causa que se coloca às margens do sistema diante do qual se contrapõem, agora as ONGs oferecem um meio de vida, apresentando uma opção profissional. Como falava Landim em 1993, no processo de "invenção das ONGs", ou seja, da passagem de seu caráter de apoio aos movimentos à sua institucionalização e formação como categoria social, há a passagem de um "serviço invisível" articulado aos movimentos sociais para uma "profissão sem nome". Apesar de ainda abrigar a militância, uma vez dentro das ONGs ela se transforma e o trabalho se profissionaliza e especifica. Desde a década de 1990, muito se transformou e se complexificou tanto em relação à heterogeneidade das ONGs quanto ao mercado de trabalho cada vez mais extenso que estas oferecem[38].

O fato é que, dada a característica peculiar dessas organizações que não são nem governo e nem produtoras de bens e serviços que encontram no consumidor o próprio pagador e visam o lucro, as ONGs necessitam encontrar algum pagador, um terceiro nessa relação com a população, para poder levar a cabo sua "missão" de atender à demanda atribuída ao seu "público-alvo" ou a causas que representam determinado segmento da sociedade civil, tendo como horizonte a *transformação social*. No caso do Brasil, o suporte financeiro destas organizações advindo da somatória de doações individual da população é muito pequena em comparação aos países como os EUA, em que este número é expressivo (COELHO, 2005). A fonte de recursos primordiais das ONGs no Brasil provém do governo,

[38] Chega-se a denominar, mais recentemente, como *ongueiros* os profissionais que trabalham em ONG, delineando-se uma ideia de carreira e de profissionalização, tomando de empréstimo lógicas empresariais numa mescla com ideologias que caracterizam o próprio campo das ONGs. O artigo *Ongueiros sim mas profissionais*, publicado no Jornal do Brasil em 2002 expressa com clareza essa mescla.

das empresas e das organizações internacionais (tendo estas organizações internacionais suas fontes, por sua vez, fundamentalmente governamentais e direta ou indiretamente empresariais), constituindo todas uma rede complexa de valores e interesses em jogo. Se em sua origem as delimitações eram relativamente claras em relação ao Estado e ao Mercado, expressando uma oposição fundante às lógicas governamental e lucrativa de um e outro, estas barreiras, registradas no próprio significado do termo ONG, tornam-se cada vez mais difusas.

Nessas circunstâncias, segundo Montaño (2007), as ONGs, que viriam no sentido de substituir os movimentos despolitizando as lutas sociais, ao estabelecerem parcerias articulando-se com o capital e com o Estado, não mais respondem às necessidades da população, mas das condições de financiamento das entidades financiadoras. Perde-se, assim, a autonomia antes atribuída aos movimentos. Agora como ONGs, a autonomia é substituída pela dependência do "financiamento estatal, empresarial ou das fundações internacionais, *a perspectiva de luta e confronto*, trocadas pela 'parceria' e 'acordo' entre classes, a *procedência popular das demandas*, passando agora a ser definidas pelas áreas de interesse ou de ação das entidades financeiras ou pelo Estado" (MONTAÑO, 2007, p. 149, grifo do autor). Há uma exaltação da parceria e da negociação, o que encobriria, segundo Montaño (2007), conflitos fundamentais na sociedade, tendendo a homogeneizar os diversos e antagônicos interesses em jogo.

Não apenas sustentam relações harmônicas com os financiadores, deixando-se de lado as diferenças e a realidade de dependência que essa relação necessariamente supõe, mas para alcançar sucesso na obtenção de recursos as ONGs, inevitavelmente, absorvem as lógicas das instituições financiadoras que passam a atravessar não apenas sua autonomia, mas sua forma de atuação. Há a lógica governamental, os meios de estabelecimento de parcerias, os impactos no funcionamento das ONGs e de seus projetos em função da alternância dos governos, de seus programas e interesses temporários. Há a lógica das organizações internacionais, com seus interesses diversos e seus valores, ideais e concepções sobre a humanidade transmitidos como universais, apesar de sua origem cultural com nacionalidades definidas provenientes de regiões específicas do Hemisfério Norte. Há, ainda, a lógica empresarial que atravessa com ainda maior evidência a atuação e o funcionamento das ONGs. Quiroga (apud LANDIM, p. 35) aponta a existência do que denomina "ONGs de última geração":

> Por múltiplas formas (exigências de financiamento, exigências de avaliação, por concorrência entre organizações, ou por incentivos de concursos e premiações), as entidades de atuação no campo social são compelidas a adotar critérios, metodologias e formas organizacionais nas quais predominam um padrão ou estilo empresarial de ação. Isto vai se refletir na

> modificação não apenas no quadro de pessoal envolvido como na metamorfose dos objetos e 'missões' das organizações e nas formas de gestão de seus programas sociais. Assim, a introdução de novos cargos (gestores, captadores de recursos, gerentes financeiros e de recursos humanos etc.) e estratégias de ação (auditorias, busca de selos de qualidade, concorrências etc.) passam a integrar o universo das organizações de atuação da esfera social.

Segundo Landim (2002), esta realidade descrita por Quiroga não se refere apenas às ONGs novas, mas às antigas também. Além de tomarem de empréstimo do mundo empresarial diversos jargões e formas de funcionamento, as próprias ONGs se inserem na lógica do mercado e da competição por recursos, tendo que, de diferentes maneiras e em diferentes graus, responder às demandas dos financiadores para terem sucesso na obtenção dos recursos.

Torna-se evidente um jogo de demandas que extrapola aquelas que poderiam ser atribuídas à *sociedade civil.* As ONGs passam, em sua busca por recursos, a responderem de diferentes maneiras, direta ou indiretamente, a demandas e interesses do governo, das empresas e das organizações internacionais. Demandas que, de uma maneira ou de outra, devem ser atendidas ou consideradas, tendo em vista a garantia de sobrevivência financeira das ONGs como organizações instituídas na sociedade. Evidencia-se também o atravessamento das instituições governamentais e empresariais, com suas lógicas próprias, valores, regras e normas de conduta, compondo-se um enquadre organizacional peculiar, que organiza o funcionamento das ONGs e as relações que nela se dão, bem como regula direta ou indiretamente seu fazer e as relações que estabelece com a população. Há, no entanto, uma outra dimensão fundamental da institucionalidade atual das ONGs relativa à sua própria instituição na cultura e na sociedade e à sua peculiaridade como categoria de organizações com protagonismo social e político. Apesar do atravessamento de instituições econômicas e políticas (entre outras instituições, como as religiosas), as ONGs apresentam e perpetuam seus valores e ideias, mesmo que mesclados com aqueles que as atravessam, regendo formas de relação social e buscando inserir-se na permanência. Colocam no jogo das demandas e interesses, como regente das demais, as suas próprias, frutos de seu ser instituído na cultura, pretendente da perenidade.

## 2.2. As ONGs instituídas na cultura

Atravessadas pelas instituições políticas e econômicas (com suas normas, regras e valores), criando relações de dependência econômica e de sobrevivência com instituições frente às quais os sentidos míticos instituintes, que concedem subsídios ao discurso ideológico de *transformação social* e de identidade com as *demandas da sociedade civil*, contrapõem-se a problemática da participação no âmbito institucional das ONGs se delineia. Como organizações consolidadas, elas tendem a lutar pela própria sobrevivência, inserindo suas próprias necessidades no jogo de demandas às quais suas práticas respondem, desde aquelas provenientes dos diferentes financiadores, até aquelas da *sociedade civil* referentes às quais legitimam ideologicamente todas as suas ações. Ao mesmo tempo, inserindo-se na institucionalidade das instituições políticas e econômicas dominantes, sendo delas dependente sua sobrevivência, tornam seu potencial efetivo de agentes de transformação – no sentido originalmente instituinte do termo – uma indagação pertinente.

Seria pouco processual, no entanto, desconsiderar que as ONGs, dada sua peculiaridade como categoria organizacional e o seu protagonismo no campo social e político não transmitem valores, perpetuando sua própria rede simbólica mesclada pelos valores das instituições que as atravessam, sustentando ideologias e influindo na maneira como as pessoas de relacionam na sociedade. Bernard Hours (1998), ao elaborar uma crítica à ideologia humanitária carregada e discursada pelas ONGs, especialmente as provenientes dos países desenvolvidos, considera o papel destas como atores ideológicos e políticos, produzindo e transportando representações ideológicas sobre a humanidade e sobre os outros. Trazendo essa ideia para o contexto brasileiro, pode-se observar que não apenas as ideologias da *transformação social* e de uma identidade com as *demandas e interesses da sociedade civil* fazem-se presentes no campo das ONGs, cumprindo uma função unificadora para o próprio campo, mas também que essas organizações transmitem para a sociedade valores e ideais como o de *solidariedade*, *voluntariado*, *fazer o bem*, *participação*, etc.

Ao mesmo tempo em que as ONGs transmitem suas representações sobre a sociedade, estas vão sendo transformadas em meio aos atravessamentos das instituições financiadoras, sendo apropriadas pelos governos e pelas empresas e retransmitidas já recicladas ao campo social. Um exemplo pertinente desses mútuos atravessamentos é a ideologia da solidariedade, tal como descrita por Demo (2002). Esse autor, tecendo uma crítica ao apelo da solidariedade por parte do governo e das empresas, considera que o discurso da solidariedade esconde como ideologia efeitos de poder, mantendo subalternidades imperceptíveis. Aqueles que detêm o

poder ditam, *de cima*, regras de relacionamento solidário, mantendo domesticados os *de baixo*, ou seja, a população marginalizada.

> O cúmulo desse efeito é esperar que o excluído seja solidário com os agentes de exclusão […]. A solidariedade precisa, dialeticamente, compor-se com a noção de confronto que o excluído precisa elaborar e praticar, sem que isso necessariamente desande em violência física, mas inclui, sempre, pelo menos a violência da práxis alternativa. (DEMO, 1993, p. 12-13)

Independentemente de sua origem, se surgido do campo social e apropriado pelo governo e empresas ou se construído por estes últimos, pode-se observar, extrapolando as colocações de Demo (2002), que o discurso ideológico da solidariedade, apresentado pelo autor como conveniente à manutenção dos sistemas de poder instituídos, uma vez apropriado pelo governo e pelas empresas, é retransmitido pelas Organizações Não-Governamentais à própria sociedade, *como se* a solidariedade fosse conveniente a esta última, *como se* fruto de uma demanda da própria sociedade civil por relações mais solidárias. Nesta mesma via de duas mãos, entre as ONGs e as instituições que as atravessam, traçam seus caminhos, por exemplo, o apelo ao voluntariado e à participação.

Do ponto de vista de Montaño (2007), a exaltação e chamada à participação da população, por meio das ONGs, em torno do controle social, ampliando e desenvolvendo, também supostamente, a democracia e a participação cidadã na esfera pública, encobriria uma "função ideológica, mistificadora e encobridora do real" que tanto facilitaria a aceitação da política neoliberal, como permitiria a aceitação, de bom grado, da isenção do Estado no trato com as questões sociais, transferindo a sua responsabilidade na resposta a essas questões à sociedade civil. Segundo esse autor, essa transferência e consequente autorresponsabilização da população na resposta às sequelas das questões sociais é marcada por esses discursos, entre outros, do voluntariado, da solidariedade e da participação. Segundo tal perspectiva, esses discursos transmitidos e sustentados pelas ONGs *como se* de interesse da sociedade civil, encobrem, com seu caráter ideológico, uma motivação de interesses e demandas provenientes de outras bandas, aquelas referentes ao governo e ao mercado.

Tais exemplos bem demonstram o jogo de demandas e a diluição de barreiras entre Estado, mercado e sociedade civil, tal como supõe a ideia cada vez mais difundida de um Terceiro Setor, apresentando discursos e representações que circulam entre contextos marcados por lógicas distintas, reforçando o caráter ideológico desses discursos, possibilitando o emprego destes com fins diversos e concedendo sentido a práticas bastante heterogêneas e até antagônicas. Como organizações instituídas na cultura, as ONGs

transmitem discursos com representações da sociedade atual e futura que justificam e legitimam suas práticas, discursos estes imersos num emaranhado de relações complexas com as diversas instituições e organizações com as quais se relacionam e das quais dependem. A participação, tal como inserida neste âmbito institucional das ONGs aqui delineado, mergulha nesse emaranhado, podendo ser utilizada como discurso uníssono, construído e legitimado por sua origem popular e transformadora, para fins e práticas diversas, respondendo a demandas e interesses diversos.

A problemática da participação no âmbito institucional das ONGs se caracteriza, portanto, pela expressão desse paradoxo entre os sentidos de fundação dessas organizações, em sua peculiar história na sociedade brasileira, fundada e legitimada por uma participação instituinte (popular, espontânea e transformadora), insurgida em contraposição ao enquadre institucional vigente; e sua realidade presente que se sustenta e se legitima por meio de ideologias construídas com os sentidos do passado, ao mesmo tempo em que se caracteriza por existir como organização definida por um enquadre complexo, atravessado e determinado pelas instituições legisladoras e financiadoras frente às quais o nome *ONG* ainda sustenta uma negação constitutiva.

O que se torna evidente é que a participação, representada, mediada, fomentada ou articulada pelas ONGs na atualidade está inserida e amarrada pela institucionalidade que hoje caracteriza essas organizações. Uma participação que, apesar de encontrar seu sentido legitimador originário em seu ser popular e transformador, abriga em seu emprego ideológico fazeres diversos, articulados e mesclados com interesses e demandas do governo e do mercado junto àqueles provenientes das próprias ONGs como organizações instituídas na cultura. As próprias organizações constroem, imersas nesses atravessamentos institucionais, vinculadas à narrativa mítica de construção da categoria *ONG* e às suas histórias particulares de constituição e legitimidade, suas próprias concepções de participação. Concepções cujas representações subjacentes vão se deslocando em função dos paradoxos e contradições por elas enfrentados em seu fazer cotidiano, um fazer que contrasta ideologia com realidade. Esses movimentos e as saídas encontradas pelos sujeitos das organizações diante dos paradoxos e contradições que enfrentam em suas práticas cotidianas serão explorados por meio de entrevistas realizadas com gestores de ONGs analisadas no quarto capítulo deste trabalho.

Contudo, as ONGs se caracterizam por uma participação hoje instituída de maneira particular, pois, sustentada e legitimada ideologicamente por seus sentidos instituintes originários. Diferentemente de uma participação fruto da reconquista da democratização e dos

direitos políticos, claramente instituída, com enquadre bem definido que estabelece regras e normas para a participação dos indivíduos, ou dos grupos, dentro de um sistema democrático representativo, a participação associada às ONGs ganha contornos mais difusos. Anuncia-se ideologicamente como autônoma, transformadora e popular, mas está inserida nesse enquadre institucional complexo, levantando questões sobre seu papel como agentes efetivos de transformação. É nesse sentido que a dialética entre instituído e instituinte, fundamental aos processos sociais, expressa-se como paradoxo no âmbito institucional das ONGs: são organizações instituídas, amarradas pela própria institucionalidade e por aquela das instituições dominantes das quais dependem, ao mesmo tempo em que se apresentam paradoxalmente como agentes instituintes, transformadores da realidade social. Essa relação entre instituído e instituinte que caracteriza a problemática da participação no âmbito institucional das ONGs, envolvendo grupos, organizações e instituições, pode ser abordada não apenas como parte de um processo social que caracteriza a história da sociedade, mas como um processo que se articula com uma dimensão psíquica, trazendo à cena o sujeito na compreensão dessa dialética caracterizadora dos fenômenos denominados *participação*, em sua relação constitutiva e constituinte com os grupos, organizações e instituições.

## 3. Instituições como formações sociais, culturais e psíquicas

As instituições são formações sociais e culturais da sociedade, instituída pelos homens, opõem-se ao que é estabelecido pela natureza, fruindo de uma lógica própria (KAËS, 1991). Nas palavras de Kaës (1991, p. 25), a instituição na perspectiva social e cultural é "o conjunto das formas e das estruturas sociais instituídas pela lei e pelo costume: a instituição regula as nossas relações, preexiste e se impõe a nós; ela se inscreve na permanência".

Numa dada perspectiva, portanto, as instituições regulam nossas relações sociais, são vivenciadas como se exteriores a nós por nos antecederem e tenderem a se manter no tempo, para além de nós. Existem, no entanto, variadas concepções teóricas e abordagens acerca das instituições e dos processos que as caracterizam, havendo a ênfase de algumas abordagens na relação dialética entre instituinte e instituído. Castoriadis (1982) é um pensador fundamental à noção de instituinte, desenvolvendo uma concepção de instituição e alienação, considerando que a segunda se refere à autonomização das instituições em relação à sociedade que não mais as reconhece como seus próprios produtos, à maneira do imaginário.

As instituições, segundo argumenta Castoriadis (1982), não poderiam ser compreendidas simplesmente por meio da função econômico-social que exercem para o

conjunto social. De fato as instituições asseguram a sobrevivência da sociedade, mas não se limitam à satisfação das necessidades funcionais desta. As instituições se constituem e existem no simbólico, estabelecendo um sistema simbólico sancionado que liga símbolos a significados, ligação esta que se torna mais ou menos forçosa para a sociedade, organização ou grupo. Não considera, no entanto, que o simbolismo institucional determina completamente o conteúdo da vida social, havendo uma natureza imaginária presente na produção e operação de símbolos, sendo esta a fonte das instituições e a chave de compreensão da alienação e da autonomização que as caracterizam.

Segundo Castoriadis (1982, p. 154), ao simbólico subsiste um componente essencial e decisivo referente ao imaginário presente em todo símbolo e em todo simbolismo. O simbolismo pressupõe, segundo o autor, uma capacidade imaginária de "ver em alguma coisa o que ela não é, vê-la diferente do que é", estando esta subjacente, portanto, à produção simbólica. A sociedade se institui, instituindo um mundo de significações que encontram sua origem no imaginário, materializa-se neste universo de significações a partir do qual os indivíduos e as coisas do mundo podem existir. O que unifica a sociedade, na perspectiva de Castoriadis (1982), é a unidade deste universo de significações imaginárias, existindo-lhe apenas aquilo que se encontra nele referido.

Esse imaginário se entrecruza com o simbólico, expressando-se por meio dele e possibilitando a reunião da sociedade em torno do mundo de significações instituídas, ao mesmo tempo em que se entrecruza com o econômico-funcional, permitindo a sobrevivência da sociedade. Na palavras do autor,

> A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário. A alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário na instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade. Esta autonomização da instituição exprime-se e encarna-se na materialidade da vida social, mas supõe sempre também que a sociedade vive suas relações com suas instituições à maneira do imaginário, ou seja, não reconhece no imaginário das instituições seu próprio produto. (CASTORIADIS, 1982, p. 159-160)

A alienação e a autonomização das instituições referem-se à separação do homem de seu ato de instituir, vivendo a sociedade e suas significações como exteriores a ela e a ele próprio, não reconhecendo nas instituições da sociedade seu próprio imaginário e sua capacidade imaginária de criar as significações que a instituíram. Não reconhecendo o ser da sociedade como autoinstituição, a alienação se manifesta na representação social de uma

origem outra da sociedade, exterior a ela própria, que afasta o homem do ato de instituí-la.

A sociedade instituinte, segundo Castoriadis (1982) seria aquela de criação de significações imaginárias sociais e da instituição compreendida como a presentificação dessas significações e dessas significações como sendo instituídas:

> A instauração de uma sociedade que se sabe e se faz auto-instituinte explicitamente implica na destruição radical da instituição conhecida da sociedade até seus recônditos mais insuspeitados, que só pode ser como posição/criação não somente de novas instituições, mas de um novo modo do instituir-se e de uma nova relação da sociedade e dos homens com a instituição. A autotransformação da sociedade diz respeito ao fazer social dos homens na sociedade e nada mais. (CASTORIADIS, 1982, p. 418)

Pode-se considerar que o instituinte, nesse sentido, seria o reconhecimento da capacidade imaginária de criar novas significações, possibilitando a transformação das instituições, articulando-se a sociedade a partir de uma representação de si mesma como autoinstituída. Esse imaginário social como ator e motor da história, tal como compreendido por Castoriadis, apresenta, segundo Kaës (1991, p. 26) um "caráter fundamentalmente 'bífido', social e individual".

Trazendo também à cena a reapropriação do ato de instituir-se, Lapassade (1983), como visto, traz um olhar processual para as instituições ao abordá-la por meio da dialética entre instituinte e instituído. Discutindo a instituição em sua relação de interdependência com o grupo e com a organização, Lapassade (1983) compreende estar nos grupos informais, surgidos em oposição e às margens das organizações, a possibilidade de transformação. Esses grupos informais, não regidos pelas regras e normas das instituições e das organizações que as transmitem, seriam o embrião da autogestão considerada como meio possível de manutenção da capacidade instituinte da sociedade, possibilitando sua construção permanente, ao invés de fixar-se em instituições cristalizadas e separadas do ato de instituir. A apropriação ou reapropriação do ato de instituir, portanto, que seria tornada permanente pela autogestão da sociedade, eliminaria o poder centralizado do Estado e permitiria à sociedade um refazer-se autônomo permanente. Pode-se questionar, a partir dessa concepção de Lapassade, se não haveria uma tendência de institucionalização da própria autogestão, estando também esta sujeita aos processos institucionais que se caracterizam por essa dialética entre instituído e instituinte.

Podem-se obter subsídios pertinentes à compreensão dessa dialética *instituído* versus *instituinte* trazendo o sujeito à cena nos grupos e nas instituições. Um autor considerado fundamental para o desenvolvimento de todo um pensamento sobre o sujeito em sua relação

fundante e estruturante com os grupos e as instituições foi psicanalista o argentino José Bleger (1922-1972). Debruçando-se sobre a análise do enquadre psicanalítico, compreendido como as variáveis fixadas da relação analítica em cujo bojo se dão os processos psíquicos estudados pela psicanálise, Bleger (1977) lança premissas para se pensar a função psíquica da instituição de normas e regras que regulam as relações sociais mais amplas. Joga, assim, alguma luz sobre essa tendência à cristalização do instituído a partir da função que este exerce para o sujeito que se organiza e se estrutura em termos psíquicos em função desse enquadre.

Originado do contexto clínico psicanalítico[39], compreendido como um "'não-processo', constituído pelas constantes, pelos marcos em cujo interior se desenvolve o processo" (BLEGER, 1977, p. 311), o conceito de enquadre é apresentado pelo autor como sendo equivalente ao de instituição. Para Bleger, instituição seria

> uma relação que se prolonga durante anos, com a manutenção de um conjunto de normas e atitudes. […] O enquadramento [enquadre] é, portanto, uma instituição, dentro de cujos parâmetros ou no bojo do qual ocorrem fenômenos a que denomina comportamentos. (BLEGER, 1977, p. 312-313)

O enquadre, assim como as instituições, mantêm-se ou tende a ser mantido como invariável, não é lavado em conta, não é percebido, fazendo-se ver apenas quando falha, quando se rompe, exprimindo não apenas a função de regulação que cumpre ao conjunto, mas a função psíquica que cumpre os sujeitos.

Existe a parte consciente do enquadre, aquela acordada e aceita entre as partes, mas existe uma parte inconsciente deste, referida à função que cumpre ao sujeito ao mesmo tempo de estruturação psíquica e de receptáculo do indiferenciado. Para Bleger (1977), o enquadre, com suas regras e normas, é o depositário dos estratos mais indiscriminados, simbióticos e psicóticos da personalidade dos sujeitos, servindo de sustentação à possibilidade de discriminação e de interação com outros sujeitos.

Segundo a concepção de Bleger (1977) sobre os grupos, qualquer conjunto intersubjetivo está assentado num tipo de vinculação a que denomina de sociabilidade sincrética: um fundo comum, caracterizado por ser uma não-relação devido ao seu caráter indiscriminado e indiferenciado. O autor considera, portanto, que o vínculo sincrético ou simbiótico, característico deste fundo comum, indiscriminado e mantido desconhecido aos

---

[39] Do ponto de vista de Bleger (1977), a situação analítica inclui não apenas os fenômenos envolvidos na relação terapêutica dual, constituindo um processo, mas o próprio enquadre dentro da qual essa relação se dá. Haveria, portanto, uma significação metodológica do enquadre no processo analítico, sendo sua análise considerada por Bleger (1977) fundamental para a compreensão dos fenômenos que ali se dão, inclusive aqueles que se relacionam com o próprio enquadre e a função que este exerce para o sujeito psíquico.

sujeitos, é o vínculo mais forte que une o grupo, assentando-se sobre ele a possibilidade de interação.

A discriminação entre os indivíduos, a possibilidade de interação e de organização supõe, segundo Bleger (1991) a imobilização desse conteúdo indiscriminado nesse fundo comum que sustenta e mantém vinculados os sujeitos entre si. O enquadre, nesse sentido, seria o depositário desse conteúdo sincrético, mantendo clivado esse estrato sincrético ou psicótico daquele estrato discriminado e integrado da personalidade do sujeito, possibilitando a interação. A possibilidade de interação entre os indivíduos, portanto, está assentada sobre este fundo comum indiscriminado depositado no enquadre. Segundo essa concepção, as instituições, com suas convenções de regras e normas, regem nossos comportamentos sociais mas, principalmente, nos estruturam em termos psíquicos.

É neste sentido que Bleger (1977, p. 313) compreende ser a instituição uma parte da personalidade do indivíduo, sendo sua identidade sempre parcial ou totalmente grupal ou institucional: "pelo menos uma parte da identidade é sempre configurada pela pertinência a um grupo, uma instituição, uma ideologia, um partido, etc". O sujeito se desenvolve e se discrimina a partir de um fundo indiscriminado comum, nesse sentido, segundo Guirado (2004, p. 42), a identidade na concepção de Bleger "não será jamais um corte absoluto de individuação. Será sempre uma individuação possível sobre um fundo de indiferenciação".

Pode-se dizer que a compreensão de Bleger apresenta o sujeito em sua relação inextrincável com o grupo, sendo *o sujeito antes de tudo grupo*, desenvolvendo-se como sujeito diferenciado a partir de um fundo comum. A instituição, portanto, cumpre uma função não apenas de regulamentação das relações sociais, mas uma função psíquica, apresentando processos que não dizem respeito apenas ao conjunto e à sua organização, mas dizem respeito aos sujeitos que a constituem a partir da qual se organizam em termos psíquicos. As organizações e as instituições com suas regras garantem a clivagem de ambos estratos da personalidade, possibilitando a organização do conjunto mas, também, do sujeito psíquico. Nas palavras de Bleger (1991, p. 64), "podemos nos comportar como indivíduos em interação à medida que *participamos* de uma convenção de regras e de normas que são mudas, mas que estão presentes e graças às quais podemos então desenvolver outras regras de comportamento".

As crises mais profundas vivenciadas por um conjunto intersubjetivo, segundo Bleger (1991), seriam devidas à ruptura desta clivagem entre o estrato sincrético, sobre o qual o grupo se assenta, e aquele discriminado, que possibilita a individuação e a interação, vindo à tona os níveis sincréticos das personalidades, ameaçando os sujeitos a imergirem neste fundo

comum homogêneo e sincrético, o que implicaria a dissolução da identidade estruturada e integrada. A ruptura da clivagem se relaciona diretamente com a quebra ou mudança do enquadre e suas constantes, enquadre esse depositário do indiferenciado e mantenedor da clivagem. Nesse sentido, a manutenção e o fortalecimento dessa clivagem, expressos na manutenção e no fortalecimento do enquadre, implicam a busca cada vez maior da organização da interação de uma maneira cada vez mais fixa e estável. A fixidez e a estereotipia da organização, portanto, baseiam-se no estabelecimento do controle sobre a clivagem entre esses dois níveis, de tal forma que a sociabilidade sincrética torna-se imóvel (BLEGER, 1991). Será neste sentido que Bleger (1991) compreenderá a tendência do conjunto institucional a manter-se, resistir à mudança e a burocratizar-se, no sentido de cristalizar e manter clivado este estrato sincrético da personalidade dos sujeitos que são depositados nas regras e normas da instituição denominadas de enquadre.

Todos os grupos são instituições[40] e tendem, segundo Bleger (1991) a se tornarem organizações no sentido de sua burocratização. Segundo esta perspectiva, portanto, pode-se supor que mesmo um grupo autogestionado, que institui um enquadre próprio fixando as constantes no bojo das quais se dão os processos, participaria de uma tendência a se tornar organização. Enquanto a instituição seria o "conjunto das normas, das regras e das atividades agrupadas em torno dos valores e das funções sociais", a organização é considerada como a "disposição hierárquica das funções que se efetuam geralmente no interior de um edifício, de uma área ou de um espaço delimitado" (BLEGER, 1991, p. 67). Considerando a tendência da organização a marginalizar a instituição, protegendo a estereotipia da interação, Bleger (1991, p. 67) postula uma "lei geral das organizações", que em "toda organização os objetivos explícitos pelos quais foram criadas sempre correm o risco de passar para segundo plano, colocando em primeiro plano a perpetuação da organização enquanto tal".

A perpetuação da organização torna-se prioritária, pois, cumpre uma função psíquica organizadora ao sujeito, garantindo a clivagem e assegurando o depósito e imobilização da sociabilidade sincrética. Esta tendência geral da organização a marginalizar a instituição, subordinando o objetivo da instituição aos fins da organização que se autonomiza enquanto funcionamento específico, relaciona-se à ideia de burocratização em que o instituído suplanta a função instituinte da instituição (KAËS, 1991). A tendência à organização e à

[40] "O grupo é sempre uma instituição muito complexa; melhor ainda, ele é sempre um conjunto de instituições, mas ao mesmo tempo tem tendência a se estabelecer como uma organização com regras fixas e próprias" p. 67. Bleger (1991) aborda o papel do grupo como instituição, sendo também regido por regras e normas.

burocratização iria, segundo Bleger (1991) menos no sentido da preservação das interações ou de uma compulsão à repetição, do que no sentido de consolidar ainda mais as clivagens, recobrindo ou bloqueando os níveis sincréticos.

Neste mesmo sentido, ainda que Bleger (1991) compreenda a resistência à mudança característica das organizações, dando-se na medida em que os sujeitos são partes integrantes das organizações e na medida em que as organizações fazem parte da personalidade dos sujeitos. Uma vez que as instituições são parte da personalidade dos sujeitos, as mudanças na organização implicariam mudanças na própria personalidade dos sujeitos (GUIRADO, 2004). Para Bleger (1991, p. 69), portanto, pode-se considerar que

> a dissolução ou uma tentativa de mudança de uma organização pode produzir diretamente uma desagregação da personalidade; não por projeção mas em razão direta do fato de que o grupo e a organização *são* a personalidade dos seus membros.

Tais concepções de instituição, grupo e sujeito permitem à psicanálise lançar hipóteses de compreensão acerca de fenômenos característicos das instituições e das organizações. A instituição, segundo Kaës (1991), não é considerada apenas uma formação social e cultural complexa, regulando as relações sociais, mas realiza funções psíquicas múltiplas para os indivíduos em sua estrutura, dinâmica e economia pessoal. Nesse sentido, pode-se supor que um grupo informal encabeçando um movimento instituinte, insurgindo às margens do enquadre instituído da organização, passando a se organizar em função de um enquadre próprio formado em negação ao instituído, amedronta ao anunciar uma mudança e ameaçar a ordem vigente, junto à integridade psíquica dos sujeitos que a partir dela se organizam.

Em sentido semelhante, valendo-se de algumas dessas concepções de Bleger, Enriquez (1997), compreende como estando nos grupos minoritários e informais, em detrimento das organizações e instituições, o meio possível de transformação. Ao lado das instâncias míticas e sócio-históricas aqui já descritas, apresentadas como instâncias analisáveis nas organizações, Enriquez (1997) apresenta as instâncias grupais, institucionais, organizacionais, individuais e pulsionais, todas presentes nos processos organizacionais.

O motor da mudança estaria, segundo Enriquez (1997), no grupo. O grupo, como associação espontânea para lutar, com papel fundamental na conscientização dos membros da organização e na vontade de mudança, é quem pode levar a cabo a transformação. Uma das características do grupo apresentadas pelo autor é sua característica de minoria. A maioria está "confortável em seu triunfo", encarnando a ordem estabelecida, enquanto o grupo minoritário defende uma causa, possui uma mensagem a ser comunicada junto a uma nova

visão de mundo, manifestando uma conduta desviada em relação às normas da instituição ou da organização. Nas palavras do autor,

> toda minoria tem vocação majoritária: mas, antes de alcançar seus fins, ela deve de pronto, para se reforçar, chegar a um grau de aderência que permita às pessoas se sentirem, antes de tudo e contra tudo, membro do grupo. Para tanto somente um caminho se abre: o do complô contra os valores instituídos, visando à transgressão da ordem estabelecida. A transgressão não só questiona de maneira virulenta as instituições e as condutas estabelecidas mas propõe novas ideias, maneiras de ser inovadoras. (ENRIQUEZ, 1997, p. 94)

O motor da mudança é apresentado como estando nos grupos, questionando os ideais da organização, movimentando lutas, surgindo às margens das normas e regras instituídas, transgredindo-as com o objetivo de transformar a organização e as instituições. Pode-se compreender, a partir dessa concepção, que o grupo informal que insurge em paralelo e em negação ao instituído organiza-se em torno da ideia de transgressão e constitui um enquadre próprio, com suas regras e normas autoinstituídas que balizarão o processo grupal de luta em contraposição à instância institucional encarnada pelas organizações.

Se os grupos são os motores da mudança, sua luta instituinte se dá no nível do processo social-histórico das organizações, onde esta se reconhece como fruto da história de construção humana e, portanto, passível a mudanças autônomas. No processo social-histórico, segundo Enriquez (1997), são pronunciados os ideais, são travadas as lutas sociais, pretendendo controlar ou dirigir de outro modo o processo histórico. Enquanto a instância sócio-histórica apresenta o movimento instituinte, encabeçado pelos grupos, referido à criação de novas formas sociais com a emergência de novos atores sociais inovadores, na instância institucional, este movimento instituinte se cristaliza. As instituições não se reconhecem como produto de uma história, mas como produto da natureza das coisas (ENRIQUEZ, 1997).

São as instituições que fundam a sociedade. Nesse sentido, segundo Enriquez (1997) instituição é o que inicia, o que dá forma (como ato), ao mesmo tempo em que, como conjunto, exerce a função de orientação e de regulação social. Desse ponto de vista, segundo o autor, a definição do termo instituição inclui tanto um problema de origem e de gênese, quanto o problema da estabilidade e da formação: “uma instituição visa a estabelecer um modo de regulamentação e tem por objetivo manter um estado, fazê-lo durar e assegurar sua transmissão” (ENRIQUEZ, 1997, p. 71). Pode-se considerar que a gênese, o ato de instituir, está relacionado à capacidade instituinte; já a estabilidade e permanência do instituído vincula-se às instituições.

Uma vez instituído, o movimento instituinte, gerador da instituição, tal como considera Enriquez (1997), tende a se separar de sua história, apresenta-se como a verdade, cria ideologias, promulga leis e normas de conduta, asseguram determinada regulação das relações sociais e sustentam um consenso mascarando conflitos e defendendo-se de interrogações. Inserem-se na permanência, criam vida própria ao se autonomizar e se reproduzir como se independente dos homens, apresentando-se como anterior e posterior a eles. Enriquez (1997) ressalta, no entanto, a inevitabilidade de se viver em sociedade senão na aceitação de leis e das interdições que cumprem funções estruturantes aos sujeitos, sendo necessárias tanto à própria existência da sociedade, como aos membros que dela fazem parte. Nesse sentido, portanto, para este autor, a concepção de instituição se constitui de uma forma política mas também de uma forma psíquica.

As instituições são encarnadas pelas organizações. Para Enriquez (1997, p. 81) "uma instituição não existe (salvo enquanto principio instaurador) fora das organizações concretas que ela produz e dá sentido, e graças às quais adquire uma duração e um sentido renovados". Enquanto as instituições, apesar da possibilidade de se formarem de maneira autônoma, tem sua quantidade necessariamente limitada, as organizações, exprimindo de diferentes maneiras a instituição que as estabelece, podem se proliferar ao infinito, levando-as a uma competição entre si na busca por se fazerem, uma e não outra, a porta-voz da instituição.

Apesar do papel fundador das instituições, elas tendem, segundo Enriquez (1997) a serem esquecidas, ainda que respeitadas, e a organização tende a ganhar vida própria. Seriam, portanto, com as organizações, encarnando a instituição, que os sujeitos se relacionam diretamente, tornando-se estas objeto de investimento libidinal ou de reações de rejeição. Quando se fala em mudança na organização, portanto, não se está falando somente da estrutura organizacional desta, mas da função que esta cumpre aos sujeitos.

Retomando a função psíquica que as organizações e as instituições por elas encarnadas cumprem aos sujeitos, Enriquez (1997) aponta para a existência de outras coisas em jogo na possibilidade de mudança na organização do que a busca pela reforma da estrutura organizacional. O autor considera, por exemplo, que os teóricos que acreditam poder solucionar os problemas essenciais das organizações por meio de reformas estruturais que levem a passagem do funcionamento burocrático para um modo de funcionamento participativo, perdem de vista uma dimensão fundamental. A estrutura organizacional seria um dos aspectos a serem trabalhados, mas a reforma das estruturas manteria sua função de lutar contra as angústias fundamentais: medo do informe, da palavra franca, do pensamento, do desconhecido, dos outros, das pulsões. Segundo a perspectiva psicanalítica de Enriquez

(1997, p. 85),

> toda organização se apresenta como *formação* e luta contra o caos desorganizador, contra 'o informe' que estava na origem e sempre apresenta o risco de retornar: o espontâneo, o imprevisto, o movimento social criador será, nessas condições, sentidos como 'desordens'. A estrutura também terá a tendência a se proteger do informe, a se defender de fato da vida e de sua turbulência.

A estrutura organizacional garante as constantes que regulam as relações e organizam os sujeitos em termos psíquicos, protegendo-os do caos desorganizador. Nesse sentido, tudo o que pode ameaçá-la, normalmente atribuído ao novo e à mudança, é vivenciado pelos sujeitos como inquietante. Nesse sentido, Enriquez (1997) se refere ao receio da palavra franca e da livre expressão, uma vez que toda a palavra não prevista sobre assuntos não definidos são experienciadas como inquietantes. Em sentido semelhante, há um temor ao pensamento inventivo, ao desconhecido, aos outros e à ameaça das pulsões, havendo uma tendência à repetição nas organizações da sociedade.

Enriquez (1997), em sua compreensão sobre as organizações, além das instâncias já referidas, aborda aquelas que se referem ao indivíduo e às pulsões. Apresenta como fundamental a consideração do indivíduo no movimento histórico, participando "pouco ou muito, como psique, como lugar de condutas significativas e como ser em interação continua com os outros, nos grupos e nas organizações, para a dinâmica de uma dada sociedade" ENRIQUEZ, 1997, p. 106). O indivíduo, portanto, contribui com sua psique para os processos sociais. Em sentido semelhante, a instância pulsional, atravessando todas as diferentes instâncias e apreensível pelos seus efeitos, também traz subsídios para a análise das organizações na medida em que analisa a maneira pela qual as pessoas do grupo estão vivendo as angústias provocadas por todo o processo de grupo.

O lugar da psicanálise na reflexão sobre os fenômenos sociais se situa, segundo Enriquez (1997), em seu justo lugar, olhando para os fatores inconscientes da vida social. O inconsciente "designa os fenômenos que, mesmo marcados, atuam com uma força e uma intensidade indomáveis e cujos efeitos sobre as condutas persistem, ainda que as causas tenham desaparecido, e que sobretudo obedecem a uma *logica própria*" (ENRIQUEZ, 1997, p. 26). Esta lógica própria do inconsciente, que caracteriza a racionalidade analítica, subjaz a ação e o pensamento dos sujeitos, atuando nos processos grupais e institucionais. Os atos e os pensamentos apresentam motivações inconscientes, um inconsciente intrapsíquico que se constitui e se sustenta numa relação inextrincável com a intersubjetividade. O grupo, a

organização e as instituições cumprem uma função estruturante e de sustentação aos sujeitos psíquicos, sendo o sujeito não apenas um sujeito do grupo, mas um sujeito da instituição, inserido integralmente, enquanto psique constituída e sustentada na intersubjetividade, na dialética *instituinte* versus *instituído* que caracteriza os processos institucionais. As ações dos sujeitos estão atravessadas pela intersubjetividade ao mesmo tempo em que os processos grupais e institucionais estão atravessados pelas singularidades dos sujeitos. A participação, portanto, como fenômeno intersubjetivo apresenta sua dimensão psíquica em articulação com a intersubjetividade regidas pela lógica do inconsciente; seja ela instituída ou instituinte, ambas constituem um mesmo processo intersubjetivo.

Ao mesmo tempo em que se apresenta uma tendência à cristalização do instituído, observa-se uma tendência também histórica de surgimento de movimentos instituintes na sociedade cujo destino é tornar-se instituição. Diante dessa tendências sociais e psíquicas, resta a pergunta sobre como poderia ser pensada, segundo a perspectiva ora apresentada, a possibilidade de potencializar a capacidade instituinte dos grupos na sociedade. Enriquez (1997, p. 79) considera que a possibilidade de manter esta capacidade viva está no pensar-se constante:

> […] quanto mais uma instituição é viva, percebe suas contradições internas, se coloca indagações, é capaz de uma abertura, cede seu lugar ao imaginário-motor, é trabalhada pela reflexão e a reflexidade, tanto mais ela mantém no interior de si mesma o movimento instituinte e menos se arrisca a cair no instituído, quer dizer, na inércia e na repetição; todavia ela não pode funcionar assim, se não aceitar a condição de ser atravessada pelo social histórico, por conseguinte pela luta pelo poder e pelo conflito das ideologias.

A possibilidade da mudança estaria no espaço para se pensar, analisar, discutir, observar, elaborar. Em sentido semelhante, Rouchy e Desroche (2005) desenvolvem uma compreensão acerca da relação entre os valores instituintes e o sistema instituído, discutindo as possibilidades e os meios de mudanças efetivas, não apenas adaptativas, nesse sistema.

Na mesma esteira dos autores apresentados, Rouchy e Desroche (2005, p. 16) compreendem como fonte de imobilismo e rigidez nas instituições a separação do ato fundador de instituí-la, inserindo-a num estado natural, imutável, fora do tempo e não sujeita a variações, fazendo desaparecer o que pode constituir o próprio objeto da mudança: "a relação entre o instituído e o instituinte, isto é, a relação com a história". A instituição como parte da estrutura dos sujeitos, leva a crer que qualquer mudança – sempre fonte de angústias, sentimentos de estranheza frente às novas formas de ordem e de organização – supõe a reorganização das estruturas tanto individuais quanto coletivas (ROUCHY e DESROCHE,

2005). Sendo a possibilidade de mudança das instituições também apresentada por Rouchy e Desroche (2005), assim como pelos demais autores aqui abordados, por meio dos grupos, compreendem o grupo como o elo perdido que estabelece e opera a passagem entre o singular e o coletivo e vice-versa, entre o intrapsíquico e o intersubjetivo. Propõem, assim, o grupo como meio de intervenção para a mudança, considerando que uma mudança de estrutura das organizações pressupõe uma mudança dos valores, das representações, das normas e das regras de funcionamento interiorizadas pelos membros, bem como, da identidade que dará lugar para um novo processo de identificação entre os membros e entre eles com a organização. Nas palavras de Rouchy e Desroche (2005, p. 29):

> todo processo de mudança passa ao mesmo tempo por uma modificação das estruturas "exteriores" e por um trabalho efetuado pelas pessoas membros da organização sobre suas próprias representações e sobre os valores de que são portadoras, não há mudança possível sem esta dupla abordagem para que haja possibilidade que novos valores sejam instituídos.

A mudança seria, assim, segundo estes autores, possibilitada pelo lugar da palavra, por meio de uma autogestão participativa que abra espaço para a interação, elaboração, interpretação e ao conflito de representações. Estes autores apresentam, portanto, a mudança como possível por meio de um processo que articula o psíquico e o social. Pode-se compreender, a partir desta perspectiva, que a possibilidade de mudança social, nas organizações e na sociedade, de um instituinte constantemente ativo em relação ao instituído, mantendo a engrenagem social e psíquica em funcionamento, supõe necessariamente a consideração de uma superação da antinomia entre indivíduo e grupo, exigindo um olhar esforçado rumo a uma articulação intrínseca entre um e outro.

# CAPÍTULO IV – O IDEAL DA PARTICIPAÇÃO E A REALIDADE DA PRÁTICA: UMA LEITURA SOBRE NARRATIVAS DE *SUJEITOS DA INSTITUIÇÃO*

As ONGs, atualmente tidas como representantes, mediadoras ou fomentadoras da participação da população, apresentam-se inseridas e amarradas pela institucionalidade, delineando uma participação com características fundamentalmente distintas daquela que dera origem e legitimara a consolidação dessas organizações no Brasil. Apesar de seus sentidos originários – popular, espontânea e transformadora – serem ainda sustentados por meio das ideologias que caracterizam o campo das ONGs – *transformação social* e *proveniência da sociedade civil* –, a participação hoje vinculada às ONGs encontra-se imersa no amplo âmbito institucional dessas organizações, apresentando outros delineamentos e características. Tal participação inserida no âmbito institucional das ONGs é atravessada por determinações de diversas organizações, por interesses e demandas do governo e do mercado junto àqueles provenientes das próprias ONGs como organizações instituídas na cultura.

Essas ONGs, imersas e, em parte, determinadas por tais atravessamentos institucionais que as caracterizam atualmente, em meio à rede de significações vinculadas à narrativa mítica de construção da categoria ONG, às suas histórias particulares de constituição e legitimidade e aos processos que caracterizam os conjuntos institucionais, produzem suas próprias representações, configurando concepções singulares de participação. Trata-se de concepções que, por um lado, são difundidas pelas organizações como ideais a serem buscados, supondo-se aí uma representação única e comum, e que, por outro, podem expressar um conjunto de representações que configuram uma ideia complexa e particular de participação a cada organização e a cada sujeito da organização. Tais representações, no fazer cotidiano dos sujeitos da organização, vão deslocando-se e ajustando-se em função das contradições inerentes à relação entre o ideal e a realidade do fazer dessas organizações.

As entrevistas são aqui consideradas meios fecundos de, por intermédio da construção de uma leitura sobre as narrativas dos sujeitos – compreendidos como *sujeitos do grupo* e também, tal como afirma Kaës (1991), como *sujeitos da instituição* –, elaborar hipóteses de compreensão sobre esses processos da organização dos quais os sujeitos são parte constitutiva, contribuindo com seu psiquismo, ao mesmo tempo em que são atravessados pela realidade grupal do conjunto organizado e permeados pelas diversas instituições. A fala não remete, portanto, à dimensão apenas individual, mas também àquela intersubjetiva, do conjunto em que está inserido, constituindo-o e nele se constituindo, revelando os processos

grupais e institucionais em que esse sujeito está imerso. Tendo em vista a exploração da temática da participação e o modo como esta se insere na prática e no discurso narrado pelos sujeitos entrevistados, o presente capítulo tem como objetivo explorar, por meio de subsídios empíricos, a problemática da participação.

Vale ressaltar o caráter exploratório e qualitativo dessa coleta empírica de narrativas, a qual não se pretende representativa, tampouco exaustiva. O material obtido permite lançar algumas linhas de análise e hipóteses de compreensão baseadas no estudo teórico até aqui apresentado, demonstrando como a problemática da participação no âmbito institucional das ONGs insere-se no dia a dia de quem se depara, conscientemente ou não, com os paradoxos e com as contradições de suas práticas e de seus discursos.

## 1. Os caminhos percorridos

### 1.1. A escuta de um sujeito do grupo

A entrevista se caracteriza, tal como considera Bleger (1998), por uma relação intersubjetiva em que intervêm fatores e dinamismos psicológicos. Ela se constitui, ainda segundo o autor, como um campo determinado por um enquadre específico que fixa um conjunto de variáveis no bojo do qual ela própria se desenrola. É em função desse enquadre – que cumpre uma função reguladora da relação intersubjetiva por ele determinada e uma função psíquica organizadora para os sujeitos, delimitando o contexto daquela relação – que se podem compreender os emergentes que surgem na entrevista. Segundo Bleger (1998, p. 11) "cada entrevista tem um contexto definido (conjunto de constantes e variáveis) em função do qual ocorrem os emergentes, que só tem sentido em função de tal contexto".

A entrevista se desenrola balizada pelo enquadre que a delimita e o entrevistado se organiza em função dessas constantes. Aqui, parte-se da premissa de que, no caso de uma entrevista cujo enquadre supõe um objetivo investigativo sobre determinado assunto (não sendo uma entrevista terapêutica ou psicológica), explicitado e acordado entre as partes, o entrevistado se organiza fundamentalmente em função da *tarefa* (PICHON-RIVIÈRE, 1986) que lhe é apresentada no início da entrevista, sendo solicitado a falar a partir de um assunto específico. Uma vez definida e pactuada a tarefa da entrevista, esta serve de ponto de partida para a cadeia de associações do sujeito que se seguirá na narrativa. Compreende-se que, no decorrer da entrevista, emergem representações mobilizadas pela tarefa previamente explicitada, de modo que a fala do entrevistado vai refletindo uma organização no sentido de

superar os obstáculos perante os quais ele se depara na tentativa de cumprir a tarefa estabelecida.

A fim de possibilitar a emergência desses representantes mobilizados pela tarefa e, ao mesmo tempo, manter o objetivo investigativo de um assunto determinado, optou-se por realizar uma entrevista em que fossem abordadas algumas temáticas específicas definidas *a priori*, orientada a uma preocupação em possibilitar que o entrevistado seguisse sua linha associativa em função da tarefa previamente estabelecida. Quando se trata de uma entrevista semiaberta, o entrevistador, apesar de organizá-la em função de algumas perguntas balizadoras e de um eixo geral que determina a tarefa da entrevista, frui de liberdade, tal como na entrevista aberta definida por Bleger (1998), para perguntar e intervir, com flexibilidade suficiente para permitir que o próprio entrevistado configure o campo da entrevista. Em meio às falas dos sujeitos e aos caminhos próprios que iam traçando para dar conta da tarefa, outras perguntas eram formuladas pelo entrevistador, orientadas pelo conteúdo expresso na narrativa do entrevistado e pelo interesse investigativo do entrevistador, sendo específicas aos percursos de cada entrevistado e de cada relação entrevistado-entrevistador ali constituída.

A escuta desse sujeito que fala, em tal enquadre determinado, é de um *sujeito do grupo*. A partir dessa noção de sujeito como *sujeito do grupo* (KAËS, 1997), constituído e sustentado na intersubjetividade, tem-se aqui como pressuposto que a realidade psíquica individual é atravessada pela realidade do grupo institucional em que aquele sujeito está inserido, sendo ambas as realidades constitutivas de um mesmo processo. Supõe-se, portanto, que a narrativa fala do sujeito ao falar da organização, e fala da organização ao falar do sujeito, dimensões estas consideradas inextrincáveis.

O sujeito que é requisitado a falar em nome da organização à qual pertence, como no caso das entrevistas que serão aqui analisadas, expressa com evidência a dimensão institucional de sua experiência, demonstrando tentativas de superação das contradições e de enfrentamento dos paradoxos que se operaram no cotidiano de suas relações e de seu fazer no âmbito da organização. As representações que surgem na fala do entrevistado vão organizando-se em torno dos impasses enfrentados pelo sujeito, buscando dar coerência, de diferentes formas, às lacunas que se lhe evidenciam entre o ideal enunciado pela organização, em torno do qual ele se organiza e concede sentido ao seu fazer, e o fazer mesmo na realidade da prática da organização.

### 1.2. A escolha e o contato com as Organizações Não-Governamentais

Apesar da significação simbólica do termo *ONG* remeter aos sentidos de origem até aqui demonstrados, o campo das Organizações Não-Governamentais é sabidamente amplo, abarcando hoje organizações bastante heterogêneas entre si. Nesse sentido, coube definir os critérios a serem seguidos na seleção das ONGs que comporiam essa coleta exploratória de narrativas.

A fim de delimitar o universo de organizações segundo a temática específica desta pesquisa, foram definidos três critérios: a) pertencer à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), supondo-se um reconhecimento institucional de uma dada Organização Não-Governamental como *ONG* no sentido aqui tratado, uma vez que a ABONG abriga, segundo Landim (2002, p. 19), "organizações 'pioneiras' na adoção tanto do nome quanto das práticas e relações sociais que lhe deram a base objetiva de referencia"; b) ter seu ano de fundação situado até início da década de 1990, o que apresentaria sua história necessariamente vinculada ao contexto social e político dentro da qual a categoria de organizações ora estudada emergiu; c) possuir como áreas temáticas de atuação, tal como apresentado pelo cadastro na ABONG, o "fortalecimento de outras ONGs/movimentos populares" e a "organização popular/participação popular", ambas as temáticas vinculadas, de maneira explícita, portanto, à ideia de participação.

Portadoras dessas características mínimas, foram escolhidas aleatoriamente duas organizações, tendo-se entrado em contato com elas por telefone, explicado o objetivo da pesquisa e solicitado uma entrevista com alguma pessoa definida pela organização. As entrevistas realizaram-se nas próprias organizações, com consentimento livre e esclarecido dos entrevistados,[41] e foram gravadas e transcritas.[42]

## 2. Uma leitura das narrativas

Serão aqui apresentadas leituras construídas sobre as narrativas dos sujeitos entrevistados, tendo em vista o aprofundamento da compreensão da problemática da

---

[41] Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (CEP-HU). O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), tal como aprovado pelo CEP-HU, encontra-se anexo.

[42] As transcrições das entrevistas realizadas encontram-se anexas. A fim de manter o anonimato, foram utilizados nomes fictícios e cortes (explicitados) em trechos que poderiam facilitar a identificação da organização ou do entrevistado.

participação no âmbito institucional das ONGs, segundo uma perspectiva do *sujeito do grupo*. As entrevistas foram realizadas em torno da tarefa explicitada aos entrevistados de abordar *a questão da participação tal como expressa na organização e nos diversos entendimentos e processos a ela relacionados*. Pactuou-se uma entrevista semiaberta que seria composta por três perguntas centrais, ressaltando-se ter sempre como eixo a questão da participação. As perguntas realizadas em comum aos entrevistados foram: 1) gostaria que você contasse a história da organização; 2) quem são os financiadores da organização; e como você vê as relações entre a organização e seus financiadores?; 3) na sua opinião, qual seria o papel da organização na sociedade?; e você acha que ela atinge sua função social? Outras perguntas foram sendo feitas em função da narrativa de cada entrevistado.

As entrevistas serão apresentadas e analisadas separadamente, na sequência original, construindo-se uma leitura analítica de cada narrativa a partir dos principais emergentes no caminho percorrido por cada sujeito na execução da tarefa de falar sobre a participação. Os aspectos considerados importantes recebem destaque, mas mantém-se a intenção de respeitar a associação e o desenrolar da fala do entrevistado, bem como explicita-se a pergunta do entrevistador que motivou a resposta e as associações dela decorrentes.

A leitura analítica aqui construída tem como objetivo observar as representações que vão emergindo na narrativa e que expressam a tentativa do sujeito de configurar o que é a participação. Considera-se aqui que a concepção de participação é atravessada por várias representações que não configuram com clareza sua significação; tais representações não estão finalizadas e prontas, mas são produzidas no transcorrer das atividades institucionais, bem como na tentativa do sujeito de falar sobre elas no enquadre definido pela entrevista. Elas vão deslocando-se, organizando-se e sendo construídas no enfrentamento dos impasses e das questões mobilizadas que se colocam entre o ideal e a realidade da prática, tanto no dia a dia do sujeito em seu fazer na organização, quanto no falar sobre elas.

## 2.1. João, da ONG A[43]

A ONG A apresenta como eixo principal a participação expressa nas áreas de atuação da organização que envolvem a educação de adultos e a formação política. No primeiro contato realizado com a ONG A, tendo sido deixada a encargo da organização a escolha da pessoa a ser entrevistada sobre o assunto explicitado, marcou-se a entrevista com João, diretor

[43] Os nomes referidos nesta parte do trabalho são todos fictícios.

executivo da organização e coordenador de um de seus programas. João possui um vínculo antigo com a organização, frequenta as reuniões desde seu início, na década de 1980, e, no entanto, começou a trabalhar efetivamente nessa organização há apenas alguns anos.

Uma vez que lhe foi apresentada a tarefa e delimitado o enquadre da entrevista, João, ao mesmo tempo em que esclarece e situa seu cargo e seu lugar institucional, apresenta um *a priori*, "antes de começar", pretendendo delimitar "sua própria visão" de participação para não misturar com aquela da organização que representa e sobre a qual tratará na entrevista.

> Na realidade, eu sou diretor executivo [da ONG A] e coordenador geral de um dos programas [descrição do programa]. Só para não misturar um pouquinho, vou dizer a minha visão de participação. Eu vejo que é um caminho ainda muito longo. Nós trabalhamos a participação até porque nós não temos uma cultura da participação, nós usamos muito essa linguagem de participação e de ser participativo, que nós de alguma forma ouvimos e herdamos da sociedade americana, por exemplo, que é muito mais participativa do que a nossa. E nós somos uma sociedade historicamente que é profundamente autoritária; temos anos de autoritarismo e a nossa população tem muita dificuldade de se perceber cidadã e protagonista da sua vida, do seu destino, da sua instituição e assim por diante. O que eu acho, não estou falando da [ONG A] aqui, mas, no geral, a participação na nossa sociedade é um pouco mais discurso do que prática. Isto é uma opinião pessoal para eu não me perder no que eu vou falar.

O conjunto a quem o *nós* reporta-se na narrativa é ambíguo, podendo referir-se à própria organização, à sociedade, ou a ambas: "Nós trabalhamos a participação até porque nós não temos uma cultura da participação". Essa mistura entre organização e sociedade, entre o ser participativo e o não ser participativo, entre o que é discurso de participação e o que é a realidade da prática, entre ele próprio e a organização, contrasta com sua necessidade expressa *a priori* de fincar e delimitar uma opinião pessoal organizadora, como se, assim, separando o que ele mesmo pensa e o que "pensa" a organização, ele pudesse organizar sua narrativa como representante da organização, "para não se perder" na sustentação de seu discurso como porta-voz da organização. Tem-se aí uma desorganização a ser evitada em decorrência, talvez, das contradições vivenciadas pelo sujeito entre a realidade de seu fazer e o discurso a ser por ele sustentado, discurso este que, ao mesmo tempo em que o organiza em suas práticas, entra em contradição com elas.

Ao iniciar um relato sobre o histórico da organização, apresentando sua origem vinculada a partidos políticos e a um político, em especial, apontado como seu fundador, uma primeira representação que se relaciona à compreensão da participação evidencia esta como sendo equivalente à *não-ditadura*.

> Então, a montagem, a fundação [da ONG A] se deu no momento em que a ditadura se esgotava e que já havia os movimentos sociais muito claros, já havia os movimentos da Igreja. Tudo isso, então, nesse embalo, foi em si que [o político fundador e seu grupo conservador] elegeram, optaram pela participação como tema maior… como grande caminho para [a ONG A]. […] Até porque ele estava como candidato nessa época […], você tem que ver o pano de fundo da ditadura acabando, era participação, descentralização e o outro era a criação de empregos. A participação, então, por quê? Porque a agente vinha do regime extremamente fechado. Por isso tinha participação.

A fundação da organização se dá com o fim da ditadura, legitimando-se essa origem pela opção dos fundadores de centralização da organização em torno da ideia de participação tomada "como tema maior", uma participação definida inicialmente não por aquilo que ela é, mas pelo que ela não é, delineando-se seu contorno em função de seu oposto: a participação é não-ditadura. Seu sentido constrói-se, inicialmente, como contrário ao da ditadura que se esgotava, como alternativa ao regime fechado, como seu oposto, "por isso tinha a participação". A participação que dera origem à organização, portanto, está atrelada a um ideal fundador da organização no sentido de construir uma sociedade mais participativa, configurada como o oposto de uma sociedade não participativa, reprimida pelo autoritarismo. Tal ideal orienta os projetos de educação e de formação política atuais da organização, considerados caminhos rumo à participação suposta na ideia de cidadania:

> Então ele [o político fundador] pensou em ter uma atuação mais direta, uma participação direta, uma ação direta. A ideia dele era basicamente a educação, ele achava que a educação e a alfabetização era o mínimo necessário como degrau para rumar para a participação, para a cidadania.

A participação se apresenta como algo a ser construído numa sociedade em que se considerava que ela não existia. A organização se funda, portanto, tendo como objetivo atuar nessa passagem, levando a população a rumar para a participação e para a cidadania por meio da educação. A "participação direta" referida é a da própria organização, no sentido de atuar *diretamente* na transformação de uma sociedade não participativa em uma sociedade participativa. Não se trata aqui de uma organização surgida da participação da população; trata-se, sim, da participação como um ideal *da* organização a ser alcançado por meio de suas práticas, difundindo-se, à população, os valores e os ideais da participação tal como concebidos *pela* organização.

Após descrever ambos os programas da organização – um referente à educação de adultos e outro à formação política –, o entrevistado afirma, finalizando as descrições: "então

são estes os programas que nós temos. Todos dois com forte ênfase na participação". Não tendo ficado evidente a ênfase a partir das descrições, é-lhe perguntado sobre "como seria essa ênfase". João então responde:

> Sempre você parte da população que chama você. Faça um levantamento do que eles querem, do que precisam para a gente direcionar o programa. No EJA, é toda uma linha de educação, vamos dizer assim, popular no sentido de fazer com que as pessoas primeiro se percebam como cidadãs, se percebam como sujeitos de direitos. Se percebam que a vida delas depende delas mesmas e não de favores e não de *benesses* que eles possam… a tendência é sempre, por isso que eu falei aquele negócio da participação, a tendência é sempre pedir que o Estado dê, pedir que as entidades deem, pedir e nunca uma postura mais de conquista. Até porque falta educação, falta visão, falta uma série de coisas. É nesse sentido toda a linha EJA de alfabetização é nessa perceptiva realmente de participação.

A ênfase na participação é remetida inicialmente à organização e à sua forma de atuação: participação é trabalhar em função de um chamado da população e segundo suas necessidades. A atuação da organização responderia, portanto, a demandas provenientes da população, legitimando-se o direcionamento do programa tal como concebido em função do querer da população por ele atendido. No entanto, tal querer da população a ser atendido pela organização vai recebendo seus contornos específicos, não sendo um querer qualquer, mas um querer de um "sujeito de direitos", de cidadão, de conquista e não um "querer de favor".

O programa, por sua vez, é concebido no sentido de fazer com que as pessoas se percebam como "sujeitos de direito" e que saibam demandar no sentido da conquista e não do favor. Fala-se em reconhecer as demandas da população, mas a população tem que aprender a demandar, tal como a organização se propõe a ensinar. Por um lado, a atuação da organização com ênfase na participação é legitimada como tal pelo fato desta buscar responder às demandas da população; por outro, a organização propõe-se a formar cidadãos que saibam demandar de uma maneira específica. Constatando a falta de uma série de coisas nos sujeitos ("até porque falta educação, falta visão, falta uma série de coisas") e um pedido que é de favor e não de conquista, a organização se apresenta como aquela que irá, por meio de sua atuação, conceder o que ela considera faltante nos sujeitos e formar cidadãos que venham a expressar uma vontade de conquista. Esse querer, subjacente à ideia de demanda e de pedido, vai apresentando-se imerso numa trama de significações, codificações e leituras construídas pela organização sobre os sujeitos. A participação se torna adjetivo que qualifica ou não o sujeito e seu querer, um querer que será legitimado como adequado ou não pela organização em função do ideal de participação que esta carrega, tecendo-se uma leitura desse querer.

Ao ser questionado sobre as diferenças que percebia entre a participação do passado e a participação atuais, João diz:

> Acho que ela tende a melhorar. Primeiro porque existe toda uma massa crítica hoje, um aumento de estudos, etc., etc. Existe a nossa autoavaliação, o nível dos nossos técnicos vai melhorando. No começo, aqui havia mais essas questões da perspectiva do número era importante. Sem se perceber… Então aos poucos nós trabalhamos mais na avaliação. Não importa ter tanto aluno, mas mais a qualidade. Com todas as dificuldades, como eu disse para você, de um adulto que o único compromisso que ele tem é com ele mesmo. Ele pode sair. Ele pode dizer 'vocês não dão a cesta básica'. Você pode perceber que é uma visão antiparticipativa… vocês não dão o passe…
> - Por que é antiparticipativa?
> - Antiparticipativa na medida em que ele está acostumado a receber tudo. Que é uma… então, as instituições que fazem EJA dão cesta básica, elas dão bilhete único. Embora a gente pegue aluno, mas sempre precisam dar condição, às vezes para vir do emprego. Eu acho que não é participativa na medida em que ele sempre está esperando… que ele não se perceba sujeito de direitos, mas que ele queira receber um favor, alguma coisa nesse sentido. Se aquela outra instituição, por exemplo, o MOVA que é da prefeitura, ele está oferecendo cesta básica, ele não tem dúvida de ir para lá. O professor é a mesma coisa, o nosso docente. Se ele percebe que estão pagando mais enquanto voluntário… Aliás, esse voluntário que eu disse é pago, a instituição paga, mas é pouco, paga uns 300 mais ou menos *per capita*. E eles têm aula de segunda a quinta-feira, na sexta é dia da formação continuada. Os professores são preparados antes com todo um trabalho em complemento. Nós temos uns observadores que vão às salas. Então, a gente está melhorando muito.

O querer por uma cesta básica e o querer por um passe, apresentando-se como demandas da população, são codificados na fala como um "querer de favor" que expressaria uma "visão antiparticipativa" dos sujeitos, não legitimada pela organização e, portanto, não atendida. O sujeito "antiparticipativo" é individualista, expressando um compromisso somente com ele mesmo, afinal, "ele pode sair". Ou seja, ele pode sair do curso oferecido pela organização e ir para outra que atenda ao seu pedido de favor, sendo esse movimento lido como a expressão de um compromisso individualista com ele mesmo e com suas necessidades, não havendo um compromisso com o ideal de participação sendo, portanto, "antiparticipativo". Essa *participação*, contudo, refere-se ao ideal de participação da ONG A, sendo a saída do sujeito da organização uma demonstração de descomprometimento deste com o ideal e com a própria organização. Justifica-se essa saída, essa escolha do sujeito por outra organização, por meio da codificação de seu querer expresso por esse movimento de saída da organização como um "querer de favor" que não se coloca ativamente em busca da conquista, como seria um "querer de direito", buscando sim outras organizações que lhe satisfaçam sua demanda passiva de receber. Quando se refere aos professores, dentre os

sentidos atribuídos ao "antiparticipativo", é reforçada a ideia da busca por outras organizações a fim de alcançar melhores salários.

Chama a atenção o prefixo *anti* que precede o adjetivo, não significando apenas alguém não participativo, cuja qualidade de ser participativo é inexistente, mas alguém que seja anti, contrário à participação. Não se trata, no entanto, de qualquer participação, de uma participação genérica, mas de uma participação específica tal como concebida pela organização. O movimento de *saída* da organização, tanto dos atendidos quanto dos voluntários, qualificado como "antiparticipação", expressa não apenas um descomprometimento em relação ao ideal de participação da organização e à própria organização, mas uma posição contrária à participação e à organização que a carrega como ideal, podendo ser lido como *antiorganização*.

Além da codificação da demanda da população atendida – se participativa ou "antiparticipativa", se "querer de direito" ou se "querer de favor" –, uma nova codificação se expressa sobre a atitude, desta vez, do voluntário. O voluntário antiparticipativo é o que busca outras organizações em que pode ganhar mais, supondo-se, com isso, que o voluntário participativo é aquele que fica na organização. Mas não é apenas isso, pois o voluntário participativo é aquele cujo comportamento se enquadra nos parâmetros instituídos pela organização, sendo tal comportamento codificado segundo as representações da organização. Ao ser interrogado sobre como seria uma atitude participativa diferente daquela "antiparticipativa" sobre a qual estava falando, João responde:

> É você conseguir, primeiro, que os educadores tivessem essa consciência muito clara. Porque você arregimentar educadores numa determinada comunidade para ganhar esse auxílio voluntário, ele faz isso geralmente para completar renda. Mas não necessariamente ele tem essa visão política, essa visão de cidadania, essa visão dele que ele faz um trabalho político e não político-partidário. Por que que eu digo isso? Porque às vezes eles confundem o trabalho político com o trabalho de política-partidária e embolam um pouco o discurso. Os que têm esta visão mais para frente, mais de cidadania, eles misturam com o problema político-partidário. Aqui, a gente sempre fez questão, de embora seja fundado [político fundador] e tenha toda uma ligação histórica com o [partidos específicos], nós pretendemos sempre ter uma atitude suprapartidária, sem preconceitos e sem fazer a cabeça de ninguém, não é nessa linha, não é por aí. Mesmo porque são pessoas de visões diferentes. Agora, você tem essa visão política, às vezes tem esse viés. Às vezes repetem muito e são muito panfletários na linha de uma visão político-partidária. Então é muito difícil a gente passar para eles, isso leva muito tempo, o que é um trabalho político, que esse é um trabalho político de EJA, e que não se mistura com o político-partidário que é de diretório. Então é nesse sentido que a participação claudica um pouquinho. Não sei se fui claro.

Pode-se compreender que a "participação claudica", a partir de uma leitura da fala de João, quando o fazer dos voluntários não segue os parâmetros definidos pela organização, parâmetros estes compostos por regras e normas baseadas numa concepção específica de participação que teriam a função de regulação das relações entre os sujeitos e de seus comportamentos. A opção do voluntário por trabalhar na ONG, tal como aponta João, está pautada mais no objetivo de complementação de renda do que na identificação com o ideal da organização, na partilha de uma visão de cidadania ou de uma visão política que não seja partidária. Segundo uma concepção de que a participação é suprapartidária, toda participação com um viés político-partidário, no caso, é considerada como "antiparticipativa", no sentido de não corresponder à concepção da organização sobre o que é participação. É possível supor que tal concepção de participação como suprapartidária, delimitadora das atitudes que podem ser compreendidas como participativas, é construída em meio às questões da organização e à sua própria história, que expressa, por meio das falas de João, um conflito entre a origem político-partidária fundamental da ONG A, vinculada ao governo e a um partido em especial, e sua afirmação de hoje pertencer à sociedade civil, enfatizando-se constantemente sua situação atual como suprapartidária. Pode-se observar, portanto, como à ideia de participação vão-se articulando representações formadas em meio aos processos grupais e institucionais, tal como a representação suprapartidária que se agrega à configuração da concepção de participação da organização.

Se, por um lado, "não se quer fazer a cabeça de ninguém", por outro, essa cabeça tem que ser de um jeito específico, codificando-se os comportamentos. Os voluntários fazem parte da organização e espera-se que seus comportamentos se orientem pelas regras e normas instituídas que caracterizam o enquadre que organiza o fazer da ONG A. É interessante notar, no entanto, que o mesmo processo de codificação se construa sobre a população atendida e sobre as demandas da população a serem respondidas pela organização.

Após um quase desabafo – "os alunos estão todos à espera de favores" – e diante da delimitação da ideia de participação frequentemente pelo que ela não é (*não* ditadura, *não* político-partidária, *não* supõe um pedido de favor), pergunta-se a João sobre os alunos, sobre o que seria um aluno participativo, e ele responde:

> Um aluno participativo é um aluno que ele percebe que tem direito realmente ao bilhete único, que ele tem direito a um salário maior, não necessariamente a uma cesta básica, a menos que ele esteja numa situação difícil. Mas que ele não veja isso como um favor, como uma obrigação do governo. É aquilo que eu te disse, se o outro curso aqui oferece uma cesta básica… […] [participativo] vinculado a ele se perceber sujeito de direito e

> que ele tem que batalhar pelos direitos dele. Evidentemente, ele não tem condições e oportunidades, ele precisa ser ajudado mesmo, você... situações terríveis aí. Mas o problema que ele tem que entender é na autodeterminação dele, que ele tem que brigar por isso. Sem cair isso numa linha panfletária, partidária.

Ser participativo é perceber-se "sujeito de direito", é batalhar, conquistar e não esperar receber favores. O pedido por um passe pode até proceder como condição mínima para que o aluno exerça seu direito de ir à aula, mas tem que ser um pedido que se reconheça de direito para ser codificado como legítimo pela organização. O salário maior procede quando se vai em busca dele como direito e não como favor. O pedido pela cesta básica procede quando esta é realmente necessária; do contrário, configura-se como um pedido de favor. Evidencia-se, por um lado, uma codificação do pedido e do querer, um pedido de favor ou um pedido de direito; por outro, pode-se levantar a questão sobre quais seriam os indicadores que possibilitariam à organização definir como sendo de favor ou de direito um mesmo pedido: uma cesta básica, um passe ou um salário maior. Pode-se supor que tal codificação insere-se no jogo de representações que circulam vinculadas à concepção de participação da organização, tendo em vista a lógica de que aquilo que dela sai é contrário a ela, é "antiorganização". Assim, sendo a organização identificada com a participação, codifica-se como "antiparticipativo" quem sai dela e opta por outra.

A demanda da população a ser atendida pela organização não é qualquer demanda, mas se configura como uma demanda específica. Trata-se de uma demanda de um sujeito que se percebe "sujeito de direito", expressando um "querer de direito" e inserindo-se em uma busca política que não seja partidária. Por um lado, a organização se considera participativa por trabalhar em função das demandas da população; por outro, as demandas a serem atendidas são aquelas codificadas como estando de acordo com as representações da organização sobre a participação.

Esse jogo de codificações sobre o pedir evidencia-se quando inserido num outro contexto, quando se refere à demanda da organização por recursos ao Estado e às empresas: é a organização que agora *pede* recursos para sobreviver. A organização obtém seus recursos, em grande parte, do governo e das prefeituras, bem como dos diversos partidos por meio de parcerias, afirmando que "[a questão dos recursos] é uma questão complicada porque nós temos muito pouca possibilidade de termos recursos de empresas privadas". Ao ser questionado sobre o porquê dessa dificuldade de obter recursos de empresas privadas, João concede uma resposta curiosa:

> Por falta de gente que saiba pedir. Tem pessoas especializadas que cobram dinheiro para isso: os captadores. Aí eles querem ganhar um salário sobre isso. Nós não temos dinheiro para pagar salário. Então a proposta é algo assim: 10%. Também é uma coisa antiética, porque aquele dinheiro é para o programa, para o projeto, não para pagar. Então você fica nesse imbróglio e não consegue. A gente precisa ter gente aqui para fazer isso. Essa é uma dificuldade recorrente nas ONGs em geral. E aqui não tem essa ideia de fazer chás; como chama esses negócios que vende pano de prato? Como chama? Bazar. Principalmente as entidades mais assistencialistas. Dá muito trabalho e rende muito pouco. Então a maioria dos nossos recursos vem do governo mesmo.

Chama a atenção o contraste entre a codificação que vinha sendo construída sobre o pedir da população e a resposta sobre a dificuldade da organização em obter recursos como fruto da "*falta de gente que* saiba pedir", supondo-se aí a necessidade de haver pessoas especializadas – os captadores – que saibam pedir de determinada maneira. Fala-se em conquista da população e em batalha, mas a própria organização insere-se na lógica do pedir, do saber pedir de um jeito específico tal como, no caso, é determinado pelas empresas, cabendo a estas dar legitimidade ou não ao ideal representado pela organização.

Quando solicitado a falar sobre a relação entre a organização e seus financiadores, o entrevistado afirma: "Acho que é um jogo de interesses, de demandas que se cruzam. Nós temos interesse de desenvolver nosso programa, como toda ONG, sem finalidade lucrativa. Ninguém esta aqui para ficar rico".

Pode-se supor que há em jogo o interesse dos financiadores e o interesse da ONG em desenvolver seu programa e continuar existindo, supondo-se ser o interesse da população representado pela organização e por seu ideal de participação popular. Tal ideal, como visto, diz respeito à organização, à sua história e à sua fundação, sendo atribuído pela organização à população, como se dela fosse, orientando a atuação da organização no sentido de transformar a sociedade em uma sociedade participativa.

Ainda sobre a relação da organização com seus financiadores, João considera que não existe impacto da política governamental no trabalho da ONG, ou que haja ingerência do governo, uma vez que

> a preocupação geralmente nesses órgãos é muito mais de ver se aquilo aconteceu mesmo, se o dinheiro foi aplicado de forma correta. É muito mais nesse sentido e nunca uma avaliação mais qualitativa. Quem tem essa perspectiva geralmente são as empresas, eles querem saber como é que o dinheiro… Só que essas parcerias empresas e ONGs é bastante complicada, pois são duas visões completamente diferentes. Às vezes, eles querem que uma ONG aja com uma rapidez, com uma prestatividade de uma empresa que tem questão de lucro, de competição, que tem uma série de

> procedimentos diferentes. A visão, a máquina do sistema, é outra. Mas nós não temos esse problema porque não estamos trabalhando com empresas.
> - Você acha que as empresas se interessariam em financiar a [ONG A]?
> - Ah, sim, interessariam. Interessariam porque… porque… Mas elas têm muito pedido, então isso funciona… quem chega lá primeiro… e elas também têm linhas muito claras… então, por exemplo… eu trabalhei numa ONG que tinha muita dificuldade de dinheiro, era ligada ao [outra organização], nós trabalhávamos com presos… com ex-presidiários, com a reintegração social de ex-presidiários. Então, eram homens muito ricos ligados ao [outra organização] aqui de Higienópolis que bancavam, mas eles bancavam perto do mínimo. Mas você tinha que pedir dinheiro. Você tinha pessoas captadores que pediam dinheiro nas empresas. Uma vez eu ouvi de uma senhora que disse que 'para velhinhos, nós damos dinheiro; para criança' nós damos dinheiro; mas, para bandido, nós não damos'. Você vê que é todo um preconceito. O nosso trabalho, como é participativo, é assim como vento. Nós não temos aqui criancinhas doentes, não temos velhinhos abandonados, nada disso. Então eles não percebem muito esse sentido… de… Eu estou generalizando, mas, de qualquer forma, é essa a visão.

Diferentemente do governo, a lógica das empresas se expressa com maior vigor sobre as ONGs, tanto no sentido da eficiência que exigem das organizações, como em relação à definição das temáticas a serem financiadas. Ter como eixo de trabalho e temática central a participação, segundo esse ponto de vista, não desperta o interesse das empresas por não lhes apresentar nada de palpável. Em sua falta de *concretude*, não correspondendo às concepções das empresas sobre como devem ser os projetos sociais a serem por elas financiados, a participação como temática não é compreendida pela lógica empresarial em sua importância. Observa-se que diferentes visões se atravessam: as visões dos financiadores e as visões da ONG, ambas tecendo leituras próprias sobre o que é importante para a população. Leituras estas, imersas em jogos de interesses múltiplos, baseadas em concepções de mundo e nos ideais das organizações, orientando a atuação (financiamento e propostas de projetos) da organização. Atuação esta legitimada *como se* equivalente às demandas de proveniência legítima da própria população.

## 2.2. Joana e Rita, da ONG A

Após conceder a entrevista, João sugeriu que outras duas profissionais fossem entrevistadas: Joana e Rita, atuantes na "linha de frente" e, segundo ele, capazes de falar mais detalhadamente sobre a prática da participação da ONG A. Estabeleceu-se, então, contato com Joana, que se prontificou a conceder uma entrevista. No dia, ambas estavam juntas e dispostas a serem entrevistadas em conjunto; foi realizada, assim, uma entrevista a três. Joana e Rita tinham um histórico longo de militância no campo social e como coordenadoras de

projeto; a primeira trabalha na organização desde seu início, na década de 1980, e a outra desde o final da década de 1990.

A oportunidade de entrevistar pessoas da mesma organização mostrou-se fecunda por possibilitar a emergência de semelhanças e diferenças nas representações que compõem a ideia de participação com concede sentido ao fazer da organização, explicitando uma articulação entre a história daquela ONG, o percurso de cada sujeito na própria vida e na organização e o vínculo que estabelecem com a organização e com o ideal que a funda. Requisitadas a falar sobre a história da organização, tendo em vista a participação nela expressa e os diversos entendimentos e processos a ela relacionados, Joana, a mais antiga funcionária, inicia seu relato da seguinte maneira:

> [A ONG A] é formad[a] por um grupo que tinha quase que uma certa obsessão por essa questão da participação. Então sempre foi uma coisa muito forte essa ideia de que todos podem participar, que a não participação é uma escolha política de omissão. Eu não tenho nada a ver com isso. Você não tem que ficar esperando que o governo vai resolver tudo, porque é impossível, ainda mais num país que tem o nível de demanda e de necessidade como o nosso. Então sempre foi muito forte essa crença de que você precisava envolver as pessoas a participar. E daí não só envolver os segmentos que vivem em condições mais precárias. Porque aí tem um pouco dessa ideia de que 'não, aí eles têm que se envolver e participar para saírem daquela situação'. Mas não, é de responsabilidade de todo mundo. Então todo mundo tem que se envolver para a democracia ser uma realidade.

Logo de início, a ideia que emerge vinculada à de participação é a de "obsessão". Fala-se de uma "obsessão" pela questão da participação no sentido não apenas de que todos *podem* participar, garantindo-se esse espaço, mas de que todos *devem* participar. A "obsessão" pela participação é expressa como sendo do grupo fundador da organização, no sentido de buscar, a todo custo, envolver a população em sua totalidade. É de responsabilidade de todos, desde a população que vive em condições precárias até o restante da população, envolver-se e participar na solução das demandas e necessidades do país. A organização funda-se nessa "obsessão" pela participação, tendo como objetivo *obsessivo* transformar a população não participativa numa população participativa, livrando-a da não participação tida como escolha política de omissão. Tal crença de participação, apesar de remeter, como ideal, a uma representação única, como condição para a realização plena da democracia, abarca um conjunto de representações que se vão construindo em meio aos processos da própria organização.

Essa "obsessão", na origem da organização, por convocar todos a participar, apresenta-se como nascida em contraposição ao autoritarismo da ditadura:

> […] Então todo mundo tem que se envolver para a democracia ser uma realidade.
> Entrevistadora: se envolver no quê?
> Joana: Nos problemas locais, da cidade. Então [a ONG A] é gestad[a] nesse fim de período de ditadura, logo depois. Então tinha essa efervescência de participação. Mas era muito forte a ideia de que tem que envolver todos os setores da sociedade civil. Então a sociedade civil tem que realmente participar […] Então sempre foi assim, foi uma quase obsessão essa questão da participação. Daí, assim, é uma coisa que a gente acredita bastante, mas não só como discurso. Muitas vezes, a gente sabe que é um percurso mais longo e trabalhoso, mas a gente realmente acredita que você precisa, criando autonomia nas pessoas para participar, estar estimulando a participar. É essa construção permanente aí de vários grupos.

A "obsessão" pela participação, remetendo ao sentido de uma ideia fixa a ser perseguida, nasce como fruto de uma aversão intensa à ditadura. Trata-se de uma "obsessão" que visa atingir uma mudança pós-ditadura, envolvendo a sociedade até então reprimida no sentido de consolidar a democracia. Supõe-se aí uma ideia de participação a ser difundida pela organização como valor à população, por meio de atividades no sentido de estimular a população a participar, buscando autonomia.

A ideia de *obsessão* não supõe uma clareza do que se quer, mas uma ideia fixa: *é preciso participar*, mas participar de que forma? Uma ideia fixa colocada como condição para a democracia, mas que também abriga, por meio de sua função ideológica, outros sentidos. Tal ideologia, portanto, é fundante à organização, sendo em torno dela que o conjunto de sujeitos envolvidos se organiza e se vincula. A ideologia sustenta a coerência ao camuflar as contradições inevitáveis que o encontro do ideal e da realidade do fazer abriga.

Essa "obsessão" expressa uma demanda da organização focada em seu ideal *obsessivo* por uma sociedade participativa, de modo a difundir tal ideal de participação à população e sanar sua omissão num sentido determinado, tal como compreendido pela organização. A demanda é tratada como se proviesse *da* população, que ainda não a teria descoberto como sendo sua; como se o querer da organização fosse equivalente ao querer da população, mesmo que esta ainda não o soubesse. Tal *obsessão*, portanto, é legitimada ideologicamente como fruto de uma necessidade *da* população. A participação torna-se, no contexto da organização, um projeto dela própria, não tendo sido gerada espontaneamente na população, mas estimulada e difundida a ela por meio da organização e de suas práticas.

> Então [a ONG A], desde o começo trabalhou com jovens, mulheres com o movimento negro, com vários grupos em toda a trajetória. E daí sempre teve muito essa linha de formação e também de provocar ações concretas.

> Sempre muito acreditando que quem está nos grupos e nos espaços sabe mais do que ninguém quais são as suas necessidades. Então, como é que você envolve essas pessoas para buscar saídas, soluções e tal? Então é sempre essa preocupação em estar fortalecendo, levando informação e formação e também apostando na coisa da autonomia nesse processo de depois essas pessoas fazerem suas escolhas e suas caminhadas, mas depois tendo acesso. […] Essa coisa da informação faz a gente, são coisas que a gente leva muito a sério, ampliar o repertório das pessoas dos grupos. Porque a gente não trabalha, é claro, com o indivíduo, mas é mais com o coletivo.

O trabalho da organização, tendo como objetivo a difusão da participação como ideia por meio de suas práticas e buscando uma mudança de comportamento da população (da omissão à participação), expressa uma ênfase no estímulo à participação e à construção da autonomia. A participação vincula-se, agora, à ideia de autonomia no sentido da população – ciente, mais do que ninguém, de suas necessidades – conseguir construir saídas e soluções por conta própria, cabendo à organização fornecer-lhe informação e formação para que tal construção autônoma de saídas e soluções aconteça e continue acontecendo sem a organização. A organização, portanto, contribuiria, em suas atuações, para a construção de uma autonomia da população, ajudando-a a desenvolver, por ela própria, soluções para as suas necessidades e demandas.

Sendo a geração de autonomia na população apresentada como um dos objetivos da organização, atrelada à concepção de participação, a questão da autonomia vai-se delineando, no entanto, também atribuída à própria organização e aos meios de sustentação financeira por meio das parcerias. Ao ser abordada a temática das parcerias, as entrevistadas explicitam a fragilidade de ter convênios apenas com o governo, afirmando ser importante que haja uma diversidade de apoiadores. Ao ser-lhes questionado o porquê dessa necessidade, Joana responde:

> porque hoje um dos grandes problemas das organizações não-governamentais, há um ano e pouco, participamos de um seminário da ABONG que era deprimente. Porque é um grande problema essa questão dos recursos, tanto que tem essa discussão de ter acesso a fundos e depois teve também uma campanha muito grande contra as ONGs, a coisa da 'pilantropia' etc. Acho que a impressa fez um serviço 'desserviço'. A gente sabe que tem todo tipo de organização, tem gente séria e não séria. Mas acho que você tem que ter essa diversidade, até porque uma hora está mais fácil aqui, outra hora está mais fácil ali. A gente sempre fala que tem que ter uma cesta de apoiadores diversificados. Mas a gente historicamente tem mais convênios com o governo. Do mesmo jeito que algumas ONGs sofreram um impacto muito grande nos últimos anos porque tinham mais recursos vindos de fora e esses recursos quase todos foram cortados. Então, assim, é importante ter uma diversidade.

A diversidade de apoiadores é inicialmente apresentada como uma solução perante a fragilidade da organização no sentido de sua sustentabilidade. Sendo a organização vulnerável às decisões dos financiadores de corte de recursos, a saída é ter vários apoiadores para diluir o risco do impacto de um possível corte de um deles, garantindo a manutenção da organização. Em outro sentido, mas também sobre a questão dos parceiros, Rita diz:

> acho que, por esse lado, olhando para a instituição, para a sustentabilidade das ONGs, é necessário para ser sustentável. Mas a gente olha para esse outro lado da participação do território, quando a gente diz que participação é também convocar vontades, é você trazer todos aqueles atores que estão dentro do território para cada um responder, dar a sua resposta para aquele problema social. Não tem porque só o Estado responder, só as empresas responderem ou só os indivíduos responderem. Então, como você junta todas as forças que existem dentro de um território, dentro de um país para encontrar respostas, para construir alternativas? Acho que tem esse outro lado que também é provocativo para nós, que temos ações que sempre têm como foco que os moradores, que os grupos ganhem autonomia. A gente está aqui, a nossa proposta é esta: que eles virem um dia um grupo autônomo como outros grupos que [a ONG] acompanhou e que depois viram ou OSCIP ou grupo autônomo, o que eles quiserem, mas que eles consigam caminhar sabendo como acessar os recursos que existem dentro da cidade, dentro do país, como elaborar projetos, como executar, como produzir relatórios, como controlar as políticas públicas.

Os recursos, na fala da Rita, são apresentados como associados à ideia de participação. Partindo da premissa da participação como referida à totalidade da população, a entrevistada afirma que todos *devem* participar e oferecer suas respostas para o problema social: o Estado, as empresas e os indivíduos. Participação é convocar vontades que não se manifestam espontaneamente, mas que precisam ser convocadas. Nesse sentido, tanto a concessão de recursos para projetos sociais pode ser considerada uma forma de participar, quanto a articulação autônoma de um grupo em busca de recursos para executar projetos, segundo suas próprias demandas, pode ser considerada participação. Deduz-se daí que a criação de uma organização, como uma ONG ou uma OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), é uma forma de participação, bem como é considerada como sendo participação a atuação dos financiadores que irão garantir a manutenção dessas organizações e a execução dos projetos que essas propõem.

A participação, nesse sentido, expressa-se tanto pelo ato do apoiador de apoiar uma organização da sociedade civil, quanto pelo ato daquele que busca o recurso. O apoiador é, portanto, participativo. A busca por recursos, saber como obtê-los, elaborar projetos sociais e executá-los é uma forma de expressão da autonomia tida como equivalente à participação. É interessante observar, no entanto, que justamente a necessidade de se obter recursos e apoio

para executar a participação expressa pelas ONGs insere-se num jogo de interesses e demandas que apresentam, inevitavelmente, limitações à autonomia anunciada.

Ao ser perguntada sobre como seria a relação entre os apoiadores e as propostas de atuação da organização, Joana responde:

> É um jogo. Qualquer edital já pressupõe que você tem que se adaptar àquele edital. A gente estava até conversando disso no almoço-reunião para resolver, e agente estava conversando um pouco sobre isso. E é sempre um ponto de interrogação. Porque claro a gente vai até um determinado ponto se não tiver a ver com o que a gente acredita e está fazendo a gente nem apresenta. Mas aí, apresentando, a gente sabe que tem surpresas no percurso. A gente por exemplo, mandou há um ano e pouco atrás uma proposta que praticamente estava tudo certo, daí o apoiador que era uma empresa multinacional fez um super corte que era Brasil e São Paulo.

A relação entre apoiado e apoiador se dá como em um *jogo*. Para obter recursos e levar a cabo o objetivo em torno do qual a organização se estrutura, fazem-se necessários ajustes cuja grandeza varia, mas cujos limites inserem-se nesse jogo em que alguns têm mais força de impor suas regras do que outros, força esta que inevitavelmente pende para o lado daquele que possui o recurso e que define sua destinação. O lado leve da balança é aquele da organização que necessita do recurso para se manter financeiramente e continuar existindo com a intenção de levar a cabo sua "obsessão" pela participação. Uma vez imerso na realidade desse *jogo* entre financiadores e ONGs, o ideal de participação da organização vai ganhando outros contornos, na prática. Na sequência à fala de Joana, Rita aborda a mesma questão sobre a relação entre os apoiadores e as propostas de atuação da organização:

> eu acho que o maior desafio de ajuste… eu acho que a gente não chegou a ter grandes questões ideológicas, senão a gente nem apresentaria o projeto… isso a gente não teve. Mas tem as camisas de força, que o apoiador muitas vezes coloca é que pouquíssimos querem investir em coordenações de projeto. As pessoas querem que o projeto aconteça na ponta e que você seja um voluntário e nós somos profissionais. Você precisa pagar aluguel, precisa pagar as contas como qualquer outra pessoa precisa fazer. Então, essa incompreensão é um embate grande que a gente tem tido, não só nós [da ONG A], mas todas as ONGs, que é como é que se compreende que, para ter qualidade na ponta, você tem que ter profissionais que pensam nesse projeto, que registram, que avaliam, que se encontram, que discutem, e esse profissional precisa ser remunerado como em qualquer empresa seria. Então, acho que essa é uma grande questão que a gente tem que estar discutindo o tempo todo com os apoiadores, se não a gente acaba fazendo isso voluntariamente. Até porque a gente sabe da importância do projeto estar lá na ponta, aí você faz o projeto acontecer lá na ponta e a gente fica sem dormir, fica sem pagar as contas, tudo para o projeto poder acontecer.

Existem certos limites, por parte da ONG, nessa adaptação às exigências dos financiadores. A organização pode efetivamente optar por não se adaptar àquele edital ou àquelas determinações do financiador, buscando outros meios e outros financiadores; no entanto, parece inegável que a definição, em última instância, é inevitavelmente daquele que detém o recurso. Ele delimita as condições de concessão dos recursos e a ONG pode não acatar, mas, ainda assim, o recurso será concedido a alguma outra organização que o aceite. Uma vez que ela decida adaptar-se, a delimitação, de maneira mais evidente e em diferentes graus, é do financiador; mesmo havendo margem de manobra e de negociação, é ele quem detém o poder de sanção.

As "camisas de força" do apoiador, segundo se pode depreender da fala de Rita, aplicam-se tanto ao projeto de determinada organização a ser financiado, quanto à maneira de funcionar da organização e ao fazer cotidiano das pessoas que nela trabalham. Como relata Rita, a relevância concedida pelo financiador à *ponta* do projeto desconsidera a importância da coordenação do projeto e da manutenção financeira da organização, as quais possibilitam a execução mesma do projeto financiado. Pode-se compreender, portanto, que as definições do financiador impactam na forma de execução do projeto, no próprio trabalho das pessoas na organização, na forma como elas se relacionam entre si e com a organização. Dando continuidade a esse assunto, Joana completa:

> E aí assim são duas dificuldades, tanto no setor governamental quanto empresarial. Esse das coordenações, então muitas vezes eles falam que não pode ter muita coordenação ou não pode ter coordenação, o que é uma loucura. E também tem aquela questão da organização, porque, assim, a organização para existir, ela também precisa do recurso. Então, empresa quando vai vender um produto põe lá x% de taxa de administração, sei lá como chama. Projeto social não pode, também é outro ponto onde o problema pega. A sede tem gastos, então não tem esse apoio institucional, que eu acho que é complicado também. Se você levar isso mais profundamente, esse apoio institucional não é só a casa, são os profissionais da organização. Porque, senão, você nunca pode ter uma equipe, pois, se os projetos são de um ano, um ano e meio, dez meses, no máximo dois anos alguns, você tem aquela equipe, acabou o projeto, manda todo mundo embora, acabou a equipe, desmonta a equipe. Então isso é bem complicado. E não tem esse problema organizações que tem muita grana.

As lógicas e compreensões dos financiadores, expressas nas "camisas de força" impostas aos projetos sociais, acabam por determinar a forma de funcionamento e execução do projeto em função, por exemplo, da importância atribuída às características do coordenador (se voluntário ou profissional) e ao papel deste na execução do projeto. Diferentemente de uma empresa que produz e se sustenta pela venda de seu produto, visando

ao lucro, um projeto social, para acontecer – nos moldes das ONGs que se estruturam hoje, valendo-se mais de profissionais assalariados do que de militantes ou voluntários –, supõe tanto a manutenção física da organização, quanto o pagamento aos profissionais que nela trabalham. As delimitações apresentadas pelo financiador vão determinar, direta ou indiretamente, os moldes do projeto e a forma de atuação da organização, bem como o tipo de vinculação que esta estabelece com seus profissionais. Toda essa "camisa de força" traz inevitavelmente um questionamento sobre a qualidade da autonomia dessa organização, que tem como um dos norteadores de seu trabalho com a população o desenvolvimento da autonomia desta.

Assim, para a organização levar a cabo seu ideal de participação, para os projetos poderem estimular a participação da população, ajudando-a a desenvolver a autonomia, fazem-se necessários recursos de apoiadores. Tal necessidade, por sua vez, insere a organização em relações nas quais sua autonomia pode ser colocada em questão. O ideal de participação aqui, apesar de presente, é submetido ao teste de realidade perante as dificuldades de sobrevivência da organização que, para continuar existindo e realizar seus projetos e seu ideal de uma sociedade participativa e autônoma a cabo, depende de financiamento, precisando adaptar-se às determinações do financiador e submeter-se, de uma forma ou de outra, ao seu poder de sanção. A relação com os apoiadores – apesar de a concessão de recursos pelos apoiadores ser considerada como uma forma de eles participarem, fazendo sua parte na resposta às demandas e necessidades da sociedade – apresenta-se menos pautada pelo ideal da organização do que pelas delimitações que expressam os interesses do financiador e pela necessidade mesma de sobrevivência da organização como tal. Trata-se, portanto, de uma participação *da totalidade* da população que expressa forças desiguais entre seus diversos segmentos.

Há um ideal da organização de participação e de transformação da sociedade no sentido de esta se tornar mais participativa e autônoma, mas, por outro lado, a própria organização sofre com a autonomia por depender de recursos advindos de financiadores que acabam, em última instância, fruindo do poder de decidir, em diferentes graus, quais organizações serão financiadas, quais projetos, quais temáticas e como isso será executado. Evidencia-se, a partir da leitura aqui construída, um problema relevante de autonomia da organização que se insere numa relação contraditória com a própria tarefa desta.

Quando questionadas se conseguiam ver uma relação entre os diversos apoiadores e a autonomia da organização, Joana responde:

> a gente nunca teve maiores problemas de autonomia. Mas também a gente assim… você sabe que eu sempre lembro nesse assunto, eu lembro do Betinho, que quando começou uma época eu assisti ele num evento que tinha uma fala que assim que quando ele resolveu levar a campanha para a televisão, para a Globo, parecia que ele estava sentando com o capeta, as pessoas super criticavam ele dizendo 'você não pode', mas ele perguntava 'mas por que não?'. É claro que não é qualquer dinheiro que venha… a gente vai… é claro, a gente não vai aceitar do crime etc. Mas nunca tiveram problemas de perder a autonomia, mas é claro que nós temos alguns critérios.

O que parecia evidente em relação ao problema de autonomia da organização posta em sua dependência dos financiadores mostra-se inicialmente negado na fala de Joana. Haveria, talvez, uma insuportável contradição de afirmar a própria falta de autonomia quando se discursa sobre a autonomia dos grupos com quem se trabalha, mantendo-se, assim, por meio da negação, uma coerência no fazer e no sentido que se constrói sobre tal fazer. No entanto, dado o prosseguimento da fala, a preocupação se apresenta menos vinculada à autonomia da organização do que à necessidade de obtenção de recursos. O paradoxo da autonomia (atuação em função do ideal de autonomia atribuído à população, mas a própria organização não frui de autonomia em sua atuação) é encoberto pela explicitação da necessidade de se obter recursos, evidenciando a prioridade deste, não necessariamente atrelado a questões ideológicas. O limite da origem do dinheiro a ser obtido – considerando-se que "não é qualquer dinheiro que venha" – é circunstanciado àquele proveniente do crime. Mas até chegar nesse limite, expresso pela radicalidade que o fato de ser do crime revela, pode-se supor um universo bastante heterogêneo de fontes a serem possivelmente aceitas. A relevância do problema da autonomia se revela, assim, mesmo em sua negação, como secundário à resolução de toda a dificuldade de se obter recursos que garantam a continuidade da organização.

Ao falarem das dificuldades concretas que enfrentam na coordenação dos projetos, após serem questionadas sobre quais seriam as dificuldades, ambas as entrevistadas assim discorrem:

> *Rita:* Acho que é dormir e acordar pensando como garantir que essas coisas aconteçam. Acho que é essa.
> Joana: A coisa do recurso é um problema.
> *Rita:* […] Agora, acho que a gente não tem dificuldade em dar marcha à ré. Por exemplo, tem coordenações que sofrem a cada vez que retroceder em algumas coisas. A gente já acostumou a respeitar o ritmo dos grupos, entender os processos dos lugares, e pensar 'ah, que pena, não deu certo, não… isso acontece… é uma grande possibilidade…'.
> *Joana:* Rara. A gente também está há tanto tempo aqui que a gente tem

> autonomia de escrever projetos, criar, mandar, negociar. Porque a gente faz tudo aqui de 0 a 1000. Lava, passa, cozinha, serve, varre, arruma festa, tudo vai para Brasília falar com secretário, falar com prefeito de município, a gente faz tudo. E aí assim, isso só dá se você tem envolvimento com as causas que você trabalha, porque, senão, as famílias falam 'escuta, qual é, né?', é uma cobrança grande. Tem uma amiga que diz que cada vez que ela chega em casa ela tem medo que quando ela for pôr a chave ela tem medo de não abrir e ter um recadinho 'colocamos outra em seu lugar favor devolver a chave'. Ela tem sempre essa sensação quando chega no prédio. (risos)

Por um lado, a dificuldade enfrentada é garantir, segundo a resposta de Rita, a continuidade dos projetos, "garantir que as coisas aconteçam"; por outro, de acordo com a fala de Joana, a dificuldade é atribuída ao recurso e à sua obtenção como um problema. O recurso se atrela à garantia de que as coisas aconteçam e continuem, mas o que sustenta a organização para além do recurso, conforme as falas que se seguem, é a militância e o envolvimento com a causa, ou seja, a vinculação em torno do ideal comum.

Observa-se, nas respostas, uma aparente vulnerabilidade da organização e dos projetos, sujeitos que estão às sanções e definições dos financiadores. A vulnerabilidade da organização impõe-se aos sujeitos que nela trabalham, os quais parecem vivenciar uma ambivalência entre o fato de serem funcionários, tendo a ONG como seu meio de vida, e a militância caracterizada pela identificação com ao ideal "obsessivo" da organização. Uma identificação que as leva a participar de tudo na organização, fazendo-se de tudo, à exaustão, sacrificando a vida pessoal e o sono para "fazer com que as coisas aconteçam" na luta por levar a cabo o ideal da organização que também lhes pertence. A dedicação militante ao ideal é tal que emerge a compreensão de se estar fazendo uma escolha pela causa em detrimento da vida pessoal, identificadas que estão com a organização. Por outro lado, trata-se de um meio de sobrevivência, de uma profissão, sendo-lhes necessário obter recursos para sobreviver, para manter a organização e para manter o ideal representado pela organização em torno da qual elas se organizam e ancoram sua personalidade.

Outra dificuldade na coordenação dos projetos que emerge da fala de Rita é a que se refere ao ritmo, ao tempo exigido, próprio de um trabalho que se proponha participativo. Há um ritmo dos grupos e há a possibilidade de não dar certo. O ritmo próprio da participação como processo de um grupo levanta a questão sobre a relação desse ritmo, de uma outra temporalidade, com o ritmo delimitado pelos financiadores. Quando lhes é questionado sobre a experiência da realidade concreta da participação em relação ao que ela é em discurso, as entrevistadas voltam à questão do tempo da participação:

> *Joana:* É… mas é aquilo que a gente falou… mas isso tem ônus. Eu estava

> lembrando, por exemplo, lá em Barras que a gente trabalha com o município todo, que tem três territórios, e a gente trabalha nos três. Mas a gente percebe que os ritmos são completamente diferentes nos três. Então, assim, tem que chegar no ponto que daria para chegar com dois, mas tem o terceiro, em que acontece coisas assim: mudanças na coordenação, começa a vir gente na reunião que não vinha, aí a coisa… você tem que ficar esperando para alcançar os outros. E daí a gente aprendeu que não dá para você ter pressa, você tem que respeitar esse ritmo, você tem que investir, você tem que… podia falar 'gente, vamos lá com os que estão na frente e os que estão atrás vão ficando', não porque, assim, a gente realmente não acredita nisso. Tem, então, digamos esse ônus… a democracia exige esse investimento.
> *Entrevistadora:* E como que esse tempo do grupo, do processo do grupo, se relaciona com o tempo da instituição? Os projetos que precisam ser entregues?
> (risos)
> *Joana:* Dos recursos?
> *Entrevistadora:* Dos recursos, como vocês veem essa relação, como vocês lidam com isso?
> *Rita:* Eu acho que a gente tem aprendido a ter projetos menos ambiciosos. Acho que tem sido um aprendizado pra gente. Até por colocar a nossa escuta e sensibilidade mais a serviço. Porque aí com o tempo você vai aprendendo a olhar para um projeto e, ao invés de propor vinte, propor dez. Mas saber que aqueles dez foi apropriado por todos que fazem parte do projeto, não é uma coisa só da coordenação.
> *Entrevistadora:* Dez do quê?
> *Rita:* Dez de tudo, colocando uma meta numérica. Tenta, vamos formar, mobilizar… tem vinte lideranças, mas vamos mobilizar dez… são dez, mas são dez que estão dentro do projeto que entende o processo, vão virar referência. Então isso a gente vai aprendendo também a construir dentro dos projetos. A colocar menos os nossos desejos ou os do apoiador e mais com o pé na realidade. Quanto mais com o pé na realidade você está, mais você sabe o que é possível. Então tem isso também, nós somos uma coordenação que faz tudo, tudo mesmo… então a gente está lá, a gente não só lê os relatórios. A gente está lá, estamos fisicamente dentro de todos os projetos. Então a gente sabe, a gente sabe os nomes, sabe as caras, sabe o que acontece.
> *Entrevistadora:* Estão fazendo parte…
> (risos)
> *Joana:* Por isso que eu falo que a obsessão pela participação continua…
> *Rita:* É, continua…

Fala-se de ajustes que vão sendo feitos no fazer entre o ideal da organização, as delimitações do financiador e a realidade da prática que explicita as contradições entre o ideal e o real. A identificação de Rita e Joana com o ideal que funda a organização se expressa claramente na fala acima reproduzida. A "obsessão" pela participação continua aqui, sendo elas as portadoras desse ideal que orienta seus fazeres na organização e suas vidas, conduzindo-as a participar de tudo, de todos os processos da organização, para garantir, a todo custo, inclusive ao custo pessoal, que "as coisas aconteçam". O ideal "obsessivo" da participação, com sua função ideológica, encobre as contradições e os paradoxos, por

exemplo, referentes à questão da autonomia em que se insere a organização. A obtenção de recursos parece ser, na verdade, um meio vivido como essencial para manter a organização em funcionamento, mas, mais do que isso, consiste também em uma forma de manter e de sustentar o ideal representado pela existência da organização, sendo fundamental à identidade dos sujeitos da instituição, tornando-se, nesse sentido, algo prioritário.

### 2.3. Francisco, da ONG B

Entrou-se em contato com a ONG B, explicando-se o objetivo da pesquisa e solicitando-se uma entrevista com uma pessoa por eles indicada. Francisco, escolhido para falar em nome da organização, participou de sua fundação na década de 1980 e atualmente exerce o cargo de secretário executivo, atuando há 30 anos no campo social. A ONG tem os direitos humanos como principal eixo de trabalho, articulando-se fortemente com a participação e organização popular. Uma vez apresentada a tarefa de abordagem da "participação tal como expressa na organização e nos diversos entendimentos e processos a ela relacionados", Francisco foi requisitado a contar o histórico da organização:

> A origem da nossa organização vem fundada dentro das pastorais sociais da diocese de São de Paulo, da Igreja Católica. Pós-revolução de 64 houve um vazio muito grande de organização, muitos nordestinos, muitas pessoas saindo do Brasil, muitos partidos cassados, muitas liderança políticas, sociais, artistas, fora do país. Eu venho de uma geração pós-golpe de 64, então a gente começou a participar e a se indignar com uma série de situações de opressões do regime e também com as condições de moradia, condições de muitas pessoas da rua. Como estamos nessa questão social dentro das pastorais sociais, começamos a perceber que existia a população em situação de rua, meninos na rua. Situações que, como questão, a gente achava que tinha que ser feito alguma coisa. Partimos para esse lado assistencialista quando a gente percebe, aquela coisa de distribuir sopa, de acolher, de sentar para conversar. Mas a gente, como jovem, vários jovens unidos, a gente começou a perceber que isso não era suficiente, que era importante a gente mexer nas estruturas que levam a essa situação. Começamos a ter entendimento político da situação, do Estado a serviço de uma classe, então a gente começou a entender e estudar essa questão, e com muita… dentro da Igreja, que era a época da teologia da libertação, com Dom Paulo Evaristo Arns apoiando muito os trabalhos na periferia; Puebla, que foi um conselho da Igreja Católica que fez a opção pelos pobres. Então várias pessoas militantes da Igreja, que estavam dentro da Igreja, começaram a ir para a periferia.

Com uma origem de fundação diferente da ONG A, apesar de também vinculada ao fim da ditadura e à transição para a democracia, essa organização nasce ligada à Igreja Católica. É marcada por uma passagem do assistencialismo para a proposta política de

transformar as estruturas que levam à situação de pobreza, associada a uma ala relacionada à teologia da libertação e à educação popular.

> Eu particularmente comecei a trabalhar com educação de adultos na periferia de São Paulo, na zona leste no bairro do Itaim. Aí você começou a ter contato realmente com a população carente, a questão do transporte, a questão da moradia, saúde, todas estas questões. Forçosamente você começa a ter entendimento político. Na nossa concepção, as pessoas todas precisavam ser políticos, quer queira quer não queira. Dentro disso, a gente começou a entender que a luta pelos direitos era historicamente a luta dos sem direitos. Houve um caso em que as mulheres se uniram e lutaram. A jornada de trabalho foi uma união dos trabalhadores para diminuir a jornada de trabalho. Várias das conquistas sociais são fruto da organização popular. Dentro dessa premissa, a gente começou a militar e [a ONG B] nasce, de forma formal, dentro do inicio do fechamento da Igreja. [A ONG B] nasce em 1988, onde a Igreja começa a ter a mudança. Dom Paulo sai, assume Dom Claudio, e a Igreja começa a ter uma guinada um pouco para a direita. Os padres, bispos mais progressistas, como Dom Angélico na região leste, Dom Luciano Mendes de Almeida no Belém, foram transferidos para arquidioceses longes, para arquidioceses mais conservadoras. E a gente percebeu que havia um movimento. Então houve todo... esse grupo de responsabilidade da Igreja desse movimento começou a entender que era importante a gente sair desse espaço clerical, espaço da arquidiocese, espaço institucional da Igreja, e se consolidar como ONG, como organização social, independente das estruturas da Igreja mas fortemente ligada.

A partir do desenvolvimento de uma postura política desse grupo de jovens, postura esta apresentada como uma escolha contrária ao assistencialismo, explicita-se a compreensão de que *todos* – ou seja, toda a população – *deveriam* ser necessariamente políticos, sendo as conquistas possíveis como fruto da organização popular. Tal como expressa a narrativa de Francisco, a organização funda-se nessa ideia de que todos deveriam ser políticos e de que as transformações na sociedade deveriam advir da organização popular, cabendo à ONG dar suporte ao protagonismo da população.

A formação da organização como ONG dá-se a partir da desvinculação, da Igreja, de um grupo que participava de um movimento em seu interior e que era apoiador da causa da organização popular e da atuação política. Diante das mudanças na Igreja e de seu "fechamento" conservador, marcado por uma "guinada à direita", esse grupo sai do "espaço institucional da Igreja" para se formalizar e se consolidar como uma organização da sociedade civil. Institui-se, então, uma organização que atua independentemente da Igreja, mas que ainda mantêm uma forte relação com esta.

A narrativa de origem da ONG B a vincula, portanto, a uma ala alternativa na Igreja e à militância no sentido da organização popular, havendo também uma vinculação com outra organização "de ponta na questão de organização popular da população excluída".

> Então é isso, nesses vinte anos trabalhando temos... é uma organização ecumênica, trabalha muito com a questão da mística. Então, assim, todos que trabalhamos temos a opção de trabalhar aqui, nenhum tem uma opção financeira de trabalhar aqui, apesar de sermos funcionários. Mas, assim, temos apoio de várias organizações que se consolidaram, com a Alemanha, com a Inglaterra, hoje com a defensoria pública do Estado... Mesmo com a Secretaria de Assistência Social do Governo Federal temos convênio, com a União Europeia nós temos convênio. Então, é uma organização com 26 pessoas, com o corpo de sócios de 50 pessoas que estão aí lutando, acreditando em construir uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária.

Observa-se, quando Francisco descreve a ONG no presente, que a Igreja e a militância de origem ainda operam fortemente em seu funcionamento, fazendo-se presente pela mística cristã e pela característica militante dos funcionários, que ali trabalham menos por uma opção financeira do que pela causa que os une. A atualidade da narrativa de Francisco consiste em incluir, na descrição da organização, suas fontes de recursos e convênios, fontes de peso e heterogêneas entre si, que parecem ser apresentadas como geradoras não apenas de recursos, mas de legitimidade e de reconhecimento da organização. Finalizando a primeira apresentação do histórico da organização, a narrativa de Francisco explicita o ideal que articula os funcionários e os sócios da organização, unidos em sua luta em prol da construção de "uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária".

Ao ser questionado sobre como a participação popular era compreendida, Francisco responde:

> Eu acho que a nossa atuação, basicamente só tem sentido… Aí é que está, nós não somos instituto de pesquisa, nós não somos instituto de planejamento urbano apesar de todos, a grande maioria, ter mestrado, doutorado em várias especialidades, em moradias, direito da cidade, em política, mas a gente sente que... aquilo que eu te falei primeiro: a luta dos direitos é basicamente a luta dos sem direitos e, dentro do espectro dos direitos humanos, a gente sabe que a organização popular é fundamental. E a gente sabe que, para a interlocução da sociedade, o sujeito coletivo tem muito mais força do que o sujeito individual. Então a gente... tudo, tudo, sem exceção, a gente procura fazer coletivamente. Inclusive as nossas ações são coletivas, você não vai ver uma pessoa [da ONG B] como o expoente, mas sim o nome [da ONG B] está à frente, pois isso nos resguarda de represálias, porque a gente faz o enfretamento às vezes pesado com o Estado ou até com empresas na questão do direito, então a gente se preserva e [a ONG B] está na frente. Dentro desse sentido, o sujeito coletivo tem mais força, porque você consegue o diálogo com a sociedade civil e com as instituições governamentais com mais ênfase.

A ideia de participação é vinculada à de organização popular, considerando-se estar

nesta, entendida como coletividade, a possibilidade de reivindicação e de luta. A participação, na narrativa de Francisco, é constantemente associada à coletividade, a um coletivo que pode enfrentar, lutar e conquistar a mudança. Vale notar que a própria ONG é compreendida como um coletivo, como organização instituída, como grupo, sendo fruto do poder de reivindicar ou de enfrentar o Estado ou empresas em relação à questão dos direitos; além disso, ao apresentar-se como organização, ela protege os indivíduos que nela atuam. O caráter coletivo atribuído à ONG e o coletivo próprio da organização popular misturam-se; nesse sentido, todos são sujeitos coletivos. A participação expressa pela organização popular ganharia, em sua dimensão coletiva, força para dialogar com a sociedade civil e com as instituições governamentais. Ao mesmo tempo, o potencial combativo, tanto da organização popular quanto da ONG, apresenta-se como maior na medida em que está inserido na institucionalidade, podendo, assim, melhor dialogar com as instituições da sociedade.

Ao ser interrogado sobre o trabalho com a organização popular da ONG B e se eles atuavam com a organização popular que se formam para além do estímulo concedido pela própria organização, Francisco diz:

> Não, não, [a ONG B] é o meio. [A ONG B] não é referência da organização social, é alguém que ajuda a organização a se… Exemplo: a gente participou da formação… de todo o processo dos catadores de São Paulo que hoje estão se organizando a nível até de América Latina, mas fortemente nacional. No movimento nacional dos catadores, nós tivemos uma grande participação com reuniões de formação, mas eles são o sujeito. Então, eles… a gente procura ajudá-los, mas, sem… sem… atrapalhar a caminhada que eles tenham o protagonismo da ação. Então hoje o movimento nacional dos catadores é uma realidade. O movimento de moradia hoje a gente teve participação forte com estímulo, reuniões aqui. Hoje o movimento nacional de moradia já discute com o governo federal a PEC discute com a defensoria… várias ações dentro da justiça e do executivo vêm oriundas de uma luta popular. Hoje estamos partindo para a organização de um movimento da população em situação de rua, um dos membros nossos viaja o Brasil todo convidado até, com apoio do governo federal, para organizar os movimentos dos moradores de rua a nível nacional, e eu estou hoje trabalhando também com apoio em alguma aldeias indígenas guarani para tentar realmente ajudá-los na organização. Então é assim: a gente o ajuda a se organizar nos cortiços, nas favelas. […] E a primeira coisa que a gente faz é organizar eles em uma associação, porque numa associação você consegue interlocução, você consegue tirar representantes para negociar de uma forma clara e transparente com o executivo.

A ONG é apresentada como o meio, como suporte à organização popular, fornecendo formação, organizando reuniões e servindo de estímulo. À organização popular cabe o papel de protagonista; é ela que leva a cabo suas reivindicações, e à ONG cabe fornecer os meios para tanto. A participação é constantemente associada não apenas à coletividade, sempre

referida ao grupo, mas também ao protagonismo popular. Supõe-se com isso que a demanda de organização popular se inicia no grupo: a ONG concede os meios e o grupo organizado luta como protagonista da ação, caminhando sozinho. A participação da ONG B nesse processo é apresentada como secundária, de ajuda à organização da população, concedendo os mecanismos institucionais, aportando-lhe certa institucionalidade legal (por exemplo, transformando os grupos em associações), para assim haver possibilidades de diálogo com as instâncias institucionais perante as quais reivindica. Vale ressaltar que se trata de uma ONG que trabalha com direitos humanos, sendo possível supor que ela está pautada tanto na questão da conquista de direitos, quanto na legalidade do Estado. Sua luta está pautada pela lei, sendo balizada pelo enquadre de regras e normas legalmente instituídas, ao mesmo tempo em que tem como horizonte a institucionalização de novos direitos.

À ONG B cabe, portanto, um papel secundário ao protagonismo da população ou do grupo organizado em sua luta. Porém, quando se adentra a questão da proveniência das demandas, ou seja, a questão sobre como se iniciam os projetos, vai-se revelando a complexidade em que a demanda da população está inserida.

> A demanda se dá de todas as formas. Às vezes por convite, às vezes por problema concreto. Como a gente é uma organização de direitos humanos, a gente é chamado às vezes pela defensoria a ajudar num problema concreto como a favela do moinho que pegou fogo. Então a gente é convidado, chamado para ir lá… eles dizem olha o pessoal está muito desmobilizado, a gente precisa ver a questão da moradia nova para eles, vocês não querem ajudar a mobilizar, organizar? Querem ir lá? Então a gente vai lá, chama as lideranças locais e fala 'olha, não seria legal a gente chamar uma reunião, explicar o que está acontecendo, um boletim alguma coisa?'. Chama uma reunião, sede um espaço, procura espaços dentro, procura resolver a situação de maior emergência jurídica, faz alguma campanha de ajuda. Então, é às vezes alguma situação de emergência.

Delineia-se aí uma questão interessante referente à origem da demanda de organização popular; constata-se a existência de um problema numa dada comunidade em situação de emergência por meio da Defensoria do Estado, ou seja, por meio de um terceiro nessa relação entre ONG B e população; esse mesmo terceiro avalia que a saída para o problema que a população está vivenciando é a organização desta para que, assim, possa haver diálogo com o Estado; a ONG B é chamada por esse terceiro para mobilizar a população e organizá-la em função de uma demanda nela suposta.

É inegável que uma situação de emergência como a descrita supõe uma demanda de ajuda por definição, uma vez que as pessoas estão em situação efetiva de vulnerabilidade e que, para sair dela, a organização popular torna-se necessária como meio de fazer valer suas

próprias necessidades ao Estado. O que se pretende ressaltar aqui, por meio desta leitura da fala de Francisco sobre a origem da demanda de organização popular, é a explicitação da *suposição* de uma demanda da população por um terceiro junto ao oferecimento de um meio de solução possível em função daquela suposição.

Outra fonte de demanda, a qual contrasta com a anterior, é aquela que, tal como explicitada por Francisco, chega à ONG diretamente por meio de um grupo ou de um indivíduo que solicita ajuda para resolver uma situação, e a ONG então oferece a possibilidade de mediar a organização do grupo:

> Outros grupos, a gente incita a organização. 'Gente não adianta vocês virem falar para mim individualmente, vamos nos reunir, porque, você viu, a demanda sua é a mesma da demanda da sua, da sua, da sua.' Como aconteceu com os catadores. Vários sofriam do mesmo problema, a gente tinha uma casa de convivência e eles só usavam a casa para banho e para guardar documento. A gente propôs: 'gente, vocês perceberam que todos têm o mesmo problema? Gente, vamos nos reunir e buscar a solução?' Ai foi caminhando, caminhando, e nasceu as cooperativas de catadores. Hoje é assim, nada nasce do dia para a noite. É uma luta deles principalmente de se organizar, de acreditar na organização popular e assim acontece em vários, em moradias… no movimento de moradias aconteceu assim, quer dizer, 'gente', primeira coisa que chega um morador de cortiço que é uma realidade muito forte no centro, a gente pergunta: 'só você sofre esse tipo de abuso?', ou sei lá, luz falta, ou o prédio está caindo, ou condições de moradia indigna, fala 'não! lá moram 50 pessoas'. 'Opa, então, você não poderia chamar uma reunião com essas 50 para a gente poder tentar resolver o problema das 50 pessoas junto do que a gente tentar resolver o problema de um. Porque a gente precisa ter o consentimento de 50, é uma intervenção na casa dos 50 não é na sua, sua casa é um quarto desta casa'. Aí ela fala, 'ah legal, eu marco'. Aí a gente marca um dia, normalmente de sábado ou domingo, a gente se apresenta e a gente fala: 'olha, vocês estão com esse problema, seria bom fazer uma ação contra o dono, porque vocês estão morando dessa forma vocês tem risco, vocês têm criança'. E a gente vai organizando.

A demanda, nesse caso, é expressa pelo indivíduo e a ONG a eleva à sua dimensão coletiva, expondo e explicitando o problema e a demanda ao grupo, bem como oferecendo suporte à definição de soluções e à execução jurídica destas. A organização popular é uma saída oferecida e incitada não apenas pela ONG, mas também pelo Estado, como possibilidade de estabelecer um diálogo.

> E eu acredito, assim, que gente faz um papel fundamental até para o Estado. Porque o Estado precisa dessa interrupção de forma ordenada, até para fazer alguma intervenção, eles nos pedem para ajudar na organização porque a intervenção fica mais clara, mais transparente. São pessoas que não estão acostumadas a se organizar, então, a gente procura usar uma linguagem mais clara. Os advogados são treinados para poder ter muita clareza na ação que

> vai fazer, saber que estão lidando com pessoas não acostumadas a esse tipo de linguagem. É isso que tomamos muito cuidado.

A organização popular passa a ser um meio do Estado intervir na realidade daquele grupo, expressando um atravessamento de uma demanda do Estado para a organização popular. Apesar da incitação à organização popular sempre ser justificada como sendo uma demanda da população, mesmo que ainda não sabida por esta e descoberta no decorrer do processo, observa-se um múltiplo atravessamento de demandas pela organização popular: desde aquela efetivamente expressa à ONG pela própria população até aquela do Estado e a da própria ONG, que considera importante trabalhar determinada população de uma forma específica. Esse delineamento no jogo das demandas às quais as ONGs respondem ganha corpo no momento em que se aborda a questão dos financiamentos.

Quando questionado sobre a relação da ONG com os financiadores, Francisco relata:

> Os financiadores são normalmente agências de cooperação internacional. Todos os países da Europa, principalmente os da União Europeia, têm projetos de financiamento externo; a União Europeia tem um pacote desse tipo. Então os externos é muito ligado às Igrejas; então a gente consegue acessar fundos. Por exemplo, na arquidiocese, tem assim um programa: a paróquia me manda, a arquidiocese me manda, então a gente tem um apoio pontual na arquidiocese da Alemanha que ajuda a gente. A gente manda, normalmente, o vínculo é muito transparente. Manda-se projeto, tem auditoria, vê quanto vai gastar, quanto não vai gastar, tudo certinho, e eles tem o monitoramento, né, então essas são as agências internacionais.

Revela-se a manutenção de uma relação com a Igreja não apenas pela mística, mas uma relação de financiamento e de intermediação de projetos. Ao mesmo tempo, explicita-se um jogo de demandas entre aquelas predeterminadas pelo financiador por meio de editais, aquelas provenientes da própria ONG que busca recursos e ainda uma demanda suposta na população a ser atendida pela ONG já financiada.

> Com a União Europeia, a gente está fazendo esse projeto com os índios, está ligado com à União Europeia. Eles fazem uma chamada tipo… o ano passado eles fizeram uma chamada dizendo ‘queremos trabalhar com índios urbanos porque a questão indígena tem sido muito violada’. Na ONU, foi discutido que os índios urbanos não têm cobertura, estão muito aquém nos países principalmente na América do Sul. Só que a União Europeia não financia a totalidade do projeto. Você precisa entrar com uma contrapartida de 20%, então isso às vezes, para uma organização, é muito pesado para três anos de projeto. A gente está falando de 20 mil dólares, uma coisa um pouco mais pesada. Aí eu, a gente teve o convite de uma organização inglesa chamada [uma outra ONG internacional] que atua no Brasil e essa organização nos convidou. Falou ‘olha, nós estávamos olhando vocês, como parceiros, seria interessante vocês entrarem nesse projeto, queremos que

> vocês entrem, queremos entrar nessa temática', e convidou uma outra organização que trabalha diretamente com os índios. Porque nós dialogávamos muito com o direito da cidade e eles dialogavam muito com a questão indígena territorial. E aí a gente fez essa parceria, estamos fazendo esse projeto, tem sido bastante exitoso. Lógico, dentro dos limites, é um projeto pequeno, mas a gente acredita que já estamos intervindo um pouco nessa situação.

Pode-se observar, a partir dessa descrição, o caminho trilhado até chegar à população, concedendo uma imagem inversa daquela que considera a atuação da ONG como uma resposta à demanda popular. O *querer* inicial do processo começa na União Europeia, baseado na visão da ONU, que diz: "*queremos* trabalhar com índios urbanos". Faz-se, então, uma chamada pautada nesse *querer*, determinando áreas a serem trabalhadas segundo determinada leitura da realidade dos indígenas dos países da América Latina. Sem entrar no mérito da possível dedução que poderia ser feita sobre o amplo jogo de interesses e atravessamentos de uma dada perspectiva cultural, subjacentes a cada determinação de temática da ONU e dos financiadores dos países desenvolvidos, atendo-se aqui apenas à leitura da fala de Francisco, é possível observar a explicitação da atribuição, por uma organização internacional, de uma *suposta* demanda do segmento urbano da população indígena. A União Europeia, então, abre um edital e oferece recursos relativos àquela temática dentro de determinados moldes que acabam tornando necessária, às organizações com poucos recursos, a intermediação de alguma outra organização maior. Esta outra organização maior, neste caso, também internacional, "querendo" entrar nesta temática e "querendo" que a ONG B entre também, avaliando, portanto, a *suposta* demanda da população indígena a ser atendida pelas ONGs legítimas, propõe a duas organizações menores brasileiras que levem a cabo o projeto com a população indígena urbana. A força aparente de tal atravessamento vertical de delimitações das instituições financiadoras e das demandas expressas por esse *querer* das organizações faz pensar que, agora, uma vez que boa parte do percurso foi definido e que os financiamentos foram estabelecidos, restaria apenas encontrar essa população indígena urbana, comunicar-lhes e explicar-lhes que possuem demandas, propondo-lhes e orientando-os sobre os meios possíveis de solucioná-las.

No entanto, quando Francisco é interrogado sobre como teria sido essa passagem, desde o edital que abriram até o contato com os indígenas no meio urbano, a questão das demandas torna-se ainda mais complexa em sua fala. Ele diz:

> Não, é que já existia uma organização que tinha um trabalho regular com os índios de alfabetização, de trabalho, já existia esse trabalho. Nós colocamos que a gente no universo indígena, indigenista para nós era um universo que a

> gente não trabalhava, trabalhava com a questão urbana, luta, moradia, com catadores, com população de rua. E aí eles... o convite veio com a nossa experiência de se mexer no meio urbano de organizações já sedimentadas, de movimento de moradia, UMM, União do Movimento de Moradia. A gente foi convidado dizendo 'olha, vocês tem muito o que ajudar porque os índios, eles são invisíveis dentro desse tecido social da cidade; gostaria que vocês interviessem, ajudassem essa organização, que chama [organização que trabalha com a temática indígena], que já trabalha com os indígenas e vocês pudessem ajudar eles a trazer as questões dos índios com o meio urbano de uma forma um pouco mais articulada, mais em rede', que a gente já tinha este trabalho. E aí a gente aceitou esse desafio. Achou que valia a pena, pelo convite, pela confiança e a gente está hoje tocando esse projeto.

A determinação de investimento na problemática indígena urbana e a suposição de demandas nessa população proveniente de organizações internacionais encontram-se com a realidade das organizações que já trabalham com essa temática e com essa população, sendo inserida num jogo de relações já existentes entre organizações diversas que trabalham com a população indígena. Cada uma das organizações, tal como se pode supor, tem suas histórias, seus ideais, suas visões de mundo e suas leituras sobre as demandas da população indígena a serem por elas atendidas, justificando, inevitavelmente, suas atuações como atendimento às demandas legítimas provenientes dessa população. A percepção diante de tal descrição sobre o caminho percorrido do financiamento até a população, a qual, por sua vez, já se encontra atravessada por diversas organizações, é a de que a demanda da população indígena torna-se, nesse caso, apenas mais uma entre muitas outras, tendendo-se à mescla entre o que eles formulam como suas próprias demandas e o que é legitimado como demanda a ser respondida pelas organizações. O mesmo jogo de demanda se dá numa outra temática trabalhada pela organização:

> Outro projeto é a questão da economia informal, outra chamada da União Europeia um pouco maior. Aí já estamos com a União Europeia de Bruxelas, porque a União Europeia aqui no Brasil tem chamadas pro Brasil e às vezes você tem chamadas em Bruxelas, chamadas para o mundo todo. Tipo 'União Europeia está preocupada com tal questão social e mandem projetos de todo o mundo'.

O *querer*, mais uma vez, nasce no financiador; trata-se de um *querer* que é legitimado por sua identidade quase inquestionável com uma demanda efetiva da população.

Pergunta-se ao Francisco se ele achava que as diretrizes das organizações financiadoras, tanto internacionais quanto nacionais, influenciariam no trabalho da organização. Ele responde dizendo que as ONGs deveriam ser algo em extinção:

> ONG, na nossa visão, deveria ser uma coisa em extinção, não deveria ser uma coisa que... a gente está substituindo uma falha do Estado. O Estado deveria ter um pouco de consciência política, deveria ter uma saúde pública de qualidade, educação de qualidade, não precisaria estar essas ONGs trabalhando ali… Agora, ONG também não é um… O termo ONG é muito amplo. Você tem ONG que serve para mascarar dinheiro público, desvio de verbas públicas, tem ONGs sérias, tem ONG que só difunde a questão religiosa, tem ONG… Ah, a gente não pode… Tem que diferenciar um pouco esse universo. Como a Igreja não é uniforme e heterogênea, o Estado é heterogêneo, a gente tem alianças com setores do Estado, setores do Governo Federal, porque a gente sabe que é tudo muito… não dá para dizer, qualificar de ONG… você está trabalhando com um universo muito heterogêneo. Nós estamos numa ONG no campo democrático, que acreditamos numa transformação social, lutamos contra a desigualdade social, não queremos ser referência de força, de montar um prédio, para ser… A gente acha que o tamanho que já estamos já está grande demais. A gente acha que o Estado tem que assumir o seu papel, tem seu compromisso, de ajudar realmente essa população, mas a gente está lutando por isso. Agora, o futuro a Deus pertence.

É interessante notar que, ao ser questionado sobre a influência das determinações de organizações financiadoras no trabalho das ONGs, Francisco associa a essa ideia expressa pela pergunta a necessidade de extinção das ONGs, pois estas estariam cumprindo uma função que deveria ser do Estado. Assim, uma pergunta que se refere justamente ao financiamento, estando aí subjacente a possibilidade de sobrevivência e manutenção da ONG, tem como resposta a necessidade de extinção da organização, o que explicita um paradoxo: deve-se ter como horizonte o fim das ONGs; ao mesmo tempo, a maior luta dessas organizações hoje é pela sobrevivência financeira. Por um lado, a possibilidade de extinção das ONGs tem como horizonte a realização da transformação social que anunciam, a conquista de suas lutas, a institucionalização dos direitos e das funções sociais do Estado; por outro, as ONGs mantêm uma relação de dependência com seus financiadores, relação esta que é fundamental para sua sobrevivência e para a continuidade de sua luta, ao mesmo tempo em que delimita os sentidos e os alcances da transformação que as organizações anunciam.

Dentro do universo heterogêneo das ONGs, Francisco delimita a ONG B como uma organização que acredita na transformação social, que luta contra a desigualdade social, que não tem o objetivo de se tornar uma grande ONG e que pretende manter seu tamanho reduzido, estando voltada à luta e ao apoio ao protagonismo popular. Pode-se compreender, portanto, que quando uma ONG fica *muito grande*, ela mesma se torna referência em detrimento do protagonismo da população. Talvez esteja aí expressa a ideia de que quanto maior a organização, mais ela se encontra amarrada à própria existência como organização instituída, em detrimento das demandas e do protagonismo da população. Vale lembrar que,

no entanto, mesmo pequena, a ONG B tem apoio financeiro de grandes organizações; nesse sentido, a fala de Francisco demonstra haver um atravessamento das delimitações de tais organizações, levando a pensar na questão sobre quem efetivamente exerce o papel de protagonista quando se trata da definição de temáticas e de grupos a serem trabalhados pela organização.

Quando interrogado explicitamente sobre a articulação entre os financiadores e o trabalho, ele diz:

> Ah, eles são cúmplices. É que é assim: com o poder público, os poderes públicos, ela fica um pouco… vai… é… poder público eu não sei se seria diferente disso, como é hoje, mas ele é muito… Nós somos prestadores de serviço… A gente presta um serviço para o Estado, a gente cuida de uma parte que o Estado não dá conta, a gente cuida da população de rua, porque o Estado não tem um departamento para cuidar, ela terceirizou esse serviço. Quando a gente fala isso, a gente está aproveitando essa terceirização para organizar o povo, para ajudá-los a se organizar, e temos resultados muito interessantes, não de confronto só com o Estado não, de autoajuda, de autoorganização. Acho que um ex-morador de rua, ele convence muito mais um outro morador de rua a sair daquela condição às vezes de exclusão, de dependência química do álcool, com muito mais facilidade do que um educador vindo da classe média que não conhece essa realidade. Ele dialoga melhor. Então, a gente cria esse sujeito coletivo de autoajuda que eles realmente consigam, com seus pares, sair dessa situação, e a gente tem tido bastante resultado. Isso para mim é o mais importante.

A partir de uma fala em que se vem construindo uma compreensão da própria organização em relação à sua atuação como atendimento a demandas de organização popular provenientes da população, parte-se, neste excerto acima, para uma definição de atuação da organização como *prestação de serviços* à população, ocupando um lugar que seria do Estado. Esse atravessamento da função do Estado, que se dá no momento em que a ONG se insere nele como meio de *terceirização* de atividades originalmente de sua responsabilidade, supõe uma adequação do trabalho da organização às suas determinações; tal atravessamento é apresentado como a própria brecha para o confronto com esse Estado que a acolhe. Ou seja, a ONG tiraria vantagem dessa terceirização para organizar o povo no sentido do confronto com o Estado. Ela se aproveita da brecha da terceirização para ocupar o lugar que o Estado está delegando mas, ao fazê-lo, pretende fomentar e ajudar o povo a se organizar, empoderando-os para o confronto com o Estado no sentido da reivindicação de direitos. Ao mesmo tempo em que ocupa a brecha da terceirização, postula-se que as ONGs precisam acabar, pois o papel por elas cumprido é do Estado. Uma vez inserida nas malhas estatais e com uma atuação atravessada e determinada pelo enquadre institucional do Estado, poderia a ONG B

dependendo dele, em parte, financeiramente, cumprir uma função de fato subversiva, por meio do suporte e apoio à organização popular rumo à transformação social anunciada pela organização?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao serem analisadas, as três narrativas apresentadas no quarto capítulo evidenciam a inexistência de uma significação uníssona a respeito da *participação* postulada como ideal, orientadora do fazer dos sujeitos na organização. Em cada uma dessas narrativas, vão sendo agregadas representações à ideia de participação; representações cujas formulações se apresentam intrínsecas ao histórico de cada organização, atravessados pelo histórico da categoria em questão, e articuladas às singularidades dos sujeitos. Representações estas que vão sendo construídas pelos sujeitos em suas práticas, sujeitos estes que estão imersos nos processos institucionais e que são partes constituintes do conjunto intersubjetivo, ao mesmo tempo em que são por ele constituídos. A participação como discurso e prática, como ideal e realidade, apresenta-se, assim, inserida em processos que implicam sujeitos, grupos e instituições.

Em tais narrativas, a participação comparece como um ideal das organizações, *como se* constituída por uma representação única, cumprindo uma função unificadora dos sujeitos da organização e concedendo sentido às suas práticas. Tal ideal, para funcionar como elemento unificador e homogeneizador do grupo, bem como eixo de identificação dos sujeitos entre si e com a organização, mantém encobertas as contradições inerentes ao seu encontro com a realidade, garantindo, por fim, sua coerência. Na concepção de Kaës (2005), o vínculo sustenta-se não pelo ideal em torno do qual os sujeitos se identificam, mas pelo que é encoberto por ele, pelo que precisa ser "deixado de lado" para que o vínculo se sustente. A ideologia, portanto, cumpre uma função de vinculação e de sustentação da coesão do grupo, ao mesmo tempo em que cumpre uma função psíquica ao sujeito, evitando que este entre em conflito psíquico, permitindo-o viver na ilusão de um estado não-conflitual de sua psique, repleto e intocado pela falta (ENRIQUEZ, 1997).

O ideal, segundo Enriquez (1997), concede sentido ao fazer e ao existir das pessoas, modelando as representações conscientes que os sujeitos têm sobre o sentido de seus fazeres na organização ao mesmo tempo em que lhes permite racionalizar o que dele escapa. Pode-se dizer que há um trabalho psíquico de ajustamento das representações que vão articulando-se a esse ideal, no sentido de garantir ao sujeito alguma coerência e algum sentido sobre o seu fazer. As narrativas aqui apresentadas expressam, em seus percursos, a relação entre o ideal enunciado e a realidade da prática, evidenciando as contradições e os ajustes entre um e outro.

É curioso notar que, em parte devido às perguntas predefinidas pelo entrevistador – que inicia a entrevista pelo histórico da organização –, as narrativas que se desenvolvem

apresentam um ato heróico de fundação vinculado a uma ruptura com a lógica autoritária da ditadura, erigindo-se a participação como ideal da organização, em seu valor absoluto e inquestionável. Se no início da entrevista o ideal apresenta-se envolto na áurea do sagrado, cujo sentido se constrói em meio à narrativa de origem da organização; no decorrer desta, quando se vai abordando a questão dos recursos e dos financiamentos, aportando dimensões da realidade cotidiana das organizações, cabendo ao sujeito discorrer sobre seu fazer, vão-se delineando contradições e paradoxos entre o ideal enunciado e a realidade narrada. Para os que acompanham a narrativa, tais contradições parecem evidenciar-se nesse contraste entre o ideal enunciado e a leitura que o sujeito constrói sobre a realidade da prática, dando a impressão de estarem mascaradas aos próprios sujeitos narrativos. Àquele que narra sucedem-se ajustes que parecem dar conta das incoerências que o sujeito enfrenta ao falar sobre suas práticas, sempre orientados pelo ideal partilhado. Em torno das compreensões sobre a participação, é possível observar o modo como, nas narrativas – que estão imersas nesses contrastes entre o ideal e o real –, o papel das demandas da população e da transformação social é apresentado, expressando suas contradições e seus paradoxos quando relacionado à realidade do fazer cotidiano e dos recursos.

Quando, nas três narrativas, a ideia que caracteriza a participação aparece atribuída à própria organização, ela está relacionada a uma prática que *responde às demandas da população*. Nesse sentido, uma organização que trabalha de forma participativa orienta seu fazer em função de tais demandas. No entanto, ao mesmo tempo em que, sendo portadoras do ideal de participação da sociedade civil, as organizações legitimam suas práticas como *respostas às demandas da população*, é possível observar que a leitura sobre as demandas a serem legitimadas *pela organização* como passíveis de respostas, recebem contornos específicos. Essa leitura se constrói em meio aos processos institucionais e está vinculada aos ideais das organizações, ideais estes que concedem os subsídios para a construção dos sentidos específicos dessa leitura. Por um lado, uma organização participativa trabalha em função da demanda da população – o que legitima discursivamente suas práticas –; por outro, essa demanda é lida ou estimulada de uma determinada maneira, sendo reconhecida e legitimada pela organização *se* esta demanda se apresentar da maneira específica esperada. Por exemplo, tal como expressa a narrativa de João, pode-se deslegitimar um "pedido" da população ao codificá-lo como sendo "de favor", construindo-se uma leitura "antiparticipativa" sobre o pedido e sobre o sujeito. Este sujeito, que "sai" da organização em busca de outra que satisfaça seu "querer de favor", é compreendido como "antiparticipativo". No entanto, esse mesmo pedido pode ser lido como "de direito" em outro contexto, cabendo à

organização a missão de formar aqueles que nela permanecem e que não vão em busca de outras organizações, no sentido de fazer com que aquele mesmo pedido seja *elevado* a um "pedido de conquista", em que o sujeito de perceba "sujeito de direitos".

Nessa codificação de demandas baseadas nas representações que vão sendo produzidas nos processos institucionais, inserem-se compreensões e lógicas das organizações financiadoras. Se, por um lado, quando se faz referência ao ideal, afirma-se que as demandas provêm da população, por outro, quando a questão dos recursos é abordada, as demandas da população se apresentam inseridas num jogo com outras de distintas proveniências, misturam-se a diferentes leituras construídas sobre as próprias demandas consideradas oriundas da população. Evidencia-se, na fala de Francisco, uma passagem do ideal de participação – tida como protagonismo da população e como trabalho com suas demandas – para a explicitação da realidade do atravessamento de demandas vindas de alhures. Por um lado, tal protagonismo é idealmente considerado como devendo ser *da* população e *da* organização popular; por outro, o "querer" tem sua origem na organização internacional financiadora que decide trabalhar com um determinado segmento da população, num determinado sentido. Um "querer" que passa para uma organização intermediadora, segue para a organização executora, chegando, finalmente, à população, que é comunicada sobre um querer considerado, segundo as leituras *das* organizações, como sendo dela próprio.

Nas três narrativas, um dos ideais da organização articulado àquele da participação é apresentado como relativo a uma sociedade que seja diferente daquela em que se vive hoje, buscando-se, portanto, uma sociedade transformada. Na ONG B, por exemplo, o ideal de transformação expressa como horizonte uma sociedade "mais justa, mais fraterna e mais igualitária". O caminho considerado necessário para se chegar a essa transformação é o da organização popular e de sua participação na busca pela modificação das relações injustas e desiguais da sociedade. Tal concepção de sociedade ideal e do meio para se chegar a ela orienta e justifica as práticas da ONG B, no sentido de conceder suporte à organização popular, garantindo seu protagonismo na luta pela mudança e pela conquista de direitos. No entanto, para a organização fornecer esse suporte, ela precisa de recursos que acabam definindo *a priori* a quem será *concedido* o protagonismo desta luta, determinando o segmento da população a se intervir no sentido de sua organização. Se existe a possibilidade de que o protagonismo, numa luta pela mudança efetiva, possa ser *concedido*, é algo a se questionar. O que fica evidente é que essa busca por uma sociedade igualitária supõe uma imersão em relações desiguais: de um lado, uma organização como a União Europeia, definindo temáticas de projetos sociais a serem financiados na América Latina; de outro, a

população, estimulada e organizada pela ONG. Uma ONG que, ao mesmo tempo em que depende de recursos para a sobrevivência e para a garantia de seu ideal de uma sociedade igualitária, estabelece uma relação de dependência com o polo que contribui para a manutenção da desigualdade, amarrando-se de maneira submetida ao lado da balança que possui maior peso econômico e político.

Pode-se ainda, ter como ideal, tal como expresso na narrativa de Joana e Rita da ONG A, uma sociedade participativa. Ideal este a ser perseguido de maneira "obsessiva" pela organização, afetando o fazer dos sujeitos nela envolvidos, sujeitos estes que "participam de tudo", à exaustão, sacrificando suas vidas pessoais pela causa, buscando, a todo o custo, "fazer as coisas acontecerem", no sentido último de levar a totalidade da sociedade à participação. Trata-se de um ideal que carrega, portanto, uma demanda *da* organização sobre a população no sentido de *querer* que todos participem. É, portanto, um projeto *da* organização, compreendido por ela como fundamental à população. Essa sociedade participativa tida como ideal a ser perseguido, vincula-se, na narrativa de Joana e Rita, à ideia de autonomia. Quando abordada a questão dos recursos e seus meios de obtenção, o ideal de uma sociedade participativa e autônoma contrasta-se com a imagem expressa por Rita de inserção da organização numa "camisa de força", delimitada pelos financiadores. As ideias de autonomia e de "camisa de força", como partes da compreensão construída sobre a organização, expressam um paradoxo que é solucionado na narrativa, negando-se a falta de autonomia, ao mesmo tempo em que se racionaliza a essencialidade de obtenção do recurso para a manutenção da organização. Na verdade, a tentativa de solução do paradoxo o fortalece: a manutenção financeira da organização é fundamental para a continuidade do ideal por ela carregado e representado, mesmo que a obtenção de recursos implique sua não autonomia, amarrada que está aos financiadores em detrimento do comprometimento com a população e, portanto, implique a não realização do ideal de uma sociedade participativa e autônoma. As ONGs precisam sobreviver para poder transformar; para sobreviver, comprometem a possibilidade da transformação que anunciam.

A problemática da participação aqui estudada no âmbito das ONGs, quando pensada como processo grupal – com todas as vicissitudes vistas ao longo deste trabalho – e remetida à relação processual do *instituído* versus *instituinte*, evidencia a questão em torno da ideia de *transformação social* e das ONGs como agentes possíveis dessa transformação, tomada no sentido das necessidades da população. As ideologias de *transformação social* e de *proveniência da sociedade civil*, características do campo das ONGs, ao sustentarem um sentido instituinte, perdem de vista a realidade instituída, burocratizada e amarrada em que as

organizações hoje se encontram, concedendo menor importância à sua dependência do que à necessidade de manutenção das organizações e de elaboração das contradições.

Se as ONGs efetivamente cumprem a função de agentes de transformação da sociedade, isso depende de como se considera o que seja *transformação*. Sendo organizações instituídas, as ONGs não atuam às margens e em paralelo às instituições vigentes e dominantes na sociedade, como alternativa a elas, mas fazem parte e estão amarradas fundamentalmente a tais instituições, delas dependendo sua sobrevivência, o que torna pouco provável uma subversão que seja significativa. O que pode, talvez, caber às ONGs, dada sua realidade instituída, no sentido de potencializar mudanças variadas na sociedade, é o esforço constante de manutenção de um espaço crítico e reflexivo que a mantenha *viva*. Tal como considera Enriquez (1997), para manter uma organização viva, cabe ao conjunto buscar perceber suas contradições internas, propor indagações, abrindo, assim, a possibilidade de manter nela mesma um movimento instituinte que não caia no instituído, na inércia e na repetição.

A possibilidade de manutenção do movimento instituinte nas organizações estaria, segundo Enriquez (1997), no espaço do pensar, analisar, discutir, observar e elaborar. Pode-se supor que um dos principais problemas da influência das lógicas governamentais e empresariais no funcionamento das ONGs estaria nos limites que essas lógicas podem acabar impondo às organizações, no que diz respeito à possibilidade de existência desses espaços. Impondo seus próprios tempos aos projetos e organizações financiadas – o tempo do lucro e da produtividade, ou o tempo da política e da burocracia estatal –, a intervenção direta ou indireta nas formas de funcionamento das ONGs pode acabar tolhendo dessas organizações um tempo fundamental ao processo do conjunto intersubjetivo que envolva reflexão, análise e elaboração; aponta-se, assim, para um tema que se faz essencial nesse contexto: o *tempo*.

Há um tempo próprio ao pensar, ao refletir e ao elaborar. Impõe-se aqui a questão do tempo, do tempo do sujeito, do tempo do grupo, do tempo necessário e próprio ao processo do grupo no caminho para a abertura da possibilidade deste se apropriar de sua capacidade instituinte. O grupo, tal como consideram Rouchy e Desroche (2005), pode ser um meio de intervenção para a mudança, articulando o intrapsíquico ao intersubjetivo. A garantia do lugar da palavra, da elaboração e da interpretação, pode possibilitar o trabalho intersubjetivo com representações, valores, normas, regras e identidades, mantendo viva a capacidade instituinte dos grupos na organização. Mas há aí o resguardo de um tempo necessário, um tempo de crítica e reflexão que permita ao conjunto caminhar no sentido contrário ao da tendência à burocracia e à submissão a uma ordem instituída. Um tempo do pensar que permita ao fazer

cotidiano escapar do automatismo, um automatismo que aliena o sujeito de seu fazer, alienando-o da possibilidade de fazer de outro jeito. Sem a garantia de um tempo e um espaço de reflexão, elaboração e conflito de ideologias e de representações, pode-se aceitar o modo de existência atual das ONGs como algo que se impõe a nós, para além de nós; discursando-se e enfatizando-se a capacidade da sociedade de instituir novas formas de relação, ao mesmo tempo em que se toma como dadas e imutáveis as lógicas das instituições que hoje amarram a *participação* no âmbito institucional das Organizações Não-Governamentais; perdendo-se de vista que, talvez, possa-se fazer de outra maneira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS[44]


BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. **O sujeito social**. Belo Horizonte: Ed. Puc Minas, 2004.

BION, Willfred R. Dinâmica de grupo: uma revisão. In: KLEIN, Melanie; HEIMANN, Paula; MONEY-KIRLE, Roger E. (Orgs.). **Temas de psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969.

BLEGER, José. Psicanálise do enquadramento psicanalítico. In: _____. **Simbiose e ambiguidade**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

_____. **Psico-higiene e psicologia institucional**. Porto Alegre: Artmed, 1984.

_____. O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: KAËS, René. **A instituição e as instituições**: estudos psicanalíticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

_____. **Temas de psicologia**: entrevista e grupos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BORDENAVE, Jose Diaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDENAVE, Jose Diaz; CARVALHO, Horácio Martins. Planejamento sem plano. In: _____. **Comunicação e planejamento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983a.

_____. Participar-pesquisar. In: _____. **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983b.

_____. Avaliação, participação. Anotações sobre um ritual de fim de período. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 12, 1984.

_____. **Educação popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____ (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

CALEGARE, Marcelo G. A. **A transformação social no discurso de uma organização do terceiro setor**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.


[44] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. Os movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1987.

_____. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.). **3º setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Nancy Valadares. **Autogestão:** o nascimento das ONGs. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor:** um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2005.

COLLETTA, Nat J. Participatory research or participatory putdown? Reflections on the research phase of an Indonesian experiment in non-formal education. **Convergence**, v. 9, n. 3, Toronto, 1976.

CUNHA, Antônio G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DALLARI, Dalmo. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEMO, Pedro. Avaliação participante: algumas ideias iniciais para discussão. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 48, fev. 1984.

_____. **Ciência, ideologia e poder:** uma sátira às ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. (1988), 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

_____. **Pesquisa participante:** saber pensar e intervir juntos. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

DIAS, Eurípedes da Cunha. Arqueologia dos movimentos sociais. In*:* GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DURKHEIM, Emile. O que é fato social? In:_____. **As regras do método sociológico**. São

Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

ENRIQUEZ, Eugène. **De la horde à l'Etat:** essai de psychanalyse du lien social. Paris: Gallimard, 1983.

_____. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **As figuras do poder**. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2007.

EZPELETA, Justa. Notas sobre pesquisa participante e construção teórica. In: EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.) **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Conocimiento y poder popular:** lecciones con campesinos de Nicaragua, México y Coimbra estudio preparado para los grupos de base y para la oficina internacional del trabajo. México: Siglo Veintiuno, 1985.

FARR, Robert. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERNANDES, Florestan. O que é sociologia? In: _____. **Elementos de sociologia teórica**. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Companhia Editora Nacional, 1970.

FERNANDES, Maria Inês Assumpção. **De como emerge a questão do narcisismo e da alteridade no grupo operativo**. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. Subjetividade à luz de uma teoria de grupos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 285-96, 1994.

_____. O trabalho psíquico da intersubjetividade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, p. 47-55, 2003.

_____. **Negatividade e vínculo:** a mestiçagem como ideologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. Algumas reflexões sobre a negatividade na construção dos laços sociais. **Vínculo**, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo .php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902004000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 jul. 2012.

FERNANDES, Ruben Cesar. **Privado porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. O que é o terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.) **3º setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FERNÁNDEZ, Ana María. **O campo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Revisitando as psicologias:** da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. 2. ed. São Paulo: Educ; Petrópolis: Vozes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.) **Pesquisa participante**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FREUD, Sigmund. (1920) **Além do princípio do prazer**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. (1921) Psicologia de grupo e análise do ego. In:_____. **Obras psicológicas completas:** edição standard brasileira. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. (1893-1895) Estudos sobre a histeria. In:_____. **Obras psicológicas completas:** edição standard brasileira, v. II. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1905) Três ensaios sobre a sexualidade. In:_____. **Obras psicológicas completas:** edição standard brasileira. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1908) Moral sexual civilizada. In:_____. **Obras psicológicas completas:** edição standard brasileira. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1913) Totem e tabu. In:_____. **Obras psicológicas completas:** edição standard brasileira. v. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1917) Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In:_____. **Obras psicológicas completas:** edição standard brasileira, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1925) Um estudo autobiográfico. In:_____. **Obras psicológicas completas:** edição standard brasileira. v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1932) Ansiedade e vida instintual. In:_____. **Obras psicológicas completas:** edição standard brasileira. v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1930) **Mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. (1900) **Interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

_____. (1912) Alguns comentários sobre o conceito de inconsciente na psicanálise. In:_____. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. (1914) À guisa de introdução ao narcisismo. In:_____. **Escritos sobre a psicologia**

**do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____.(1915) Pulsões e destinos da pulsão. In:_____. **Escritos sobre a Psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. (1915) O recalque. In:_____. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. The Repressed Returns In: _____. **Hate and the Jewish Science:** Anti-semitism, Nazism and Psychoanalysis. London: Palgrave, 2005.

FROSH, Stephen. Psychoanalysis and the politics of identity. In: _____. **For and against Psychoanalysis.** 2. ed. London: Routledge, 2006.

GADOTTI, Moacir. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GOHN, Maria da Gloria. A pesquisa nas ciências sociais: considerações metodológicas. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 12, p. 32-44, 1984.

_____. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas In: _____. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007a.

_____. I e II Fórum Social Mundial em Porto Alegre In: _____. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007b.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

_____. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 6. ed São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

GROSSI, Francisco V. La Investigación Participativa en la Educación de Adultos en América Latina: Algunos Problemas Relevantes. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 12, p. 32-44, 1984.

GUIDDENS, Anthony. O que é Sociologia?. In: _____. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUIUMBELLI, Emerson. Caridades, assistência social política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo. In: LANDIM, Leilah. **Ações em sociedade:** militância, caridade,

assistência, etc. Rio de janeiro: NAU, 1998.

GUIRADO, Marlene. **Psicologia institucional.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EPU, 2004.

HALL, Budd L. Participatory research: an approach for change. **Convergence**, Toronto, v. 8, n. 2, 1975.

_____. Participatory research, popular knowledge and power: a personal reflection. **Convergence**, Toronto, v. 14, n. 3, 1981.

HOURS, Bernard. **L'idéologie Humanitaire ou le spectacle de l'alterité perdue**. Paris: L'Harmattan, 1998.

IDIS. Ongueiros sim, mas profissionais. **Jornal do Brasil:** especial terceiro setor, 26 jun. 2002. Disponível em: <http://www.idis.org.br/sobre-o-idis/sala-de-imprensa/idis-na-midia/2002/ongueiros-sim-mas-profissionais/>.

IOSCHPE, Evelyn B. (Org.) **3º setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KAËS, René. **L'idéologie Études Psychanalytiques:** Mentalité de l'idéal et Esprit de Corps. Paris: Dunod, 1980.

_____. El Apoyo Grupal Del Psiquismo Individual: algunas consecuencias teóricas en relación a los conceptos de individuo y grupo. **Revista Temas de Psicología Social**, Buenos Aires, v. 7, 1985.

_____. **El Aparato Psíquico Grupal:** construcciones de grupo. Barcelona: Gedisa Editorial, 1987.

_____. (Org.) **A instituição e as instituições:** estudos psicanalíticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

_____. Realidade psíquica e sofrimento nas Instituições. In: _____. **A instituição e as instituições**: estudos psicanalíticos. São Paulo : Casa do Psicólogo, 1991.

_____. **O grupo e o sujeito do grupo:** elementos para uma teoria psicanalítica do grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. **Las teorias psicoanalíticas del grupo**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2000.

_____. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados:** transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. **Um singular plural:** a psicanálise à prova do grupo. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O tempo e o cão:** a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

KISIL, Marcos. Organização social e desenvolvimento sustentável. In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.). **3º setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs:** do serviço invisível à profissão impossível. Tese (Doutorado) – Museu Nacional e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993a.

_____. **Para além do mercado e do Estado?:** filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1993b.

_____ (Org.). **Ações em sociedade:** militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998a.

_____. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. In:_____. **Ações em sociedade:** militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998b.

_____. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **ONGs e universidades:** desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

LAPLANCHE, Jean ; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. 4. ed**.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEWIN, Kurt. **Problemas de dinâmica de grupo** (1948). 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. **Teoria de campo em ciência social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

MACCALL, Brian. Popular Participation, Research and New Alliances. **Convergence**, Toronto, v. 14, n. 3, p. 21, 1981.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia:** dos pré-socráticos a Wittgenstein. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

MELUCCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. **Social Science Information**, v. 19, n. 2, p. 199-226, 1980.

_____. Getting Involved: Identity and Mobilization in social Movements. **International Social Movement Research**, v. 1, p. 329-348, 1988.

_____. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MICHAELIS. **Dicionário Moderno da Língua Portuguesa**. Edição Exclusiva. v. 1 e 2. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de

intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOVAES, Regina Reyes. Juventude e ação social no Rio de Janeiro: resultados de Pesquisa. In: LANDIM, Leilah (Org.) **Ações em sociedade:** militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

PACHECO, Raul Albino; COELHO JÚNIOR, Nelson; ROSA, Miriam D. (Orgs.). **Ciência, pesquisa, representação e realidade em psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo; EDUC, 2000.

PACHECO, Raul Albino. O debate epistemológico em psicanálise (à guisa de introdução). In: PACHECO, Raul A.; COELHO JÚNIOR, Nelson; ROSA, Miriam D. (Orgs.). **Ciência, pesquisa, representação e realidade em psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo; EDUC, 2000a.

_____. O método de Freud para produzir conhecimento: revolução na investigação dos fenômenos psíquicos In: PACHECO, Raul A.; COELHO JÚNIOR, Nelson; ROSA, Miriam D. (Orgs.). **Ciência, pesquisa, representação e realidade em psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo; EDUC, 2000b.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. **Teoria do vínculo**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PINTO, Jeferson Machado. Psicanálise e ciência: O sujeito da ciência como ponto de estruturação interna da psicanálise. In: PACHECO, Raul. A.; COELHO JÚNIOR, Nelson; ROSA, Miriam D. **Ciência, pesquisa, representação e realidade em psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo; EDUC, 2000.

PETRAS, James. ONGs ao serviço do imperialismo. In: PETRAS, James; WELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

QUIROGA, Ana P. Enfoques y perspectivas en psicología social: desarrollos a partir del pensamiento de Enrique Pichon-Rivière. **Revista Associación Psicoanalítica Argentina**, n. 3, 1978.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.) **3º setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RODRIGUES, Arakcy. Prefácio brasileiro. In: KAËS, René (Org.). **A instituição e as instituições:** estudos psicanalíticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

ROUCHY, Jean Claude; DESROCHE, Monique Soula. **Instituição e mudança:** processo psíquico e organização. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SAIDON, Oswaldo. **Práticas grupais**. Rio de Janeiro: Campus. 1983

SALES, Ivandro da Costa; FERRO, José A. S.; CARVALHO, Maria N. C. Metodologia de

aprendizagem da participação e organização de pequenos produtores. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 12, p. 32-44, 1984.

SALAMON, Lester. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.). **3º setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANTOS, Tânia Coelho dos. **Quem precisa de análise hoje?** O discurso analítico: novos sintomas e novos laços sociais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SCHRER-WARREN, Ilse. Organizações Não-Governamentais na América Latina: seu papel na construção civil. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, jul./set. 1994.

_____. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

SILVA, Rogério Renato; VARGAS, Ana Carolina Comin. Efeitos da crise econômica 2008/2009 sobre as agências de cooperação internacional que atuam no Brasil. **Relatório de pesquisa**. São Paulo: Instituto Fonte, 2009. Disponível em: <http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Pesquisa%20Crise%20e%20Cooperação_Relatório%20Final_2009%2007%2014(1).pdf>.

SOUZA, Octavio. Aspectos do encaminhamento da questão da cientificidade da psicanálise no movimento psicanalítico. In: PACHECO, Raul A.; COELHO JÚNIOR, Nelson; ROSA, Miriam D. (Orgs.). **Ciência, pesquisa, representação e realidade em psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo; EDUC, 2000.

SPOSITO, Marilia Pontes. Redefinindo a participação popular na escola. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Participação popular e escola pública:** movimentos populares, associações de pais e mestres, conselhos de escola e grêmios estudantis. São Paulo: CEDI, 1989.

TANDON, Rajesh. Participatory research in the empowerment of people. **Convergence**, Toronto, v. 14, n. 3, 1981.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

_____. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa, com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cadernos de pesquisa**, FCC, n. 49, 1984.

_____. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

THOMPSON, Andrés. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.) **3º setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TILLY, Charles. Models and Realities of Popular Collective Action. **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 749-787, 1985.

TORO, José Bernardo. O papel do terceiro setor em sociedades de baixa participação (quatro

teses para discussão). In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.) **3º setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TOURRAINE, Alain. An Introduction to the Study of Social Movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, 1985.

_____. Novos movimentos sociais? In: _____. **Palavra e sangue:** política e sociedade na América Latina. Campinas: Unicamp, 1989.

VARGAS, Ana Carolina Comin **Investigation sur la compréhension des enfants talibés sur leur situation à travers des activités ludiques d'expression**. Relatório de pesquisa. Ziguinchor/Senegal, Enda Tiers Monde, 2005.

_____. **A problemática da participação na metodologia de pesquisa-ação:** uma releitura, à luz da psicanálise, da investigação realizada sobre a participação de crianças num projeto de Pesquisa-Ação Participativa de uma ONG. Iniciação Científica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, FAPESP, São Paulo, 2008.

VARGAS, Ana Carolina Comin. Participação social e ONGs: esboço de uma problemática. In: **Anais XV ABRAPSO 2009:** Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos. Resumo e Trabalho Completo. Maceió: 2009. ISSN: 1981-4321. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/501.%20participa%C7%C3o%20social%20e%20ongs.pdf>.

VARGAS, Ana Carolina Comin; FERREIRA, Luiza Fernandes. Pesquisa: investigação sobre a conjuntura dos investimentos das organizações internacionais no campo social brasileiro no período de 2008-2010. In: ALIANÇA INTERAGE (Org.). **Novos desafios à luta por direitos e democracia no Brasil:** sustentabilidade das organizações da sociedade civil. Recife: Aliança Interage, 2010.

# ANEXOS

## ANEXO A – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

1) Entrevista com João, da ONG A

Na realidade eu sou diretor executivo do [ONG A] e coordenador geral [um dos programas] que é o [programa específico]. Só para não misturar um pouquinho, vou dizer a minha visão de participação. Eu vejo que é um caminho ainda muito longo. Nós trabalhamos a participação até porque nos não temos uma cultura da participação, nós usamos muito esta linguagem de participação e de ser participativo. Que nós de alguma forma ouvimos e herdamos da sociedade americana, por exemplo, que é muito mais participativa do que a nossa. E nós somos uma sociedade historicamente que é profundamente autoritária, temos anos de autoritarismo e a nossa população tem muita dificuldade de se perceber cidadã e protagonista da sua vida, do seu destino, da sua instituição e assim por diante. O que eu acho, não estou falando [da ONG A] aqui, mas no geral a participação na nossa sociedade é um pouco mais discurso do que prática. Isto é uma opinião pessoal para eu não me perder no que eu vou falar. Com relação [a ONG A], ele,… você tem alguma historia do [ONG A]?
- *Justamente a primeira pergunta seria para você contar um pouco da história [da ONG A].*
O site está horrível…. O conteúdo deixa a desejar além de estar incompleto. O que a gente pode falar [da ONG A] é que ele esta fazendo este ano 30 anos. Ele tem toda uma caminhada, mas originalmente ele veio de políticos ligados ao partido democrata cristão do qual fazia parte o governador [político fundador] que depois passou para o [partidos específicos]. Então, a montagem, a fundação [da ONG A] se deu no momento em que a ditadura se esgotava e que já havia os movimentos sociais muito claros, já havia os movimentos da Igreja, tudo isso, então neste embalo foi em si o [político fundador] e o grupo de amigos dele do [partido específico], um grupo conservador, eles elegeram, optaram pela participação como tema maior… como grande caminho para [a ONG A]. Até porque ele estava como candidato nesta época, você não lembra é ainda muito novinha, ele veio com a proposta do governo do Estado, você tem que ver o pano de fundo da ditadura acabando, era participação, descentralização e o outro era a criação de empregos. A participação, então por quê? Porque a gente vinha do regime extremamente fechado. Por isso tinha participação. Ao mesmo tempo se sentia ao mesmo tempo a ditadura tinha exaurido, abafado o ideal político das novas lideranças. E ele entendeu que neste esquema de participação a gente devia trabalhar com

formação política. [A ONG A] começou com formação política, vinculado à social democracia alemã, vinculado com a fundação [fundação internacional]. Então, durante os primeiros anos, [fundação internacional] trabalhou longamente, financiou todos os projetos [da ONG A], sempre na formação política de lideranças. Então isto foi o começo. Nesta foação política tem muita gente que hoje são deputados, políticos que participaram aqui, seja como palestrantes seja como pessoas que ouviram, isso das novas das gerações. Gente que é do PT, do PSDB, PSD e assim por diante. A [fundação internacional] nos ajudava porque tinha o interesse, ajustadas as praticas democráticas deles de final de guerra, elas servissem como referência para o Brasil que estava numa linha de redemocratizar. Quando cai o muro de Berlim, não tem dinheiro que chegue para eles, porque eles tinham que dar atenção ao Berlim oriental. E aí ela cortou o subsídio e nós precisamos pensar… eu nem estava aqui na época, [político fundador], o grupo, eu até frequentava, mas não era da direção. Então ele pensou em ter uma atuação mais direta, uma participação direta, uma ação direta. A ideia dele era basicamente a educação, ele achava que a educação e a alfabetização era o mínimo necessário como degrau para rumar para a participação, para a cidadania. Neste momento você tem a constituição de 88 em que a democracia passa a ser participativa. Aí se encaminhou para os dois programas que nós temos hoje. Um deles é a educação de jovens e adultos e a outra é a formação e desenvolvimento em direitos humanos. É aqui que nos trabalhamos. No direito humanos se trabalhou com jovens, com minorias, minorias entendidas como aqueles que não tem acesso a direitos, mulheres negros e homossexuais e assim por diante. São vários os programas que se fazem nesta linha. São muito variados por prefeituras. Estamos terminando agora uma avaliação do ECA no Brasil inteiro. Trabalhamos naquele programa de família. Vários programas. Um deles junto com o médico de família, o PSF, porque o pessoal paramédico que entra nas casas para ver se as crianças estão vacinadas se a mulher faz pré-natal, se os velhos estão controlando a hipertensão, a diabetes e assim por diante. Mas ele entra, então ele tem condição de observar também outros dados que interessariam a nós. Ou seja, quando tem violência domestica, crianças que estão fora da escola, dificuldade de acesso a condução naquelas pirambeiras da periferia. Estamos sempre falando que nossa clientela está na periferia. Hoje em dia trabalhamos com biblioteca, com formações de biblioteca e damos assessoria também. São programas pequenos que um sucede ao outro que são de natureza diferente. Depois você tem uma outra… com forte, referenciado principalmente em jovens, a grande preocupação é trabalhar com jovens na periferia, no sentido de eles definirem o que eles querem e a gente… por exemplo, como é que a gente vai trabalhar, eles tem questão com a policia… como é que você vai trabalhar a relação da escola

com a policia em alguns lugares que são complicados, e assim por diante. Bibliotecas, tem necessidade de acesso a leitura, etc. formação de leitores, temos trabalhado nesta linha. Então é isso. É um trabalho pequeno pontual… mas é um trabalho interessante. No outro programa, o EJA nós montamos conselhos comunitários que tem vida própria, estes conselhos levantam as necessidades do entorno, geralmente ligados à Igreja, este tipo de coisas que você encontra na periferia. Eles fazem o levantamento das necessidades e contratam voluntários que tenham ou formação pedagógica ou estejam terminando esta formação pedagógica, voluntários, para trabalhar nas classes. [A ONG A] faz todo o plano de trabalho, o projeto. Já teve com o MEC, hoje não tem mais, mas tem com a secretaria de educação há muitos anos. Por este projeto recebe uma quantia de dinheiro que repassa para estes conselhos. Além disso, ele não é um mero repassador, ele faz a formação continuada dos educadores. Porque são pessoas que estão na periferia, alguns são ligados a movimentos populares, com uma visão mais politizada etc., mas necessariamente não significa que sejam os professores ideais. Alguns acostumados à alfabetização de crianças e tendem às vezes a não perceber a necessidade de uma educação popular. No sentido de alfabetização e de uma continuidade para que ele possa seguir na escolaridade comum. Nossa proposta é alfabetização e seguir com a escolaridade até o quarto ano. É um trabalho difícil e complicado porque o adulto não é como a criança que os pais têm um certo controle, vai à escola toda dia e existe este mecanismo para que não saia da escola, aquela progressão continuada para se evitar que eles saia. O adulto não, ele tem toda uma vida de trabalho e de família que faz como que ele saia e entre, começa de nova. Desanima se ele não pega um professor bom, se não é bem acolhido. É um trabalho muito especifico. Nós estamos também lançando um livro sobre práticas de alfabetização. É só pratica, não é acadêmico, teórico, é baseado em Paulo Freire, nos temas geradores e, depois, na Emília Ferreira. Então são estes os programas que nós temos. Todos dois com forte ênfase na participação.

- *Como?*

Nos direitos humanos, trabalha-se… sempre você parte da população que chama você. Faça um levantamento do que eles querem do que precisam para a gente direcionar o programa. No EJA é todo uma linha de educação, vamos dizer assim, popular no sentido de fazer com que as pessoas primeiro se percebam como cidadãs, se percebam como sujeitos de direitos. Se percebam que a vida delas depende delas mesmas e não de favores e não de benesses que eles possam… a tendência é sempre, por isso que eu falei aquele negócio da participação, a tendência é sempre pedir que o estado dê, pedir que as entidades deem, pedir e nunca uma postura mais de conquista. Até porque falta educação, falta visão, falta uma série de coisas. É

neste sentido, toda a linha de EJA de alfabetização é nesta perceptiva realmente de participação.

- *Como você que está desde o início….*

Eu não estou desde o início, eu trabalhava em outras coisas […][percurso pessoal]. Então nesta época eu trabalhava no governo, trabalhava na secretaria… eu trabalhei com vários secretários, mas eu comecei a trabalhar na prefeitura de São Paulo na implantação do MOBRAL. Aqui no estado de São Paulo.

- *Na secretaria do Estado?*

Não no município. Na prefeitura de bem estar social. Imagina o era prefeito Maluf. E nós fizemos o Paulo freire em 1970, 71-72, escondidos, tínhamos a ditadura. Aquilo, chegava gente tinha que rasgar tudo. Essas coisas todas, essas histórias que tem. E era uma visão ainda de erradicar a alfabetização e não de superar este problema, uma visão mais antiga. Depois eu trabalhei com [político fundador] na secretaria de assistência social e fiquei com vários outros governadores, Mario Covas, Alckmin, todos eles, até que me aposentei e… vim para cá. Então cheguei aqui em 92, 93. Agora, eu frequentava aqui as palestras, mas não da diretoria, nada disso.

- *Não de dentro?*

Não, mas eu conhecia. Então é isso. Mas do que estávamos falando, me perdi.

- *Eu ia perguntar quais os sentidos que a participação foi tomando no início do [ONG A], pela historia e hoje, como você vê esta passagem, se você vê diferença, o que você pensa em relação a isso.*

Acho que ela tende a melhorar. Primeiro porque existe toda uma massa crítica hoje, um aumento de estudos, etc. etc. existe a nossa auto avaliação, o nível dos nossos técnicos vai melhorando. No começo aqui havia mais estas questões da perspectiva do número era importante. Sem se perceber… então aos poucos nos trabalhamos mais na avaliação, não importa ter tanto aluno, mas mais a qualidade. Com todas as dificuldades, como eu disse para você, de um adulto que o único compromisso que ele tem é com ele mesmo. Ele pode sair. Ele pode dizer vocês não dão a cesta básica. Você pode perceber que é uma visão antiparticipativa… vocês não dão o passe….

- *Porque é antiparticipativa?*

Antiparticipativa na medida em que ele esta acostumado a receber tudo. Que é uma… então, as instituições que fazem EJA dão cesta básica, elas dão bilhete único. Embora a gente pegue aluno, mas sempre precisam dar condição, as vezes para vir do emprego. Eu acho que não é participativa na medida em que ele sempre está esperando… que ele não se perceba sujeito de

direitos, mas que ele queira receber um favor, alguma coisa neste sentido. Se aquela outra instituição, por exemplo, o mova que é da prefeitura, ele está oferecendo cesta básica, ele não tem dúvida de ir para lá. O professor é a mesma coisa, o nosso docente. Se ele percebe que estão pagando mais enquanto voluntário… Alias esse voluntario que eu disse é pago, a instituição paga, mas é pouco, paga uns 300 mais ou menos per capita. E eles tem aula de segunda a quinta feira, na sexta é dia da formação continuada. Os professores são preparados antes com todo um trabalho em complemento. Nos temos uns observadores que vão às salas. Então, a gente esta melhorando muito.

- *Como seria uma atitude participativa? Diferente desta que você esta falando?*

É você conseguir, primeiro, que os educadores tivessem esta consciência muito clara. Porque você arregimentar educadores numa determinada comunidade para ganhar este auxílio voluntário, ele faz isto geralmente para completar renda. Mas não necessariamente ele tem esta visão política, esta visão de cidadania, esta visão dele que ele faz um trabalho político e não político partidário. Por que eu digo isso? Porque às vezes eles confundem o trabalho político com o trabalho de política partidária e embolam um pouco o discurso. Os que tem esta visão mais para frente, mas de cidadania, eles misturam com o problema político partidário. Aqui a gente sempre fez questão, de embora seja fundado pelo [político fundador] e tenha toda uma ligação histórica com o PMDB e PSDB, nos pretendemos sempre ter uma atitude supra-partidária, sem preconceitos e sem fazer a cabeça de ninguém, não é nesta linha, não é por aí. Mesmo porque são pessoas de visões diferentes, agora, você tem esta visão política, às vezes tem este viés. Às vezes repetem muito e são muito panfletários na linha de uma visão político partidária. Então é muito difícil a gente passar para eles, isso leva muito tempo, o que é um trabalho político, que este é um trabalho político de EJA, e que não se mistura com o político partidário que é de diretório. Então é neste sentido que a participação claudica um pouquinho. Não sei se fui claro. […] Os alunos todos estão todos a espera de favores.

- *No sentido dos alunos… o que seria um aluno participativo?*

Um aluno participativo é um aluno que ele percebe que tem direito realmente ao bilhete único, que ele tem direito a um salário maior, não necessariamente a uma cesta básica a menos que ele esteja numa situação difícil. Mas que ele não veja isso como um favor, como uma obrigação do governo. É aquilo que eu te disse, se o outro curso aqui oferece uma cesta básica… É como a história da escola com aquele leve leite. A mãe as vezes obriga, porque ela ganha o leite. Ela valoriza muito mais as latinhas de leite do que a educação. Então é isso que a gente vê na prática. Obviamente eu estou generalizando. A generalização é perigosa,

existem exceções, mas é por isso que eu digo que nos não temos uma cultura participativa e é este o nosso trabalho.

- *Participativo no sentido do que você esta falando…*

É vinculado à cidadania. Vinculado a ele se perceber sujeito de direito e que ele tem que batalhar pelos direitos dele. Evidentemente, ele não tem condições e oportunidades, ele precisa ser ajudado mesmo, você situações terríveis aí. Como você disse, mas o problema que ele tem que entender é na auto determinação dele, que ele tem que brigar por isso. Sem cair isso numa linha panfletária, partidária.

- *A organização tem uma origem partidária e vinculada ao governo… como se deu esta passagem…*

Não, não é isso. Ele é um político sempre, quando ele foi eleito ele era senador.

- *E essa relação com o Estado, como é?*

É uma questão complicada porque nós temos muito pouca possibilidade de termos recursos de empresas privadas. Então, a maioria dos nossos recursos vem do governo também da secretaria da educação. Nós temos bom relacionamento com o governo do Estado e bom relacionamento com Brasília com o governo do PT, com a secretaria de direitos humanos, com o MEC, tudo isso. Então, [a ONG A] tem uma imagem tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista de prestação de contas, de seriedade, sempre muito boa, então a gente consegue. Tem os prêmios. Ali tem um premio da UNESCO. Ganhamos premio de direitos humanos da prefeitura, vários prêmios.

- *E como se dá esta parceria?*

A parceria é convênio. Sem nenhuma sacanagem.

- *Mas existem outras formas, com editais. Quais são então os financiadores?*

Os financiadores são os órgãos de Estado, basicamente, temos alguns outros mas são geralmente estes. Eu tinha um papel com eles, deixa eu ver se está aqui, tinham todos os parceiros. Não está mais aqui. (tenta achar o papel com os parceiros)

- *Você falou em certa dificuldade com o setor privado, por quê?*

Por falta de gente que saiba pedir. Tem pessoas especializadas que cobram dinheiro para isso. Os captadores. Aí eles querem ganhar um salário sobre isso. Nós não temos dinheiro para pagar salário. Então a proposta é algo assim, 10 %. Também é uma coisa antiética porque aquele dinheiro é para o programa, para o projeto, não para pagar. Então você fica neste "imbróglio" e não consegue, a gente precisa ter gente aqui para fazer isso. Esta é um dificuldade recorrentes nas ONGs em geral. E aqui não tem esta ideia de fazer chás, como chama esses negócios que vende pano de prato. Como chama? Bazar. Principalmente as

entidades mais assistencialistas. Dá muito trabalho e rende muito pouco. Então a maioria dos nossos recursos vem do governo mesmo. Há também parceria, com prefeituras. Eu até queria o folder (ele chama a secretaria para tentar a achar um prospecto de um dos eventos em que constam os parceiros). São vários projetos pequenos. O EJA, não, o dinheiro vem exclusivamente da secretaria de educação.

- *É por projeto a parceria, não é com [a ONG A]?*

É com projeto. Nós não temos nenhum funcionário CLT, nada disso. O dinheiro é do projeto, já está previsto, etc. as horas. Estão previstos.

- *Vocês contratam as pessoas com começo, meio e fim?*

Sim.

- *Tem algumas pessoas que são constantes?*

Tem pessoas que são constantes no caso do EJA porque um projeto gruda no outro. No direitos humanos realmente é por projeto mesmo. Então muda, às vezes o técnico é outro, etc. etc.

- *Como é exatamente o estabelecimento de parcerias? Vocês propõem para as secretarias ou isso vem como demanda? Como que é isso?*

As duas coisas acontecem. A prefeitura nos procuram muito para fazer trabalhos. As vezes a secretaria de direitos humanos nos chama quando precisa de alguma coisa. No estado nós temos esta parceria há mais de 10 anos então é algo que se sucede. Porque o estado precisa deste trabalho. Hoje na LDB o EJA é um direito. Ele é sempre visto como alguma coisa, vamos investir no futuro, o que tem algum sentido. Mas nós temos uma divida social grande com esta população que não teve acesso, não teve oportunidade à escolaridade. Então eles tem que fazer este programa mas não tem estrutura para fazer. Não tem estrutura e eu diria de uma forma imodesta, que não tem competência. Por quê? Porque os cursos chamados, porque agora está realmente com o FUNDEB, com este dinheiro todo. As prefeituras estão fazendo educação de adultos. Eles querem tratar adulto como criança. Primeiro, a proposta de uma alfabetização, uma educação não popular, aquela tradicional de silabação ba, be, bi, bo, bu, que não é parte da realidade deles. Segundo, eles querem trabalhar de uma forma que trabalham com crianças. Se não chegou no horário sai. Se falta três vezes é… o adulto é diferente, tem outras dificuldades. Às vezes não tem dinheiro para a condução, você tem que ter uma acolhida muito especial. E os nossos alunos que terminam que estão prontos para entrar para fazer o segundo grau eles não se adaptam geralmente ao estilo da escola pública. Pela rigidez, pela impessoalidade, eles foram acostumados com uma acolhida muito diferente. Isso às vezes tem o seu lado negativo também. Porque os professores, os educadores tendem a

segurar o aluno mais do que devia. Por exemplo, se nós que cuja única possibilidade de socialização é indo neste curso. Por isso que elas também vão sempre fazendo pano de prato não sei o quê, porque é uma forma dela poder socializar, conversar ouvir coisas, aprender, falar um pouco dela, da experiência dela, etc. é essa. Então ela faz menos preocupada com a ideia da alfabetização e da escolarização, mas mais para ela sair daquela vida tão monótona que ela tem de dona de casa. Um professor às vezes não percebe isso e tende a segurar. Agora isso também por outro lado é o extremo oposto no serviço público. É tratado com rigidez com regras, atuando de uma forma inadequada a uma população adulta. Então é isso… eu estou saindo da participação. (risos)

- *Continuando na questão das parcerias, hoje é com o Estado, e antes, como era antes?*

Antes estas parcerias eram muito facilitadas antes porque o [político fundador] era um político influente. Ele era senador, depois virou governador e depois deputado. Quando ele morreu estava como deputado federal. Então você sabe… como deputado político abrem-se portas. Então nós tivemos financiamento da Febrabam. Isso houve. Mas depois isso, ficou muito em função da pessoa dele ou daquele grupo que quando ele saiu, quando ele morreu a coisa se esvazia.

- *Qual seria a relação nestas parcerias entre o que a [ONG A] faz, os projetos e a relação com os financiadores. Você vê alguma relação entre o financiamento e os projetos, os sentidos e diretrizes dos projetos e as demandas do Estado e da prefeitura, por exemplo?*

Acho que é um jogo de interesses, de demandas que se cruzam. Nós temos interesse de desenvolver nosso programa, como toda ONG, sem finalidade lucrativa. Ninguém está aqui para ficar rico. E o governo precisa, ele não tem funcionários especialistas ou em número suficiente para desenvolver isso. Agora particularmente com a secretaria de educação a visão que eles tem não bate muito com a nossa. Eles não tem esta visão de educação popular. A visão deles é a educação tradicional, do governo, do estado. O PT tem esta visão mais aberta, mas as vezes as praticas não correspondem ao discurso.

- *Como as políticas governamentais impactam na ação de vocês?*

Tem uma visão tradicional da secretaria e outra mais supostamente melhor do que a nossa que é de uma educação popular mais contemporânea.

- *Existe algum impacto da política governamental, por exemplo se é o PT ou o PSDB, que tem uma linha e um olhar em relação ao trabalho [da ONG A] dado que com financiamento?*

Não. Não. Não. Tanto é que nos temos demandas tanto do PT como do PSDB.

- *E eles determinam, ou tem o poder de determinar alguma coisa na execução?*

Não, não, de jeito nenhum.

- *Eles aprovam o projeto?*

Sim, sim, eles aprovam, mas não há nenhuma ingerência. A preocupação geralmente nestes órgãos é muito mais de ver se aquilo ao aconteceu mesmo, se o dinheiro foi aplicado de forma correta. É muito mais nesse sentido e nunca uma avaliação mais qualitativa. Quem tem esta perspectiva geralmente são as empresas, eles querem saber como é que o dinheiro… Só que estas parcerias empresas e ONGs, é bastante complicada pois são duas visões completamente diferentes. Às vezes eles querem que uma ONG haja com uma rapidez com uma prestatividade de uma empresa que tem questão de lucro, de competição que tem uma série de procedimentos diferentes. A visão, a maquina do sistema é outro. Mas nos não temos este problema porque não estamos trabalhando com empresas.

- *Você acha que as empresas se interessariam em financiar a [ONG A]?*

Ah, sim Interessariam. interessariam porque…porque… mas elas tem muito pedido então isso funciona… quem chega lá primeiro… e elas também tem linhas muito clara… então, por exemplo… eu trabalhei numa ONG que tinha muita dificuldade de dinheiro era ligada ao [organização], nós trabalhávamos com preso… com ex-presidiários, com a reintegração social de ex-presidiários. Então, eram homens muito ricos ligados ao Rotary aqui de Higienópolis que bancavam, mas eles bancavam perto do mínimo. Mas você tinha que pedir dinheiro. Você tinha pessoas captadores que pediam dinheiros nas empresas. Uma vez eu ouvi de uma senhora que disse que "para velhinhos nós damos dinheiro, para criança nos damos dinheiro, mas para bandido nos não damos". Você vê que todo um preconceito. O nosso trabalho como é participativo são assim como vento. Nos não temos aqui criancinhas doentes, não temos velhinhos abandonados, nada disso. Então eles não percebem muito este sentido…de…. Eu estou generalizando, mas de qualquer forma é esta a visão.

- *Qual o papel da organização na sociedade para você e se ela cumpre a função social que propõe.*

Acho que sem dúvida. Mas é bem aquela historia do passarinho no incêndio, a nossa parte é uma gotinha de água. A ideia que a gente quer, a nossa perspectiva é ser referencia nos programas que nos fazemos e usar isso como elementos multiplicadores, ou seja. Fazer com que, sobretudo trabalhar com formadores etc. para passar experiência etc. a nossa trabalho é sempre muito pequeno mas acho que é muito importante. Sem dúvida.

2) Entrevista com Joana e Rita, da ONG A

- *A primeira pergunta seria para vocês contarem um pouco da origem da organização.*

Joana: [A ONG A] é formado por um grupo que tinha quase que uma certa obsessão por esta questão da participação. Então sempre foi uma coisa muito forte esta ideia de que todos podem participar que a não participação é uma escolha política de omissão, eu não tenho nada a ver com isso. Você não tem que ficar esperando que o governo vai resolver tudo porque é impossível, ainda mais num país que tem o nível de demanda e de necessidade como o nosso. Então sempre foi muito forte esta crença de que você precisava envolver as pessoas a participar. E daí não só envolver os segmentos que vivem em condições mais precárias. Porque aí tem um pouco desta ideia de que "não ai eles tem que se envolver e participar para saírem daquela situação". Mas não, é de responsabilidade de todo mundo. Então todo mundo tem que se envolver para a democracia ser uma realidade.

- *Envolver-se em quê?*

Joana: nos problemas locais, da cidade. Então, [a ONG A] é gestado neste fim de período de ditadura, logo depois. Então tinha esta efervescência de participação. Mas era muito forte a ideia de que tem que envolver todos os setores da sociedade civil. Então a sociedade civil tem que realmente participar e no órgão governamentais, [a ONG A] fez logo no começo vários seminários para ver como é que os trabalhadores das secretarias, das autarquias, o que podia ser feito nestes espaços para que eles também fossem ouvidos, para que eles se envolvesse, eles participassem e tal. Há publicações [na ONG A] que tratam bastante disso. O próprio projeto das subprefeituras aqui da cidade de São Paulo partiu de um grupo que estudava aqui [na ONG A] que fez uma proposta inclusive para os conselhos de participação que ainda não são uma realidade e daí quando a Luiza Erundina foi eleita… o [João] deve ter dito que o fundador daqui foi o [político fundador]. Aí [político fundador] e a [mulher do político fundador] levaram esta proposta que estava desenhada para a Luiza Erundina e daí ate a gente fez algumas reuniões deste grupo que estudava a questão das subprefeituras com o grupo que estava no governo da Erundina. Então sempre foi assim, foi uma quase obsessão esta questão da participação. Daí assim é uma coisa que a gente acredita bastante, mas não só como discurso. Muitas vezes a gente sabe que é um percurso mais longo e trabalhoso, mas a gente realmente acredita que você precisa, criando autonomia nas pessoas para participar, estar estimulando a participar. É esta construção permanente aí de vários grupos. Então [a ONG A] desde o começo trabalhou com jovens, mulheres com o movimento negro, com vários grupos em toda a trajetória. E daí sempre esteve muito esta linha de formação e também de provocar

ações concretas. Sempre muito acreditando que quem está nos grupos e nos espaços sabe mais do que ninguém quais são as suas necessidades. Então como é que você envolve estas pessoas para buscar saídas, soluções e tal. Então é sempre esta preocupação em estar fortalecendo, levando informação e formação para também apostando na coisa da autonomia neste processo de depois estas pessoas fazerem suas escolhas e suas caminhadas, mas depois tendo acesso… uma coisa que a gente sempre falou, a questão dos direitos que é o foco do programa que a gente coordena e que sempre esteve nesta trajetória [da ONG A], a questão dos direitos, não é assunto para advogado, juiz, é assunto para todo mundo, todo mundo tem que sabe para a gente inclusive, bom tenho direito a quê, isto faz você poder ir atrás, se mexer. Esta coisa da informação faz a gente, são coisas que a gente leva muito à serio, ampliar o repertorio das pessoas dos grupos. Porque a gente não trabalha, é claro com o individuo, mas é mais com o coletivo.

- *Teve uma ligação [da ONG A] com [político fundador], hoje expressa nas relações com o governo…*

Joana: Não. Mas aí… assim, não…

- *Como que é isso?*

Joana: o [político fundador] tinha a característica de envolver muitas pessoas, de pensar junto de discutir. E realmente ele tinha uma visão das coisas para frente. Era uma época justamente… eu pesquisei um pouco a trajetória dele tinha uma coisa super coerente, coisa que ele falava quando era jovem e sempre tem esta questão da participação e tal. Então realmente eu acho ele foi importantíssimo [na ONG A], principalmente nos primeiros anos, porque daí ele foi eleito governador. Então nos primeiros anos ele foi muito importante justamente fazendo esta ponte juntando secretario de saúde do estado e os movimentos de saúde, propiciando estes diálogos e tal. [A ONG A] fez muito isso durante muito tempo. Depois, a gente na década de 1990 teve um movimento nacional de participação que também foi uma coisa capitaneada pelo [político fundador] e que vinha Dom Elder, vinha um monte de gente do Brasil todo também para pensar esta coisa da participação. Então ele teve uma importância fundamental. Agora esta questão da relação com o governo, por exemplo a gente tem e sempre teve vários convênios com governos que estão nas mãos de outros partidos, então não tem uma coisa partidária, nunca teve. Tanto que ele foi candidato algumas vezes e nunca teve nada que a gente tenha feito porque tem a ver com campanha. Ele sumia até [da ONG A] em épocas de campanha e nunca teve nada partidário. Então até a gente ter muitos convênios com a área governamental, a gente enxerga e avalia como uma fragilidade nossa porque a gente tem que ter uma diversidade de apoiadores e temos. A gente tem a iniciativa privada, já tivemos vários convênios internacionais,

governamentais, enfim, com o governo federal, estadual e municipal de vários partidos. Agora mesmo nós temos convênio com duas prefeituras que são do PT. Então não tem essa questão.

- *Por quê você acha que é interessante ter vários parceiros?*

Joana: porque hoje um dos grandes problemas das Organizações Não-Governamentais há um ano e pouco participamos de um seminário da ABONG que era deprimente. Porque é um grande problema esta questão dos recursos tanto que tem esta discussão de ter acesso a fundos e depois teve também uma campanha muito grande contra as ONGs, a coisa da "pilantropia" etc. acho que a impressa fez um "serviço des-serviço". A gente sabe que tem todo o tipo de organização, você mesma acabou de dizer, tem gente seria e não seria. Mas acho que você tem que ter esta diversidade até porque uma hora esta mais fácil aqui, outra hora esta mais fácil ali. A gente sempre fala que tem que ter uma cesta de apoiadores diversificados. Mas a gente historicamente temos mais convênios com o governo. Do mesmo jeito que algumas ONGs sofreram um impacto muito grande nos últimos anos porque tinham mais recursos vindos de fora e este recursos quase todos foram cortados. Então assim é importante ter uma diversidade.

Rita: acho que por este lado, olhando para a instituição, para a sustentabilidade das ONGs é necessário para ser sustentável. Mas a gente olha para este outro lado da participação do território, quando a gente diz que participação é também convocar vontades, é você trazer todos aqueles atores que estão dentro do território, para cada um responder, dar a sua resposta para aquele problema social. Não tem porque só o Estado responder, só as empresas responderem ou só os indivíduos responderem. Então como você junta todas as forcas que existem dentro de um território, dentro de um país para encontrar respostas, para construir alternativas. Acho que tem este outro lado que também é provocativo para nos que temos ações que sempre tem como foco que os moradores, que os grupos ganhem autonomia. A gente está aqui, a nossa proposta é essa que eles virem um dia um grupo autônomo como outros grupos que [a ONG A] acompanhou e que depois viram ou OSCIP ou grupo autônomo, o que eles quiserem, mas que eles consigam caminhar sabendo como acessar os recursos que existem dentro da cidade, dentro do pais, como elaborar projetos, como executar, como produzir relatórios, como controlar as políticas públicas.

Joana: uma preocupação também, um pouco em cima do que a [Rita] estava falando, que a gente faz esta discussão, que está também bem dentro do âmbito da participação, de discutir o projeto, os objetivos, os recursos com esta organizações que apoiam, seja governo seja sociedade civil, mas também com o publico alvo. Por exemplo, estes jovens participam de vários eventos que seriam mais para [a ONG A] ir, daí a coordenação do projeto indo já estaria bom, mas a gente sempre faz um esforço e consegue levar alguns meninos que podem contar

como foram as coisas. Aí também amplia repertório e também eles falam coisas que eles acham para os apoiadores. Então também a gente sempre conversa com os apoiadores as coisas que a gente está fazendo, está acreditando, tudo. Então acho que, é um jeito de envolve-los mais. Não é só o recurso, eles também tem os objetivos tal, mas esta troca é importante. Não só da gente com ele, mas com o público e a gente sempre levou muito as pessoas para conhecer os espaços.

- *As pessoas, os apoiadores?*

Joana: é, os apoiadores. Me lembro que veio um pessoal da Itália, que apoiava até como pessoa física, mas quando vieram a gente fez questão de levar para mostrar. Porque daí a gente acha que ganham os dois lados, os que estão sendo apoiados e os que estão apoiando, esta troca é importante.

- *Como vocês veem estas relações com os apoiadores? Como é esta relação entre os apoiadores e a proposta de vocês, o trabalho de vocês?*

Joana: é um jogo. Para qualquer edital já pressupõe que você tem que se adaptar àquele edital. A gente estava até conversando disso no "almoço reunião" para resolver, e agente estava conversando um pouco sobre isso. E é sempre um ponto de interrogação. Porque claro a gente vai até determinado ponto se não tiver a ver com o que a gente acredita e está fazendo a gente nem apresenta. Mas aí, apresentando, a gente sabe que tem surpresas no percurso. A gente por exemplo mandou há um ano e pouco atrás uma proposta que praticamente estava tudo certo, daí o apoiador fez um que era uma empresa que era multinacional fez um super corte que era Brasil e São Paulo… São Paulo tem dificuldade de acessar recursos. Pois, no consenso geral não precisa, sendo que a gente tem aqui todos os tipos de problemas de outros lugares do Brasil. Estamos trabalhando num região que não pega celular, que não tem conexão com internet que a condução é difícil. Então é assim…ah esta em São Paulo então tem tudo, não tem. Muitas vezes é ate mais complicado porque São Paulo é uma cidade cara, enfim, tem todas estas questões. Então é uma luta, eu acho que é um….

Rita: eu acho que o maior desafio de ajuste… eu acho que a gente não chegou a ter grandes questões ideológicas se não a gente nem apresentaria o projeto… isto a gente não teve. Mas tem as camisas de forca que apoiador muitas vezes coloca é que pouquíssimos querem investir em coordenações de projeto. As pessoas querem que o projeto aconteça na ponta e que você seja um voluntário e nós somos profissionais. Você precisa pagar aluguel, precisa pagar as contas como qualquer outra pessoa precisa fazer. Então, esta incompreensão é um embate grande que a gente tem tido, não só nós [da ONG A], mas todas as ONGs, que é como é que se compreende que para ter qualidade na ponta você tem que ter profissionais que pensam neste projeto, que registram, que avaliam, que se encontram, que discutem e este profissional precisa

ser remunerado como em qualquer empresa seria. Então acho que esta é uma grande questão que a gente tem que estar discutindo o tempo todo com os apoiadores, se não a gente acaba fazendo isso voluntariamente. Até porque a gente sabe da importância do projeto estar lá na ponta ai você faz o projeto acontecer lá na ponta e a gente fica sem dormir, fica sem pagar as contas, tudo para o projeto poder acontecer.

Joana: e aí assim são duas dificuldades, tanto no setor governamental quanto empresarial. Este das coordenações, então muitas vezes eles falam que não pode ter muita coordenação ou não pode ter coordenação, o que é uma loucura. E também tem aquela questão da organização, porque assim, a organização para existir, ela também precisa do recurso. Então empresa quando vai vender um produto põe lá x% de taxa de administração, sei lá como chama. Projeto social não pode, também é outro ponto onde o problema pega. A sede tem gastos, então não tem este apoio institucional, que eu acho que é complicado também. Se você levar isso mais profundamente esse apoio institucional não é só a casa, são os profissionais da organização. Porque se não você nunca pode ter uma equipe, pois, se os projetos são de um ano, um ano e meio, dez meses, no máximo dois anos alguns, você tem aquela equipe, acabou o projeto, manda todo mundo embora, acabou a equipe, desmonta a equipe. Então isso é bem complicado. E não tem este problema organizações que tem muita grana.

Rita: apoiadas por bancos, que não é o nosso caso.

Joana: por bancos geralmente são organizações…mesmo organizações bem tradicionais que a gente encontra por aí a gente vê… então uma situação…isso no Brasil todo. Então uma situação super complicada. E esse seminário mesmo da ABONG… este ano a gente ate se inscreveu para este seminário mas a correria estava tão grande que a gente… acabou de ter o seminário e a gente acabou não conseguindo ir… mas quase todos os temas eram ligados à questão da sustentabilidade das organizações, essa coisa dos fundos, o futuro das organizações….

- *Vocês acham que esta questão da sustentabilidade, o fato de vocês terem diversos apoiadores, tem alguma relação com a própria autonomia da instituição?*

Joana: a gente nunca teve maiores problemas de autonomia. Mas também a gente assim… você sabe que eu sempre lembro nesse assunto, eu lembro do Betinho que quando começou uma época eu assisti ele num evento que tinha uma fala que assim que quando ele resolveu levar a campanha para a televisão, para a Globo, parecia que ele estava sentando com o capeta, as pessoas super criticavam ele dizendo, você não pode, mas ele perguntava mas por quê não? É claro que não é qualquer dinheiro que venha… a gente vai… é claro, a gente não vai aceitar do crime etc. Mas nunca tiveram problemas de perder a autonomia, mas é claro que nós temos

alguns critérios.

- *Em relação ao histórico [da ONG A], em que a questão da participação era quase uma obsessão, como você vê os sentidos que tomava a participação naqueles tempos e hoje dadas as transformações do contexto histórico e social?*

Joana: naquela época tinha muito esta coisa de marcar posição, de garantir uma coisa que ficou reprimido ali nesta época da ditadura. Mas eu acho que o desafio permanece. Acho que até tem um pouco a ver com aquilo que você estava falando da sua trajetória. A participação é um negócio que está desgastado. Por exemplo, nas campanhas eleitorais. Todo mundo faz participação, todo mundo é democrático. É usada tal. Mas eu acho que realmente possibilitar processos de participação é um desafio grande. Você respeitar o ritmo e ficar observando para ver quais são as fragilidades para esta participação realmente acontecer. Quais são as dificuldades concretas. Então por exemplo, com parelheiros, tem dificuldades concretas…

- *Quais são as dificuldades?*

Joana: o jovem pra vir para o centro, eles perdem muitas horas. Então participar tem o interesse, a gente cria oportunidade, mas muitas vezes é até uma preocupação porque tem que sair de madrugada, ficar não sei quantas horas. É um super investimento nosso, porque daí estas conduções ainda mais quando é um grupo que você aluga um ônibus ou uma van, que são coisas que tem um custo alto. Mas deles que tem que sair de madrugada e vão voltar sei lá que horas, porque para participar de algumas formações aqui demora não sei quantas horas também para voltar. Tem coisas que são desafios e alguns até obstáculos neste processo de participação. Então você precisa acreditar para continuar investindo nisso.

Rita: E construir estratégias novas. No passado para participar era ocupar os espaços que existiam, os conselhos, grêmios, conselhos de escola. Hoje você tem que ser criativo também e entender que participar é você ser parte. As coisas vão continuar como estão ou vão mudar dependendo de mim. Eu posso ser omisso, como [político fundador] já falava lá atrás, ou eu posso ser um agente de transformação. Então é preciso criar canais para participar. Por exemplo, os meninos lá de parelheiros, então ter uma biblioteca é uma possibilidade concreta de participar. É você ter acesso a leitura, levar a leitura para outros espaços. Depois, tendo outros passos, que é como é que eu visito uma biblioteca publica, lá não tem nenhuma. Você tem que vir para cá. Como é que eu me encontro com os autores? Os autores não estão lá, eles estão no centro. Então alguém tem que pagar condução, levantar de madrugada. Então a gente encontra jeitos dos autores saírem daqui e também chegarem lá. Para ter estes dois movimentos. Então eu acho que hoje participar é também criar canais criativos. Nós coordenamos um fórum de leitura literária que nós estamos distribuídos pela grande São Paulo.

Cada vez que a gente se encontra, além dos custos, a gente gastava, alguns de nós, quase três horas para conseguir se encontrar. Então o que a gente fez? A gente se encontra fisicamente uma vez por mês, a faz reunião por Skype quinzenal. Você tem que usar as novas tecnologias de comunicação. Lá agora os meninos estavam falando no Skype. Para a gente poder entrar em comunicação e eles não ficarem de fora desta discussão. Acho que participar hoje também tem isso, é ser criativo, alternativas, construir estratégias para você ouvir o que os outros estão falando e para que a sua voz também chegue. Então acho que esta é uma mudança também ao mesmo tempo.

- *E na prática de vocês veem quais dificuldades na coordenação?*

Rita: acho que é dormir e acordar pensando como garantir que estas coisas aconteçam. Acho que é essa.

Joana: a coisa do recurso é um problema.

Rita: nós temos sorte porque estamos juntas há 15 anos. A [Joana] está há trinta anos [na ONG A] e eu há 15, é uma sorte podermos trabalhar juntas. A gente adivinha o que a outra está pensando. A gente esta há tanto tempo juntas que isso facilita, então a gente tem autonomia para tomar decisões mesmo se a outra não está junto. Isso é uma maravilha. Agora acho que a gente não tem dificuldade em dar marcha-ré. Por exemplo, tem coordenações que sofrem a cada vez que retroceder em algumas coisas. A gente já acostumou, respeitar o ritmo dos grupos, entender os processos dos lugares, e pensar a que pena, não deu certo, não… isso acontece… é uma grande possibilidade…

Joana: rara. A gente também esta há tanto tempo aqui que a gente tem autonomia de escrever projetos, criar, mandar, negociar. Porque a gente faz tudo aqui de 0 a 1000. Lava, passa, cozinha, serve, varre, arruma festa, tudo vai para a Brasília falar com secretário, falar com prefeito de município, a gente faz tudo. E aí assim, isso só dá se você tem envolvimento com as causas que você trabalha, porque se não, as famílias falam "escuta, qual é, né", é uma cobrança grande. Tem uma amiga que diz que cada vez que ela chega em casa ela tem medo que quando ela for por a chave ela tem medo de não abrir e ter um recadinho "colocamos outra em seu lugar favor devolver a chave". Ela tem sempre esta sensação quando chega no prédio. (risos)

- *Uma pergunta final relativa ao que vocês consideram ser o papel da organização na sociedade.*

Rita: (risos) [A ONG A] ele tem tido um papel muito importante de chegar em alguns lugares em que ninguém nunca chegou. Estou aqui lembrando de uma pesquisa que foi feita há alguns anos atrás, pesquisaram em cidades pequenas lá na região Norte, tinha uma pergunta aberta que era qual organização social você conhece. O ministério da justiça ficou surpreso porque teve

alguns lugares que só dava [a ONG A], lidera. É que a gente ficou 5 anos na região norte e aqui em São Paulo acontece a mesma coisa. Às vezes a gente chega em lugares em que as pessoas falam isso não vai dar em nada, quando elas verem o quanto é difícil vão embora, ou porque o lugar é violento ou porque quando chove você não consegue chegar ou tem que sair depois da chuva se não consegue sair, ou porque telefone não funciona. E a gente fica nos lugares. Então [a ONG A] para muitas pessoas, muitos bairros, tem deixando uma importância grande de dizer assim, "cada canto desta cidade é a cidade. Cada canto deste pais, é o pais. E cada canto desta cidade e deste país tem importância e pode mudar a sua realidade." Então acho oque [a ONG A] nos vários contextos em que ele trabalha, ou com jovens ou com mulheres ou com secretários, tem sempre ajudado a levar esta mensagem dizendo olha "a gente pode conhecer a nossa realidade, a gente pode socializar os saberes que a gente tem e a gente pode intervir e transformar esta realidade". Isso desde grupos de pessoas que não leem, a grupos de gestores de políticas públicas. Isso diz para mim quem é [a ONG A].

Joana: a gente tem um retorno disso, outro dia mesmo teve aquele evento… tinha um grupo de bibliotecas e tal e na mesa estava um homem, que não é mais um jovenzinho, é um adulto-jovem, falando sobre a biblioteca, e ele nem sabia que [Rita] estava lá na plateia e falou da diferença que [a ONG A] fez lá em Tiradentes, no trabalho com jovens, da formação, das coisas que mudaram na vida deles, que achavam que estudar era coisa de burguês e depois foram fazer faculdade, se desenvolveram. Tem esta coisa assim que a gente consegue provocar uma mudança de lugar. Acho que agente consegue provocar algumas transformações. Porque esta avaliações acabam sempre voltando… e assim … esses são projetos que sempre a gente ficou um tempo. Como a [Rita] disse, a gente ficou cinco anos na região amazônica, uns seis em cidade Tiradentes, uns seis no Jardim São Savera também com jovens, a gente sempre fica um tempo para conseguir provocar algum tipo de impacto. Numa das prefeituras a gente está há cinco anos, em outra agente está há uns três, em Guarulhos, então a gente fica um tempo para consolidar… se não a gente sabe… uma coisa que nos incomodava era assim… tem alguns lugares em que a gente vai que tem tanto projeto que aí assim, porque que as coisas não mudam? Por isso que a gente acaba escolhendo de ficar mais tempo e de levar gente para estes lugares. Por exemplo, lá em Parelheiros a gente já levou outros grupos, outras organizações… pessoas que fazem coisas que a gente não faz. Então que mexe com teatro, mexe com bordado, com permacultura… então a gente acaba levando… a gente não fala assim não… antes da gente decidir ficar em parelheiros, a gente estava pensando em ficar num outro lugar. Daí a gente foi numa reunião de uma rede que parecia que era loteada a região: "bom eu sou dona das crianças, eu sou dona das mulheres". Até na reunião tinha uma pessoa da comunidade que falou

“olha, vocês tem que escutar mais a gente”. Então isso é tudo o que a gente não acredita… ninguém é dono de ninguém, você está lá para colaborar. Então a gente tem levado…outra coisa que a gente acredita é esta coisa das parcerias, do trabalho em rede… tanto que esse trabalho lá de Parelheiros a gente chama de plataforma verde. Então é para ser uma coisa assim, ser uma plataforma mesmo com vários grupos e nos temos lá parceria com as unidades de saúde, com as escolas municipais, estaduais, com as creches municipais, para as coisas acontecerem. Para se criar esta cultura de trabalho conjunto.

- *Há sinergia?*

Joana: há sim. É uma aposta.

Rita: a gente investe. Uma outra característica [da ONG A] é de investir no encontro das pessoas, de ser uma ponte, como facilitadores a gente tem possibilitado que educadores e educandos se falem, que usuários, médicos e enfermeiros se falem, que educadores e enfermeiros se falem. Então esta chegada de uma instituição que vem do centro e chega no território, a gente possibilita que pessoas sentem no mesmo espaço e comecem a se ouvir, a se conhecer. Isso acontece em várzea paulista, tem sido em Guarulhos e a gente sabe o quanto vem de possibilidades depois que as pessoas se encontram e começam a falar o que elas fazem, o que elas desejam… vai quebrando preconceitos sobre outras instituições, sobre os outros grupos… acho que esta é uma outra característica do trabalho com [a ONG A].

- *Vocês remetem bastante à uma realidade concreta, ancorada na realidade…*

Joana: é… mas é aquilo que a gente falou… mas isso tem ônus. Eu estava lembrando, por exemplo, lá em Barras que a gente trabalha com o município todo que tem três territórios e a gente trabalha nos três. Mas a gente percebe que os ritmos são completamente diferentes nos três. Então assim, tem que chegar no ponto que daria para chegar com dois, mas tem o terceiro que acontece coisas assim, mudanças na coordenação, começa a vir gente na reunião que não vinha, ai a coisa… você tem que ficar esperando para alcançar os outros. E daí a gente aprendeu que não dá para você ter pressa, você tem que respeitar este ritmo, você tem que investir, você tem que… podia falar gente vamos lá com os que estão na frente e os que estão atrás vão ficando, não porque assim a gente realmente não acredita nisso. Tem, então, digamos este ônus… a democracia exige este investimento.

- *E como que este tempo do grupo, do processo do grupo se relaciona com o tempo da instituição (risos). Os projetos que precisam ser entregues.*

Joana: dos recursos?

- *Dos recursos, como vocês veem esta relação, como vocês lidam com isso?*

Rita: eu acho que a gente tem aprendido a ter projetos menos ambiciosos. Acho que tem sido

um aprendizado pra gente. Até por colocar a nossa escuta e sensibilidade mais a serviço. Porque aí com o tempo você vai aprendendo a olhar para um projeto e ao invés de propor vinte, propor dez. Mas saber que aqueles dez foi apropriado por todos que fazem parte do projeto, não é uma coisa só da coordenação.

- *Dez do quê?*

Rita: dez de tudo, colocando uma meta numérica. Tenta vamos formar, mobilizar… tem vinte lideranças, mas vamos mobilizar 10… são 10, mas são 10 que estão dentro do projeto que entende o processo, vão virar referência. Então isso a gente vai aprendendo também a construir dentro dos projetos. A colocar menos os nossos desejos ou os do apoiador e mais com o pé na realidade. Quanto mais com o pé na realidade você está, mais você sabe o que é possível. Então tem isso também, nós somos uma coordenação que faz tudo, tudo mesmo… então a gente está lá, a gente não só lê os relatórios. A gente está lá, estamos fisicamente dentro de todos os projetos. Então a gente sabe, a gente sabe os nomes, sabe as caras, sabe o que acontece.

- *Estão fazendo parte…(risos)*

Joana: por isso que eu falo que a obsessão pela participação continua…

Rita: é continua….

- *Ela é visceral… (risos)*

Joana: ela é… risos

3) Entrevista com Francisco, da ONG B

No início me diz que eu não precisaria perguntar sobre a história, caso eu fosse perguntar, pois estava tudo ali no folder que ele estava me dando.

- *Mesmo tendo o folder, gostaria, como primeira pergunta, que você contasse a história da organização, tendo como eixo esta questão da participação.*

Social?

- *Participação como ela surge, como vocês veem ela, como ela funciona na prática. A participação seria o eixo da nossa conversa.*

A origem da nossa organização vem fundada dentro das pastorais sociais da diocese de São de Paulo, da Igreja Católica. Pós-revolução de 64 houve um vazio muito grande de organização, muitos nordestinos, muitas pessoas saindo do Brasil, muitos partidos cassados, muitas liderança políticas, sociais, artistas, fora do país. Eu venho de uma geração pós golpe de 64, então a gente começou a participar e a se indignar com uma serie de situações de opressões do regime e também com as condições de moradia, condições de muitas pessoas da rua. Como estamos nesta questão social dentro das pastorais sociais, começamos a perceber que existia a população em situação de rua, meninos na rua. Situações que como questão a gente achava que tinha que ser feitos alguma coisa. Partimos para este lado assistencialista quando a gente percebe, aquela coisa de distribuir sopa, de acolher, de sentar para conversar. Mas a gente como jovem, vários jovens unidos, a gente começou a perceber que isso não era suficiente, que era importante a gente mexer nas estruturas que levam a esta situação. Começamos a ter entendimento político da situação, do estado a serviço de uma classe, então a gente começou a entender e estudar esta questão, e com muita… dentro da Igreja, que era a época da teologia da libertação, com Dom Paulo Evaristo Arns apoiando muito os trabalhos na periferia, Puebla, que foi um conselho da Igreja Católica que fez a opção pelos pobres. Então várias pessoas militantes da Igreja, que estavam dentro da Igreja, começaram a ir para a periferias. Eu particularmente comecei a trabalhar com educação de adultos na periferia de São Paulo, na zona leste no bairro do Itaim. Aí você começou a ter contato realmente com a população carente, a questão do transporte, a questão da moradia, saúde, todas estas questões. Forçosamente você começa a ter entendimento político, na nossa concepção as pessoas todas precisavam ser políticos, quer queira quer não queira. Dentro disso a gente começou a entender que a luta dos direitos era historicamente a luta dos sem direitos. Houve um caso em que as mulheres se uniram e lutaram. A jornada de trabalho foi uma união dos trabalhadores para diminuir a jornada de trabalho. Várias das conquistas sociais são fruto da organização

popular. Dentro desta premissa a gente começou a militar e [a ONG B] nasce de forma formal dentro do inicio do fechamento da igreja. [A ONG B] nasce em 1988 onde a igreja começa a ter a mudança. Dom Paulo sai, assume Dom Claudio, e a igreja começa a ter uma guinada um pouco para a direita. Os padres, bispos mais progressistas, como Don Angélico na região leste, Dom Luciano Mendes de Almeida no Belém, foram transferidos para arquidioceses longes, para arquidioceses mais conservadoras. E a gente percebeu que havia um movimento. Então houve todo, este grupo de responsabilidade da Igreja deste movimento começou a entender que era importante a gente sair deste espaço clerical, espaço da arquidiocese, espaço institucional da Igreja e se consolidar como ONG, como organização social, independente das estruturas da Igreja mas fortemente ligada. Nasce o Centro Santo Dias, Santo Dias foi fechado por arquidioceses por Dom Paulo, a gente forma [a ONG B] aqui no centro também. No centro porque toda a questão da teologia da libertação era muito voltada para a periferia e a gente só tinha organização popular na periferia. Era o movimento de saúde, era o movimento da carestia, eram movimentos fortes de moradia, tudo nos bairros, porque houve esta ida à periferia. Como a gente começou a militar no centro, e havia uma realidade escondida que eram moradores de cortiço, moradores de rua, a gente fez a opção, como nós éramos moradores do centro, de regiões próximas ao centro, a gente fez a opção de trabalhar no centro da cidade. Como o morador de rua começou a ficar muito em evidencia com os despejo, hoje a gente tem o fenômeno dos catadores, muita gente, catadores que eu conheci nestes 20 anos, tinha até residência e família na periferia, mas o custo do transporte e o tempo gasto de transporte para Itaim, para cidade Tiradentes, que tão distantes, eles preferiam dormir debaixo das carroças no centro. Então, a gente nasce também dentro da [uma ONG], que é uma organização de ponta na questão de organização popular da população excluída. E a gente, todos nós, a maioria dos fundadores [da ONG B] foram funcionários da [ONG de ponta na questão de organização popular], ou voluntários [ONG de ponta na questão de organização popular], dentro daquele espirito de se aproximar da miséria extrema que é morador de rua. A [ONG de ponta na questão de organização popular] está até hoje, é parceiro da gente. E a gente nasceu dentro disso. Em 1988, nasc… se consolidou a [ONG B]. Com pouca gente, mas foi tendo corpo de sócios, se legitimando. Deu um impulso da época da gestão Erundina que era uma gestão um pouco mais democrática, tinha interlocução municipal e a problemática dialoga muito com a questão municipal porque a população de rua é problema de limpeza, é problema de higiene, é problema de banheiro, sanitário, é problema de transito, então acaba sendo muito também poder municipal. O poder municipal progressista nos traz bastante beneficio com o publico com o qual a gente trabalha, mas isso não quer dizer que a gente não tenha interlocução com o Governo Federal. Então é isso, neste vinte anos trabalhando temos,

é uma organização ecumênica, trabalha muito com a questão da mística, então assim, todos que trabalhamos temos a opção de trabalhar aqui, nenhum tem uma opção financeira de trabalhar aqui, apesar de sermos funcionários. Mas, assim, temos apoio de várias organizações que se consolidaram, com a Alemanha, com a Inglaterra, hoje com a defensoria publica do Estado, mesmo com a secretaria de assistência social do governo federal temos convenio, com a União Europeia nós temos convênio. Então é uma organização com 26 pessoas, com o corpo de sócios de 50 pessoas que estão aí lutando, acreditando em construir uma sociedade mais justa mais fraterna mais igualitária.

- *Vocês colocam como uma das áreas de atuação da organização, a participação popular. Como vocês compreendem…*

Eu acho que a nossa atuação, basicamente só tem sentido… aí que está nós não somos instituto de pesquisa, nós não somos instituto de planejamento urbano apesar de todos, a grande maioria, ter mestrado, doutorado em varias especialidades, em moradias, direito da cidade, em política, mas a gente sente que, aquilo que eu te falei primeiro. A luta dos direitos é basicamente a luta dos sem direitos e dentro do espectro dos direitos humanos a gente sabe que a organização popular é fundamental. E a gente sabe que para a interlocução da sociedade o sujeito coletivo tem muito mais força do que o sujeito individual. Então a gente tudo, tudo, sem exceção, a gente procura fazer coletivamente. Inclusive as nossas ações são coletivas, você não vai ver uma pessoa [da ONG B] como o expoente mas sim o nome [da ONG B] está à frente, pois, isso nos resguarda de represálias, porque a gente faz o enfretamento às vezes pesado com o Estado ou até com empresas na questão do direito, então a gente se preserva e [a ONG B] está na frente. Dentro deste sentido o sujeito coletivo tem mais força porque você consegue o diálogo com a sociedade civil e com as instituições governamentais com mais ênfase. A gente procura ter uma articulação em rede com o executivo e o judiciário para que a gente possa ter canais de negociação com pessoas e consiga uma rede de diálogo social muito importante que não existia antes. [A ONG B] acreditamos tem muito o que caminhar, mas está consolidada dentro da área central de São Paulo.

- *Vocês trabalham com a organização popular para além [da ONG B]?*

Não, não, [a ONG B] é o meio. [A ONG B] não é referencia da organização social, é alguém que ajuda a organização a se… exemplo. A gente participou da formação… de todo o processo dos catadores de São Paulo que hoje estão se organizando a nível até de América Latina, mas fortemente nacional. No movimento nacional dos catadores nós tivemos uma grande participação com reuniões de formação, mas eles são o sujeito. Então, eles… a gente procura ajudá-los, mas, sem…sem… atrapalhar a caminhada que eles tenham o protagonismo da ação. Então hoje o movimento nacional dos catadores é uma realidade. O movimento de

moradia hoje a gente teve participação forte com estimulo, reuniões aqui. Hoje o movimento nacional de moradia já discute com o governo federal e discute com a defensoria… varias ações dentro da justiça e do executivo vem oriundos de uma luta popular. Hoje estamos partindo para a organização de um movimento da população em situação de rua, um dos membros nosso viaja o brasil todo convidado até, com apoio do governo federal para organizar os movimentos dos moradores de rua a nível nacional e eu estou hoje trabalhando também com apoio em alguma aldeias indígenas guaranis para tentar realmente ajuda-los na organização, então é assim, a gente o ajuda a se organizar nos cortiços, nas favelas, a primeira coisa que a gente faz é a pessoa vem com uma demanda individual, que a gente achou importante ter um convenio com a defensoria. Porque a defensoria publica do Estado foi uma luta, uma conquista da sociedade civil e nós participamos desta luta. E a gente sentiu que tinha que ter um convenio para fortalecer nós e fortalecer a defensoria. Então nós temos este convenio com a defensoria publica do Estado, uma parceria muito boa e a gente só trabalha com casos coletivos. Então todas estas ocupações hoje diante dos mega eventos que vão acontecer na cidade, olimpíadas e copa do mundo, a gente está apoiando um pouco varias favelas que vão ser despejadas. E a primeira coisa que a gente faz é organizar eles em uma associação, porque numa associação você consegue interlocução, você consegue tirar representantes para negociar de uma forma clara e transparente com o executivo.

- *Como se dá a relação de vocês com a organização popular em potencial, com estes grupos que você citou?*

É muito tranquilo porque a gente tem clareza do nosso papel. A gente não é o protagonista, a gente incentiva a organização, a gente propõe ajudá-los à formalização, a gente retira os documentos, deixa eles terem o CNPJ, várias associações, SOS pankararu, dos índios pankararu, a gente está ajudando agora no momento a regularizar a situação, isso eles tem a cesso a projetos de cultura, eles tem acesso. Só que não é interesse [da ONG B], não é este o nosso papel, de nós pegarmos os projetos e repassarmos os projetos para estas organizações, mas acho que eles tem condições. Para nós o amadurecimento político é isso, é eles terem condições de caminhar sozinhos. Então num primeiro momento, a gente dá uma incidência muito forte, com uma presença bem forte, e aos poucos a gente se afaste e fique uma relação de parceria. Quando eles precisam eles nos consultam, cria amizade, a agente procura articular em rede, tá sempre conversando, mas eles tem o protagonismo, financeiro, protagonismo de organização. Somos poucos e a gente tem organizações que tem mais de mil pessoas, organizações populares muito importantes.

(interrupção, atende telefone)

- *E de quem é a demanda?*

A demanda se dá de todas as formas. Às vezes por convite, às vezes por problema concreto. Como a gente é uma organização de direitos humanos a gente é chamado às vezes pela defensoria a ajudar num problema concreto como a favela do moinho que pegou fogo, então a gente é convidado, chamado para ir lá… eles dizem olha o pessoal está muito desmobilizado, a gente precisa ver a questão da moradia nova para eles, vocês não querem ajudar a mobilizar, organizar? quererem ir lá? Então a gente vai lá, chama as lideranças locais e fala olha, não seria legal a gente chamar uma reunião, explicar o que está acontecendo, um boletim alguma coisa, chama uma reunião, sede um espaço, procura espaços dentro, procura resolver a situação de maior emergência jurídica, faz alguma campanha de ajuda. Então é as vezes alguma situação de emergência. Outros grupos a gente incita a organização. 'Gente não adiante vocês virem falar para mim individualmente, vamos nos reunir, porque você viu, a demanda sua é a mesma da demanda da sua, da sua, da sua'. Como aconteceu com os catadores. Vários sofriam do mesmo problema, a gente tinha uma casa de convivência e eles só usavam a casa para banho e para guardar documento. A gente propôs, 'gente vocês perceberam que todos tem o mesmo problema, gente vamos nos reunir e buscar a solução?' Aí foi caminhando, caminhando e nasceu as cooperativas de catadores. Hoje é assim, nada nasce do dia para a noite. É uma luta deles principalmente de se organizar, de acreditar na organização popular e assim acontece em vários, em moradias… no movimento de moradias aconteceu assim, quer dizer, gente, primeira coisa que chega um morador de cortiço que é uma realidade muito forte no centro, a gente pergunta, 'só você sofre este tipo de abuso, ou sei lá, luz falta, ou o prédio está caindo, ou condições de moradia indigna', fala, 'não lá mora 50 pessoas'. 'Opa, então, você não poderia chamar uma reunião com essas 50 para a gente poder tentar resolver o problema das 50 pessoas junto do que a gente tentar resolver o problema de 1. Porque a gente precisa ter o consentimento de 50, é uma intervenção na casa dos 50 não é na sua, sua casa é um quarto desta casa'. Aí ela fala, "há legal, eu marco". Aí a gente marca um dia, normalmente de sábado ou domingo, a gente se apresenta e a gente fala olha vocês estão com este problema, seria bom fazer uma ação contra o dono, porque vocês estão morando dessa forma vocês tem risco, vocês tem criança e a gente vai organizando. E eu acredito assim que gente faz um papel fundamental até para o Estado. Porque o Estado precisa desta interrupção de forma ordenada, até para fazer alguma intervenção, eles nos pedem para ajudar na organização porque a intervenção fica mais clara mais transparente. São pessoas que não estão acostumada a se organizar, então, a gente procura usar uma linguagem mais clara. Os advogados são treinados para poder ter muita clareza na ação que vai fazer, saber que estão lidando com pessoas não acostumadas a este tipo de linguagem. É isso que tomamos muito cuidado. São vinte anos de experiência, utilizamos o método Paulo Freire,

onde aquela pessoa tem um saber a nos dar, então, a gente valoriza muito o saber do morador de rua, do catador. Ele sabe, ele tem uma historia de vida, um conhecimento, que a gente não tem. E nós temos um conhecimento que ele não tem, então é uma troca. E a gente muitas coisas… e ele percebe que isso é uma troca, a gente se expõe bastante, troca bastante e ele aprende a partir da força dele. Ele não fica achando que [a ONG B] ajudou ele, ele que se ajudou, ele que saiu da condição extrema com esforço. Com o apoio nosso, com a parceria nossa.

- *E como é a relação com os financiadores, quem são eles?*

Os financiadores são normalmente agencias de cooperação internacional, todos os países da Europa principalmente os da União Europeia tem projetos de financiamento externo, a União Europeia tem um pacote deste tipo. Então os externos é muito ligado às Igrejas, então a gente consegue acessar fundos. Por exemplo, na arquidiocese tem assim um programa, a paróquia me manda, a arquidiocese me manda, então a gente tem um apoio pontual na arquidiocese da Alemanha que ajuda a gente. A gente manda normalmente, o vinculo é muito transparente, manda-se projeto, tem auditoria, vê quanto vai gastar, quanto não vai gastar, tudo certinho, e eles tem o monitoramento né, então estas são as agencias internacionais. Com a União Europeia, a gente está fazendo este projeto com os índios está ligado com a União Europeia. Eles fazem uma chamada tipo… o ano passado eles fizeram uma chamada dizendo 'queremos trabalhar com índios urbanos porque a questão indígena tem sido muito violada, na ONU foi discutido que os índios urbanos não tem cobertura, estão muito aquém nos países principalmente na América do Sul'. Só que a União Europeia não financia a totalidade do projeto, você precisa entrar com uma contra-partida de 20% então isso às vezes para uma organização é muito pesado para três anos de projeto, a gente está falando de 20 mil dólares, uma coisa um pouco mais pesada. Aí eu, a gente teve o convite de uma organização inglesa [ONG internacional] que atua no Brasil e esta organização nos convidou. Falou olha, nos estávamos olhando vocês como parceiros seria interessante vocês entrarem neste projeto, queremos que vocês entrem, queremos entrar nesta temática e convidou uma outra organização que trabalha diretamente com os índios. Porque nós dialogávamos muito com o direito da cidade e eles dialogávamos muito com a questão indígena territorial. E aí a gente fez esta parceria, estamos fazendo este projeto, tem sido bastante exitoso. Lógico, dentro dos limites, é um projeto pequeno, mas a gente acredita que já estamos intervindo um pouco nesta situação.

- *Como que foi essa passagem deste edital para a comunidade?*

Não é que já existia uma organização que tinha um trabalho regular com os índios de alfabetização, de trabalho, já existia este trabalho. Nós colocamos que a gente no universo

indígena, indigenista para nós era um universo que a gente não trabalhava, trabalhava com a questão urbana, luta, moradia, com catadores, com população de rua. E aí eles, o convite veio com a nossa experiência de se mexer no meio urbano de organizações já sedimentadas, de movimento de moradia, UMM, união do movimento de Moradia, a gente foi convidado dizendo, olha, vocês tem muito o que ajudar porque os índios eles são invisíveis dentro deste tecido social da cidade, gostaria que vocês intervissem, ajudassem a essa organização que chama [organização que trabalha com indígenas] que já trabalha com os indígenas e vocês pudessem ajudar eles a trazer as questões dos índios com o meio urbano de uma forma um pouco mais articulada, mais em rede, que a gente já tinha este trabalho. E aí a gente aceitou este desafio. Achou que valia a pena, pelo convite, pela confiança e a gente está hoje tocando este projeto. Outro projeto é a questão da economia informal, outra chamada da União Europeia um pouco maior, aí já estamos com a União Europeia de Bruxelas, porque a União Europeia aqui no Brasil tem chamadas pro Brasil e às vezes você tem chamadas em Bruxelas, chamadas para o mundo todo. Tipo 'União Europeia está preocupada com tal questão social e mandem projetos de todo o mundo'. No Brasil nós fomos os únicos que ganhamos. Conseguimos fazer porque era a questão da economia informal, a questão dos ambulantes no universo informal da comunidade latina. São Paulo hoje está recebendo um contingente de mais de 200 mil bolivianos e está vindo muito paraguaio com a questão da indústria têxtil e a gente viu esta realidade dentro dos cortiços que a gente já trabalha com a questão da moradia. Este projeto da economia informal dialogava muito com a questão da moradia. Não adiantava a gente resolver a questão da moradia, a pessoa ter a sua casa se ela não tem renda. Então a gente começou a perceber que os projetos tem uma transversalidade que a gente precisa trabalhar. Então a gente começou com esta intervenção. Hoje nós estamos montando já este mês uma associação com os bolivianos, com 40 bolivianos, para que eles possam alugar eles mesmos um ponto de venda. Então tem sido muito rica esta troca. Mas sem perder a dimensão maior. A gente está sempre visando intervir em política pública, para que realmente seja para todos. A gente acaba sendo pilotos de atuação e que com as experiências exitosas a gente procura se articular para que vire políticas publicas.

- *Você falou dos financiadores externos… e…*

Internos e externos. Internos são parcerias. Metade do nosso orçamento é ligado ao poder público. Nós temos uma parceria coma defensoria que libere os advogados, cinco advogados para trabalhar com a questão da moradia. A Secretaria de assistência que libera mais cinco educadores para trabalhar com a questão dos catadores. O que aconteceu? No começo estes parceiros internacionais possibilitavam liberar um ou dois educadores para a gente fazer um começo, quando o poder publico vê que aquilo está funcionando e que a gente está

conseguindo realmente fazer um pouco a diferença no trabalho, com responsabilidade, sempre com atuação em rede, não é só a gente, tem várias organizações que fazem isso. A gente pleiteou um convenio e foi aceito então hoje a gente um convenio já de 4 gestões, são vinte anos.

- *É uma parceria que eles concedem pessoal ou também concedem verbas?*

Não, concede verbas. Funciona assim, a [órgão público], o serviço público hoje é quase tudo terceirizado. Então você faz uma chamada pública dizendo, [órgão público] quer trabalhar com morador de rua, para fazer inserção produtiva, que seria trabalho cooperativado ou associativo para geração de renda e a chamada é para o bairro do bom-retiro. A gente vê esta chamada, é convidado para esta chamada, nós e várias organizações. A gente olha o projeto, vê o que vai se fazer, o que é que é, se nós tivermos condições a gente concorre, e a gente nesta área como a gente é quase único, então a gente concorre com uma organização parceira só e a gente normalmente tem feito isso e tem sido concorrência pública e transparente.

- *Você acha que as diretrizes das organizações financiadoras, tanto internacionais quanto nacionais influenciam de alguma maneira no trabalho de vocês? Como?*

ONG na nossa visão deveria ser uma coisa em extinção, não deveria ser uma coisa que.. a gente está substituindo uma falha do Estado. O Estado deveria ter um pouco de consciência política, deveria ter uma saúde pública de qualidade, educação de qualidade, não precisaria estar estas ONGs trabalhando ali… agora, ONG também não é um… o termo ONG é muito amplo, você tem ONG que serve para mascarar dinheiro público, desvio de verbas públicas, tem ONGs serias, tem ONG que só difunde a questão religiosa, tem ONG… ah, a gente não pode… tem que diferenciar um pouco este universo. Como a igreja não é uniforme e heterogênea, o Estado é heterogêneo, a gente tem alianças com setores do Estado, setores do Governo Federal, porque a gente sabe que é tudo muito… não dá para dizer, qualificar de ONG… você está trabalhando com um universo muito heterogêneo. Nós estamos numa ONG no campo democrático, que acreditamos numa transformação social, lutamos contra a desigualdade social, não queremos ser referencia de força, de montar um prédio, para ser… a gente que o tamanho que já estamos já está grande demais. A gente acha que o Estado tem que assumir o seu papel, tem seu compromisso, de ajudar realmente esta população, mas a gente está lutando por isso. Agora, o futuro a Deus pertence. Eu não sei o que vai ter. O que importa é assim, a gente procura fazer movimentos com os jovens, assim, o que a gente percebe é um esvaziamento da juventude na questão político participativa. É diferente dos EUA onde a gente tem pesquisa assim, cada 10 americanos, 8 tem alguma atividade social sem ser escola, família e trabalho, tem atividade do jogo, do clube… no Brasil é um a cada 10. O cidadão só trabalha, casa, família, não faz ais nada. Esta participação popular precisa

ser fomentada. Participar na escola do seu filho, participar no prédio onde você mora, participar na rua com o conselho de bairro, nos CONSEG eu acho que o povo tinha que tomar um pouco esta consciência da participação e começar a reivindicar e criar mecanismos de fiscalização do executivo e do judiciário e do legislativo, mas principalmente do executivo. E realmente ter verba(?), discutir. A gente teve a experiência do orçamento participativo muito ricas aqui, mas infelizmente até o partido do PT que propôs isso desvirtuou tudo também. A gente sente um pouco que lutamos para que tenha transparência, é isso.

- *Você acha que tem alguma relação entre a ponta, a sua ação ali no campo e aquele que está bancando?*

Ah, com certeza. Não, não. A gente ajuda local e pensa global. É o nosso lema, não só o nosso, está nos escritos aí. Então nada do que a gente faz a gente não faz articulado com o global. Tudo, tudo, tudo. A gente está trabalhando com o trabalho informal, a gente já fez contato com a OIT, que é organização internacional do trabalho, eles já sabem o que a gente está fazendo. Já temos a articulação com a UNICAMP que tem um departamento ligado ao trabalho decente. Na questão dos catadores a gente tem uma articulação nacional, morador de rua. A gente, a nossa atuação, por mais modesta que seja a gente sempre fica ligado porque ela tem que dialogar com a transformação, ela tem que dialogar com a luta que a gente acredita, com as utopias que a gente tem. Um país sem guerra, em paz, então a gente acredita assim, todos os nossos trabalhos é muito articulado.

- *E esta articulação entre os financiadores e o trabalho?*

Ah, eles são cúmplices. É que é assim. Com o poder público os poderes públicos, ela fica um pouco… vai… é… poder público eu não sei se seria diferente disso, como é hoje, mas ele é muito… nós somos prestadores de serviço… a gente presta um serviço para o Estado, a gente cuida de uma parte que o Estado não dá conta, a gente cuida da população de rua porque o Estado não tem um departamento para cuidar, ela terceirizou este serviço. Quando a gente fala isso, a gente está aproveitando esta terceirização para organizar o povo, para ajudá-los a se organizar e temos resultados muito interessantes, não de confronto só com o Estado não, de auto-ajuda, de auto-organização. Acho que um ex-morador de rua, ele convence muito mais um outro morador de rua a sair daquela condição às vezes de exclusão, de dependência química do álcool com muito mais facilidade do que um educador vindo da classe media que não conhece essa realidade, ele dialoga melhor. Então a gente cria esse sujeito coletivo de auto-ajuda que eles realmente consigam, com seu pares, sair dessa situação e a gente tem tido bastante resultado. Isso para mim é o mais importante.

- *Mais uma pergunta só…*

Fala, eu falo bastante…

- *Você acha que a organização cumpre a função social dela?*

Ah, com certeza. Acredito que sim, eu acho que a gente é… se eu dissesse que não cumpria eu também não estaria aqui. Eu acho assim… eu fiz uma opção de vida de estar aqui… larguei a engenharia porque aqui eu me sentia um pouco mais preenchido mais fazendo uma historia de vida que correspondia com o que eu sonhava de um mundo melhor. Acho que tomara que meus filhos também tenham esta sensibilidade, acho que é importante hoje dialogar com a natureza, a questão do meio ambiente é fundamental, lógico a gente também esta num movimento ecológico, estando inserido num pensamento de luta contra toda esta destruição e a degradação ambiental que está ocorrendo, consumismo desenfreado. Então a organização… eu sempre brinco com as pessoas, as pessoas que entrarem, que participarem da organização elas tem que perceber que aqui é diferente, temos que ser diferentes, se não, não tem sentido a existência. Se não nossa a missão está dizendo "lutamos por um mundo melhor", nós temos que dizer que mundo melhor é esse. É utopia, pode ser, mas é o que acreditamos. Em São Paulo lutamos um bom combate. E temos, quem sabe, chegamos lá um dia.

## ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(resolução no 196/96 – Conselho Nacional de Saúde)

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada *A problemática da participação no âmbito das Organizações Não-Governamentais: uma reflexão psicanalítica*, que possui como objetivo investigar as características atuais da participação no âmbito das Organizações Não-Governamentais. Esta pesquisa é desenvolvida no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, localizada na Av. Prof. Mello Moraes, 1721 na Cidade Universitária de São Paulo (tel. 011-3091-4184), pela pesquisadora **Ana Carolina Comin Vargas (ana.vargas@usp.br/ (011) 83060615)** sob orientação da **Profa. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes (marines@usp.br).**

O(a) Sr.(a) foi selecionado para participar desta pesquisa por desenvolver atividades sociais não-governamentais. Sua participação, caso estiver de acordo com este termo, consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de **ENTREVISTA SEMIABERTA** a ser gravada por meio digital para posterior transcrição. Sua participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento você pode se **recusar** a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e **retirar seu consentimento**. Sua recusa não lhe trará nenhum prejuízo. Suas respostas serão tratadas de forma **anônima** e **confidencial**, não sendo em nenhum momento divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os dados coletados serão utilizados nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

O(a) Sr.(a) **não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras.** Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a temática desta pesquisa na área da Psicologia Social.

O(a) Sr.(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o e-mail do pesquisador e de sua orientadora, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (CEP-HU): Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes,

2565 – Cidade Universitária – CEP: 05508-000 – São Paulo – SP - Telefone: 3091-9457 – Fax: 3091-9452 - E-mail: cep@hu.usp.br

| | |
|---|---|
| Ana Carolina Comin Vargas | Profa. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes |
| Instituto de Psicologia da USP | Instituto de Psicologia da USP |

_____

Rubrica do Entrevistado

Eu, _____, do sexo _____, portador da identidade _____, nascido(a) em ___/___/_____, residente na _____, Bairro_____ Cidade _____ Estado_____ com o telefone_____, declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa,

São Paulo, ____/____/____

_____

Assinatura do Entrevistado